

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 14, Número 2, 2011

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniara

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 14, Número 2, 2011

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPq.

Este número do Retratos é financiado pelo NEAD/MDA.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 14, Número 1, 2011

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNESP – Araraquara

Luís Antônio Barone

Professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Professor da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás – UFG

PESQUISADORES BOLSISTAS:

Ana Flávia Flores

César Giordano Gêmero

Daniel Tadeu do Amaral

Daniele Torres Aro

Henrique Carmona Duval

Oscar Frederico Accioly Landmann

Oswaldo Aly Júnior

Silvani Silva

Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Editoração eletrônica: Lívia Nunes

Traduções: Silvana Palma

Secretária: Ana Flávia Flores

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Maria Aparecida Moraes Silva, Oriowaldo Queda, Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 14, Número 2, 2011

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA.

Araraquara – SP – Brasil, 1994

v.14, n.2, 2011. 324p.

Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

ISSN 1516-8182

SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation	11
Práticas eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje <i>Traditional ecoagricultural practices: yesterday and today</i> Ellen F. Woortmann	15
Das receitas às práticas de benzedura e cura: uma etnografia do saberes tradicionais de mulheres assentadas <i>Revenue to the practice of benzedura and cure: an ethnography of traditional knowledge of women rural</i> Thauana Paiva de Souza Gomes	33
"Caricultura": autonomia e resistência nas manifestações artísticas no Assentamento Barra do Leme <i>Art, autonomy and resistance: the 'caricultura' group in the Rural Settlement of Barra do Leme</i> Ana Cecília dos Santos	75
O Assentamento Bela Vista do Chibarro em tempos anteriores: vida e trabalho na Usina Tamoio <i>The early days of the Rural Settlement of Bela Vista do Chibarro: livelihood in the Tamoio Sugarcane Mill</i> Ângela Cristina Ribeiro Caires	95
Educação em dois tempos nas terras do Bela Vista: usina de cana-de-açúcar e assentamento em Araraquara/SP <i>Two different approaches to education in the Bela Vista area: sugarcane mill and rural settlement in Araraquara/SP</i> Ana Flávia Flores Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante Maria Cristina dos Santos Bezerra	131

A organização política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo

The political organization of the peasant women and quilombolas in São Paulo

Adélia Oliveira de Farias

Luiz Antonio Cabello Norder151

Direitos humanos e reforma agrária

Human rights and agrarian reform

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker173

Um breve arrazoado do pacto agrário brasileiro

A short review of the brazilian agrarian pact

Raimundo Pires Silva187

Políticas agrárias para o combate da pobreza extrema no meio rural: um problema de invisibilidade

Agrarian policies in brazil for poverty and extreme poverty alleviation in rural areas: a problem of invisibility

Roberto Kiel199

Elementos para pensar indicadores sobre vocação produtiva agrícola: um estudo sobre a região de Araraquara

The region of Araraquara: the identification of relevant skills and resources for agricultural productivity improvement

Ricardo Campos Sapia215

O (re)desenho produtivo e social dos assentamentos rurais a partir das políticas públicas: o caso do programa de aquisição de alimentos

The (re)design of production and social settlements rural from public policy: the case of the programa de aquisição de alimentos

Martha Esthela S. Silva

Luís Antônio Barone

José Gilberto de Souza229

Desafios para os assentamentos de reforma agrária: uma proposta de arranjo voltado para mercados institucionais <i>A major challenge for the agrarian reform settlements: a restructuring proposal for the institutional food market and regional markets systems</i>	
Newton Narciso Gomes Junior	
Lavinia Davis Rangel Pessanha249
Projetos de desenvolvimento sustentável (PDS's) e os desafios na construção de novas políticas de assentamento <i>Sustainable development projects and the challenges of rural settlement policies formation</i>	
Oswaldo Aly Junior263
Avaliação da aderência à agroecologia no Assentamento 23 de Maio, Itapetininga/SP <i>Evaluation of the adherence to agroecology principles in the 23 de Maio Rural Settlement in Itapetininga/SP</i>	
Ricardo Serra Borsatto	
Maristela Simões do Carmo	
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco	
Anderson Antonio da Silva	
Francine de Camargo Procopio283
Índices de produtividade agrícola: notas esparsas em busca de um sentido <i>Indices of agricultural productivity: understanding the author's point of view</i>	
Oriowaldo Queda305
Normas de publicação321

APRESENTAÇÃO

Retratos de Assentamentos – um periódico em expansão! Ao tornar-se semestral, busca reordenar sua trajetória em várias direções. Afinal, a questão dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil envolve diferentes abordagens que se interpenetram e criam complexidades caleidoscópicas a nos desafiar.

Num primeiro momento, ampliamos nossa publicação em duas direções. Na primeira delas, aumentamos a frequência do nosso diálogo com o mundo acadêmico interessado em questões rurais ligadas à Reforma Agrária.

Esse diálogo, bastante fértil, cumprirá em breve duas décadas de publicações – há que se reconhecer, um registro formidável, inclusive para pesquisadores do futuro, interessados em investigar, tanto os aspectos gerais, como também os mais pontuais da política de assentamentos criada a partir da democratização do país, após os 20 anos de ditadura militar. Ao tornar nosso periódico semestral, aumentamos as possibilidades de enriquecimento desses arquivos, a partir do fluxo contínuo de artigos que nos chegam de diferentes cantos do país, debatendo alternativas dessa importante política pública na produção da vida (leia-se alimentos e preservação do meio ambiente).

Mas o mundo rural, pleno de sociabilidade e de alternativas, não é só produção, sobrevivência, políticas públicas e não contém só assentamentos de Reforma Agrária.

Nas áreas rurais – frutos da Reforma Agrária ou dos pequenos produtores sobreviventes de continuidades históricas - ocorrem processos humanos ricos de significados culturais, aspectos que aliás sempre enfatizamos em nossas pesquisas e publicações. E chegamos agora à segunda direção na qual ampliamos nossa abrangência. Com a abertura para um fluxo constante de artigos enfocando outros espaços rurais – os quais desvelam a persistência da vida camponesa através da História –, Retratos de Assentamentos só faz ampliar ainda mais as possibilidades de diálogo entre pesquisadores voltados às diferentes realidades do campo brasileiro em toda sua complexidade. Capta, portanto, aspectos mais especificamente rurais. Ainda que imbricados na dialética com o urbano, eles atestam do ponto de vista cultural, resistências à homogeneização e à destruição dos ecossistemas – fantasmas que nos assombram a todo o momento através do avanço do agronegócio.

Privilegiamos, portanto, a cultura no sentido antropológico e estamos acolhendo artigos que focam aspectos nem sempre considerados relevantes dentro das análises dos embates políticos pela Reforma Agrária.

Retratos de Assentamentos nº 14 (2) é um produto dessas novas abrangências e o amplo espectro de questões nele apresentados vai da produção material e imaterial de homens e mulheres do campo até às políticas preocupadas com sustentabilidade e comercialização.

Assim, práticas ecos-agrícolas tradicionais de diferentes partes do país; receitas, ervas e chás captados diretamente da cozinha tradicional; e manifestações artesanais as mais variadas nos chegam de diferentes rurais, sendo o aspecto feminino a grande estrela dessas abordagens.

Contestando abordagens de base teórica economicista ou a bibliografia que analisa processos ecológicos centrados no meio ambiente em si, pouco se aprofundando na relação homem/meio ambiente, são desvendadas reciprocidades e formas de imersão do universo camponês no meio ambiente.

Etnografias da prática cotidiana ligada à experiência do mundo vivenciada no circuito da patrimonialidade imaterial representam, significativamente, contribuições na luta pela valorização e reconhecimento da cultura local dos assentamentos. Comprovadamente, as rupturas que impregnam as trajetórias dos assentados não implicam em perdas definitivas de práticas tradicionais que agora são usadas para compor uma nova identidade, na qual códigos e valores de suas origens rurais se fazem presentes.

A arte e a sociabilidade entram igualmente na análise do modo de vida dos assentamentos como forma de despertar os potenciais criativos das famílias assentadas. Trata-se, sem dúvidas, de mais uma alternativa de inserção da cultura popular na pauta das políticas públicas, a ampliar o campo temático das publicações do Retratos de Assentamentos.

Artigos procuram ainda reivindicar um olhar diferenciado dedicado à mulher que vive no campo, trabalhando na produção e garantindo a reprodução da vida familiar em circunstâncias diferentes daquelas que condicionam as relações de gênero na cidade. São novas perspectivas...

Esse aspecto emerge ainda das lutas quilombolas – tema que interessa cada vez mais a todos nós, estudiosos da complexidade do mundo rural dentro da totalidade do processo histórico brasileiro.

Encontros de Mulheres Assentadas e Quilombolas têm questionado a atribuída invisibilidade imposta à mulher no meio rural, evidenciando o protagonismo que as mulheres vêm assumindo na construção das condições de vida nos assentamentos e nos quilombos.

Busca-se ainda mostrar que os assentamentos, embora relativamente novos, também têm História e na região de Araraquara essa história já produziu registros.

Assim, dois textos resgatam História e histórias do Assentamento da Fazenda Bela Vista, um dos mais singulares no conjunto dos assentamentos do Estado de São Paulo, principalmente no que se refere à sua história cultural e à educação escolarizada.

Interessou-nos também iniciar debates sobre a questão dos direitos humanos – tema de ponta em estudos sobre problemas urbanos e que gostaríamos de ver intensificados em relação ao mundo rural. Afinal, quando nos voltamos para os quilombos e quando tratamos do direito à terra de trabalho, não é de direitos humanos que estamos falando?

Entre as novas perspectivas, também abrimos espaço para uma "nova" velha questão, a saber, a nossa não resolvida Questão Agrária. Num país que se modernizou sem abolir o latifúndio e a monocultura – agora travestidos em agronegócio – essa questão necessita estar constantemente reatualizada. E a partir daí, alguns artigos do nº 14 (2) do Retratos de Assentamentos voltam-se novamente para o plano da política, abordando nesse plano, tanto a nossa política fundiária, como as políticas públicas de apoio àqueles que produzem alimentos (e não "commodities"). A questão da invisibilidade à multidimensionalidade da pobreza no meio rural é problematizada, sendo discutidas alternativas político-institucionais de enfrentá-la, superando a miopia das análises que se limitam a uma relação estreita entre a pobreza e renda.

Desafios e propostas de arranjos voltados para os mercados institucionais de alimentos e mercados varejistas regionais são discutidos no âmbito das perspectivas de desenvolvimento para os assentamentos.

Estudos de casos voltados à atuação do Programa de Aquisição de Alimentos acrescentam ricos elementos à esta discussão. A possibilidade de serem estreitadas as relações campo/cidade, à medida em que os produtos agropecuários dos assentamentos de reforma agrária se materializam no espaço urbano, podendo intervir diretamente na condição social de reprodução dos sujeitos cria, sem dúvidas, pontos de inflexão.

O PAA se constitui em um redesenho produtivo para os assentados ou consolida a assistência social com estratégia de seguridade social? Controvérsias é que não faltam nesta edição do Retratos.

A difícil, mas possível adoção de práticas agroecológicas nos assentamentos rurais é dimensionada em um artigo voltado às metodologias, sistemas capazes de efetuar avaliações sócio-ambientais imbuídos da decisão de apoiar os agricultores em sua transição rumo à construção de territórios mais sustentáveis. A análise dos dados sugeriu a necessidade de ações para melhoria dos

indicadores. Evidenciando o compromisso com o retorno social do conhecimento, este artigo propõe intervenções que possam auxiliar os assentamentos no planejamento de suas ações. E há vontade política para isso?

A empreitada do Incra na construção de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) chega a bom termo? O modelo de criação de uma política de desenvolvimento de assentamentos privilegiando o viés ambiental tem concreticidade? Questões polêmicas, de respostas nada simples, a exigir que nos debrucemos sobre o sentido e a possível (re) significação da Reforma Agrária.

Leituras positivas enfatizando expectativas inovadoras trazidas pelos PDS's mesclam-se a críticas e divergências sobre a concepção de sustentabilidade priorizada pelos atores envolvidos nos projetos de desenvolvimentos dos assentamentos.

Temos, efetivamente, gargalos que têm se apresentado no desenvolvimento dos assentamentos, os quais exigem a problematização da liberação de créditos, a necessidade de reorientação da assistência técnica, a imperiosa urgência da questão ambiental ser, de fato e de direito, incorporada na agenda de políticas dirigidas aos assentamentos.

Chega-se, ao final, às questões econômicas de produtividade e sustentabilidade: índices, indicadores e questões de mercado, constituem partes de um grande desafio, sem cujo enfrentamento, os sonhos do homem e da mulher do campo, do qual participam antropólogos e ambientalistas interessados em Sociologia Rural, correm grandes perigos face à voracidade do agronegócio.

Assumindo mais uma vez a certeza da importância e da atualidade das discussões envolvendo a Reforma Agrária e por ter a convicção de que existem alternativas de outro modelo de desenvolvimento rural, que podem gerar novas formas de uso da terra e dos recursos naturais é que os Editores convidam os leitores a compartilhar das controvérsias e contribuições do número 14 (2) da coleção **Retratos de Assentamentos**, marcadas, mais uma vez, pelos sonhos e utopias de um pensamento que continuamente assume compromissos e estimula a crítica.

Os Editores

PRÁTICAS ECO-AGRÍCOLAS TRADICIONAIS: ONTEM E HOJE

Ellen F. Woortmann ¹

Resumo: o artigo analisa algumas práticas agrícolas etno-ecológicas tradicionais desenvolvidas por grupos camponeses. Especificamente, parte da noção de habitus de Bourdieu e da noção de triângulo Deus, Homem, Natureza tal como discutida por Klaas Woortmann. A partir de princípios, noções, tais como "tomar água esquentada no sol faz mal", práticas de proteção e preservação de recursos de água são implementadas: sempre que possível mantém-se as matas galeria, árvores são plantadas ou mantidas nas proximidades de poços e fontes, etc. Nesses grupos tradicionais o uso de recursos naturais são maximizados, tais como o plantio de inverno em áreas protegidas por geadas, a adequação/compatibilidade entre as características do solo com as variedades de alimentos, etc. Discute-se também a relação entre rituais e práticas de preservação ambiental e reflorestamento, por exemplo.

Palavras-chave: Práticas Etno-ecológicas; Processo Produtivo Agrícola; Rituais e Reflorestamento.

***Abstract:** This paper examines some ethno-ecological traditional farming practices developed by peasant groups and focuses on a specific section of Bourdieu's concept of the habitus and on the perceptions of the triad of God, Man and Nature, as discussed by Klaas Woortmann. In the light of the principles and concepts such as the one described herein as "it is not safe to drink water that has been left out in the sun for an extended period of time", new practices have been adopted with the purpose of conservation and protection of water resources: for instance, whenever possible, communities were given the responsibility to protect gallery forests, promoting conservation and tree planting in the vicinities of the wells and fountains, and so forth. These traditional groups maximize the efficient use*

¹Professora Doutora da Universidade de Brasília.

of natural resources by adopting the winter cover crops, assessing the adequacy/compatibility between soil type and food variety, and so forth. Other issues regarding the relationship between customs and practices for environmental preservation and reforestation were also discussed.

Keywords: Ethno-ecological Practices, Agricultural Production Process, Rituals and Reforestation.

Introdução

*O meu tempo é hoje. Eu não vivo no passado. É o
passado que vive em mim.*
Paulinho da Viola

Este artigo resulta de dados levantados no decorrer de pesquisas sobre processos produtivos e reprodutivos entre grupos tradicionais rurais; centra-se no encontro entre a Antropologia e a História, em especial em sua dimensão ambiental.

Ao se analisar a bibliografia sobre camponeses em geral ou sobre algum grupo tradicional em particular, percebe-se que as pesquisas de base teórica economicista via de regra privilegiam a sua produção, isto é, o resultado do trabalho familiar investido; por outro lado, as clássicas pesquisas (neo)marxistas, centram suas pesquisas no destino da produção, nos grupos sociais envolvidos, assim como sua conotação política. A relação entre processos cognitivos/produtivos e ambientais são pouco contemplados.

Por outro lado, a bibliografia que analisa processos ecológicos geralmente é centrada no meio ambiente em si, pouco se aprofundando na relação homem/meio ambiente. Além disso, esta última via de regra construída a partir de ideário marcado pela relação Hemisférios Norte /Sul, em que países como o Brasil são receptores de pacotes conceituais e tecnológicos posteriormente aplicados em situações etnográficas singulares.

As questões ambientais são trabalhadas como se antes da década de 1950/60 vigorasse uma ausência de consciência ecológica e como se esta última tivesse sido introduzida no Brasil através do esforço de incorporação do ideário norte-americano ou europeu. Isto significa que se ignora por completo, por um lado, a existência de uma consciência ecológica camponesa local e se ignora também que grupos camponeses tradicionais desenvolveram processos

adaptativos expressos em práticas ecologicamente positivas pautadas na releitura da noção de *memoire longue*, de Zonnabend (1980).

Meu objetivo neste trabalho é discutir algumas dimensões da sua *Weltanschauung*, isto é, da sua cosmovisão camponesa, configuradas face à religião e ao meio ambiente e em estreito diálogo com diferentes processos de modernização ao longo do tempo.

Tal como apontado em trabalho sobre a relação entre gênero e meio ambiente no litoral do Rio Grande do Norte:

Por ambiente entendo aqui um espaço total composto por espaços específicos articulados entre si pelo grupo que nele e dele vive. (...) Trata-se pois, não apenas de um ambiente natural dado, mas de um ambiente culturalmente significativo e socialmente utilizado. A noção de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura que fazem da "população", uma sociedade. Essa noção implica pois, não uma oposição entre natureza e sociedade, mas a interação entre ambas...Na medida em que esse sistema envolve a interação entre a natureza e grupos sociais, o espaço é socialmente construído. Tal construção implica um processo de apreensão cognitiva do meio ambiente natural e processo de seleção de suas partes, seja no plano prático seja no simbólico (WOORTMANN, p. 31-53, 1992).

Nesse quadro é importante acrescentar que nessa concepção o meio ambiente é dinâmico e opera ajustando-se a mudanças ou transformações internas ou com resposta à inovações/pressões externas.

Ao discutir a proposta de práticas ecológicas tradicionais é oportuno apontar, ainda que de forma resumida, alguns níveis de entendimento servem de base à essas práticas.

Elas são parte do que Norbert Elias (1997) e Pierre Bourdieu (1980 e 1983) definem como *habitus*. Ainda que ambos utilizem a mesma categoria, as suas concepções são bastante distintas.

Para Elias, *habitus* consiste num saber socialmente incorporado "de cima para baixo", numa relação unidirecional, isto é, configurado pela sociedade/grupo, sua família, escola, e introjetado, inculcado no indivíduo e nele seletivamente sedimentado. As práticas incorporadas formariam como que uma ponte entre a continuidade, as práticas tradicionais, por exemplo, e a mudança, isto é, a introdução de novas matérias primas, variedades de plantas, animais, etc.

Para Bourdieu (op cit), inspirado em Panofski, *habitus* consiste num saber

social incorporado ou *Bildung*, resultante de um movimento de "mão dupla", ou seja, da sociedade/grupo para a pessoa e desta para o grupo ou sociedade a que pertence. Em outros termos, a pessoa é socializada, internaliza aquilo que a família, escola, amigos, igreja, meios de comunicação, etc., lhe inculcem: a concepção do que é meio ambiente, sua relação com outras esferas tais como a social, a religiosa, econômica, por exemplo. Contudo, nem sempre o que lhe foi inculcido no plano do modelo, será posto em prática, lhe será operativo, seja devido a circunstâncias alheias à sua vontade, seja por opção individual.

Por outro lado, de acordo com Bourdieu (op cit.), a pessoa também pode influenciar a sociedade ou grupo a que pertence, abrir novas perspectivas, criar novas demandas ambientais e estéticas, por exemplo. Nos termos de Panofski:

Tratando-se de fenômenos históricos ou de fenômenos naturais, a observação particular apresenta o caráter de um 'fato' só quando pode ser relacionada com outras observações análogas, de tal modo que o conjunto da série 'ganhe sentido'. Portanto, este 'sentido' pode ser legitimamente utilizado a título de controle, para interpretar uma nova observação particular dentro da mesma classe de fenômenos. (BOURDIEU, p. 343, 1983).

Bourdieu (op cit) propõe ainda a existência de disposições internalizadas e naturalizadas em relação dialética com as práticas, em outros termos, na combinação entre "estruturas estruturadas e estruturantes" quer dizer, aquilo que foi inculcado pela tradição em termos de concepções e relações com o meio ambiente de um determinado grupo social e o que foi historicamente atualizado no decorrer do tempo.

Nessa perspectiva, uma localidade ou região é vista como um território no qual práticas são mantidas seletivamente no decorrer do tempo, configurando o que Pietrafesa (1997) define como "sistema do lugar" e distintos modos de existência (2009).

A noção de prática aqui será concebida como decorrente do habitus de um grupo ou pessoa, tal como discutido por Bourdieu em seu clássico *Célibat et condition paysanne* (1962) noção que não se confunde com a de outros autores, tal como Sahlins (2004), com sua teoria da utilidade objetiva.

A partir desse quadro, propõe-se pensar e pesar a noção de práticas ecológicas tradicionais como resultado de um domínio cognitivo do meio-ambiente; mais especificamente ele resulta de um manejo dos recursos disponíveis com relação a um ambiente percebido, um fenômeno desenvolvido no interior

de grupos tradicionais em muitos casos em fase agonística. Em alguns casos essas práticas ainda estão sendo operacionalizadas, em outros, elas somente estão no plano da memória dos idosos e em outros ainda, essas práticas já foram seletivamente descartadas.

Aproximando-nos de um nível etnográfico, centrado em populações rurais brasileiras, deve ser destacado o que Klaas Woortmann (2000) concebe graficamente como um triângulo, marcado pela égide de uma percepção articulada e holista do mundo. O vértice superior deste triângulo – numa percepção tradicional pré-romanização – é ocupado por Deus, como Senhor e Criador do mundo; no segundo vértice, subordinado a Ele, encontra-se o homem, como sua criação; e no terceiro, também como sua criação, está a Natureza. Há portanto, a configuração de um pacto hierárquico com valores, pesos, diferenciados: o Homem e a Natureza, com peso e valores menores, subordinados a Deus, o Criador.

É evidente que esta não é a concepção de mundo urbana, capitalista, globalizada, na qual Deus está fora desse universo, separado e encerrado no contexto da religião formal e a natureza, numa relação verticalizada, está subordinada ao homem e a seu serviço. Ademais, nesta concepção pode-se identificar relações de causa e efeito, entre os dois últimos, porém sem correlação direta com o primeiro.

Na concepção tradicional do triângulo articulado, Deus "fala" aos homens diretamente através da religião, porém não no quadro da alta hierarquia romana; Ele fala aos homens no ideário do catolicismo popular. Estes por sua vez, se articulam com a natureza não como seus superiores; eles se relacionam com a natureza numa relação entre iguais compartilhando o status de criaturas de um mesmo Criador. Além disso, Deus também fala aos homens indiretamente através da natureza. Destarte, cada um dos vértices se torna um elemento de um todo marcado pela reciprocidade entre as partes.

Essa relação está explicitada, por exemplo, quando se analisa as fogueiras montadas no dia de São José, dia 19 de março. As fogueiras são acesas em sua honra e como forma de agradecimento pela previsão de inverno que ele promove. Como afirma um camponês, hoje produtor de maracujá para o mercado de Aracaju:

Desde o meu tempo de menino, nunca deixei de honrar São José. E botei no meu filho o nome dele. Pode escrever aí, dona, ele diz para o povo como vai ser o inverno. Como assim? É isso mesmo. Dia de São José que cai aquela

água boa, aquela chuva, chuvona, pode escrever que Deus vai mandar um inverno bom... vai ser aquela fartura, o povo aquela alegria da panela cheia, os bichos gordos, aquela beleza. Agora, quando não chove no dia de São José, é porque ele já está avisando para o povo que acredita, o inverno vai ser fraco, as roças... vai ser aquela tristeza, judiação... A gente não sabe, Deus é que vai mandar a benção das chuvas.

Nesse quadro, São José e os demais santos, operam como intermediários entre Deus e os homens, enviando avisos aos tementes a Deus, intercedendo face a ele, etc. Via de regra, essa intermediação é percebida como sendo através da natureza.

É no âmbito desse ideário que se entende a organização de procissões de pessoas entoando ladainhas e rezas, carregando vasilhames com água, para lavar cruzeiros, como forma de penitência a Deus, para que Ele se apiede e envie chuvas. Nesse quadro, a seca não resulta de um fenômeno climático, cientificamente caracterizado como El Niño ou La Niña. Para esses camponeses "a seca é o castigo de Deus pela maldade dos homens". Portanto, constitui uma concepção de meio ambiente completamente diferente da urbano-centrada atual.

De forma análoga, a solução antiga de problemas através de um pacto entre os três vértices, Átis como a expulsão de animais peçonhentos é dada no mesmo quadro referencial: para expulsar as cobras (natureza) de uma roça familiar, é chamado um rezador (homem) – observe-se que ele não é um exterminador – que invoca a Deus e à interferência dos santos, os quais manterão a segurança enquanto o rezador viver. Esse pacto permanece vigente enquanto o rezador estiver vivo e ativo; com o seu falecimento, o pacto se extingue e deve ser renovado com outro rezador.

A concepção holista de Dumont (1970) deste ideário é evidente. Há um todo que se manifesta nos três vértices, que não podem ser desarticulados ou concebidos em esferas separadas. E, de acordo com ele, a pessoa, como membro de sua família e por sua vez a sua família no grupo ao qual se vincula, igualmente estão incluídos nesse todo ao qual também se encontra a natureza.

Assim, se a natureza é criada por Deus, pode ela ser corrigida? Será que Deus criou algo errado? Observe-se que somente algo que está errado ou imperfeito é que pode ser corrigido. Então como algo que foi criado por Deus pode ser corrigido?

Numa concepção próxima à romana, apontada por Fustel de Coulanges, o camponês se pensa, não como proprietário da terra, vista como mercadoria ou

investimento de curto prazo, que pode exaurida, mas como dono que a trabalha e que a passa de pai para filho. O camponês se concebe como responsável pelo seu gerenciamento e portanto, da natureza. A terra lhe foi outorgada como legado, legitimado por Deus pelo trabalho nela investido². Recebida da geração anterior, deve legá-la à próxima em condições positivas de reprodução.

Destarte, há um investimento de trabalho nesta terra-patrimônio. É o "suor do seu rosto" que legitima o acesso à ela, bem como o consumo do que nela foi e é produzido. Arigor, o trabalho legitima o acesso à terra destinada ao camponês por Deus. E nesse quadro ele deve prestar contas do que fez com e a ela e, por conseguinte, à natureza à geração seguinte e à Deus.

Essa concepção supõe que tal como há a proximidade do homem com a natureza, assim há a proximidade do homem com Deus.

Ao se analisar o detalhamento do processo produtivo camponês, constata-se que há uma relação de reciprocidade entre homem e natureza, na qual se identificam "negociações", "diálogos", nos quais o camponês "fala" com ela.

Ao contrário dos técnicos a serviço do agronegócio, que após a análise dos solos determinam a "correção dos solos" a fim de atender às necessidades da mercadoria a ser produzida, a produção camponesa parte do domínio cognitivo das condições e características do solo e da natureza. Haverá, como que uma "negociação" entre homem e natureza, na qual se identifica um ajuste entre a produção para atender as necessidades da família e o "terra quer dar". Assim, o gerenciamento da terra, a configuração do processo produtivo, levará em conta dois termos: 1.º as necessidades do homem e sua família e 2.º o potencial da natureza – no seu entendimento, os recursos disponibilizados por Deus a ele e sua família.

Assim, por exemplo, no sertão do Nordeste, um terreno "brejado" não será drenado para impor um determinado tipo de mandioca; atendendo ao que a terra quer dar, dentre as variedades de mandioca será escolhida aquela que mais se adéqua ao tipo de solo que retém maior índice de umidade. Da mesma forma, em local onde há alta incidência de formigueiros, planta-se melancia que "gosta" desses lugares ou pode ser aplicada "água da mandioca", subproduto da fabricação da farinha.

²Essa concepção era compartilhada no período inicial do MST através de mensagens tais como: Terra de Deus para quem ela trabalha". Sobre concepções de trabalho camponês, ver Brandão 1986 e 2004.

Desse tipo de gerenciamento/negociação resulta uma diversificação da produção diretamente associada à diversidade de solos disponíveis negociada, negociação essa alicerçada, como mencionado inicialmente, no "habitus, como sistema de esquemas inconscientes, ou profundamente internalizados, que transforma a herança coletiva em inconsciente individual" (BOURDIEU, p. 347, 1982). Além disso, supõe um domínio cognitivo detalhado dos elementos que compõe o processo produtivo, tais como características específicas de cada variedade das plantas utilizadas, a relação entre as mesmas em seus processo de florescimento e produção, os tipos específicos de solos, o regime de chuvas, ventos, etc. Esse conjunto de saberes, que no mundo camponês implica em fazeres, compõe o que se define como "matriz camponesa".

Se essa negociação é alicerçada no habitus, ela, por sua vez, também tem de negociar com outras dimensões, com as condições de acesso à terra, por exemplo. Acredito que esse quadro explique o fato de que nas pesquisas realizadas no sertão de Sergipe tenham sido identificadas 26 formas de consorciamento³, algumas delas, antigas, apenas retidas na memória dos camponeses idosos e outras em uso. Há uma plasticidade no plano do modelo que permite os ajustes face às mudanças internas do grupo e/ou face às alterações/imposições externas.

No discurso desses camponeses observa-se que há como que uma "humanização" da natureza. Nesse ideário, o camponês "o que ela quer dar", "o que ela quer produzir", depois de produzir "ela precisa descansar" e necessita de "vitamina", isto é, adubo. Nesse discurso fica evidente a construção de relações de reciprocidade positiva em que o camponês atende ao que ela quer (adubo, pousio, etc) e ela por sua vez atende ao que ele necessita, o produz o seu alimento.

A essas características de humanização positiva pode ser acrescentada, por outro lado, característica de humanização negativa: quando demasiado explorada, "a terra se vingando dando pouco rendimento", isto é, numa evidente reciprocidade negativa, a natureza reage aos maus tratos dos homens, reduzindo o rendimento da sua produção de alimentos, provocando a fome. Da mesma forma, quando uma área de mata é desnecessariamente queimada ou sem a observância das práticas de tradicionais de prevenção (aceiro mal-feito, por

³Sobre formas classificações e de consorciamento, ver (DUBOIS, 1995 e WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

exemplo, ou não observância das condições de vento, umidade, etc.) a natureza "pode se vingar" provocando incêndios nas imediações ou provocando ataque de animais em fuga.

É importante salientar que para o camponês é fundamental deixar a terra "descansar" até criar uma capoeira ou mesmo, se possível, capoeira grossa. Devido a pouca disponibilidade de terras, é motivo de grande orgulho para o camponês deixar uma área em descanso até ela retornar à condição de mata. Legar uma área de mata aos filhos, ainda que pequena, é prova de ele é um bom pai e um camponês "caprichoso". Ao legar-lhes a mata, ele lhes dá a oportunidade altamente valorizada de ter acesso aos recursos que a mata disponibiliza e de iniciar um novo ciclo agrícola.

Remetendo ao que já foi mencionado acima, no âmbito dessa reciprocidade negativa, incluem-se também, como já mencionado, as recorrentes secas que castigam o sertão.

Essa forma de pensar, portanto, constrói o universo camponês como imerso no meio ambiente, como parte dele, e não fora dele. Partindo dessa constatação, percebe-se que em certos grupos camponeses, tal como os do Mato Grosso, estudados por Almeida (1988 e 2007) a leitura de fenômenos da natureza é diferente. Eles, por exemplo, não compartilham com a percepção ocidental moderna de 4 fases da lua, isto é, concepção "compartimentalizada" da lua. Para esses camponeses a lua, num continuum, passa gradativamente de *fraca* (lua nova) a *forte* (lua cheia) e é ela, e não o calendário solar, que orienta/sinaliza as práticas do processo produtivo. Essa leitura da natureza que resulta, via de regra de modelos antigos ajustados no tempo, nem sempre são operativos face ao processo migratório. É o caso dos migrantes gaúchos estudados por Tavares dos Santos (1983) ao transferirem os parâmetros de leitura do solo e plantas nativas do Rio Grande do Sul para a Amazônia incorrerem em leitura equivocada. A mata exuberante, com a presença de certas variedades de plantas, que no Sul é expressão segura de solos férteis, profundos, no Norte, via de regra pode ser expressão de solos arenosos pouco férteis, com fina cobertura de húmus.

Dentre esse grande e variado universo de práticas ecológicas tradicionais, encontram-se, centrados em certos locais, grupos específicos nos quais práticas etno-ecológicas são identificáveis. Elas geralmente resultam de uma matriz cognitiva e de condições sócio-econômicas e ambientais para se manter e atualizar. Configuram um etno-manejo com características peculiares mais ou menos identificáveis, a depender do processo de adaptação.

Assim é que entre os teuto-brasileiros do Vale do Rio dos Sinos, por exemplo,

identificam-se ainda algumas práticas que poderiam ser definidas como etno-ecológicas tradicionais, resultantes de um processo de adaptação de uma tradição germânica ao contexto e ideário brasileiro. Essas práticas são identificadas, por exemplo, em situações de etno-manejo da natureza tal como já apontado em outro lugar:

Até cerca dos anos 1950, realizava-se como que um "reflorestamento ritual". Por ocasião do batizado de uma criança, o pai, padrinho ou avô com alguma disponibilidade de terras plantava algumas araucárias, em área ainda em mata, na margem de algum córrego ou mesmo na beira do caminho, formando como que um "corredor". Com isso, cada recém-nascido teria no futuro algo para "im Lebe' mit etwas anzufangen", isto é, ter algo para começar na vida. Desde a perspectiva da memória, era também uma forma de o ascendente ser lembrado na paisagem, principalmente quando "não estivesse mais aqui". Na periferia de Novo Hamburgo por exemplo, havia ainda, no final da década de 1990, alguns exemplares do "corredor de pinheiros da Vó Mentz", plantados entre 1920 e 1940, por essa sobrinha da líder do movimento Mucker (WOORTMANN, p. 137, 2004).

Como o casamento era tardio, esse reflorestamento de araucárias era uma maneira de formar uma poupança para os filhos, destinada a contribuir para a compra de terras em alguma colônia nova, à construção da casa, por ocasião do casamento, ou mesmo para a formação de uma "ajuda" em um novo começo na cidade. Essa "poupança" também podia ser usada para financiar o estudo em seminário para os filhos destinados ao sacerdócio. Em caso de crise, há um redirecionamento do manejo dos pinheiros, que podiam ser vendidos pelo pai. Neste caso, o pai ficava em débito com relação ao filho ao qual pertenciam as árvores.

No caso de colonos "fortes", com mata maior e mais densa, na ocasião que antecedia ao batizado, o pai, com a ajuda de familiares, além de selecionar pinheiros nativos, selecionava algumas árvores de madeira de lei, destinando-as ao recém-nascido e fazendo a limpa ao redor das mesmas "para que crescessem bonito".

Os "pinheiros-poupança" do ritual do batizado não se confundiam com aqueles plantados para outro fim ritual: os *Weihnachtsbäume*, isto é, as "árvores de Natal" ou "pinheiros de Natal". Estes eram plantados pela mãe de família e não eram cortados anualmente. Alguns deles, porém podiam ser transferidos para

a categoria dos "pinheiros-poupança". Na medida em que haviam "sobrado" dos cortes anuais.

Em 2010, quando de uma visita à antiga colônia alemã de Santo Amaro (SP), hoje município de Parelheiros⁴ (3), ao perguntar sobre pequenas áreas de mata ou reflorestadas e corredores de pinheiros adultos encontrados, me foi afiançado por um colono que:

Isso todo mundo fazia. Era sempre um apoio para o futuro... Mas hoje a gente não faz mais não. Não adianta. Se alguém ainda planta é longe da estrada porque no Natal vem as pessoas e roubam. O (inaudível) plantou uns, eles estavam bonitos, deste tamanho (cerca de 1,70 cm) e um dia amanheceu e tinham roubado todos. Eu não sei, mas eram uns 10 o 12."

–Até quando vocês ainda plantaram esses corredores?

– Assim, na beira da estrada, não sei bem, acho que já fazem uns 20 anos. Tem um ou outro que ainda planta mas são poucos.. mas é porque eles tem lugar (seguro) para plantar mais para dentro.Minha mulher sempre tem os dela plantado, no Hof, mas é para Natal...

No contexto da dinâmica dessas práticas etno-ecológicas teuto-brasileiras, altera-se o significado do pinhão, fruto das araucárias. De um complemento alimentar da família e da criação de porcos, nas últimas décadas ele passa a ter demanda no mercado urbano, tornando-se uma fonte de renda complementar para a família. Essa renda é, em muitos casos, usada para custear as despesas escolares do filho, "dono dos pinheiros", a quem cabe a coleta, sendo que a comercialização cabe ao pai.

No caso da produção de pinhão dos "pinheiros de Natal da mãe que sobraram", ainda que ele tenha sido comercializado pelo pai, o rendimento do pinhão era destinado à mãe, para atender às suas necessidades e comprar, por exemplo, um eletrodoméstico para a casa.

Essas práticas etno-ecológicas contudo, não se confundem com outra forma reflorestamento de pinheiros, realizado em locais afastados das estradas, em

⁴Agradeço ao Instituto Martius-Staden pelo convite para a palestra e por ter-me viabilizado a visita à Parelheiros e o contato com esses teuto-descendentes.

terras de colonos aposentados com alguma disponibilidade de terras e pouca força de trabalho. São os reflorestamento com plantio de pinheiros de Natal em maior escala. Nesse caso, fazem parte do domínio masculino de trabalho, o plantio é realizado por força de trabalho não familiar, os pinheiros são destinados ao mercado e nem sempre são da variedade araucária.

Identificam-se entre esses teuto-brasileiro, também uma variedade de práticas etno-ecológicas pautadas, a partir do princípio de que "beber água esquentada no sol faz mal". À partir dessas práticas, recursos de água são preservadas pelas cobertura de mata ou de árvores mantidas nas suas proximidades.

Assim é que, ao redor de fontes, açudes ou córregos que alimentam os animais nos poteiros, deve-se manter a mata ciliar nativa ou realizar o seu re-plantio. Da mesma forma, a água do poço ou fonte que abastece a casa e os animais domésticos, deve ser mantida fresca pelo plantio de árvores⁵ ao seu redor. Nesse sentido também "faz mal" trabalhar com água no sol, e é por isso que as roupas devem ser lavadas pelas mulheres em locais sombreados; algumas árvores devem ser preservadas nas roças para sombrear os momentos de descanso /refeições dos colonos em seus trabalhos durante os picos agrícolas. De forma análoga, os animais devem ter acesso à sombra para que suas cabeças não esquentem e eles adoçam.

É interessante que, na contra-corrente das tendências mais gerais de desmatamento, hoje, em muitas dessas colônias teuto-brasileiras tradicionais, as áreas de mata nativa e de reflorestamento estão aumentando devido à redução média do número de filhos, à migração de parte deles para a cidade ou pela redução das áreas de plantio de alimentos decorrente do trabalho em tempo parcial dos filhos como operários nas indústrias que para lá transferiram setores de seu parque industrial, tal como discutido em Schneider (1999).

Alguns poucos "colonos bons", principalmente "fortes" com maior disponibilidade de terras, ainda tem condições de reproduzir práticas etno-ecológicas antigas. Mantém a sua reserva de mata nativa original ou replantada para obtenção de madeira para construção ou reparação da casa ou estábulos, confecção de cabos de ferramentas, moirões de cerca e lenha. Em geral essas áreas de mata se localizam nas encostas dos morros e são uma maneira de evitar que a chuva "levasse a terra boa embora" e houvesse o açoreamento dos cursos de água.

⁵Vale ressaltar que sempre há uma preocupação de escolher árvores que não perdem as folhas ou cujo pólen suje a água.

Aliás, a erosão, no ideário desses colonos é expressão de maltrato da natureza e é muito mal-vista por Deus, e por isso deve ser imediatamente combatida. Numa combinação teuto-brasileira, galhos e ramas de árvores e palha devem ser colocadas logo após terminada a enxurrada, no sentido inverso ao da água. A prática é concluída com o plantio de bananeiras, no sentido transversal da fenda.

Retornando à questão do etno-manejo nas propriedades teuto-brasileiras, vale observar que nem todas as árvores em casas antigas estão relacionadas à proteção de recursos de água. Ipês amarelos antigos, por exemplo, encontrados em frente de Stammhäuser (1995), podem ser classificadas como "árvores-testemunho" de uma antiga identidade. Essas árvores sinalizavam aos passantes da estrada que este colono era membro de uma loja maçônica. Essas árvores-testemunho antigas possuem significado muito diferente de outras da mesma variedade, de plantio recente, plantados por motivos tão somente estéticos, "por que são bonitos".

Como que numa atualização do ideário tradicional, explica-se a presença de cinamomos, por exemplo, uma árvore exógena, introduzida na região em torno da década de 1940. As folhas do cinamomo são repelentes naturais de insetos. Essa característica explica o plantio de cinamomos nas proximidades da casa, de preferência perto da janela da cozinha e dos estábulos. É o que detalha uma colona, hoje moradora na cidade:

Minha mãe sempre contava. Tinha tempos em que era triste. Era só começar a fazer chucrute, matar um porco ou uma coisa assim, que apareciam as varejeiras. Tinha também tempos que sempre tinha muitas moscas. A gente botava 2,3 pegadores de moscas (Fliegerfänger)... e os vidros ficavam pretos. E não adiantava nada. Uma vez ou outra não tinha jeito, a gente botava veneno mesmo...

Depois a gente ganhou a mudinha de cinamomo da minha madrinha. ...Foi um alívio. Até hoje, quando tem muita (mosca), a gente brinca que traz ela para dentro: pega umas folhas e bota na mesa. Pronto, espanta elas... e espanta outro bichos também, pulgas, bicho de pé... Essas duas árvores são filhas das da mãe e eu já dei uma muda para o meu guri plantar na casa dele... E cinamomo quando ele dá flor, nossa, que cheirinho bom...

Eu não uso veneno de mosca em casa. É só o cinamomo mesmo.

Vale mencionar que há uma outra razão, menor, é verdade, que explica a presença de cinamomos perto da casa. Devido às características da casca de seu tronco, ele é um excelente local para o plantio de orquídeas!

Tal como no "tempo dos antigos", alguns colonos ainda hoje procuram observar as práticas antigas, ao plantar, logo depois do inverno, a batata inglesa da "safra" nas roças mais altas dos morros, a fim de aproveitar melhor o sol da primavera, ao passo que a batata da "safrinha" deve ser plantada na encosta, com o solo protegido com a palhada da safra anterior, a fim de proteger a terra do sol inclemente do verão e evitar a erosão. De forma análoga, alguns poucos colonos possuem algumas áreas de terra definidas como "abençoadas". Elas são assim definidas "por que Deus não manda geada para esses lugares". Constitui uma explicação, dentro da ótica acima discutida, para pequenas áreas protegidas da geada pela sua configuração geográfica.

Em todo plantio, numa perspectiva, que privilegia a utilização de recursos próprios, utiliza-se como adubo verde do gado e a cama das galinhas de criação própria. Como disse um colono, acerca do plantio das batatas, seu principal produto de consumo familiar e comercialização:

E a plantação das batatas? Aí varia. Sempre que eu posso, eu só uso o nosso adubo. Fujo de comprar adubo que nem o diabo da cruz.

Como assim, não entendi.

Cuida, uma vez. Eu uso o adubo que eu tenho por que quero me garantir. Eu sei que ele é bom para a terra. Isso é dos antigos: terra "magra" precisa mesmo é de adubo de gado. No ano passado o pai me deu duas carradas (de trator). Me ajudou muito... Comprar adubo de boi, desses caras que vem aqui de caminhão é muito arriscado. Meu cunhado comprou uma vez e ele estava cheio de guaxumba; sujou toda roça dele; foi uma luta até ele conseguir tirar toda.

Esta parte do depoimento merece algumas observações. Em primeiro lugar há a preocupação ecológica de atender às necessidades da terra, em conformidade com as etno-classificações teuto-brasileiras, que opõe solos magros (estéreis) à gordos (férteis). O adubo a ser utilizado, num papel análogo ao do sítio camponês do sertão, discutido em outro lugar (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997), deve fazer parte do circuito próprio de insumos e

produtos, no qual uma parte da propriedade supre outra(s) parte(s) Ele pode ser obtido também como parte de um processo de reciprocidade de insumos, associado a circuitos de parentesco. A compra de estranhos, de fora da colônia, implica em assumir riscos quanto à sua qualidade.

É interessante observar a noção de sujeira desses colonos. Ela é definida pela presença de variedades de ervas daninhas na roça ou potreiro, numa aceção de desordem, que remete à análise de Mary Douglas (1966).

Em continuação, o mesmo colono acrescenta:

E o adubo químico?

Pensa, os técnicos vem aqui e falam, falam, falam, parece que eles é que são os vendedores de adubo químico; ...não sei se eles não ganham comissão... Eu só compro quando não tem jeito mesmo. Quer ver? Essa (variedade de) batata nova, eles dizem que produz melhor se plantar com o químico e ainda botar veneno...

É, às vezes não tem jeito, vou experimentar no Stück (pedaço de roça) que eu tenho lá na entrada...mas não vou pegar o (financiamento) banco este ano. Deus vai me ajudar..., a nossa (variedade antiga de batata, consumida em ocasiões rituais) a minha mulher planta perto do estábulo, já fica mais fácil para ela.. Não, também não bota veneno, ela só planta cravo de defunto ao redor... Como não é muito, ela só usa o esterco e cama de galinha ... isso já era assim no tempo dos "velhos" e faz um tempo que ela está com o pessoal da CAPA⁶

Essa parte do depoimento aponta para algumas questões interessantes. Em primeiro lugar, constata-se a mesma estranheza face aos de "fora", sejam eles

⁶Numa modalidade de aproximação/negociação entre as práticas ecológicas tradicionais dos colonos e as configuradas pelo ideário atual, a organização não-governamental Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, há 30 anos, presta assistência técnica para mais de 12 mil famílias de agricultores orgânicos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A Ong atua no apoio técnico às famílias rurais, transmissão de valores sobre o cuidado da terra e na organização dos grupos em associações e cooperativas.

técnicos, representantes do banco ou vendedores de adubo químico. Além disso, de forma análoga aos nipo-brasileiros, produtores de morangos no Distrito Federal, esses colonos mantêm a produção de suas variedades de consumo preferidas conforme seus modelos tradicionais, enquanto que nas variedades recentes, voltadas para a comercialização, são empregados adubos químicos, vários tipos de "cidas", indicados pelos técnicos.

Deve ser observado ainda, alguns elementos de gênero. Numa modalidade de "negociação" entre práticas etno-ecológicas tradicionais e a produção para o mercado, cabe ao homem tratar desta última com insumos modernos. Contudo, se a prática tradicional teve de ceder lugar à novos modelos de produção, permanece ainda como uma sobrevivência do ideário tradicional, na localização, posição da roça na safra e safrinha, mencionadas acima. Via de regra cabe ao homem a participação em movimentos sindicais e em cursos ligados à produção de produtos para o mercado.

Por outro lado, cabe à mulher o cultivo da variedade antiga, altamente valorizada pelos colonos para consumo próprio, especialmente em festas, batizados, casamentos ou velórios tradicionais. Além disso, é a mulher que em seus espaços de cultivo possui as condições de reproduzir algumas das práticas etno-ecológicas de cultivo: tais como intercalar cravo de defunto, defensivo natural na horta, utilizar tão somente adubos de sua própria criação⁷. Eventualmente ela comercializa parte de sua colheita dessa batata antiga para vizinhos e parentes, que também a valorizam porém não a produzem.

Além disso, numa forma maximizar o esforço a ser despendido pela mulher no seu trabalho de cultivo e articulá-lo ao trabalho da casa, a horta e outros espaços produtivos de seu domínio são localizados em espaços próximos da casa e das demais instalações. Cabe à mulher também participar de cursos promovidos por entidades com o intuito de melhorar a qualidade de vida das famílias.

Com frequência, o modelo de produção orgânica, como modelo antigo "renovado" e cientificamente validado, é introduzido e experimentado pela mulher nos seus espaços, como "ajuste moderno" à práticas etno-ecológicas antigas preservadas. Posteriormente, como forma de reduzir as margens de risco à saúde

⁷Ao contrário do sertão do nordeste onde o gado é parte do domínio produtivo masculino, nas colônias de descendentes de alemães as vacas leiteiras e galinhas são atribuição, propriedade da mãe de família e, com frequência, sua principal fonte de renda.

da família decorrente da aplicação de "venenos", e aumentar os rendimentos específicos, o modelo renovado é introduzido gradativamente pelo homem nos seus domínios de produção. O fato de ele introduzir o modelo orgânico de produção em alguns produtos e áreas, contudo, não impede que outros produtos, em outras áreas sejam cultivados com o uso de "cidas" e "venenos".

E finalmente, vale ressaltar que as medidas impositivas de produção da agroindústria, com frequência impedem que essas práticas tradicionais possam ser implementadas numa geração, o que leva a que esse ideário deixe de ser repassado para a geração seguinte.

Referências

BOURDIEU, P. **Célibat et Condition Paysanne**. Édtudes Rurales, nº 5-6, 1962.

_____ **Le Sens Pratique**. Paris, Éditons de Minuit, 1980.

_____ **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1982.

BRANDÃO, C. R. Os nomes do Trabalho. In: **Anuário Antropológico 85**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1986.

_____ Sobre a Tradicionalidade que Há em Nós. In: Oliveira, A.U.de e Medeiros Marques, M.I. – **O Campo no Século XXI**. São Paulo, Edit.Paz e Terra / Casa Amarela, 2004.

ELIAS, N. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1997.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.

DUBOIS, C.G. **O Imaginário da Renascença**. Brasília, EdUnB, 1995.

DUMONT, L. **O Individualismo**. Rio de Janeiro, 1975.

PIETRAFESA, E. de Godoi. O Sistema do Lugar. In: PIETRAFESA, E. de

Godoi e NIEMAYER, A.(org.) – **Além dos Territórios**. Campinas, Mercado das Letras, 1998.

SAHLINS. M. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro.Edit.UFRJ, 2004.

SCHNEIDER, S. **A Agricultura Familiar e Industrialização**. Porto Alegre, Editora Universidade, 1999.

TAVARES, J.V. dos Santos. **Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia**. Rio de Janeiro, Edit.Paz e Terra, 1983.

WOORTMANN, E. F. Da Complementaridade à Dependência: Espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do Nordeste. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, n.º 18, Ano 7, 1992.

_____ **Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. Brasília, HUCITEC/EdUnB, 1995.

_____ **O Saber Tradicional Camponês e Inovações**. In: Oliveira e Medeiros Marques op cit, 2004.

WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, K. O Selvagem na História: Heródoto e a questão do outro. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol.43, nº1, 2000.

ZONNABEND, F. **La Mémoire Longue**. Paris, Presses Univ. de France, 1980.

DAS RECEITAS ÀS PRÁTICAS DE BENZEDURA E CURA: UMA ETNOGRAFIA DO SABERES TRADICIONAIS DE MULHERES ASSENTADAS

Thauana Paiva de Souza Gomes^{1 2}

Resumo: Este trabalho é parte dos estudos desenvolvidos durante mestrado em comunidade assentada rural do Brasil. Neste trabalho, estudamos a importância do patrimônio imaterial na transformação dos espaços do assentamento em lugares, desenvolvendo um novo modo de vida carregado de memória e cultura tradicional, tendo nas mulheres um papel importantíssimo de guardiãs e transmissoras destes saberes. O objetivo deste estudo foi entender de que forma as mulheres se utilizavam destes conhecimentos no dia-a-dia, nos cuidados com a saúde, nas receitas de quitutes ou na reprodução da vida. Destacamos que todo o inventário aqui registrado deve ser pensado para que os registros, as catalogações no sentido de não transformar a cultura em aspectos ideológicos, empobrecendo as compreensões e as devidas valorizações dos sujeitos. Como resultado da pesquisa foi realizado um inventário de saberes não-oficiais descritos nos principais lugares onde são transferidos: na casa registramos receitas tradicionais e os cuidados com a saúde.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial; Saberes; Mulheres; Tradição.

Abstract: This study, which is part of the master's thesis, was conducted in a settled rural community in the region of Araraquara (SP). In this paper, we investigated the importance of intangible heritage with respect to the transformation of the rural settlement spaces into places, promoting the development of linkages between generations through cultural memory to

¹Mestre em educação pela UNESP de Araraquara Professora da UNISEB Interativo e pesquisadora do NUPEDOR.

²A orientação deste trabalho foi realizada por Dulce Consuelo Andreatta Whitaker.

learn about new ways of life, where women play crucial roles as guardians and promoters of cultural knowledge. The aim of this study was to understand their abilities to use this knowledge in everyday life, in healthcare, in appetizer recipes or in the reproduction of life. We highlight that all inventory records reported here should be well thought out for the preservation, cataloguing and conservation work, in order to avoid the transformation of ideological aspects of such a culture that can lead to an impoverished understanding and may influence the values of individuals. As a result of the research, an inventory of unofficial knowledge was carried out describing the major places where these knowledge transfers occurred: at the house, we gathered data about traditional recipes and healthcare.

Keywords: *Intangible Heritage; Knowledge; Women; Tradition.*

Introdução

Este trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas durante o mestrado e tem como objetivo trabalhar as dimensões da patrimonialidade no que tange ao seu valor para as ressignificações cotidianas simbólicas e materiais. Neste sentido, buscamos neste artigo apresentar parte do inventário que enfoca o papel das mulheres como guardadoras do patrimônio imaterial, bem como, a importância da oralidade na transferência destes conhecimentos.

Ao propor uma análise da etnografia dos saberes não oficiais, é necessário, antes de tudo, pensar a respeito da cultura popular tradicional. Seguimos uma concepção de que a necessidade de fazer o levantamento etnográfico dos saberes não oficiais faz parte do que o IPHAN tem designado como patrimônio imaterial. Integramos ainda a essa ideia a concepção de que os conhecimentos costumeiros, aqui estudados, não podem ser considerados tradicionais puros, autênticos, mas informações que são marginalizadas pelo conhecimento oficial por serem fortemente ligadas à tradição e que constantemente se ressignificam num todo híbrido de modalidades sociais e étnicas que constantemente se renovam.

Assim, a cultura popular não pode ser entendida apenas como "expressão" da personalidade de um povo, justamente porque tal personalidade não existe como uma entidade, mas como um produto da integração das relações sociais. Nem, tão pouco, como um conjunto de tradições ou essências, preservadas de modo puro.

De tal modo, é possível verificar que a cultura surge a partir das condições materiais de vida e, nas classes populares, as manifestações, as crenças, as festas

estão intimamente ligadas ao cotidiano e ao trabalho diário ao qual se entregam quase todo momento (CANCLINI, 1982).

Atualmente, a UNESCO trabalha com a concepção de que proteger a memória através do físico é um consenso, mas segundo ainda esta instituição, não apenas de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo, mas há muito mais nas tradições, saberes, folclore e cotidiano transmitidos através de gestos ou língua e criados e recriados coletivamente ao longo do tempo. Tal fator pode ser afirmado: "para as minorias étnicas e povos indígenas, este patrimônio é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história" (UNESCO, <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>, consultado em 20/12/10).

Vale lembrar que quando trabalhamos com a ideia de registros e inventários, não podemos deixar de mencionar que, segundo Vianna (2004) o bem cultural é dinâmico e cheio de ressignificações e para preservação de referência cultural é necessário que se tenha mais do que um inventário, mas sobretudo os sentidos que vão dentro da cabeça de quem faz, de quem come, de quem vende ou se alimenta deste algo. Com base nesta compreensão podemos apresentar o inventário dos saberes das mulheres do assentamento.

O inventário dos saberes populares e o Assentamento Bela Vista

Em pesquisas realizadas no assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara, as questões extraoficiais e subjetivas sempre estiveram muito presentes nos relatos dos assentados, acrescentando às pesquisas fatores extremamente interessantes.

A forma como as informações e costumes são passados para as crianças, através dos gestos e das falas, o lidar com a criação, com o pomar, com o excedente, sempre é realizado de maneira muito natural no cotidiano. Para o pesquisador, esses saberes brotavam nas conversas e visitas como uma nascente de água pronta para ser bebida e apreciada.

Uma contribuição interessante a esse respeito é a de Freitas (2005) que apresenta, um estudo sobre as imagens do Brasil colonial na obra de Gilberto Freyre. Freitas revela ser possível fazer uma história da educação a partir do inventário de gestos "que são interiorizados e convertidos em rituais de corpo observáveis em muitas gerações, depois nas pequenas minúcias (...) ou nos gestos típicos dos homens" (p.171). Segundo ele, o inventário dos saberes e gestos pode ser considerado utilíssimo para representar costumes que sobrevivem a uma temporalidade, dando pistas para os pesquisadores e novos indícios para

(re) olhar o que não está no saber oficial, burocrático, mas naquele que se encontra nos gestos, expressões e falas. No caso aqui definido, para um saber que vem dos lugares da casa, do lote e da rua. Os saberes gestuais saltam do limite da casa para o espaço da rua e, entre uma prosa e outra, trocam-se informações sobre plantio, mudas, conhecimentos de ervas medicinais, tratamentos ou mesmo histórias tradicionais.

A transferência dos saberes não oficiais a cada movimento modifica-se, mas se mantém enquanto elemento agregado, revelando ao ouvinte sentimentos e expressões mais íntimas de quem emite a mensagem. Em sentido amplo, significa a manutenção de hábitos adquiridos ao longo da história dos assentamentos e as mulheres têm papel central neste processo. Presente na trajetória de pesquisa do Nupedor sob coordenação da Prof^a Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.

A casa, a cozinha: lugares das receitas tradicionais

A dimensão da cozinha é um lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao longo da história, ressaltar os aspectos importantes dessa história necessariamente passa pela dimensão da alimentação. Esta, por sua vez, está pautada não apenas por aspectos da segurança alimentar e por questões de autoconsumo, mas também, pela dimensão cultural que caracteriza os grupos, por desenhar, através das receitas, os aspectos das territorialidades por onde os assentados passaram, o que torna tais tradições um patrimônio (VIANA, 2004).

Ao estudarmos as receitas, estamos também traduzindo os costumes, rituais e demais comportamentos, além de podermos mapear regionalmente a disponibilidade ou não de determinado alimento. A escolha da dieta de um grupo é determinada não apenas pelas reservas ambientais e econômicas, mas também pelas mentalidades, pelos ritos, pela carga valorativa das mensagens que se trocam quando se consome um alimento em companhia dos outros, pelos valores éticos e religiosos, pela transmissão entre as gerações dos saberes e pela psicologia individual e coletiva que acaba por influir na determinação de todos estes fatores (SANTOS, 1997 apud GIMENES, 2006).

Nas entrevistas realizadas com as pioneiras do assentamento, percebemos que ao falar de receitas tradicionais por elas praticadas, há um grande prazer em ensinar e dizer como as pessoas apreciam suas feituas. Muitas dessas receitas são consideradas como herança de mãe para filha. Em uma conversa com uma assentada, sobre a trajetória dela até chegar ao assentamento, ela informou que ajudava no lote, mas que, às vezes, não podia acompanhar o marido pela manhã porque tinha que cozinhar para a família e quando ela terminava o neto levava o

almoço. Nesse contexto, ela faz propaganda da receita de bolinho de arroz:

Sra.: A próxima vez que vocês vierem aqui vou fazer bolinho de arroz.

Entrevistadora: Hum, que delícia! Como que a senhora faz?

Sra.: Boto a carne moída no fogo, passo nos temperos, joga tudo dentro e quando acaba mexe tudo.

Entrevistadora: Mexe com a mão?

Sra.: Não, com a colher. E aí pra ficar durinho eu coloco a farinha de trigo.

Entrevistadora: Mas e o arroz?

Sra.: Arroz cozido né!

Entrevistadora: Põe tudo junto?

Sra.: É põe, quando acaba eu enrolo e passo na gordura bem quentinha.

Entrevistadora: Na banha?

Sra.: Não, pode ser no óleo mesmo. Dá trabalho, né, mas eu faço e a molecada come até... a hora que tiver durinho aí tá na hora de comer...

Sra.: Coloca na forma, num papelzinho e deixa escorrer aquilo ali, o papel chupa todo aquele óleo, rapaz, mas a turma come, meu neto leva pra roça, na mochila, mas não dá pra fazer todo dia porque dá trabalho né... mas eu faço, a molecada come...

(GOMES, 2010. Entrevista com R.).

No final da exposição da receita, a entrevistada diz o quanto é trabalhoso, mas a recompensa vem com a comilança das crianças. Além disso, é uma forma que ela encontrou de não desperdiçar o arroz, que não seria aproveitado, ou mesmo que as crianças já estariam enjoadas. A criatividade é uma constante no lugar da cozinha, onde os ingredientes sugerem inúmeras possibilidades de combinação.

Em outra receita, apresentada pela mesma entrevistada, ela traz os saberes típicos do nordeste, região onde nasceu. Em sua fala, ao lembrar-se de como aprendeu a trabalhar na roça, podemos perceber o quanto a tradição de outros lugares vividos ainda se faz presente em seu cotidiano:

Entrevistadora: A senhora ajuda no lote?

R.: Ajudo. De vez em quando eu vou mais o velho.

Entrevistadora: desde criança a senhora trabalha com agricultura, ou não?

R.: Trabalho na roça desde os meus sete anos de idade.

Entrevistadora: Então a Senhora aprendeu naturalmente? E quem ensinou a senhora.

R.: Meu pai.

Entrevistadora: Como ele te ensinou?

R.: Ele trabalhava lá numa terra, tinha sítio lá onde ele trabalhava e quando foi um dia ele meu falou: vamos lá minha filha, vamos pra roça junto com o pai, vamos trabalhar. Aí a gente chegava, ele fazia um roçado, queimava, jogava fogo, sobravam aqueles tocos e ele tocava fogo. Queimava aqueles tocos todinhos. Depois arrancava aqueles toquinhos que sobravam e plantava mandioca.

Entrevistadora: E como fazia pra plantar mandioca?

R.: Com a enxada. Com a enxada fazia a cova e colocava a rama, depois cobria com um pouco de terra. Plantava com a mão. Depois plantava feijão de corda, você conhece?

Entrevistadora: Sei, sei. Dizem que é muito gostoso mas eu nunca comi. O pessoal diz que é bom fazer como salada.

R.: Você descasca a vagem e prepara ele. O feijão de corda que é um...???

Entrevistadora: Sei é aquele amarelinho?

R.: É, você cozinha e faz uma farofinha, fica muito bom.

Entrevistadora: A senhora cozinha como se fosse um feijão normal?

R.: É como o feijão normal.

Entrevistadora: Faz com caldo também ou não?

R.: Se você quiser, faz com caldo, tempera e bota farinha e você vai ficar até doente.

Entrevistadora: Até virar o bucho??? Risos.... (GOMES, 2010. Entrevista com R.)

Podemos acompanhar, através das receitas, a transferência da patrimonialidade imaterial entre gerações. A entrevistada, através de duas receitas de bolo, mostra como o aprendizado da mãe foi repassado a ela e como esses saberes estão ligados também ao seu lugar de origem. A primeira é a receita de bolo de biju:

Entrevistadora: Qual é a receita que a senhora aprendeu com a sua mãe que a família inteira gosta, que suas filhas quiseram aprender?

R.: Fazer bolo, fazer biju...

Entrevistadora: O que é o biju?

R.: É da mandioca né...

Entrevistadora: Ah, da farinha?

R: Pega a mandioca ralada.. lá na Bahia tinha a farinha, espreme, pega aquela massa, peneira, põe no forno, lá tem forno (?) da vontade eu faço na frigideira mesmo. E faz no forno aquele beiju (?) come com feijão, cozinha um frango e joga aquela farinha em cima. Hum, que gostoso! Bolo de mandioca...

Entrevistadora: Mandioca? E como que a senhora faz o bolo de mandioca, com a farinha de mandioca também ou com a mandioca?

R: Com a mandioca. Rala a mandioca, espreme, bota ela pra enxugar um bocadinho. Quando tá mais ou menos...

Entrevistadora: Úmido...

R: A gente seca ela numa peneira, bate três ovos, joga dentro daquela massa, mexe com um pouco de farinha de trigo, joga uma xícara de farinha de trigo dentro, bota 3 ovos, manteiga e bate, depois assa.

Na segunda receita, a entrevistada mostra como a memória tem um papel fundamental na permanência da patrimonialidade imaterial e da cultura, ela não usa cadernos ou livros de receitas, pois sabe tudo de cabeça. O ato de fazer é um elemento essencial e estimulante para a memória, sua mãe a ensinou a "bater na colher" o bolo, e é assim que ela faz até hoje.

Entrevistadora: A senhora tem alguma receita boa, que a senhora aprendeu com a sua mãe de doce, de bolo, que a senhora sempre faz?

R: Bolo eu tenho na cabeça.

Entrevistadora: Na cabeça?

R.: É. Minha mãe ensinava nós fazer batido na colher e assim eu faço até hoje.

Entrevistadora: O segredo é bater na colher?

R.: É bater o ovo bem batidinho o ovo, bate, bate, bate, quando a clara tá durinha, que faz assim e não cai, aí coloca a gema e bate, bate. Aí põe na vasilha de fazer o bolo, joga leite dentro, açúcar e a farinha de trigo e mexe tudo junto.

Entrevistadora: Mas e a quantidade?

R.: Do ovo?

Entrevistadora: Do ovo, da farinha...

R.: Se põe 3 canecas ...

Entrevistadora: Mas como a senhora sabe o ponto?

R.: Vendo... põe um pacote de trigo eu faço pra dois bolos, que é muita

gente. A gente mexe, mexe ele, coloca leite, manteiga, 3 ovos, bate bem batidinho, passa a manteiga na forma ou um pouquinho de óleo, bate, põe pó Royal, duas colherinhas de pó Royal pra ficar bem soltinho. Aí põe no forno. Quando tá querendo amarelar, põe meia xícara de açúcar, meio copo de leite e deixa ele ferver...

Entrevistadora: Coloca o que a senhora falou, meia xícara de que?

R.: Meio copo de leite com meia xícara de açúcar e mexe. Quando ele começar a fazer você tira, pega um outro leite bem docinho, um leite moça e mistura e derrama, passa na forma assim pra amolecer o bolo e o bolo fica soltinho. Aí você come, passa aquele recheio de doce e come ele. Põe ele debaixo do fogão e deixa amornar. Quando ele esfriar, se quiser jogar alguma coisa, quando eu não quero fazer assim de bater que dá mais trabalho, eu coloco os ovos dentro da tigela, três ovos, boto duas colheres de manteiga, uma de açúcar, a farinha de trigo e bato bem batidinho. Quando tá bem batidinho, eu peço meia massa daquela que compra de pacotinho...

Entrevistadora: Massa pronta de bolo? Vai também?

R.: Vai meio pacote daquela massa no bolo e boto tudo junto. Aí eu mexo e boto uma colher de água e ponho na forma.

Entrevistadora: E fica uma delícia! (GOMES, 2010. Entrevista com R.).

Podemos perceber que os processos de modernização e facilidades do cotidiano, não deixam de sofrer adaptações, através de jeitinho próprio de se fazer a receita do bolo. O bolo de saquinho é incorporado à receita como mais um item a ser parte da composição do bolo. Uma forma clara dos processos de ressignificação da cultura. Em outro momento, podemos perceber que o interesse das suas filhas em aprender esse saber é tão presente que, no casamento de um dos filhos, uma das irmãs quis fazer o bolo, mas como era muita gente ela disse que levaria mais um bolo para garantir; e que este não precisaria ficar de enfeite na mesa, poderia ser apenas a sobremesa.

Entrevistadora: E suas filhas, suas netas, aprenderam a fazer esse tipo de bolo?

R.: Minha filha, claro!

Entrevistadora: Ah, não acredito...

R.: Ela queria fazer o bolo de casamento.

Entrevistadora: Mas com a senhora? Como que é? É pão-de-ló que fala?

R.: Não, é bolinho. Agora, eu faço bolo grande de forma assim, mas é muito

difícil fazer bolo de casamento. Ela faz um bolo de aniversário muito bom, com aquele recheio... Nossa, mas fica... Meu filho casou aí eu disse: deixa que o bolo eu levo.

Entrevistadora: A senhora que quis fazer o bolo?

R.: É, eu fiz o bolo do casamento dele, minha filha disse: é muita gente...

Entrevistadora: Você fez um e sua filha fez outro...

Raimunda: Ela acabou comprando o outro. Mas comeram o meu.

Entrevistadora: Deixaram o dela e comeram o seu?

R.: Era tão bonito enfeitado o que ela comprou e o meu eu fiz com fruta, depois põe fruta dentro..

Entrevistadora: Sua filha ficou chateada então, que comeram o seu e não comeram o dela...

R.: É porque pus abacaxi, banana...

Entrevistadora: Dentro já, pra assar...

R.: Pra assar. Abacaxi, banana, maçã, pêra, laranja...

Entrevistadora: Deve ter ficado que nem um panetone...

R.: Laranja, todas as frutas... uva... e joguei com coco em cima. É que eu faço pão, faço tudo. (GOMES, 2010. Entrevista com R.).

Mas não são apenas as mulheres que sabem as receitas tradicionais, um assentado originário da região nordeste apresenta uma receita típica, que trouxe quando veio para o assentamento:

F.: Era coqueiro do gabirola, o gabirola, é mais gostoso. Eu tirava um desse tamanho, e era gostoso, que nem abobrinha de comércio. Eu pegava ele, cozinhava ele, ferventava ele, ferventava bem ferventado e picava uns pedaços assim, grosso e grande. Ferventava bem ferventado. Quando ele estava bem mole, eu tirava, escorria a água, tinha lá uma boa quantidade de carne seca, cozinhava, aí eu temperava. Eu tirava o sal da carne seca, eu "ponhava" a carne seca pra ferver bem fervida e jogava o sal dentro e o sal tira o sal da outra.

Entrevistadora: Ah, não acredito!

F.: Quanto mais sal, tira o sal. Aí eu picava ela bem picadinha, cozinhava ela bem cozinhado, temperava com sal, com óleo, pimenta do reino, cebola... aí quando ela estava bem mole, aí eu deixava com pouquinho caldo e jogava o palmito dentro, temperadinho os dois e tampava e deixava tomar o tempero (GOMES, 2010. Entrevista com F.).

A importância desse patrimônio imaterial alimentício nos remete ao circuito do autoconsumo. A ideia de que as mulheres assentadas cuidam de atividades secundárias, como a reprodução da família e participam das atividades agrícolas pequenas, geralmente associadas ao abastecimento alimentar, é uma falsa ideia, é uma situação que reproduz uma ideologia historicamente produzida dos papéis secundários pertencentes às mulheres, assim como o dos saberes informais que, de certa forma, permanecem alijados dos centros oficiais e das decisões. O que resulta na desconstrução humana e cultural (WHITAKER, 2002).

Cabe então dizer que a atribuição histórica de papéis, funções, exigências e expectativas são construções sociais, não biológicas e, por isso, podem variar no tempo e no espaço. É preciso destacar ainda que os lugares de atuação das mulheres, como o quintal e a cozinha devem ser entendidos como espaços de reprodução social, que têm por base a conservação das práticas sociais tradicionais. Com o processo de modernização e conquistas das mulheres, os conhecimentos tradicionais por elas guardados e alimentados, são, muitas vezes, desconsiderados nas formas técnicas de produção do lote, ainda que continuem a fazer parte do seu ethos e marquem presença na teia do patrimônio imaterial. A devida valorização das informações técnicas de cultivos, por exemplo, orgânico ou agroecológico são, na maior parte, praticados e fomentados por elas, e, muitas vezes, desconsiderados nos processos teóricos e científicos. Por preconceitos que empobrecem a compreensão do vivido.

Do lugar das ervas e plantas às curas das benzedadeiras: chás, rezas e simpatias

Durante muitos anos, a medicina foi restrita às áreas urbanas, e nas regiões rurais não havia qualquer forma de auxílio aos doentes. A única forma de tratamento conhecido até então vinha das benzedadeiras ou das misturas de ervas e plantas utilizadas pela medicina popular tradicional³.

³Existem várias formas de medicina popular: a *fitoterapia*, a medicina mágica, a *medicina mística* ou *religiosa*, a medicina escatológica ou *excretoterapia*. A fitoterapia é a que utiliza as plantas medicinais, através de chás, lambedouros, garrafadas, unguentos, purgantes, emplastros, remédios populares que são chamados de *meizinhas* na região Nordeste do Brasil. A *medicina mágica* procura curar o que de estranho foi colocado pelo sobrenatural no doente ou extirpar o mal que o faz sofrer(...)aAs técnicas empregadas na medicina mágica são as *benzeduras*, conjunto de rezas, gestos ou palavras ditas por pessoas especializadas como o *curador*, *rezador* ou *benzedor*; as *simpatias*, uma forma de benzedura,



Para Guimarães (2005), graças à carência de médicos nas áreas rurais onde se dispersava a maioria da população brasileira, a medicina popular dos manuais era justamente a única forma que senhores, senhoras, escravos, curandeiros e benzedoras tinham para curar seus doentes.

Dessa maneira, durante muitos séculos, a forma como a academia contribuía com esses grupos responsáveis pela saúde de grande parte da população era elaborando manuais de medicina tradicional, com tratamentos de doenças a partir dos saberes de ervas, plantas e chás medicinais, "era um saber enciclopédico, fruto do interesse em explorar o que se mostrava útil para o homem comum, dentro de uma diversidade de possibilidades que abrangiam formas ambivalentes de descrever a natureza" (DIAS, 2002, apud GUIMARÃES, 2005, p.503).

Foi a forma de divulgação de uma ciência com base em concepções astrológicas, diretamente ligadas ao conceito de influências de simpatias e antipatias da natureza antropomórfica, de efeito à distância.

Esses saberes ligados à saúde tinham na personificação das benzedoras e curandeiros, mães e avós, os guardiões dessas técnicas, que ainda hoje são possíveis de serem encontrados, devido ainda à falta da presença médica em algumas áreas rurais.

Histórias e memórias envolvendo ervas, simpatias e plantas medicinais, permanecem nos lugares das cozinhas e das casas dos responsáveis por esses

mas que podem ser executadas por qualquer pessoa; os *patuás*, *amuletos*, *santinhos* e *talismãs*, elementos materiais capazes de prevenir e evitar doenças e perigos, entre outros. A *medicina mística* ou *religiosa* usa a religião como força mágica da cura. Faz-se uma adivinhação simbólica para saber qual é a divindade ofendida, pela quebra de um tabu ou desobediência de uma determinação divina e, através de ritos, busca-se homenageá-la, como por exemplo, é feito no *candomblé*. Na devoção popular alguns santos da religião católica romana são invocados como especialistas em um ramo da medicina. Algumas orações visam a proteção das pessoas, outras, a cura das doenças: São Sebastião cura feridas; São Roque cura e evita pestes; São Lourenço dor de dentes; São Brás protege das enfermidades da garganta e salva de engasgos; rezas para São Bento protegem contra mordidas de cobras, insetos venenosos e cães hidrófobos; Santa Luzia as doenças dos olhos; Santa Ágata os pulmões e vias respiratórias; São Lázaro a lepra e as feridas sérias; São Miguel os tumores malignos e benignos; Nossa Senhora do Bom Parto, a gestação e o parto. A chamada *medicina escatológica* ou *excretoterapia* utiliza como método terapêutico substâncias ou ações repugnantes ou anti-higiênicas, como fezes, urina, saliva, cera de ouvido. Estas práticas muito antigas, já eram utilizadas pelos egípcios. (GASPAR, 2009, <http://www.fundaj.gov.br>). Acesso em: 16/10/11).

saberes de cura, que, de certa forma, se abrem aos membros do assentamento como se fosse uma obrigação de doação por conta do dom recebido.

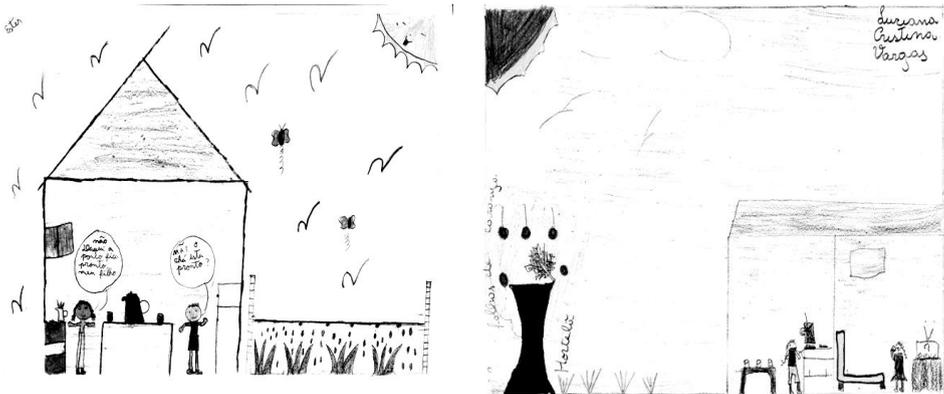
Mulheres e ervas: um encontro de muitas afinidades

Como exemplo desses conhecimentos, o trabalho realizado na escola Hermílio Pagotto no assentamento do Bela Vista do Chibarro nos mostrou como há uma forte presença das ervas e plantas medicinais, repassados especialmente pelas mulheres para as crianças. Esse saber começa a ser repassado, como apresentado nas discussões teóricas, pelo lugar da casa, sendo a família a responsável pela sociabilidade primária (DURKHEIM, 1973), tendo as mães e avós o papel fundamental nessa transferência.

Nesse levantamento dos saberes realizado na escola, verificamos a influência da figura da mulher no papel desempenhado na cura dos filhos. Para Barbero, eram as mulheres que transmitiam "uma moral de provérbios e partilhavam receitas medicinais que reuniam um saber sobre as plantas e os ciclos dos astros" (2006, p.173) e, justamente por representarem uma ordem tão organizada e influente, foram perseguidas como bruxas ou feiticeiras. Isso refletiu-se diretamente na forma como esses saberes são tratados atualmente. Apesar de serem parte do patrimônio imaterial e de muitas utilizações serem registradas na medicina, no discurso dos assentados aparecem como algo não valorizado. Isso pôde ser verificado no registro de campo, a entrevistada primeiro nega o uso, e depois afirma a utilização:

Fui conversar hoje com a Dona M., e pelo que eu percebi, ela diz não ter tantos hábitos tradicionais, ou pelo menos diz que não tem o hábito de fazer chás, ou usar chá como remédio. Mas eu compreendi que se tratava de um discurso religioso em relação à fé. Quando se trata de fé, ela é uma pessoa muito mais voltada para as questões místicas; como falou no depoimento: "foi curada por uma reza, um pedido a Deus e pelo chá que tomei". Ela acrescentou que costuma tomar esse chá pra tudo (GOMES, 2010. Entrevista Caderno de campo 10/11/2010).

A centralidade da mulher foi representada de forma muito explícita nos desenhos das crianças:



Desenho 5 – Cuidados com o filho; **Desenho 6** – Cuidados com a filha
Fonte: Gomes T. Pesquisa realizada com crianças do 4.º ano da escola Hermílio Pagotto.

Outro ponto importantíssimo a ser analisado são os lugares que se destacam nos desenhos. Há uma carga simbólica de valor muito elevado atribuída à cozinha e ao quintal, justamente onde ocorre a ação desses saberes, que, em certos momentos, envolvem a técnica do plantio ou reconhecimento da erva no lugar ao redor da casa, e em outros, que envolvem os segredos da feitura dos chás. Dois espaços predominantemente ligados à mulher e à ação de domínio da mesma. Espaços estes onde ocorrem invisibilidades dadas pela interiorização da diferença pela mulher rural (FERRANTE, 2010). Elas têm dificuldades em distinguir seus trabalhos agropecuários, na horta e no quintal, do seu cotidiano como dona de casa. Assim, elas mesmas passam a subestimar suas jornadas de trabalho em atividades agropecuárias.

Dessa forma, as atividades que elas praticam são consideradas secundárias, na medida em que são do tipo mão-de-obra de reserva para atividades que demandam mais trabalho na roça, como as colheitas e os plantios. Devido às atividades domésticas não gerarem renda direta, o trabalho da mulher torna-se invisível (BRUMER, 2005).

A hora e a vez das ervas nos assentamentos rurais

A pesquisa realizada com as crianças da escola, além dos desenhos, contou com aplicação de um questionário com as famílias, que continham questões que avaliam a utilização, os tipos e as finalidades das ervas. Obtivemos os seguintes dados quanto à:

1 – Utilização de ervas no assentamento

Opção de resposta	Sim	Não
Quantidade	12	0
Total	12	

Fonte: Elaborado pela autora com dados de campo.

Em todos os questionários respondidos a afirmação quanto aos usos de ervas medicinais foi generalizada. Dentre as que mais apareceram nas casas das crianças foram hortelã, erva cidreira, erva doce, folha de laranjeira e capim limão. Mas também são utilizadas arruda, boldo, bálsamo, arnica, poejo e maracujá.

2 – Ervas utilizadas

Tipos	Cidreira	Hortelã	Arruda	Boldo	Erva doce	Folha de laranjeira Cavalo/ limão	Outros: Bálsamo babosa, arnica, maracujá jabuti, poejo.
Total	7	8	2	3	6	5	7

Fonte: Elaborado pela autora com dados de campo.

As principais finalidades de usos foram chás, sucos e simpatias, conforme registrado na tabela abaixo:

3 – Finalidade do uso das ervas

Chás	Sucos	Simpatias	Outros
10	13	8	6

Fonte: Elaborado pela autora com dados de campo

Algumas representações das receitas de chás com as ervas foram registradas pelas crianças e em entrevistas com os pioneiros. Para curar a gripe:

Poejo com hortelã

Ingredientes:

1 punhado de poejo

1 xícara de hortelã

Água

Açúcar a gosto

Modo de preparo:

Colocar a água para ferver, depois colocar as ervas na água quente.

Finalidades:

Para cortar a tosse.

(Receita levantada pelas crianças da Escola Hermínio Pagotto)

A primeira receita é resultado de um livro de ervas medicinais produzido com o material das entrevistas realizadas pelas crianças com as avós, tias, irmãs e mães. O segundo dado de campo mostra, a partir de uma ótica tipicamente tradicional, o uso das ervas. Nessas entrevistas podemos perceber que os conhecimentos das ervas se cruzam ora com as etapas de crescimento das plantas, ora com a finalidade de uso das mesmas:

Entrevistadora: Nunca fez... tem a religião também, né... não acredita. E tem algum chá que a senhora toma, costuma tomar, alguma erva que a senhora use como remédio?

Dona R.: Quando eu tô com gripe eu tomo chá...

Entrevistadora: Chá do que?

Dona R.:Do xarope também né, mas esse xarope de hoje fica mais tossindo... tomo chá de "favacão"..

Entrevistadora: "Favacão"? Não conheço, o que é o "favacão"?

Dona R.: É uma folha do mato que tem aí, é igual a "favaquinha"... Conhece "favaquinha"?

Entrevistadora: Não conheço...

Dona R.: É aquela que dá no fundo do quintal, miudinha, cheirosinha... tem a folha miudinha...

Entrevistadora: É a folha?

Dona R.: É folha... É um pezinho. "favaquinha" da um pezinho assim, pequenininho e "favacão" dá um pezão, grandão...

Entrevistadora: São da mesma família as duas?

Dona R.: É da mesma família, só que a favaquinha é original, é boa mesmo. Favacão é bom, mas favacão pra achar, nossa... (?) a gripe que tiver dor de cabeça, a garganta doendo, aí cozinha um canecão de favacão...

Entrevistadora: E pra que serve o favacão?

Raimunda: Pra tudo. Pra pneumonia...

Entrevistadora: Serve pra tudo?

Dona R.: Pra tudo... dor de cabeça, dor de garganta... se tá com a garganta inflamada, cozinha o favacão, ferramicina, que é uma folha vermelha. Ferramicina, favacão e alecrim, amassa tudo junto...

Entrevistadora: Põe tudo junto, num único chá?

Dona R.: E folha da costa...

Entrevistadora: Folha da costa? Como que é? Chama folha da costa ou folha santa?

Dona R.: Um chama folha da costa, tem todos os nomes né...

Entrevistadora: Como que ela é?

Dona R.: Ela é um pezinho, a folha dela é um pezinho e aqui quando ela cresce, ela vai crescendo, ela abre a folha dela em três palmos numa folha só.

Entrevistadora: Três palmos?

Dona R.: É numa folha só...

Entrevistadora: Ah, assim...

Dona R.: Ela abre assim, tem uma mãozinha. (?) bota tudo junto. É boa...

Entrevistadora: serve pra tudo então... dor de cabeça...

Dona R.: Dor de cabeça, dor de garganta, infecção do estômago, da garganta. Você tomou o chá de favacão e ferramicina, já começa a tossir e a sair aquele catarro, aquele catarro que fica agarrado no peito...

Entrevistadora: Tira na hora?

Dona R.: No outro dia começa a ficar madurinho... tem aquele problema na cabeça, sinusite, fazia o favacão, só ele só, aí toma banho, o banho da tarde e não toma mais banho, lava a cabeça...

Entrevistadora: Mas aí faz o chá ou só mói ele?

Dona R.: Só cozinha ele, mas não bota açúcar não, joga na cabeça e tira tudo as dor da cabeça. Quando eu tenho dor de cabeça eu faço um chá dela e tomo. Tomo com pão, é gostoso... (GOMES, 2010. Entrevista realizada com R. em 02/12/2010).

Nesta entrevista percebemos que a palavra favacão ou favaquinha aparecem constantemente para designar uma erva com poderes de cura da dor de cabeça,

ao mesmo tempo em que curam, remetem a um saboroso chá a ser apreciado com um pedaço de pão. Mas a palavra favaca ou favaquinha tradicionalmente é uma releitura da palavra alfavaca que em árabe significa manjerição de folha larga. Uma demonstração pura de como a palavra falada também é recriada pelos assentados.

Em outras entrevistas, o uso de ervas foi também citado como elemento para cura da gripe, tosse e dores na garganta. As duas primeiras receitas foram levantadas pelas crianças com as mães, e a última com uma pioneira, verdadeira guardiã dos segredos de curas dessas ervas:

Folha de limão

Ingredientes:

1 Folha de limão

1 colher de mel

Modo de preparo:

Juntar a folha amassada com mel.

Finalidades:

Parar a tosse e dor de barriga.

(Receitas levantadas com as crianças da Escola Hermínio Pagotto)

Poejo com hortelã

Ingredientes:

1 punhado de poejo

1 xícara de hortelã

Água

Açúcar a gosto

Modo de preparo:

Colocar a água para ferver, depois colocar as ervas na água quente.

Finalidades:

Para cortar a tosse.

(Receitas levantadas com as crianças da Escola Hermínio Pagotto)

Uma erva que aparece como importante para a cura da gripe é o alecrim, que pode servir também para quem tem pressão alta:

Entrevistadora: Alecrim eu conheço. Alecrim pra que que serve também?

R.:Pra gripe. Alivia pressão também, é calmante. Pega o alecrim e o hortelã

miúdo e pode bater tudo no liquidificador e bota um pouquinho de açúcar pra bater junto, coar e tomar e toma pra baixar pressão (GOMES, 2010. Entrevista realizada com R. em 02/12/2010).

As receitas para curar gastrite também apareceram nas duas formas de coleta de campo. No livro de receitas, desenvolvido com os dados levantados pelas crianças, a erva responsável pela cura ou alívio da gastrite é o boldo. Na receita abaixo podemos verificar a aplicabilidade da mesma:

Boldo

Ingredientes:

Folhas de boldo

Água

Modo de preparo:

Colocar a água com folhas de boldo no liquidificador, bater bastante depois colar.

Finalidades:

Gastrite, má digestão, para doença de chagas.

(Receita levantada pelas crianças da Escola Hermínio Pagotto)

A sabedoria dos pioneiros

A outra receita coletada foi em entrevista com uma mulher assentada idosa, na qual ela aponta que os problemas de gastrite, de dor no estômago, de "vontade de comer alguma coisa" ou até os vermes, são solucionados com uma de mistura de hortelã graúdo, miúdo e matruz:

Raimunda: Hortelã miúdo...

Dona R.: Aquele lá é o que vende no mercado né.

Dona R.: Você não conhecia não né...

Entrevistadora: Aqui eu nunca tinha visto. Como chama esse hortelã?

Dona R.: Hortelã graúdo.

Entrevistadora: Hortelã graúdo?

Dona R.: é. Hortelã graúdo, hortelã miúdo e mastruz.

(...)

Dona R.: Eu tomo quando tô com dor de estomago, em casa eu pego o hortelã e o mastruz, daí lava e cozinha e bebe o chá. Estômago faz bum, começa a fazer um rolo nas lombrigas...

Entrevistadora: Entendi. Então pra quem tiver com..

Dona R.: Quem tiver com dor de estômago, uma coisa que às vezes tá com vontade de comer e com lombriga, cozinha e faz o chá (GOMES, 2010. Entrevista realizada com R. em 02/12/2010).

O mastruz ainda aparece em outra conversa como ingrediente importante para dores na barriga e ajuda para combater vermes. Esta mistura, segundo a assentada é tão eficaz que se existir algum tipo de "lombrigas" na barriga o chá as elimina na hora:

Entrevistadora: Mastruz?

R: É mastruz, mas aqui chama de erva de santa Maria né.

Entrevistadora: Ah, espera aí... qual é a diferença?

R: É a mesma coisa que esse daqui. É porque esse aqui tá com semente, a semente você tira assim, ó...

Entrevistadora: Você conhece pelo cheiro?

R: É pelo cheiro. Erva de santa-maria, hortelã graúdo e hortelã miúdo, pra você fazer chá. E alho, pra dar pra cachorro.

Entrevistadora: Mais um dentinho de alho?

R: É pro bebê que está com lombriga. E também criança.

Entrevistadora: e a gente não pode tomar?

R: Pode...

Entrevistadora: Pode também...tudo junto?

R: Tudo junto, pra beber. Fica um cheirinho que criança não gosta muito não, mas a gente dá na raça. O hortelã miúdo, tudo junto, hortelã graúdo. A criança tem sobe com a cabeça pra cima, toma o remédio, desce tudo pra baixo. Mas até matar lombriga ...vai cagando ela, pondo ela pra fora. Esse aqui é um remédio muito bom! (GOMES, 2010. Entrevista realizada com R. em 09/12/2010).

O chá de camomila⁴ também é usado, segundo as mães das crianças do 4.º ano da escola Hermínio Pagotto, como uma erva que ajuda nas dores de barriga provocadas por gases:

⁴A propriedade medicinal dessa planta é antialérgica, adstringente, digestiva, auxilia na acidez do estômago, cólicas, problemas menstruais, gases, dentre outras.

Camomila

Ingredientes:

1 copo de água de água quente

2 colheres de açúcar

Camomila à gosto

Modo de preparo:

Colocar a água para ferver, depois colocar a erva cidreira na água quente.

Segredo:

Nunca colocar as ervas em água fervente, mas jogar a água quente sob as ervas, tampar o recipiente com um pires para conservar as vitaminas e propriedades das plantas.

Finalidades:

Bom para gases

(Receita levantada pelas crianças da Escola Hermínio Pagotto).

Outras receitas que coletamos também muito eficazes na memória dos entrevistados foram as ervas para cura das dores de cabeça, dentre elas, algumas prometem "acalmar os nervos". Como a descrita abaixo

Maracujá

Ingredientes:

1 copo de água

1 maracujá com casca

Modo de preparo:

Colocar a água para ferver junto com a polpa do maracujá e casca.

Finalidades:

Dor de cabeça

(Receita levantada pelas crianças da Escola Hermínio Pagotto)

Erva-Cidreira

Ingredientes:

1 colher de açúcar

1 xícara de cidreira

Modo de preparo:

Colocar a água para ferver, depois colocar a erva-cidreira na

água quente.

Segredo:

Nunca colocar as ervas em água fervente, mas jogar a água quente sob as ervas, tampar o recipiente com um pires para conservar as vitaminas e propriedades das plantas.

Finalidades:

Dor de cabeça e para acalmar os nervos

(Receita levantada pelas crianças da Escola Hermínio Pagotto).

Tanto a erva-cidreira como o maracujá são certificados cientificamente como plantas calmantes. A primeira tem ainda outras propriedades terapêuticas, como a de ser "rejuvenescedora, revitalizante, antidepressivo, antialérgico, carminativo, hipotensor, nervino, sudorífero, tônico geral, antiespasmódico, bálsamo cardíaco, antidiarreico, antivômitos" (fonte: www.ciagri.usp.br. Acessado em 21/10/2011). Já o maracujá, além da função calmante, auxilia no combate ao estresse e ajuda a reduzir o colesterol e o diabetes. Podemos verificar que o combate aos males do dia a dia são realizados com tratamentos simples, porém cuidadosamente elaborados.

No que tange ao tratamento dos males da pele, foi possível registrar duas formas de cuidados, a primeira é para furúnculos⁵. O tratamento é realizado com compressas de erva saião, mais conhecida como folha-da-fortuna ou ainda "coirama e folha-da-costa e é usado popularmente para o tratamento de úlceras e como cicatrizante (...) pode ainda ser um tratamento sem dor e mais barato, também para a leishmaniose" (fonte: http://www.abaxoadesperdicio.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=191&Itemid=38. Acessado em 21/10/2011). Na receita apresentada pelos alunos da escola a utilização é a mais indicada nas receitas dos livros e sites fitoterápicos:

Furúnculo

Como fazer:

Pegar folhas de saião deixar em cima do furúnculo

Finalidade:

⁵"Um furúnculo é uma doença de pele causada pela inflamação dos folículos pilosos, resultando numa acumulação localizada de pus e tecido morto" (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fur%C3%BAnculo>. Acessado em 21/10/2011).

Curar furúnculo

(Receita levantada pelas crianças da Escola Hermínio Pagotto).

Em entrevista com um homem também pioneiro e nortista do assentamento, ele expôs a utilização da maniçoba no tratamento de "grosseirão" na pele. No entanto, vale lembrar que a palavra maniçoba é nacionalmente conhecida como uma comida típica. É uma feijoada paraense de origem indígena, com a utilização de uma espécie de folha da mandioca denominada maniva. Justamente por ser utilizada uma espécie muito tóxica de mandioca, a preparação desse prato demora vários dias. Para ele, o nome dado à folha da mandioca utilizada para doenças de pele é a palavra maniçoba, o que provavelmente se popularizou nas zonas rurais, e por isso a denominação maniva (folha da mandioca) não é tão conhecida.

A utilização medicinal das folhas é justamente a apresentada pelo assentado, ou seja, é excelente para prevenção de grande quantidade de doenças, como as respiratórias, a cegueira noturna, a vista fraca, mas em especial no tratamento de manchas da velhice, acne e outros problemas de pele, promovendo um belo bronzeado com pouca exposição ao sol, fortalecendo a pele. No uso popular:

Entrevistadora: ...pega ele e amassa...

F.: Pega ele, faz a bucha e começa a esfregar em cima.

Entrevistadora: Na hora em que tá tomando banho ou não?

F.: Não, pode ser agora mesmo quando tá aqui, pode fazer esse serviço.

Entrevistadora: E como chama isso aqui?

F.: Maniçoba (GOMES, 2010. Entrevista realizada com F. em 3/12/2010).

Há ainda uma erva amplamente usada nas casas do assentamento e certamente pelas avós ou mulheres que tiveram contato com a vida rural, é a erva de santamaria. Esta erva comprovadamente possuidora de fins medicinais, pode ser usada no tratamento de pancadas, roxidões e até mesmo no tratamento de feridas.

Segundo a ciência seu nome é *Chenopodium Ambrosuoides*, sua indicação de uso tem as seguintes finalidades: vermífugo, laxativo, gases, úlcera, câimbras, angina, circulação, contusão, hemorragia interna e hemorroidas. Isso demonstra que os usos praticados pelos assentados estão associados a práticas muito mais antigas, incorporadas ao seu cotidiano e à utilização das plantas. Nas palavras da entrevistada:

R: Se tiver muito dor dá né. Isso aqui é bom pra tudo. Você machucou o dedo, você pega isso aqui, maceta, põe em cima...

Entrevistadora: Ah, agora eu tô lembrando... essa é a erva de santa-maria? Minha mãe põe no álcool junto com...

R: Arnica...

Entrevistadora: Arnica! Isso! E aí passa na pancada.

R: Pra pancada, isso.

Entrevistadora: Tô lembrando desse cheiro, porque minha mãe faz. Limão, com erva de santa maria e o... limão não.. erva de santa-maria com arnica e e álcool. Daí deixa curtindo e depois passa na pancada.

R: Fica bom, é isso aí. Pra pancada, machucado, qualquer machucado. É um remédio bom. É bom pra tudo, pra estômago toma ferramicina.

Entrevistadora: Ferramicina? O que ..que é?

R: É uma folha roxa. Esse aqui eu tomo quando eu tô mais assim, com dor de lado, eu cozinho ele, mas sozinho e bebo. Isso aqui tira tudo o sangue que tem dentro. Se leva uma pancada por dentro, ele tira o sangue, tira o pus. Se machuca o dedo, tem que macetar e amarrar em cima e deixar. Só maceta, põe em cima.

Entrevistadora: Ah, macetar e colocar em cima.

R: Com álcool, enfaixa no lugar certinho.

(GOMES, 2010. Entrevista realizada com R. em 09/12/2010).

Todas as ervas aqui apresentadas, de uso corrente pelos assentados, mostram que possuem, não apenas uma lógica referendada pela tradição, têm uso, racionalidade, já que essas mesmas ervas são também aplicadas no tratamento de doenças pela medicina científica. Situação a demonstrar a importância desses saberes nas práticas diárias e na ressignificação pelos grupos mais jovens.

Esses saberes são fonte de riqueza, pois protegem e guardam um conhecimento originário dos índios e população tradicionais do interior do país, e permitem acesso a tratamento de doenças e males do corpo que ainda, em muitos casos, não é oferecido a algumas áreas do país, em especial às esquecidas pela sociedade urbanocêntrica em que vivemos, tal como assinalado por Whitaker (2002).

Essa visão associa-se às ideologias criadas pela sociedade na qual estamos inseridos, que justificam as hierarquias entre as culturas pela diferença social, étnica ou econômica. De tal modo que as tradições culturais, os saberes tradicionais e as comunidades não urbanas são alijadas, não tanto pelas

possibilidades de consumo⁶, mas por suas características populares e tradicionais. Esses saberes são tratados pela imprensa oficial e pela mídia como não científicos e atrasados, por usarem símbolos, gestos, expressões que fazem sentido para quem está envolvido no processo. Essas desqualificações os tornam desinteressantes, na medida em que as novas gerações vão crescendo e acompanhando outros valores. Em registro de campo, uma conversa, com uma das mulheres, conhecida como guardiã do saber das ervas e benzimentos é bem reveladora de tal situação:

Perguntei a ela como havia aprendido os usos das ervas, ela disse que com a mãe dela, e a mãe com a avó. Segundo ela, aquela época não escrevia nada, então ela tinha que aprender quando a mãe dela falava (...) perguntei se ela passou este conhecimento para a filha dela, ela disse que a filha até chegou a anotar alguma coisa para aprender, mas que não fez uso de nada (GOMES, 2010. Caderno de Campo 26/11/2010).

Ao analisarmos a fala de M. podemos perceber que o elemento fundamental para a cultura ser mantida é a memória, não basta escrever, registrar, é necessário que se faça uso e que se ressignifique tais saberes. Os conteúdos são guardados apenas enquanto tiverem algum sentido na memória, na vida e no cotidiano dos indivíduos e grupo no qual estão inseridos (MENESES, 2009).

E esses saberes não oficiais, parte integrante do patrimônio imaterial, tornam-se elementos de um processo de esquecimento, já que os remédios alopáticos possuem o que os tradicionais não têm, o interesse econômico das grandes empresas que investem na ciência para torná-los publicizados para a grande massa capitalizada.

Os males do corpo, as simpatias e as benzeduras

Ao falar de simpatias e benzeduras, nos remetemos ao universo das religiões,

⁶Vale dizer que as possibilidades de consumo também constituem um processo de alijamento destes grupos. Mas por ainda terem potencial consumidor, o processo capitalista os coopta pelos meios de comunicação de massa. No entanto, o caráter rural e tradicional é sempre colocado como atrasado e pouco relevante. O espaço rural hoje valorizado é o espaço das máquinas e das agroindústrias, um espaço racionalizado que nada tem a ver com o rural tradicional.

no qual a forte tradição cristã põe-nos diante de um conjunto de tradições, símbolos, rituais, costumes, que tendem a ser institucionalizados. Em nosso país, o padre e o pastor seriam os representantes oficiais da fé em Deus, e, a Igreja, o lugar por excelência para expressar a fé. No entanto, cabe lembrar que nossa religiosidade é historicamente sincrética (BRAGA, 2005). Misturaram-se indígenas, africanos, judeus, espíritas, protestantes de diversos matizes, o qual resulta em um todo híbrido (CANCLINI, 2003).

No Brasil, todo esse complexo misturou, desde os séculos XVI e XVII, alguns elementos da religiosidade popular. As práticas mágicas e de feitiçaria, confundiam-se com as práticas religiosas da Colônia. Mulheres eram acusadas de serem bruxas por praticarem benzeduras, simpatias e técnicas de cura por motivos diversos, como, por exemplo, para obter sucesso nos amores. Estes rituais poderiam incluir pós, rezas, filtros, ervas, poções, fervedouros, ossos enforcados além do conjuro (exorcismo) de demônios (BRAGA, 2005).

As simpatias, as benzeduras e a utilização dessas ervas pelo povo são consideradas, pela ciência oficial, como medicina popular ou rústica, na qual as substâncias, drogas, gestos ou palavras são celebrados como forma de obter a cura para a saúde das pessoas. Não se trata apenas de um conjunto de plantas usadas para prevenir ou curar doenças, trata-se, além disso, de um lado mágico.

Como discutido anteriormente, o acesso dificultado dos doentes pobres às organizações oficiais de saúde, os leva a recorrer a práticas da medicina popular que estão totalmente imersas na cultura dos portadores desses saberes. Na cultura popular "corpo e espírito não se separam em nenhum momento. Nem tão pouco se desliga o homem do cosmo, nem a vida da religião" (POEL, s/ data. Fonte: <http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/medicina.htm>. - Acessado: 15/10/2011).

Na medicina popular, o tratamento geralmente é acompanhado de um ritual, que é realizado por um raizeiro, curandeiro ou benzedeira, considerados intermediários privilegiados entre os homens e o mundo espiritual.

Os raizeiros são aqueles que procuram e vendem raízes medicinais, algumas muito conhecidas pelas comunidades tradicionais. Já os curandeiros e as benzedeiros são aqueles possuidores de um dom divino, nos quais a comunidade confia e credita os valores espirituais do dom. Mas entre a categoria de curandeiro e benzedeira há uma diferenciação de gênero, há uma divisão nos papéis de cura.

O curandeiro ou benzedor (homem) é geralmente procurado para rezar contra bicho mau, para estancar sangue, retirar cobras de locais, ou rezar e

curar bicheiras de animais. Já a benzedeira ou rezadeira, faz suas orações para espinhela caída, quebranto infantil ou adulto, vermes, erisipela, peito cheio ou caído, dor de cabeça, entre outros. Mas é importante salientar que, nesse universo de cura, as mulheres gozam de certo prestígio, justamente porque "o prestígio mágico-religioso e, conseqüentemente, o predomínio social da mulher têm um modelo cósmico: a figura da terra-mãe." (ELIADE, 1992, p.121). Os papéis de destaque se dão justamente pelo fato de a figura feminina relacionar-se à natureza e ao universo. A figura da mãe terra é carregada de simbologia, pois seria ela a responsável por cuidar e dar aos seus filhos (seres vivos) aquilo que é necessário.

Nos processos de curas, as benzedeadas e os curandeiros utilizam orações e gestos que servem de elementos fundamentais nos processos de cura de males que tanto são físicos como mentais. Para Brosso (1999), as ervas medicinais, em muitos casos, além de serem a própria receita de cura, também são utilizadas durante o processo de benzedura. Elas servem como amuletos que são colocados em contato com o corpo do doente, seja nas partes que necessitam de tratamento ou no processo de "despacho da coisa". Dessa maneira, passam a representar a cura que as ervas provêm quando ingeridas. Além das ervas, podem ser usadas fotos ou imagens de santos, que vão desde Nossa Senhora Aparecida a São Miguel Arcanjo. Estas imagens de santos têm o objetivo de fortalecer a fé e o poder de cura daquele que benze.

Além dos amuletos, ervas ou objetos, as benzeduras sempre são acompanhadas da impostação desses símbolos mágico-religiosos (BROSSO, 1999). Não basta, no processo de cura, fazerem-se imposições de ervas ou imagens de santos, é necessário entoar preces e orações durante as bênçãos, que geralmente são histórias contadas em versos e rimas que remetem ao poder de Deus, Jesus e Maria sobre os males a serem curados.

Essas palavras entoadas vão do conhecido Pai-nosso a orações inéditas: "Sem estas palavras sagradas, que desde o começo foram concebidas ao homem, este se sentiria completamente indefeso" (CASSIRER, 2003, p.55 apud BRAGA, 2005).

Ser benzedeadado ou curandeadado não é uma escolha, é um dom que se recebe e, ao mesmo tempo, é aprendido através da memória com os guardiões desses saberes (MENESES, 2009).

Em entrevista com M., uma senhadora apontada por muitos assentados como uma especialista em benzimentos destaca que a mãe era benzedeadada e, com o envelhecimento da mesma, ela teve que aprender o dom para ele não ser perdido:

Entrevistadora: Fala uma coisa pra mim, a senhora aprendeu como?

M.: Minha mãe me ensinou e assim eu aprendi...

Entrevistadora: Sua mãe trabalhava na igreja?

M.: Nós era tudo católico, desde que "nós" nasceu né. Minha mãe não sabia, ninguém sabia ler.

(...)

Entrevistadora: E aí a senhora começou a fazer isso quando?

M.: As orações? Foi quando eu fiquei mais velha, e porque a minha mãe já era velha, velha de idade. Minha mãe me ensinava, mas ela era benzedeira, ela não mexia com outras coisas das outras vidas não, Deus me livre!

Entrevistadora: É, porque tem isso também né... (GOMES, 2010. Entrevista realizada com M. em 16/12/10).

Podemos perceber na fala da entrevistada quase uma obrigatoriedade em continuar o feito da mãe, mesmo não sabendo escrever, o que a fez aprender foi justamente o processo de identificação e ressignificação do saber. Salienta ainda a devoção de sua mãe, em servir apenas a um Deus e não a "outras coisas". Essa devoção é indispensável no papel de cura, já que as benzedeadas e curandeiros se apresentam como instrumento de Deus. É como se eles fossem um canal entre o céu e a terra. Justamente por isso a "profissão" não tem dia e nem hora para ser convocada, é preciso estar disponível as vinte e quatro horas do dia, pois não se sabe quando alguém irá precisar.

Retirar o quebranto: Recomendações e ações das benzedeadas

Nas rezas apresentadas pela entrevistada pudemos registrar seis grandes orações, as quais têm maior utilização no cotidiano do assentamento por serem para doenças comuns entre as pessoas que procuram ajuda.

A primeira benzedura é destinada a crianças com quebranto, benzidas para poderem dormir mais tranquilas, não chorarem ou ainda para reações estranhas. Na língua portuguesa, quebranto é definido como um "estado mórbido atribuído pela credence popular ao mau-olhado", e este mau-olhado pode gerar problemas para crianças como abatimento, enfraquecimento, prostração, fraqueza, morbidez (Dicionário online. Fonte: <http://www.dicio.com.br/quebranto/>, acessado em 1/11/11). Para retirar da criança todos esses sintomas é preciso que todo quebranto colocado nela através do mau-olhado seja retirado através da benzedura. A oração é realizada com um ramo de erva doce que

serve como símbolo de retirada do quebranto:

M.: Deus e Nosso Senhor Jesus Cristo...

Entrevistadora: E esse daqui serve pra que, esta que a senhora está falando?

M.: Serve pra benzer criança né...

Entrevistadora: Para dor de estômago...

M.: Desde quebrante.

Entrevistadora: Ah tá. (...) Deus e Nosso Senhor...

M.: Quanta dor há no seu santo mundo, tudo isso ele benzeu e curou... daí você coloca o que tem que curar- ventre caído, bucho virado e quebrante- e com ele levou (GOMES, 2010. Entrevista realizada com M. em 16/12/10).

A cada oração a recomendação da benzedeira era a de rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria em oferecimento às cinco chagas de Cristo, a Sagrada morte e Paixão de Cristo. Para retirar o quebranto de adulto, que passa a ser chamado de "olho-gordo", justamente porque envolve o sentimento de inveja, a oração realizada deve ser repetida por três vezes: "Com dois te botaram com três eu te tiro, com os poderes de Deus e da virgem Maria. Rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria e oferecer sempre às cinco Chagas de Cristo".

O quebranto é tão presente no ideário popular, que já foi citado por várias vezes em livros de medicina portuguesa, em poemas de Gil Vicente e na literatura brasileira, além de sempre constarem em histórias do nosso folclore de Camilo.

A mesma entrevistada, quando vai ensinar a oração, pede ajuda a Deus exclamando quase uma penalidade por esquecer-se da sequência de palavras: "Oh, meu Deus, será que eu esqueci essa?". Depois ela reafirma o uso da oração para quebrante de gente grande, como forma de resgatar, através da memória a cadeia operatória necessária para aquela ação (GOURHAN, 1975). Nessa repetição, a benzedeira ganha tempo para se lembrar de algo que já estava esquecido pela falta de uso e, para justificar a falta de lembrança, ela salienta que as rezas são muito longas e complicadas (MENESES, 2009; CANCLINI, 1982, VIANNA, 2004):

Entrevistadora: Essa é pra peito aberto e espinha caída? Essa é a que a senhora falou pra bucho virado?

M: Para quebrante!

Entrevistadora: Quebrante...

M: Primeiro é o Nosso Senhor Jesus Cristo também. Oh, meu Deus, será que eu esqueci essa?

Entrevistadora: A senhora está benzendo pouco né.

M: Agora pra gente grande tem que rezar a Virgem Maria e tem que rezar o Pai Nosso também.

Entrevistadora: Então esse é pra quebrante?

M: Só que pra gente grande né.

Entrevistadora: Essa é boa pra quebrante também?

M: Não, é bom só pra gente grande, pra benzer coisa que gente grande sente.

Entrevistadora: Mau olhado, essas coisas?

M: É.

Entrevistadora: Então, Deus é nosso Senhor...

M: Deus é nosso Senhor Jesus Cristo, com dois te colocaram e com três eu te tiro, com os poderes de Deus e da Virgem Maria, amém. Agora faz um Pai Nosso pra oferecer pra Jesus Cristo.

M: É muito comprido essas coisas, é complicado viu.

Entrevistadora: Aí o Pai Nosso... (GOMES, 2010. Entrevista realizada com M. em 16/12/10).

Espinhela caída, peito aberto: o melodioso inventário das curas

Para curar outro problema comum no assentamento, conhecido como espinhela caída, peito aberto ou lumbago, que é a designação popular de uma doença causada por fortes dores nas costas, nas pernas, na boca do estômago, cansaço anormal ao submeter-se a esforço físico, a oração realizada durante a benzedura é feita acompanhada do tratamento com chás de ervas medicinais.

A imagem representa o resultado da estrutura óssea das pessoas que estão com a espinhela caída, é como se o doente fosse impelido a andar inclinado para um lado por estar com a estrutura de seu corpo deslocada. A benzedura vai ajudar na reorganização óssea e no cansaço físico causado pela exaustão do trabalho físico. Na verdade, a oração serve como um acalento mental, garantindo ao solicitante da reza uma anestesia mental ao trabalho árduo e pesado do dia a dia de quem trabalha na terra. A oração é feita da seguinte forma:

M.: É porque isso aí é pra quando a gente tá com dor no peito, espinhela caída.

Entrevistadora: Então esse aqui é pra quando vai abrir o peito, né...
M: É para quando tem diabete, espinhela caída, tem a espinhela da gente e tem os peitos abertos.
Entrevistadora: Geralmente é a pessoa que trabalha muito... benzeu e curou...
M: Espinhela caída levantou, o peito aberto se fechou, com o poder de Deus e da Virgem Maria. Agora você marca que é pra rezar um Pai Nosso. Todo fim tem um Pai Nosso e uma Ave Maria, na intenção das cinco chagas. Vai longe minha filha... Intenção das 5 chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo e a sagrada morte e paixão, porque assim como ele ficou livre...
Entrevistadora: Agora repete para que possa escrever.
Entrevistadora: Isto lembra o que Jesus passou né...
M: Na intenção das cinco chagas... Mas agora tem que rezar um Pai Nosso e uma Ave Maria e oferecer...
Entrevistadora: Outro Pai Nosso..
M: Já tem um Pai Nosso aí!
Entrevistadora: Já tem um Pai Nosso.
M: É depois da intenção das 5 chagas de Jesus.
Entrevistadora: É tudo a mesma?
M: É uma só...
Entrevistadora: É todas servem pra peito aberto...
M: E espinhela caída... (GOMES, 2010. Entrevista realizada com M. em 16/12/10).

Esta oração "Deus é nosso senhor Jesus Cristo, quanta dor há no seu santo mundo. Tudo isto ele benzeu e curou. A espinhela caída ele levantou e o peito aberto ele fechou! Com os poderes de Deus e da Virgem Maria", ditada pela entrevistada lembra até um cordel, as rimas faladas são sonoras e nos remetem aos textos literários cantados pelos repentistas. A diferença é que a oração não deve ser escrita, mas sim memorizada na mente daqueles responsáveis pela cura.

Muitas benzimentos podem variar de região para região, mesmo sendo muito parecidos, por vezes têm finalidades diferentes. Um bom exemplo é a oração que a guardiã desses saberes nos apresentou para cura de erisipela⁷, doença

⁷Erisipela é um processo infeccioso cutâneo, podendo atingir a gordura do tecido celular



cutânea que pode atingir o tecido gorduroso da pele, muitíssimo comum em pessoas com diabetes, obesas ou com má circulação. Nessa oração é professado o seguinte diálogo:

Deus nosso Senhor Jesus Cristo foi a Roma, com Pedro e Paulo encontrou.

Disse: O que há Pedro e Paulo?

Eles responderam: Muita doença Senhor!

Deus: Por que não cura Pedro e Paulo?

Eles: Por que estão todos surdos e mudos. E sem saber com que se cura Senhor!

Deus: Volta para trás Pedro e Paulo e vai curar!

Eles: Com que se cura Senhor?

Deus: Com água de nascente, azeite de candeia e cinza de fogão.

Esipra, Erisipela curarão e nunca mais darão! Com os poderes de Deus e virgem Maria (GOMES, 2010. Trabalho de campo 16/12/11).

Recomenda-se que junto a essa oração se aplique e massageie com óleo os membros que estão doentes. Em um trabalho desenvolvido por Francisco Poel⁸ (s/data) na região do Vale do Jequitinhonha um benzimento muito parecido com esse, mas com adaptações locais, é utilizado para a cura de cobreiro:

Quando Jesus andava pelo mundo, encontrou São Pedro sentado numa pedra fria. E pergunta a ele: Que tem Pedro?

Pedro responde: Cobreiro bravo!

Jesus: Curai Pedro!

Pedro: Com o que, Senhor?

Jesus: Com água da fonte, raminho do monte e as três pessoas da Santíssima Trindade Pai, Filho e Espírito Santo. Amém (POEL, s/data).

subcutâneo causado por uma bactéria que se propaga pelos vasos linfáticos. Pode ocorrer em pessoas de qualquer idade, mas é mais comuns em diabéticos, obesos e nos portadores de deficiência da circulação venosa dos membros inferiores. Não é contagiosa e os nomes populares usados são esipra, mal-da-praia, mal-do-monte, maldita ou febre-de-santo-antônio (Fonte: <http://www.erisipela.com.br/>. Acessado em 2/11/11).

⁸Disponível em: <http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/medicina.htm>. Acessado: 15/10/2011.

Junto com esta oração há a recomendação da utilização de sumo do tronco de banana-de-São Tomé. Poel (s/data) esclarece que algumas dessas fórmulas são tão antigas, que suas origens podem ser encontradas na mitologia germânica céltica do início da história da Europa cristã. Há um exemplo de reza de erisipela em um código austríaco do século IX, mas a adaptação acontece conforme a necessidade de cada benzedeira.

Tanto a primeira oração quanto a segunda demonstram bem o papel dinâmico da cultura, a resignificação de acordo com o contexto, mostra como o patrimônio se mantém. A memória e a fala são fundamentais nesse processo, primeiro porque registra o conhecimento, e segundo porque permite que ele seja repassado aos grupos subsequentes (GOURHAN, 1975).

Esses saberes possuem ainda uma lógica prática, relacionada às doenças. No caso da primeira oração, o óleo tem um papel fundamental na cura da erisipela, já que ao massagear o local atingido estimula-se a circulação do sangue e, portanto, há alívio e ajuda no processo de cura. No segundo caso, o sumo do troco da bananeira tem comprovado o poder cicatrizante⁹ de feridas na pele, o que representa um uso prático desses saberes populares.

Ainda registramos duas orações de benzimentos para curar dor de cabeça e mau-jeito. Na primeira, recomenda-se colocar um ramo na cabeça e enfaixá-la com ele. A entrevistada apresenta a seguinte oração:

M: Você quer aprender a da dor de cabeça?

Entrevistadora: Quero! Qual foi aquela que a senhora me benzeu, foi uma oração comprida?

Maria Reza: Foi essa!

Entrevistadora: Então, dor de cabeça.

M: Para dor de cabeça é assim: Deus é o sol, Deus é a luz, Deus é a claridade e Deus é firme na verdade. Assim como Deus é o sol, Deus é a luz e Deus é a claridade e sereno ele ergue a cabeça da pessoa que tiver doente da cabeça.

Entrevistadora: Repete a oração pra escrever. Põe o nome da pessoa?

⁹"Úlceras: Aplica-se, com algodão, a seiva da bananeira localmente. Observar cuidados de assepsia". A este respeito acessar: <http://www.ednatureza.com.br/banana.htm> e http://www.terracha.com.br/medicina_alternativa/cicatrizantes-naturais/. Sites acessados no dia 02/11/11.

M: Põe o nome da pessoa que está com dor.

Entrevistadora: O nome da pessoa é para dizer tira dor da cabeça do fulano de tal. Tem mais coisa?

M: O oferecimento é a mesma coisa.

Entrevistadora: Pai Nosso e Ave Maria, na intenção de Jesus Cristo, pra ele ajudar a ficar bom (GOMES, 2010. Trabalho de campo 16/12/11).

Poel (s/d) apresenta um registro de uso de instrumentos no benzimento de mau- jeito na cidade de Cruz, em Minas Gerais, que são os mesmos apontados pela benzedeira do nosso trabalho de campo. Durante as palavras proferidas nesse processo de cura da carne-quebrada, que conhecemos como luxação; em todas as partes do Brasil usa-se uma agulha e um novelo de linha. Benze-se cosendo o novelo com a agulha.

A oração deve ser repetida por três vezes. No restrito trabalho de campo realizado por esta pesquisa, a reza aparece da seguinte forma: "Eu que te coso, carne triturada, nervo rendido e osso desconjuntado. Pior isso que coso por mando de São Virtuoso". Na recolhida por Poel (s/data), a reza é bastante parecida, mas pergunta-se ao doente: "O que é que eu benzo?" E a própria benzedeira responde: "Carne quebrada, nervo rendido e osso partido". Ambas apresentam a dimensão do corpo fragmentado de alguma forma, a agulha e o novelo representam a junção e a costura das partes que estão luxadas.

O patrimônio imaterial tem dois sexos: a presença masculina

Nesse processo de cura do corpo, os homens, apesar de gozarem de um prestígio menor do que o das mulheres benzedeiras, têm uma presença bastante forte. No trabalho de campo, para levantamento dos nomes dos guardiões do patrimônio imaterial, um curandeiro foi indicado por muitos assentados. Nas entrevistas, o rezadeiro não demonstrou ter uma fórmula única para curar determinada doença. Para ele, as palavras saem de sua boca como um dom divino que flui sem ele menos esperar. Em suas palavras ele ressalta:

G: A gente sabe de algumas coisas não é muita coisa, né.

Entrevistadora: Mas o senhor não aprendeu isso com ninguém?

G: Não, por isso que eu digo que Deus que mostra pra gente. Olha eu já vi mulher costurar, comer sem dedo nenhum porque ela não tinha braço nenhum. Costurava, jogava bola sem dedo, com o pé, bordava

fazia tudo com o pé, não é?

Entrevistadora: E quando é que o senhor descobriu esse dom?

G: Ah! Eu era rapazinho, eu via muita coisa, eu bebia muito, daí eu fui num centro espírita, e fiquei lá trabalhando, trabalhei vinte e cinco anos no centro espírita. Daí um rapaz falou assim pra, olha vem umas coisas aí pro seu lado e você vai saber. Aí eu perguntei, sabe o que? Ele falou você vai ser conselheiro do povo. Eu falei: eu? Ah! Com essa cachaça minha é que eu vou ser? Ele falou assim pra mim, mas é por isso mesmo, aí falou assim pra mim, olha você vai embora pra muito longe, você vai largar sua mulher ou ela vai lhe largar, ainda sei de mais uma, você vai pra um lugar deserto, e lá, você não vai beber, quando você ver a cachaça você vai sentir até raiva. E foi, acabou cachaça, acabou tudo. Eu melhorei nunca mais. Vai acontecer alguma coisa comigo amanhã, eu sonho tudo direitinho antes. No dia que eles botaram fogo aqui, eu sonhei com árvore e cobra, pra todo lado tinha cobra. Cobra você sabe é traição, né. O problema é quase a metade do povo não crê, e é até bom que não creiam. A maioria me diz: Ah você é um besta! Outros falam pra você é doido! A mulher estava ruim, ruim, não comia nada, nada, aí me chamaram e fui. Cheguei lá botei a mão na cabeça dela e disse: e a senhora não quer comer um bocadinho? E ela começou a comer. (GOMES, 2010. Entrevista com G.).

Aqui a imposição das mãos se torna uma espécie de amuleto, para retirar a dor e a doença, tal fato pode ser percebido como ritual de cura em diferentes religiões. Em outro trecho da entrevista ele diz como se curou de um problema na próstata:

Eu sempre confiei em mim. Eu estava com uma dor aqui, ó, no espinhaço, falei umas palavras lá e botei a mão em cima, a dor ó fez assim... (saiu pelos ares...) e aí depois de 2 segundos, não tinha mais dor nenhuma nenhuma! Eu ia obrar, eu vou contar pra vocês, dava cada cólica que corria lá, corria cá e, ginete, ginete, ginete eu disse: eu vou morrer, não tem jeito, é próstata, eu tenho o negócio de próstata, pensei vou morrer. Daí eu peguei e disse: Meu DEUS tem dó de mim. Pus a mão naquele lugar, fui botando a mão, botei a mão de novo, tirei a mão e a dor fez assim... (desenhou no ar que foi embora...) você sabe que DEUS não é besta, não. Mas, não

leva a conhecimento não, que é bobagem minha (GOMES, 2010. Trabalho de campo 3/12/10).

Em alguns momentos o entrevistado diz ser um adivinho das coisas que acontecem: aplica a identificação de símbolos aos sonhos que têm, por exemplo, a imagem da cobra como traição, como o fogo que colocaram em seu sítio. Revelado pela pessoa que o informou de que seria conselheiro do povo, ele avalia que a autoconfiança o levou à sua própria cura e de uma mulher. No depoimento de uma assentada, ela lembra quantas pessoas foram benzidas:

Entrevistadora: Benzedura, a senhora se lembra se tinha?

S.: Tinha aqueles benzedor, a gente levava as crianças pra benzer com arruda, com galho daquele fedegoso...

Entrevistadora: Pra que servia esse aí, o fedegoso?

S: Pra tirar mau olhado, quebrante, tudo essas coisas. Quando via, tinha fila na porta da casa do feiticeiro lá. Eu acho que como tem fé nas coisas de Deus, dava certo! (GOMES, 2010. Entrevista com A. e M.).

Mas não há apenas curandeiros bons, existem nesse meio, os feiticeiros que conhecem poções e feitiços capazes de matar uma pessoa. Em outra entrevista, com um casal pioneiro no assentamento, que chegou trabalhar no casarão da fazenda Bela Vista, podemos identificar esse aspecto perigoso de um curandeiro que usa seu dom para o mal, algumas pessoas chegavam até a relacioná-lo com a morte de outras pessoas. Nas palavras do casal entrevistado:

S.: Fazia aquelas coisas, então ia fazer simpatia lá de baixo daqueles "pulador", aí você ia lá e via aquelas coisas tudo embaixo. Eles matavam mesmo. Eles faziam o negócio deles... eu me lembro porque uma vez eu fui com meu vô e eu não sei como é que foi, mas o feiticeiro falou pro meu vô que ia matar ele. Falou que ia matar porque meu vô fazia a roça dele grande e ele era preguiçoso, invejoso e não fazia e não queria que ninguém fazia. Ele ia em Araraquara, e fazia a feitiçaria.

S.: Com meu vô, aconteceu que ele caiu de cima do paredão. Ele ia passando, deu aquele vento e jogou ele lá embaixo. Aí quebrou perna, quebrou tudo e morreu... Mas ele fazia mesmo, pra muita gente. Era só ele bater os olhos numa criança...(GOMES, 2010. Entrevista com A.).

A assentada relata o temor ao feiticeiro, a fala dela identifica o poder dos saberes sobrenaturais: além de matar, é capaz de, somente ao olhar para uma criança, colocar nela um quebrante.

Mas, há também, as possibilidades de cura que não estão apenas associadas às benzedeiras, aos curandeiros e às ervas. São muito mais acessíveis e não necessitam de ter um dom para realizá-las. É preciso apenas ter fé. Esse tipo de ação e gesto utilizado para a cura é tradicionalmente conhecido como simpatia.

Elas são representadas por fórmulas, gestos, símbolos que são remédios, mas a própria palavra sugere algo que não se explica, do grego é "sentir junto o mesmo". Na medicina popular, elas servem para curar verrugas, hemorroidas, asma epilepsia, soluço, e algumas vezes, podem aparecer em conjunto com rezas e ervas. Elas revelam um aspecto diferenciado da terapia puramente racional e intelectual. Levam em consideração a experiência de quem conhece a doença a partir do sofrimento dos outros ou por si próprio.

Apesar de não se explicar a simpatia, ela pressupõe uma relação íntima entre animais, homens, plantas e planetas. As leis consideradas nesta relação estão muito distantes da causa-fim (POEL, s/d). O que é considerado aqui é a analogia para encontrar remédios para as doenças, prática esta que há muito praticada.

Levando em consideração tais pontos de reflexão e a grande utilização desta prática no Bela Vista, pudemos levantar algumas simpatias, no trabalho de campo, com as crianças da escola. Entre as simpatias estão aqueles para ver melhor, para parar de fumar, para ficar com o cabelo bonito, dentre outras. A primeira sugere o uso de uma erva como solução para ver: "Deve-se pegar folhas de arruda, colocar no sereno. No dia seguinte, colocá-las nos olhos. Finalidade é de lavar os olhos e ver melhor" (GOMES, 2010. Trabalho de campo).

A segunda simpatia registrada é para acabar com furúnculo, nesta é preciso pegar as folhas de saião¹⁰ colocá-las em cima do furúnculo, depois de alguns minutos, com as folhas sobre a ferida, colocá-las para secar. Quando as folhas secarem, o furúnculo secará junto com elas. Se voltarmos à definição de simpatia, perceberemos que o sofrer junto é a chave para o entendimento desse tratamento, ou seja, ao colocar as folhas em contato com o furúnculo, o sentido simbólico

¹⁰O saião é popularmente conhecido como folha da fortuna, coirama e folha-da-costa, e é usado popularmente para tratamento de úlceras e como cicatrizante. É encontrado em vários lugares do Brasil e nas Américas e também comprado como planta ornamental. Fonte: <http://www2.tvcultura.com.br/reportereco/materia.asp?materiaid=518>. Acessado: 04/11/11.

desse ato é a transferência. As folhas passaram a representar a ferida, e ao serem postas para secar, secaram o próprio furúnculo. Além disso, se verificarmos as propriedades dessa folha perceberemos que a mesma é usada medicinalmente para curar feridas de pele, o que indica uma certa lógica no uso delas.

Em outro exemplo de simpatia, podemos ficar com o cabelo bonito. Prática muito utilizada, inclusive pelas empresas de cosméticos, a receita pode ser feita de duas formas. Na primeira, deve-se pegar a babosa, retirar a baba e colocar farinha de mandioca junto a ela, fazer pequenas bolas e colocá-las no sereno. No dia seguinte, deve-se engolir três bolinhas, e o cabelo ficará bonito. Na segunda, seria mais um uso, do que propriamente uma simpatia, nesta deve-se retirar ao gel da babosa, passá-lo no cabelo, ficar durante alguns minutos e, depois, lavá-lo.

Registramos ainda uma simpatia apontada, por mais de um entrevistado, relacionada à queda de verrugas. Nesta, procura-se um pasto ou beira de rio, um osso de animal, que deve ser esfregado em cima da verruga. Após, coloca-se o osso com o lado que teve contato com a pele virado para sol. Após três dias a verruga cairá. A idéia inspirada aqui, relaciona-se ao desgaste natural que o sol, a chuva e o vento irão promover no osso. Como a lógica da simpatia é, através de um contato, de um gesto ou palavras transferir o problema para o objeto, planta ou algo, neste caso o osso adquire a materialização da área onde há verruga, e, quando desgastado, o resultado é o fim dela no local do corpo da pessoa que fez a simpatia.

Todas essas simpatias e benzeduras são saberes aprendidos no cotidiano com as doenças e os problemas vividos. Se não curam, pelo menos atingem um aspecto bastante valioso no processo de recuperação dos doentes, a mente. Já que em grande parte do tratamento ela é fundamental. Isso tudo não é apenas parte do patrimônio imaterial de uma determinada comunidade. É parte de uma cultura vivente, que a todos os momentos se recicla, se recria e se renova, por estar sendo usada e praticada pela memória história dos grupos participantes.

É preciso lembrar também que toda medicina funciona em um campo simbólico, e portanto, essas práticas e, muitas vezes, seus resultados, funcionam quando os atores sociais envolvidos se integram a esse campo simbólico e nele reconstróem sua identidade.

Considerações Finais

Ao concluir o presente trabalho, pretende-se resgatar as principais reflexões propostas ao longo do texto, para que se compreenda o tema desta pesquisa

como um todo. Destacamos que o universo da patrimonialidade imaterial é um aspecto da cultura que merece sempre novas pesquisas, justamente pelo fato da memória ser infinitamente criativa e capaz de criar e recriar saberes, fazeres e técnicas do cotidiano.

Trabalhamos sob uma perspectiva metodológica da Sociologia Rural, fundamentada no trabalho etnográfico da prática cotidiana ligada à experiência do mundo vivenciado, podendo assim identificar os modos de vida a partir da trajetória dos assentados.

Este trabalho, por sua vez, preocupou-se, sobretudo com aspectos cotidianos da memória, que se estabelecem nos saberes não oficiais, considerados como patrimônio imaterial ou intangível.

Para se produzir de fato a cultura, é preciso que todas essas informações sejam vividas no processo diário e que as gerações possam recriar, a partir de sua forma, o sentido para esses atos e informações.

O trabalho de registro e apresentação dos lugares de ocorrência do patrimônio imaterial. Tem uma história objetivada e uma outra, plena de subjetividades. A trajetória deste trabalho foi resultado de anos de acompanhamento e envolvimento afetivo com as histórias e as pessoas dos assentamentos investigados. Foi parte de um interesse pessoal de valorizar o pouco valorizado desta gente que luta a todo momento. Luta para conquistar o lote, para receber crédito, para plantar, para colher, para estudar, para viver...

É uma tentativa de retribuir e indicar riquezas existentes nos assentamentos de Reforma Agrária, de despertar o interesse de conhecer e querer ver a continuidade desta história. Os órgãos de valorização e fomento do patrimônio imaterial, para reconhecerem os saberes, as técnicas e as artes de fazer, exigem processos de registro e estudo prévios para dar a titulação a um grupo ou local.

Este trabalho representa uma pequena contribuição, na luta pela valorização e reconhecimento da cultura local e do assentamento. Além do registro, pode ser lido como um sinal de alento para uma ação efetiva de políticas públicas de conservação desse modo de vida tão especial. Sem as raízes do patrimônio material muito da riqueza deste modo de vida se perderia deixando para trás histórias e memórias vivas.

Referências

BARBERO, J.M. Dos Meios às Mediações Comunicação, Cultura e Hegemonia. Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro:

Editora da UFRJ, 4ª ed., 2006.

BRAGA, G.G. A fotografia no imaginário das benzedeadas de Campo Largo. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.1, p.253-280, 2005.

BROSSO, R.; VALENTE, N. **Elementos de Semiótica**: comunicação verbal e alfabeto visual. São Paulo: Panorama, 1999.

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR., O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.

CASSIRER, E. **Linguagem e Mito**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CANCLINI, N.G. **As Culturas Populares no Capitalismo**. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

DURKHEIM, H. **Os pensadores XXXIII**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. **Os Assentamentos Rurais Sob a Perspectiva de Gênero**: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise. Projeto CNPq, 2010.

FREITAS, M.C. Fazer história da educação com Gilberto Freyre: achegas para pensar o aluno com os repertórios da Antropologia. In: FARIA FILHO, L.M. (Org.) **Pensadores Sociais e História da Educação**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, p.167-185.

GASPAR, L. **Medicina Popular**. Pesquisa Escolar On-Line. 2009. Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em 06/08/2009.

GOMES, T.P. de S. Um estudo das relações sociais e políticas do assentamento Bela Vista de Araraquara através da festa junina. Simpósio

Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, Araraquara, de 28 a 30 de setembro. In: **Anais...**, Araraquara, 2005.

_____. Sociabilidade x Conflito: projetos de assentamentos na região de Araraquara. 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, junho de 2006, Goiânia-GO. In: **Anais...**, 2006.

_____. De saberes a gestos: uma etnografia de transmissão dos conhecimentos não oficiais no assentamento Bela Vista de Araraquara - SP. IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2009, Feagri/Unicamp, Campinas. In: **Anais...**, Campinas, 2009.

_____. Saberes, Memórias e Tradição: Estudo em Assentamentos de Reforma Agrária de Araraquara-SP. XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. In: **Anais...**, Recife, 2011.

GUIMARÃES, M.R.C. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v.12, n.2, p.501-514, maio/ago, 2005.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é Imaginário**. Coleção Primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

VAN DER POEL, F. **Na Cultura Popular**. S/d. Disponível em: <<http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/medicina.htm>>. Acesso em: 15/10/2011.

SANTOS, C.R.A. dos. Por uma história da alimentação. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.14, ns.26/27, p.154-171, jan/dez, 1997.

VIANNA, L.C.R. **Legislação e preservação do patrimônio imaterial**: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares. Textos escolhidos de cultura e arte popular, vol.1, nº1, 2004.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002.

Consulta eletrônica

UNESCO: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil>>. Acesso em: 25/09/2010.

IPHAN: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10/09/2011.

UNESCO:

<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangibleheritage>>. Acesso em: 20/12/2010.

DICIONÁRIO ONLINE: <<http://www.dicio.com.br/quebranto>>. Acesso em: 01/11/2011.

"CARICULTURA": AUTONOMIA E RESISTÊNCIA NAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS NO ASSENTAMENTO BARRA DO LEME

Ana Cecília dos Santos¹

Resumo: O artigo objetiva refletir sobre as relações entre seres humanos, a cultura e o meio ambiente, onde a experiência artística realizada num assentamento está atrelada à necessidade dos sujeitos reinventarem seus cotidianos independentemente da produção artística vigente nos centros urbanos. A pesquisa de campo ocorreu num assentamento agrário (Barra do Leme) no município de Pentecoste-CE. Por meio de entrevistas e da técnica análise do discurso, os moradores do referido assentamento descreveram seus cotidianos, suas expectativas, suas expressões artísticas e culturais. Essa pesquisa busca compreender em que medida o grupo "Caricultura" é capaz de reinventar seus cotidianos, a partir da aproximação entre a arte e a vida, por meio de processos de sociabilidade que resultam num despertar dos potenciais criativos dos moradores deste assentamento.

Palavras-chave: Arte; Meio Ambiente; Políticas Públicas.

Abstract: *This paper aims to explore the relationship between people, culture and the environment in a rural settlement where people experience art making the connection between art and their daily lives, highlighting the reinvention of everyday life, notwithstanding the existence of contemporary artistic productions in metropolitan areas. The field research was conducted at a rural settlement (Barra do Leme) located in the town of Pentecoste-CE. Data were collected through interviews with the residents and discourse analysis was used to explore their daily lives, including their expectations and forms*

¹Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Políticas Públicas e Sociedade na Universidade Estadual do Ceará (UECE), atualmente doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

of artistic and cultural expressions. This research seeks to evaluate the "Caricultura" group by their ability to reinvent themselves, exploring ideas concerning the relationship between art and life, through the lens of social processes for encouraging and awakening the creative potential in the residents of this settlement.

Keywords: *Art; Environment; Public Policies.*

1.Introdução

Desde épocas mais remotas, encontramos manifestações culturais e artísticas produzidas pelo homem que atestam suas formas de relacionamento com o mundo. Homens e mulheres organizaram tradicionalmente sua existência, deixando-a repleta de significados e revelando-a como linguagem, transformando, enfim, paisagens naturais em meio cultural.

Além de vincular o homem ao mundo, a arte possibilita animar o ser humano, uma vez que ela é expressão da razão, mas, também, dos sentidos, despertando sentimentos e pensamentos capazes de mobilizar e transformar sua vida. Funciona também como força integradora de uma comunidade, principalmente quando se encontra na arte o resgate da memória e a transmissão de saberes. Possibilita, ainda, uma reinvenção do cotidiano, servindo como um instrumento neutralizador das angústias do homem diante da vida e da morte.

No contexto da reforma agrária, a arte pode desempenhar um papel importante para a vida rural, ampliando sua capacidade poética e imaginativa, reconciliando os seres humanos com a natureza. De acordo com Barroso:

O pensamento que liga o homem à natureza e o roceiro à terra em que trabalha é parte de uma concepção tradicional do mundo, por alguns chamada mítica ou mágica. Esta, não se trata de uma lógica pré-científica ou de um modo de comportar-se, de dar significação à realidade, ou seja, de uma cultura ultrapassada. Tradição e modernidade, ciência e magia coexistem e são contemporâneos (BARROSO, p.59, 2005).

Para Barroso "os assentamentos de reforma agrária devem ser percebidos como um microcosmo (...) ligado ao mundo". (BARROSO, p.74, 2005). Por isso, o autor considera necessário cuidar do registro da memória do assentamento e difundir a cultura e as tradições do campo, para, através das manifestações artísticas, expandir a auto-estima e o sentimento de pertença entre os assentados.

O autor afirma, a partir da obra de Roseli Caldart, que as manifestações artísticas articulam um sentido para a luta pela reforma agrária no campo.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ceará (INCRA/CE) desenvolveu através do Projeto do Ministério da Cultura, intitulado "Ponto de Cultura"², o Projeto "Arte e Cultura na Reforma Agrária" em vários assentamentos no Estado. Seu objetivo principal é transformar assentamentos em espaços do 'fazer artístico', ou seja, de acordo com Silma Magalhães, coordenadora do projeto, o intuito é fortalecer a cultura tradicional no interior cearense, através do projeto que envolve o registro e a divulgação das manifestações culturais em multimídia, a inserção da cultura popular na dinâmica educacional local, além da publicação de material de reflexão. Foram sete³ projetos culturais de assentamentos de reforma agrária no Ceará que se tornaram "Pontos de Cultura". O edital dos selecionados pela Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT) foi divulgado no dia 04/02/2009.

No sítio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴, que se refere ao Projeto "Arte e Cultura na reforma agrária", chamou-me a atenção o resultado do edital que premiou o município de Pentecoste-CE:

"Cantos da Mata", do assentamento Barra do Leme, em Pentecoste

A questão ambiental foi bastante difundida em Barra do Leme após a realização do Projeto Ciclovida, em que assentados viajaram de bicicleta

²Ação prioritária do Programa "Cultura Viva" do Ministério da Cultura (MINC) que assume a cultura, a educação e a cidadania, enquanto incentiva, preserva e promove a diversidade cultural brasileira. Por meio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais, o MINC iniciou, em 2004, a implantação dos Pontos de Cultura, com a missão de reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo. O Programa "Cultura Viva" contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária. Essas organizações são selecionadas por meio de edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializarem seus trabalhos, seja na compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídias, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros. (Disponível em http://www.cultura.gov.br/cultura_viva).

³Foram aprovados os projetos dos assentamento de Lagoa do Mineiro, localizado no município de Itarema; Barra do Leme, que fica em Pentecoste; Tiracanga II, em Canindé; Recreio, no município de Quixeramobim; Cachoeira do Fogo, localizado em Independência; Santana, em Monsenhor Tabosa; e Lagoa do Mato/Esperança, em Sobral.

⁴Disponível em www.mda.gov.br.

por todo o Brasil e países da América Latina divulgando a utilização de sementes nativas e o respeito ao meio ambiente. O projeto Cantos da Mata pretende ampliar esse discurso com a realização de um Seminário de Arte, Cultura e Educação Ambiental, de exposição fotográfica contando a história do Projeto Ciclovida e a montagem de um espetáculo teatral em homenagem a Chico Mendes. Um CD será gravado. O projeto prevê também a instalação de um Centro de Inclusão Digital e o resgate do Reisado local.

Anteriormente, tinha ouvido falar dessa experiência da viagem de bicicleta do Ceará à Argentina, realizada por algumas pessoas do assentamento Barra do Leme. No ano de 2008, um aluno do mestrado acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE), havia me mostrado o *blog*⁵, criado pelos moradores do assentamento, onde se liam narrativas sobre a viagem. Após ler no sitio do Ministério de Desenvolvimento Agrário sobre o Projeto, obtive do mestrando o telefone dos moradores do assentamento que fizeram a viagem. Ele os conhecia pessoalmente, pois já havia passado alguns dias no referido assentamento. Resolvi, então, fazer minha pesquisa sobre o Projeto "Arte e Cultura" no assentamento Barra do Leme, pesquisando o projeto "Cantos da Mata".

Para Barroso "a cultura é entendida como a maneira de ser de um povo, a subjetividade de uma gente (...), seus imaginários e universos simbólicos" (BARROSO, p.22, 2005). Diante desta definição, minha preocupação inicial era saber até que ponto uma política pública, voltada para o fomento à cultura, que se propõe ao desenvolvimento social-econômico das comunidades, é capaz de se relacionar com os imaginários, ou ainda com as dimensões subjetivas do homem que vive no campo. Será que essa política pública contribuiria para compreender as singularidades e necessidades culturais dos moradores do assentamento Barra do Leme, indo além de meros objetivos de progresso social e econômico? Será que é capaz de estimular o desenvolvimento humano sem intervir na espontaneidade e nos cotidianos dos assentados, assim como nas suas produções artísticas?

O objetivo geral é refletir sobre as relações entre homens, mulheres, cultura, meio ambiente, Política Pública Cultural em um dado assentamento rural.

⁵Disponível em Projetociclovida.blogspot.com.

Especificamente observar como o grupo artístico desenvolve práticas de sociabilidade, resgate cultural, discussões sobre o meio ambiente, a partir de manifestações artísticas vividas nos seus cotidianos. Os objetivos específicos são: conhecer o grupo artístico e o seu processo de formação; compreender as relações sociais formadas dentro do grupo, assim como a arte e o cotidiano; identificar as representações dos integrantes sobre a natureza; identificar a representação dos moradores do assentamento Barra do Leme e dos componentes do grupo sobre o trabalho artístico que vem sendo realizado; levantar as expectativas dos indivíduos que atuam no grupo percebendo a relação entre o grupo artístico e a Política Pública promovida pelo INCRA-CE.

2. Percurso teórico metodológico

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi necessária, além da pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo realizada no assentamento Barra do Leme. Nela foi utilizada a técnica da entrevistas e a trajetória de vida de alguns personagens⁶. Durante as entrevistas, realizadas nesse trabalho, refletirei sobre alguns pontos que considero importantes para compreender o trabalho artístico que realizam. Um deles é a própria representação da arte para os assentados. Através das entrevistas, tentarei compreender como a arte possibilita as expressões dos sonhos, desejos e necessidades do cotidiano dos integrantes do grupo artístico, enfim, como através da arte é possível ao assentado simbolizar os seus anseios perante o mundo, ao mesmo tempo contribuindo para fixá-lo em um território.

A primeira etapa da pesquisa foi iniciada e prosperou, mediante processos inesperados que surgiram na ida ao campo e durante as entrevistas com os informantes. Para Bachelard, "um método excelente termina por perder sua fecundidade se não se renova no seu objeto" (BACHELARD, p.95, 1978).

Por isso, a construção do conhecimento sobre o objeto pesquisado foi brotando durante o caminho da investigação, por meio da interação com o lugar e com os personagens. De acordo com Geertz (1989), estudar as culturas é

⁶Utilizarei no decorrer deste trabalho a expressão "personagem" estabelecida a partir da idéia de representação teatral no cotidiano dos indivíduos, presente na obra "A Representação do Eu na Vida Cotidiana" de Erving Goffman. O autor emprega a perspectiva de representação teatral para tratar do modo como os indivíduos se apresentam a si mesmos e as suas atividades às outras pessoas.

entender o mundo conceitual no qual vivem os sujeitos, é interpretar, buscar os significados, observar os comportamentos.

Para começar a pesquisa, fui ao campo com a intenção de adentrar no universo das pessoas que participam do grupo artístico, para assim, compreender seus processos, as particularidades do grupo, os mecanismos e regras de convivência e as representações sobre essas regras. Realizei viagens a fim de conhecer a vida, a rotina de um assentamento no sertão cearense, buscando dessa forma, uma integração com o campo da pesquisa.

Gravei entrevistas, almejando saber os motivos, as particularidades que os levaram às ações praticadas, buscando conhecer e aprofundar as trajetórias sociais dos personagens da pesquisa. Para Elias (1984), a sociedade está num fluxo contínuo de mudanças rápidas ou lentas. Dentro da sociedade ocidental, existem outras sociedades vivendo conjuntamente. Por isso, nosso raciocínio deve partir das unidades menores que compõem as maiores através de suas inter-relações. É importante investigar as primeiras como são em si, independentes de todas as suas relações com as outras. Segundo Laville e Dionne:

Um pesquisador se dedica a um dado caso, é muitas vezes porque ele tem razões para considerá-lo como típico de um conjunto mais amplo do qual se torna representante, que ele pensa que esse caso pode, por exemplo, ajudar a melhor compreender uma situação ou um fenômeno complexo, até mesmo um meio, uma época (LAVILLE, DIONNE, p.56, 1999).

Utilizei o estudo das trajetórias sociais para melhor compreender os processos, os elementos motores que alguns personagens da pesquisa vivenciaram até o surgimento do grupo. Escolhi colocar na pesquisa a trajetória social para poder compreender os motivos que os levaram a realizar esse trabalho de resgate da cultura camponesa, da preservação do meio ambiente através das artes como a música, a xilogravura, a contação de história, o teatro e a dança. Os entrevistados narraram suas histórias livremente. Essa metodologia tem como objetivo perceber melhor a relação entre os indivíduos e as suas comunidades, dando voz aos indivíduos que através de suas histórias de vida, se tornam sujeitos produtores da história e da vida social. Para Laville e Dionne:

Obtêm-se assim belas ocasiões de compreender como as pessoas representam esses fenômenos e acontecimentos históricos, sociais ou culturais, como passaram por eles, vividos na indiferença ou na participação

ativa. É uma maneira de recolocar o indivíduo no social e na história: inscrita entre a análise psicológica individual e a dos sistemas socioculturais, a história de vida permite captar de que modo indivíduos fazem a história e modelam sua sociedade, sendo também modelados por ela (LAVILLE, DIONNE, p.159, 1999).

Em seguida, transcrevi as falas, e em alguns momentos, utilizando-me da técnica da análise do discurso, busquei compreender as falas dos informantes em determinado contexto. De acordo com Luis Henrique Eiterer⁷ a análise do discurso envolve algo mais do que saber o que se fala, envolve saber quem fala, para quem fala, como falam e para que falam, pois o discurso pode ter inúmeras funções e significados.

A pesquisa de campo provocou a realização de novas leituras, fruto das falas dos informantes. Dessa forma, foi surgindo à necessidade de definir as categorias e os conceitos sobre cultura, mito, imaginário, religiosidade, políticas públicas culturais, além de alguns conceitos relativos ao mundo rural, que serviram como base da pesquisa.

3.Dados e interpretação da pesquisa

Contatei numa passagem por Fortaleza Inácio e Ivânia, os fundadores do grupo reconhecido pelo nome "Caricultura" que ganhou o edital para participar dos "Pontos de Cultura". Falei sobre o que eu gostaria de pesquisar e trocamos algumas idéias. Os dois moram no assentamento "Barra do Leme", sendo os responsáveis pela mobilização dos trabalhadores rurais na luta pelo direito de morar nas terras onde é hoje o assentamento. Também foram eles, com a participação de jovens e crianças moradores da comunidade, os idealizadores do Projeto "Cantos da Mata", ganhador do edital de financiamento de manifestações culturais no interior do Ceará, por meio do "Arte e Cultura na Reforma Agrária" (projeto administrado pelo INCRA), vinculado ao Programa "Pontos de Cultura" da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Inácio e Ivânia juntamente com outros moradores do assentamento viajaram do Estado do Ceará à Argentina de bicicleta, a fim de conhecer, mediante a experiência de outros agricultores, diversas formas de "autonomia" em relação ao trato com a terra. Trouxeram dos locais que visitaram várias sementes que reproduzem

⁷Disponível em <http://lheimerer.blogspot.com/2008/07/o-mtodo-da-anlise-do-discurso.html>.

conhecidas pelo nome de "sementes crioulas", pois segundo estes agricultores, as sementes que compram no mercado para plantar não se reproduzem.

Ao visitar o assentamento Barra do Leme, Inácio mostrou a vegetação, as mudas e as plantas que trouxeram de outros lugares. Mostraram um lugar devastado por queimadas e que ambos fizeram plantações que floresceram. Apesar de ouvirem os moradores reclamando, afirmando que as plantações não iriam vingar, Inácio e Ivânia persistiram e atualmente cultivam diversas plantas que frutificam nesse local. Durante a viagem à Argentina, o casal trouxe sementes de vários lugares, possibilitando a criação de diversas espécies de plantas.

A maioria dos moradores do assentamento "Barra do Leme" não planta, cria bovinos e caprinos. Para a criação desses animais queimam a vegetação, a fim de formar pastos. Inácio e Ivânia não querem criar animais, mas plantar para a sua subsistência no assentamento. Essa atitude gera conflitos entre os que querem queimar a vegetação e os que querem cultivar as terras sem queimadas. Segundo Ivânia, quando realizam as queimadas o solo fica empobrecido, dificultando o florescimento das plantas.

No assentamento Barra do Leme encontramos outros pesquisadores que também estudavam o grupo artístico "Caricultura". Os integrantes do grupo de teatro conhecido pelo nome de "Nós de Teatro" estavam fazendo a pesquisa, a fim de realizar um documentário. De acordo com A., o "Arte e Cultura na Reforma Agrária" (projeto do INCRA-CE) estão formando uma parceria com o "Nós de Teatro" com o objetivo de realizar uma pesquisa. A. revelou que também é técnico do INCRA-CE e faz acompanhamento pedagógico nos assentamentos participantes do "Ponto de Cultura", posição favorecedora do contato do "Nós de Teatro" com o "Arte e Cultura na Reforma Agrária".

Fiquei sabendo que escolheram apenas o assentamento "Barra do Leme" para a realização da pesquisa e perguntei o motivo. A⁸. respondeu:

Escolhemos a Barra do Leme por perceber que eles não se rotulam, por exemplo, pra fazer um texto cada um produz alguma coisa, todo mundo se junta e faz um texto da peça e em relação à direção, não tem a figura do diretor, não tem a figura que está lá para orientar. Cada um vai se orientando e eles tratam muito intimamente a relação com a terra, com a ecologia e a gente viu essa diferença em relação aos outros assentamentos.

⁸Os nomes dos depoentes estão abreviados para garantir o sigilo.

Os integrantes do grupo "Nós de Teatro" realizaram uma reunião, que iniciou com uma dinâmica para descontrair. Em seguida, A. continuou levantando algumas questões sobre a direção e a função do diretor em um espetáculo teatral. A dinâmica se desenrolou em torno do conceito de "poder" discutido exaustivamente entre os integrantes do grupo, ou seja, no final da dinâmica percebi que o "diretor" poderia se tornar uma figura de opressão para os participantes da reunião. Acredito que A. tenha pensado nessas questões, pelo fato do grupo não possuir um diretor. Após o término das discussões, A. pediu que todos escrevessem um texto expressando suas idéias em relação ao que havia sido discutido e entregassem em outro momento. Abaixo, entrevista com M., 19 anos, narrando como pensa e como refletiu sobre o que foi discutido na reunião:

Estou no grupo desde o começo. A gente ver isso: todo mundo tem a capacidade de construir alguma coisa e quando fica na figura do diretor nós vamos ser comandado, não vamos poder dar a opinião, nós vamos ficar vetado. Dificilmente a gente escreve um texto para peça. Cada um dá uma idéia e a gente vai encenando e se vai dando certo, vai ficando. Cada um cria. Quando vem a inspiração a pessoa dá a opinião e fica na peça quando é consenso. A partir de uma discussão a gente forma uma peça e sempre fazemos discussões. No começo a gente brincava e começou a surgir a discussão sobre o porquê alguns brincavam e outros preferiam ficar em frente a televisão. No nosso grupo as discussões são feitas em rodada e cada um dá a opinião e por menor que seja a pessoa, ela opina, por isso tem a participação de cada um na peça.

O grupo Caricultura se mostrou aberto a sugestões, mas resistente quanto à intervenção de pessoas externas que desejassem modificar a estrutura inicial do grupo, no qual não existe diretor e todos expõem suas sugestões a respeito da formação e construção das produções artísticas.

No grupo artístico do assentamento "Barra do Leme", o fazer artístico estetiza a existência. A arte surge como "forma de vida", permitindo aos indivíduos a sustentação de sociabilidades ritualizadas no cotidiano do grupo, integrando a comunidade, fornecendo um "prazer de viver com o outro". As pessoas comungam dos mesmos problemas e das mesmas questões e as vivenciam por meio das expressões artísticas. Assim, a arte aparece como referência simbólica, concreta e espontânea da realidade, tornando-se meio de transmissão de conhecimentos.

A arte tem uma faceta revolucionária por não se submeter à racionalidade, podendo expressar-se a partir de metáforas, de símbolos, ou seja, a linguagem artística não tem compromisso com a objetividade. É uma forma de expressão dos sentidos e, dessa maneira, alcança as subjetividades, uma vez que revela outras dimensões, produzindo sensações muitas vezes incomunicáveis.

Para Marcuse (1975), o artista devolve à sociedade a ação que ela exerce sobre ele e ao abrir outra dimensão, expõe coisas que não são percebidas na vida cotidiana. Para o autor, o artista pode capturar toda a amargura e horror, todo desprezo e tristeza da realidade, e converter tudo isso de uma forma revolucionária em beleza, graças à forma artística.

Jung⁹, por meio de suas investigações, nos diz que a linguagem simbólica da consciência, não dialoga com o inconsciente. Somente os símbolos são capazes de expressar a linguagem do inconsciente. Os trabalhos artísticos, por outro lado, têm a função de revelar aspectos do comportamento do indivíduo, constituindo uma possibilidade de manifestação do inconsciente coletivo¹⁰.

A vontade consciente não pode alcançar uma tal unidade simbólica, uma vez que a consciência, nesse caso, é apenas uma das partes. Seu opositor é o inconsciente coletivo, que não compreende a linguagem simbólica da consciência. (...) Só através do símbolo o inconsciente pode ser atingido e expresso (JUNG, p.44, 1983).

No depoimento de M., 19 anos, integrante do "Caricultura", observamos a força simbólica proposta por Jung presente na manifestação artística:

⁹Carl Gustav Jung (1875-1961) psiquiatra suíço, percebeu que a compreensão da criação de símbolos era importante para o entendimento da natureza humana. Ele então, explorou as correspondências entre os símbolos que surgem nas lutas da vida dos indivíduos e as imagens simbólicas religiosas subjacentes, sistemas mitológicos, e mágicos de muitas culturas e eras.

"Inconsciente Coletivo", segundo o conceito de psicologia analítica criada pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, é a camada mais profunda da psique humana. Ele é constituído de imagens e idéias análogas que foram herdadas da humanidade e são comuns a todos os seres humanos. A existência do inconsciente coletivo não é derivada de experiências individuais, tal como o inconsciente pessoal, trabalhado por Freud, embora precise de experiências reais para poder se manifestar. Tais fatores funcionais do inconsciente coletivo foram chamados por Jung de *arquétipos*.

Quando estou apresentando é mágico, muitas pessoas disseram que eu me transformo, sou outro. Quando pinto o rosto com a maquiagem, acho mágico, me transformo nem eu entendo o que acontece. Eu não consigo ser do jeito que estou aqui para do jeito que fico quando estou mascarado, não consigo explicar.

Nas trajetórias sociais do grupo, a arte também aparece como uma necessidade de expressão objetivando a resistência da cultura no campo. Perguntei sobre o envolvimento dos adultos do grupo com partidos políticos, movimentos sociais ou movimentos religiosos e a resposta foi a de que o único movimento do qual participam é o de resistência na terra. Observei em minhas investigações a disposição deles para o diálogo com tendências diversas, mas resistem quanto às intervenções que os possam institucionalizar, ou seja, a interferências contrárias à forma espontânea com que se organizam e atuam. Para eles, autonomia está sempre na pauta do dia de suas atividades. Essa forma de vivência é que mostra os processos de luta que levam a enxergá-los como um grupo de resistência no campo.

O objetivo do grupo "Caricultura" é possibilitar a união e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo em relação aos seus cotidianos (principalmente em momentos difíceis como a seca) e ao distanciamento das suas tradições, assim como a preservação do meio ambiente. Como esclarece Inácio:

Essas formas de expressão cultural são formas que a gente tem para veicular um pensamento com atuação, uma atuação de luta. As formas de expressão artísticas, a gente já tinha a literatura de cordel, xilogravura, um pouco de música. O que a gente exercitou pouco foi o teatro. É mais a música, a canção, a literatura de cordel. É interessante que essas formas vão surgir nos momentos difíceis de resistência. (...) Você vai encontrar esse fortalecimento nas formas de expressão lúdica. Você não sabe como falar, então surge peças de teatro.

Para Bachelard, "tudo começa somente para aquele que sabe ser espontaneamente espontâneo" (BACHELARD, p.147, 1991) e foi de forma espontânea, por meio das brincadeiras, do estímulo de sensações, isto é, a partir da capacidade de aguçar os sentidos para perceber as emoções que nasceu a vontade de fazer teatro. Como Inácio expõe, "a arte não é propriedade de uma

indústria cultural, ela brota a partir de um estímulo, de uma animação". A palavra "animação" no seu sentido etimológico significa ato ou efeito de animar, dar vida, infundir, ânimo, valor e energia. Tem origem na palavra latina *anima* que significa princípio vital, sopro, alma¹¹. Portanto, "a arte de animar" possibilitou "o parto dos artistas". A arte aparece como necessidade de expressão, a partir da percepção do cotidiano. Como afirma Inácio, um dos depoentes:

As músicas era uma forma que a gente utilizava pra animar. Então imagina essas pessoas são carentes de tudo. Eles são famintos não só de pão, mas também de cultura, de expressão. Elas querem se expressar e nisso elas foram muito despossuídas, despropriadadas das suas formas naturais de ser. Então ela vai se reencontrando, se revalorizando.

Segundo Barroso (2005), na metade do século XX com a inserção dos meios de transporte e comunicação do campo as manifestações artísticas camponesas adentraram no universo do mercado capitalista que os colocou sob exigências, que muitas vezes, distorcia a cultura no campo, imputando-lhe valores e gostos diferentes ao seu meio cultural. Como narra Inácio:

Quando o capitalismo entrou no campo ele criou especialista, ele criou o artista, ele criou a estrela e não existe estrela, entende? Todo mundo é estrela, todo mundo é capaz. Cada um que tava participando daquela reunião fez um texto digno de uma música que não perde pra nenhuma das eruditas, entende? Pessoas do campo, crianças, adolescentes, não perde.

Santos (2000) expressa que nos lugares geográficos se estabelecem forças contraditórias: àqueles que visam o estabelecimento da cultura de massa e os que são afetados e desejam uma situação diferente:

É que no local tem-se a obediência e a revolta. Há sempre as duas coisas. Evidente que há a cultura de massa, que está presente em toda parte, mas existe também a cultura popular que renasce a cada momento, porque há uma produção de pobreza permanente. (...). O lugar geográfico é também o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias.

¹¹Disponível em <http://brincarte.blogspot.com/2004/11/palavra-anima-no-seu-sentido.html>.

Há, de um lado, os que buscam o lucro a todo custo e se apropriam dos pontos mais vantajosos e há todos os demais, mais ou menos afetados por uma situação que desejam modificar (SANTOS, p.63-64, 2000).

De Certeau (1990) cita o questionado "sucesso" na conquista que os colonizadores espanhóis tiveram perante os indígenas, uma vez que os mesmos rejeitavam e subvertiam as leis, os rituais, por meio de práticas cotidianas que modificavam a maneira de usar o sistema da qual não podiam fugir. Para o autor, essas "maneiras de fazer" constituem uma "reapropriação" dos usuários do sistema, do espaço organizado pela produção sócio-cultural. São trilhas para impor outros desejos que não são determinados pelos sistemas, ou seja, o grupo "Caricultura" não fica embotado pela cultura de massa¹², mas modifica seu espaço colocando o seu desejo, a sua vontade de fazer algo diferente e utiliza a arte para isso.

Quando fui ao assentamento, pedi a Inácio os textos da peça do "Caricultura," Inácio falou que ainda não a tinha escrito, pois cada integrante possuía a fala da peça decorada e criada por eles nos ensaios. Na peça, eles falam da degradação do meio ambiente pela mão humana, dos ventos, da água, do metal, do lixo, entre outras coisas. Lembro, no entanto, de um refrão da peça que fala: "arte, luta e cultura para cuspir na estrutura". Nesse momento, os participantes tomam uma posição claramente política¹³, ao se colocarem contra a estrutura vigente, ficando claro que eles não concordam com o que está sendo feito com o meio ambiente. A. compara a forma teatral do "Caricultura" ao "Teatro do Oprimido" de Augusto Boal¹⁴, como podemos observar:

¹²Chama-se "cultura de massa", toda cultura produzida para a população em geral, veiculada pelos meios de comunicação de massa. Cultura de massa é toda manifestação cultural produzida para a população, para o povo.

¹³Entendendo política como forma de atividade humana. O poder político é o poder do homem sobre outro homem, descartados outros exercícios de poder, sobre a natureza ou os animais.

¹⁴Augusto Pinto Boal (Rio de Janeiro, 16 de março de 1931 – Rio de Janeiro, 2 de Maio de 2009) foi diretor de teatro, dramaturgo e ensaísta brasileiro, uma das grandes figuras do teatro contemporâneo internacional. Fundador do Teatro do Oprimido, que alia o teatro à ação social, suas técnicas e práticas difundiram-se pelo mundo, notadamente nas três últimas décadas do século XX, sendo empregadas não só por aqueles que entendem o teatro como instrumento de emancipação política mas também nas áreas de educação, saúde mental e no sistema prisional. Palavras de Boal: "O teatro do oprimido é o teatro no sentido mais arcaico do termo, todos os seres humanos são atores – porque atuam – e espectadores – porque observam. Somos todos espec-atores".

A gente tá atrelando isso com o que a gente viu no Caricultura ao teatro do oprimido do Boal. O grupo Caricultura parte de uma história de autonomia imensa.(...) Eu faço acompanhamento pedagógico nos grupos, é um olhar mais técnico, um olhar diferenciado. O olhar diferenciado que vejo é essa visão de esquerda, essa visão libertária.

O "Caricultura" não se vincula a partidos políticos ou grupos religiosos e nem demonstra interesse em seguir os parâmetros de qualquer escola tradicional de teatro. Em sua filosofia, encontramos influências de movimentos libertários, anarquistas, com o objetivo de não compartilhar os processos hierárquicos do sistema capitalista de produção. Essa postura pode ter sido herança de lutas travadas pela conquista da terra e no contato em suas caminhadas e manifestações, mas, também pela vivência nas capitais, com as mais diversas tendências do pensamento libertário. A maioria dos integrantes do "Caricultura" tem uma maneira diferenciada de enxergar as vivências humanas e o meio ambiente, se comparados a outros moradores do assentamento. Perguntei a M. 19 anos, participante do grupo, como o "Caricultura" influenciou a sua vida e a resposta foi:

Eu era de uma família tradicional do interior, uma família machista, preconceituosa e (...) com nossas discussões eu me acho uma pessoa com menos preconceito. (...) Tem núcleos de assentamento que não tem a mesma defesa quanto à ecologia. A gente não concorda com o humor preconceituoso de alguns grupos de assentamentos. É a visão que é diferente. Aqui as pessoas têm uma mesma visão. No início do assentamento existiam famílias que discutiam essa questão do poder e por mais que tenham entrado outras famílias que não têm esse mesmo pensamento, mas (...) o grupo adotou esse pensamento. O nosso teatro não é um teatro para formar atores, um teatro profissional. Acredito que em outros assentamentos querem criar atores para ir para mídia e a gente não tem esse pensamento. Pensamos a questão ecológica desde o início do grupo. Por exemplo, hoje tem famílias que não queima e tão fazendo agro - ecologia e a peça da gente ta voltada em cima disso e a gente quer repassar isso para quem poder ver e ouvir. Dentro desse assentamento tem pessoas machistas, preconceituosas e que não liga pra natureza e até mesmo no grupo existem essas pessoas. O grupo não veta ninguém, o grupo é aberto.

M. outra integrante, conta como o grupo "Caricultura" influenciou seus

princípios e no modo como direciona sua vida:

Hoje não estou mais na casa da minha mãe, estou na minha casa e tento construir minha vida seguindo esses princípios da agro ecologia e eu comecei a amadurecer isso no caricultura (...) venho com o caricultura abrindo essa discussão e trazendo isso para minha vida (...) A primeira coisa é não queimar e construir uma boa relação com a terra (...). É isso que me baseio, eu planto, eu não queimo, eu não destruo, eu só tiro o necessário.

Percebi que alguns jovens do "Caricultura", na faixa etária entre quinze e vinte e dois anos, demonstram ter, no contexto de suas vidas cotidianas, um engajamento e um discurso revelador do interesse por questões planetárias como o cuidado com a natureza, com a terra, a luta contra as queimadas, desmatamento irregular, poluição etc. Em seus depoimentos, percebi que seus anseios giram em torno da realidade que os cercam. Alguns deles participam das assembléias gerais para discutirem as atividades que serão realizadas no assentamento; outros se encarregam de divulgar as práticas ecológicas e artísticas na "Barra do Leme". O grupo "Caricultura" aparece aqui como forte elemento condutor das ações dessa juventude, sendo uma importante peça de sociabilidade do assentamento.

Antes de realizar a entrevista com Inácio e Ivânia e conhecer o grupo "Caricultura" no assentamento "Barra do Leme", fui ao INCRA-CE conhecer o projeto "Arte e Cultura na Reforma Agrária" nos assentamentos rurais. Conversei com a coordenadora do projeto, Silma Magalhães, que narrou o percurso de desenvolvimento do trabalho voltado para a cultura nos assentamentos rurais. Apesar de ter tentado em 1994, 1995 e 1996 levantar um mapeamento das expressões culturais no campo, somente em 2003, no governo Lula, quando Eduardo Barbosa assumiu a superintendência do INCRA-CE, é que se conseguiu apoio para levar adiante esse projeto.

Percebendo a cultura como fonte de desenvolvimento, firmaram convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-CE) e dessa forma, realizaram capacitação dos técnicos e dos assentados, produziram um mapeamento das manifestações culturais e organizaram um seminário estadual. Contavam com setenta integrantes nesse seminário, ampliado para cento e setenta e oito. Número, que segundo Silma Magalhães, mostrou o interesse das pessoas pelo tema da cultura. Nesses debates estavam presentes a Secretaria da Cultura do Ceará e o Banco do Nordeste. A partir do mapeamento, levantaram-se questões sobre a cultura popular, juventude e educação. A partir

daí, começaram a definir o trabalho, pensando em fazer pontes entre as políticas culturais e os grupos culturais.

De acordo com Silma Magalhães, as propostas culturais foram surgindo de forma espontânea, isto é, foram sugeridas pelos próprios assentados e trabalhadas coletivamente. Juntamente com o "Programa Valorização das Culturas Regionais", um programa da (SECULT, 2003 a 2006)¹⁵, se criou uma linha de difusão das criações artísticas dentro dos assentamentos. Com o desenvolvimento do trabalho, se realizaram mais de cem apresentações no interior do Ceará, no Rio Grande do Sul durante a Conferência Nacional de Desenvolvimento Cultural, em São Paulo e Rio de Janeiro. Foi publicado, ainda, o livro de Oswald Barroso¹⁶, "Arte e Cultura na Construção da Reforma Agrária"; realizada uma exposição fotográfica conhecida por "Uma Terra que Jorra Leite e Mel"; foi feito um documentário com Rosenberg Cariry¹⁷, participação do ano de comemorações Brasil e França denominado "Terra e Cultura na Construção da Cidadania", articulado com Organizações não Governamentais (ONG'S) e a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Silma Magalhães revela que a dimensão econômica não é a questão

¹⁵Na Secretaria Estadual da Cultura do Ceará, na gestão de 2003 a 2006, criou-se o Plano Estadual de Cultura do Ceará que tinha como meta a Valorização das Culturas Regionais, ou seja, esta meta visava uma aproximação com os municípios cearenses, buscando uma descentralização ao acesso às formas de fomento a cultura. Segundo Leitão: Com a criação de uma política de editais de fomento às artes (...) demos o primeiro passo para a inclusão, pois garantimos em lei que pelo menos 50% dos recursos do Fundo Estadual de Cultura seriam voltados ao apoio de projetos advindos do interior do Estado. (LEITÃO, 2009, p.550). Nesta gestão, foram construídas redes que possibilitavam o diálogo com artistas e gestores de equipamentos e outros profissionais da cultura no interior.

¹⁶Oswald Barroso: poeta, jornalista, ator, folclorista e teatrólogo. Tanto na atividade artística (poesia e teatro), quanto na atividade jornalística (particularmente, como repórter do jornal O Povo), e na atividade acadêmica e de pesquisa, tem trabalhado sobre temas relacionados à cultura popular cearense, notadamente, aos movimentos sociais, à religiosidade, ao artesanato, às festas e aos folguedos.

¹⁷Filósofo de formação, Rosemberg Cariry começou sua carreira cinematográfica em 1975 com documentários de curta metragem sobre artistas populares e manifestações artísticas do Ceará e do Nordeste. Na década de 80, realizou os seus primeiros filmes. Seus principais filmes de Longa metragem são: A Irmandade da Santa Cruz do Deserto (1986); A Saga do Guerreiro Alumioso (1993); Corisco e Dadá (1995). Um traço marcante da obra de Rosemberg Cariry é a busca sempre renovada das fontes e dos encontros na cultura do Nordeste do Brasil.

fundamental, ou seja, a intenção da proposta não é fazer os assentados ganharem dinheiro por meio das suas manifestações artísticas. O objetivo, discutido coletivamente entre os assentados, é trabalhar a auto-estima, a coesão social, a educação e a sociabilidade dos jovens. Para ela, o processo de desenvolvimento deve-se pautar nos traços culturais da comunidade e a partir daí, é que deve ser pensado o desenvolvimento local.

Para Turino, os "Pontos de Cultura" é um aproximador de iniciativas a ações e só se concretiza quando articulado em rede. O "Cultura Viva" é concebido como uma rede orgânica que tem como base de articulação o "Ponto de Cultura". Turino cita o exemplo do "Homem Vitruviano" de Leonardo da Vinci para exemplificar essa relação, ou seja, o "Ponto de Cultura" é a base e o "Cultura Viva" é a alavanca que impulsiona a integração entre os sujeitos produtores de cultura em diversas localidades do Brasil. Um dos objetivos dessa política pública é abrir espaço para os indivíduos participarem de forma ativa e formuladora, a partir daí, criar novas concepções de desenvolvimento social fundamentada no protagonismo social.

São sete assentamentos envolvidos no projeto "Pontos de Cultura", recebedores da quantia de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Há ainda, previsão da disponibilização de um *Kit* multimídia, internet e divulgação das manifestações artísticas da comunidade. Segundo Silma Magalhães, a autonomia é um dos objetivos buscado pelo projeto, por isso, o intuito é trabalhar conjuntamente, mas buscando a autonomia dos assentados. Estão previstos cursos de desenvolvimento cultural no assentamento, a fim de qualificar tecnicamente agentes de desenvolvimento cultural, qualificação essa, promovida pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFET).

Inácio revela que o "Ponto de Cultura" traz muitas obrigações e burocracias que eles não estão acostumados a administrar. Por exemplo, as prestações de contas dos gastos com o projeto e a administração de uma determinada quantia de dinheiro (duzentos mil reais), principalmente, porque a intenção inicial do grupo não seria ganhar dinheiro e nem tampouco administrá-lo. O objetivo é trazer uma reflexão a respeito da resistência da cultura tradicional camponesa, perante os valores do meio urbano e participar dos eventos sobre cultura para divulgar suas propostas ecológicas de preservação do ambiente.

Nas falas de Inácio, Ivânia e Silma Magalhães, aparecem repetidas vezes a palavra "autonomia". Observei que essa palavra é pronunciada a partir de sentidos diferentes. Para Silma Magalhães, "autonomia" está relacionada ao

desenvolvimento econômico do assentamento; com a capacitação dos assentados para que os mesmos gerenciem seus negócios e problemas providos das suas famílias e da comunidade, obtendo melhorias econômicas, desenvolvendo por meio das expressões culturais, a sua auto-estima.

Silma Magalhães enxerga o trabalho de qualificação técnica de agente de desenvolvimento cultural, como um meio de possibilitar o aparecimento de pessoas "capacitadas", para animar através das manifestações artísticas e culturais, os assentados, fazendo com que os mesmos desenvolvam a dimensão cultural de suas vidas no assentamento.

O grupo "Caricultura" foi construído por meio de vivências espontâneas e cotidianas que envolviam amizades, sentimentos, diversões e também discussões dos problemas e questões providas do dia-a-dia. Todos esses episódios animavam e motivavam as crianças, jovens e adultos a participar e criar dentro do grupo. As condutas dos indivíduos foram construídas em cima de uma aspiração do mundo no qual vivem e estão impregnadas por valores e convicções ecológicas construídas ao longo de sete anos. A vinda de pessoas tentando ensinar ao grupo a "arte de animar", não é bem vista pelos integrantes do "Caricultura", pois de acordo com os integrantes do grupo, "não precisa de agentes culturais ensinando a arte de animar", uma vez que a animação e as manifestações culturais vêm ocorrendo ao longo desses sete anos. Autonomia para alguns integrantes do "Caricultura" representa plantar para subsistência independente do mercado e do sistema capitalista. A autonomia também está relacionada ao modo como organizam o grupo, onde todos participam na construção das peças teatrais e não existe a figura do diretor.

4. Conclusão

Os integrantes poderiam permanecer preocupados apenas com questões individuais, mas, ao contrário, percebo uma busca de integração não só com o assentamento, mas também com o mundo. Razão que leva alguns integrantes a visitarem muitos lugares, buscando contatos com pessoas, a fim de repartir e aprender. Atitude que mostra uma disposição nômade, pois alguns integrantes do grupo não se comportam como árvores que estabelece um ponto e ali se fixam assumindo uma atitude sedentária, mas comportam-se como rizomas que percorrem espaços, assumindo variadas formas, vencendo obstáculos. De acordo com Deleuze e Guattari, "um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais" (DELEUZE, GUATTARI, p.14, 2009). Alguns integrantes do grupo

"Caricultura" buscam "linhas de fuga" dentro do que está posto pela sociedade, por meio de suas "resistências" mudam de natureza se conectando a outras formas de ser e estar no mundo.

As experiências deste grupo permitem microprocessos revolucionários que ocasionam mudanças no dia a dia dos moradores do sertão. Com pequenas ações autônomas, esses indivíduos burlam formas de controle social que massifica e padroniza comportamentos, apresentando seus próprios desejos e subjetividades. A subjetividade aqui compreendida não é concebida a partir da psicanálise tradicional que se baseia numa estrutura fixa do inconsciente, mas na concepção trazida por Guattari, onde o inconsciente aparece como processual e a subjetividade produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais. Nesse entendimento de subjetividade, os sujeitos estão constantemente sendo construídos e ao mesmo tempo construindo a realidade circundante.

A experiência artística realizada no referido assentamento, aponta para uma característica dos sujeitos desta pesquisa relacionada com a necessidade de reinventar seus cotidianos, independente da produção artística vigente nos meios urbanos. Desse modo, podemos compreender esses sujeitos em suas experiências como operadores de suas próprias vivências em suas "linhas de fuga" (DELEUZE, GUATTARI, 2009), uma vez que são portadores de processos criativos e grávidos de novas possibilidades de ser/estar no mundo.

O grupo "Caricultura" vem durante sete anos, levantando questões relacionadas à agroecologia como as queimadas, os agrotóxicos, os transgênicos, etc. A proposta do grupo artístico é estabelecer uma boa relação entre os elementos da natureza e os agricultores, principalmente, porque os componentes do "Caricultura" têm um histórico familiar de constante contato com a terra. Talvez, por isso, tenham conseguido enxergar um sentido de vida voltado para o cultivo da terra, ao mesmo tempo do cultivo das solidariedades. Através da vida como forma de arte, o "Caricultura" vai além da mera solução de problemas imediatos, mas desenvolvem indagações sobre o ser/estar dos seres humanos no mundo.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A Terra e os Devaneios da Vontade**: ensaio sobre a imaginação das Forças. 1a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **O Novo Espírito Científico**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARROSO, Oswald. **A Arte e a Cultura na Construção da Reforma Agrária**. Fortaleza: INCRA-CE, 2005.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofênia, v.I, São Paulo: Editora 34, 2009.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LCT, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/UFMG, 1999.

MARCUSE, Herbert. **Eros e a Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 6a Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura**: O Brasil de Baixo para Cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

O ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO EM TEMPOS ANTERIORES: VIDA E TRABALHO NA USINA TAMOIO

Ângela Cristina Ribeiro Caires¹

Resumo: A história do Assentamento Bela Vista do Chibarro passa necessariamente pela história da Usina Tamoio, antiga proprietária das terras nas quais este assentamento se encontra. Partindo deste dado fundamental, o objetivo deste artigo é resgatar a história da Usina Tamoio, do grupo social constituído por seus trabalhadores e moradores, e por conseguinte do Assentamento Bela Vista do Chibarro em tempos anteriores. A matéria-prima para a recuperação dessa história são as experiências dos trabalhadores e moradores. Sujeitos que viveram tempos cruciais de suas existências naquelas terras. Suas lembranças e representações são o fio condutor que permitem re-tecer uma história rica em fatos, acontecimentos, esquemas vividos e compartilhados. A ênfase da análise recai sobre o período Morganti que se estende de 1917 a abril de 1969 (data da aquisição da usina pela família Morganti até sua venda para o grupo Silva Gordo). Nesse período, o Império Tamoio é reconstituído em seus aspectos objetivos e subjetivos, por meio do complexo feixe de relações sociais e atividades que cercavam aquele mundo e a vida das pessoas que lá viviam e trabalhavam. Assim, com os olhos no passado, busca-se compreender um pouco do presente.

Palavras-chave: Assentamento Bela Vista do Chibarro; Usina Tamoio; Relações Sociais.

Abstract: *The history of Bela Vista do Chibarro Settlement encompasses the history of Tamoio Sugarcane Mill, the former landowner of this land, where the settlement is currently located. On the basis of this fundamental fact, the*

¹Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara e docente das Faculdades Integradas de Jaú e Faculdade do Interior Paulista (Barra Bonita).

purpose of this paper is to trace the history of Tamoio Mill, including the social group constituted by workers and residents, and thus the early days of Bela Vista do Chibarro Settlement. The workers and residents' experiences explored in the survey are key factors used to recover historical data. The challenging times that these individuals have faced in those lands have been taken into account in this study. Therefore, their memories and representations of past events served as tools for reconstructing their history with rich descriptions, full of interesting facts, events, and shared experiences. The Morganti era, from 1917 to 1969 (April), corresponding to the interval elapsing between the acquisition of the sugarcane mill by the Morganti Family and its sale to Silva Gordo Group, was highlighted in this investigation. During this period, the Tamoio Empire is reconstituted with respect to its objective and subjective aspects, through the complex social processes involving social relations and social practices of everyday life in their physical and social environments. Thus, in the light of these data, this study seeks to better understand the present.

Keywords: *Bela Vista do Chibarro Settlement; Tamoio Mill; Social Relations.*

Introdução

O assentamento Bela Vista do Chibarro tem sido objeto de vários estudos preocupados com a luta pela terra. Sem dúvida, estes estudos oferecem importante contribuição para o entendimento da realidade recente deste assentamento. Os pesquisadores ao tratarem da temática mencionam a sua origem a partir de um processo de crise vivido pela Usina Tamoio, antiga proprietária das terras onde está instalado. Este registro é fundamental.

A história do Assentamento Bela Vista do Chibarro, do espaço no qual se encontra, comporta, no entanto, outro tempo. Tempo em que aquelas terras pertenciam à Usina Tamoio. Tempo marcado na memória e na vida de muitos sujeitos: homens e mulheres, que trabalharam, moraram e viveram nessa usina.

Se o Assentamento Bela Vista do Chibarro é hoje um dos mais importantes do estado de São Paulo, com uma estrutura que o diferencia de outros projetos do tipo, isso resulta da herança obtida da Usina Tamoio. Hoje, novas personagens habitam, trabalham e vivem no lugar. Uma nova história foi e está sendo produzida. Esta história, contudo, não se fez e não se faz no vazio, mas em um espaço determinado, construído por sujeitos concretos que viveram ali tempos cruciais de suas existências. Se este assentamento é hoje o que é,

existe na sua história outra história. História que marcou corpos e almas. História de trabalho, de vida, de lutas... Que se funde e se confunde com a história da empresa – a Usina Tamoio.

Assim, compreender o assentamento Bela Vista do Chibarro nos dias atuais implica em voltar no tempo, em um passado não muito distante e buscar nos sujeitos que trabalharam, moraram e viveram na Usina Tamoio, em suas memórias, as suas experiências. Experiências em um tempo, recordações de uma vida.

Este é o objetivo deste trabalho. Resgatar um pouco da história da Usina Tamoio, e por consequência do Assentamento Bela Vista do Chibarro em tempos anteriores. O esforço de análise aqui empreendido compreende uma tentativa de restabelecer o vínculo entre passado e presente. Com o olhar no passado, procura-se compreender a realidade da Usina Tamoio e do Assentamento Bela Vista do Chibarro hoje. Para isso buscou-se nos sujeitos, em suas recordações e representações a matéria-prima que permitiu re-tecer, com os fios da memória, um pouco de uma história que compreende tempos diversos. Ligados entre si, mas que carregam marcas distintas.

Este trabalho trata, portanto, de dois tempos: o tempo em que a Usina Tamoio esteve sob o controle acionário da família Morganti, de 1917 a março de 1969, e o tempo que ficou conhecido com o período Silva Gordo, de março de 1969 a meados de 1982. O tempo Morganti, todavia, compreende duas fases: a primeira situa-se entre a aquisição da usina por Pedro Morganti em 1917 e vai até agosto de 1941, quando ocorre o seu falecimento e a segunda vai de agosto de 1941 até março de 1969, período em que a administração da empresa ficou sob o comando dos filhos de Pedro Morganti, especialmente na pessoa do senhor Hélio Morganti. O tempo Morganti, em suas duas fases, é privilegiado na análise. É nesse período, mais precisamente até a década de 50, que é construído o Império Tamoio.

Desta forma, procura-se compreender a constituição desse Império em seus aspectos objetivos e subjetivos, resgatar a história por meio do complexo feixe de relações e atividades que cercavam aquele mundo e a vida das pessoas que lá viviam e trabalhavam, recuperar fatos e acontecimentos, esquemas vividos e compartilhados.

Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa de caráter qualitativo que incluiu fontes diretas e indiretas, além de um sistemático levantamento bibliográfico. Essa pesquisa realizada no período de 1988 a 1993, por ocasião do curso de mestrado em Sociologia, contou com 27 (vinte e sete) entrevistas semi-estruturadas, sendo 26 (vinte e seis) com trabalhadores e moradores, que

ocupavam níveis hierárquicos diferentes na estrutura produtiva e administrativa da usina e 1 (uma) com o senhor Hélio Morganti, antigo usineiro. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente tiveram os seus conteúdos analisados. Além disso, a pesquisa incluiu análise de documentos da usina, levantamento de processos trabalhistas em arquivo da Justiça do Trabalho, consulta a publicações da Revista Umarama, órgão de divulgação interna da usina e análise de material jornalístico, particularmente publicações do período da greve da empresa em 1982.

A porta de entrada para a pesquisa foi um conjunto de entrevistas com um grupo de antigos trabalhadores e moradores da Seção Bela Vista, na maior parte antigos colonos de cana, que ao sair da usina no início dos anos 60, fixaram moradia em um bairro periférico na cidade de Araraquara/SP, onde a pesquisadora também morava. Nesse momento, o objetivo era investigar o trabalho no sistema de colonato. A partir desse primeiro contato, a forte vinculação com o antigo local de moradia manifestada pelos trabalhadores, com constantes retornos em eventos que lá aconteciam: bailes, festas entre outros, chamou a atenção. Assim, a pesquisa foi redefinida, especialmente as entrevistas, quando procurou-se indagar exatamente sobre o trabalho e a vida naquele local (Seção Bela Vista) e na Usina Tamoio como um todo. As descrições da usina e da seção Bela Vista como um lugar privilegiado para trabalhar, morar e viver apareceu nos discursos desses antigos trabalhadores e moradores, enfaticamente. A vida entre muito trabalho era descrita como um tempo bom. Depoimentos emocionados indicavam saudades e um subjacente sentimento de perda de um tempo de sociabilidade e solidariedade irrecuperáveis. A partir disso, e em função da proposta de estudo, a pesquisa, em particular as entrevistas, procuraram indagar sobre as representações que os trabalhadores e moradores faziam a respeito de uma realidade próxima do seu cotidiano. Suas experiências de vida e de trabalho, os momentos vividos, suas lembranças foram enfocadas sem dicotomizar objetividades/subjetividades. Os aspectos retidos pelos trabalhadores e moradores, as lembranças do passado como um tempo das festas, dos bailes, da fatura, do futebol, das relações de vizinhança cordiais, enfim da alegria reinante no interior da usina continuaram a aparecer, caracterizando aquele espaço como um lugar privilegiado para se trabalhar, morar e viver – um "paraíso".

Percurso Teórico

Nas descrições dos trabalhadores e moradores, o mundo da Usina Tamoio

apareceu como um mundo no qual vida e trabalho se confundiam. Na luta cotidiana, tempo de vida e de trabalho eram momentos indissociáveis. Era em torno do mundo do trabalho que tudo girava: família, lazer, sociabilidade, representações.

Ao serem questionados sobre o trabalhar e viver na Usina Tamoio, os trabalhadores e moradores enfatizavam a complexa rede de relações sociais subjacentes à produção do açúcar, relações estas produzidas e reproduzidas não só no espaço de trabalho, mas também no espaço da moradia, espaço reprodutivo, caracterizando a Usina Tamoio como um lugar privilegiado de relações, de vida e de trabalho. Isso apontou para um tipo de dominação específica interiorizada e legitimada pelos sujeitos. Esta dominação se apoiava não apenas em operadores materiais enfaticamente destacados, mas também em aspectos simbólicos.

A partir dessa observação, a interpretação desse mundo e da sua complexidade impôs desafios analíticos. Como dissecar as relações constitutivas desse Império do Açúcar sem cair em categorias estáticas? Como compreender as formas de ser de um sistema de dominação específico a partir das experiências vividas pelos sujeitos? Como entender as relações de sujeição e as perspectivas de contestação em um terreno que, embora descrito como um paraíso, revelava momentos de resistência, portanto, de contradição e de luta?

Na busca de compreensão da complexidade desse mundo, da ampla rede de relações sociais que lá eram produzidas e reproduzidas procurou-se não amordaçar o objeto em rígidos esquemas teóricos. Tentou-se dirigir um olhar sociológico para a tessitura das relações constitutivas dessa usina a partir, mas não exclusivamente, de todo um trabalho de investigação voltado à análise dos olhares e representações dos seus trabalhadores e moradores, que expressavam o tempo trabalhado e vivido na Usina Tamoio como um tempo bom. Assim investigou-se sobre formas de dominação como o sistema fábrica-vila operária, para o que os trabalhos de Blay (1980), Leite Lopes (1978; 1979; 1986; 1988), Alvim (1984) foram de extrema valia. O entendimento da questão do poder nas organizações também foi de extrema importância, tendo sido utilizado para isso particularmente a obra de Pagés et al. (1990).

A percepção da existência de um sistema de dominação específico remeteu aos estudos de Weber (1969), mas especialmente de Bourdieu (1974; 1989) para quem a dominação não é consequência de uma vontade única e central, mas comandada dos dois lados. A respeito da contribuição que dão os agentes ao exercício da dominação Bourdieu assim se pronuncia:

Ao atribuímos, como faz o mau funcionalismo, os efeitos de dominação a uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e às expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma stenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido. A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente. É assim, porque os fins ditos objectivos, que só se revelam, no melhor dos casos, tarde demais e do exterior, nunca são apreendidos e postos como tais de modo imediato, na própria prática, por nenhum dos agentes, nem mesmo pelos mais interessados – aqueles que teriam mais interesse em fazer deles os fins conscientes – quer dizer, os agentes dominantes. A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção objectiva, espécie de orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre o que estes são e o que fazem, entre a sua 'vocação' subjectiva (aquilo para que se sentem 'feitos') e a sua 'missão' objectiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhes pede para fazer, concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem 'no seu lugar', de fazer o que se tem que fazer, e de fazer com gosto - no sentido objectivo - ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz (BOURDIEU, 1989, p.86-87).

O conceito de dominação, como é tratado por Bourdieu, ofereceu importante contribuição para o entendimento do que acontecia na Usina Tamoio, porém, ainda no esforço de explicação permanecemos na "encruzilhada do labirinto". Para sair dessa "encruzilhada" recorreu-se a Thompson e ao conceito "que faltava", ou ao "termo ausente": a "experiência humana". Segundo Thompson,

Os homens e as mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos' livres, mas como pessoas que experimentam suas situações relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa

experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre suas situações determinadas (THOMPSON, 1981, p.182).

O conceito de experiência permitiu alcançar a "estrutura transmitida em processo e reinserir o sujeito na história" (D'AQUINO, 1992, p.23).

A experiência diz Thompson:

[...] foi, em última instância, gerada na 'vida material' foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o 'ser social' determinou a consciência social. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer 'agora', 'manipula' a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação (THOMPSON, 1981, p.189).

Ao articular experiência e cultura, a autor chega a um ponto de junção e diz:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p.189).

O conceito de experiência, tal como elaborado por Thompson, permitiu analisar o viver na Usina Tamoio. Um viver que não estava desligado do trabalho; ao contrário era o trabalho que o determinava, não em suas objetivações, mas na forma de apelos e apegos passados aos seus trabalhadores e moradores. É na experiência dos sujeitos, nas memórias e representações que faziam desse viver indissociado do trabalho que busca-se a explicação da história. Entende-se que é a realidade social própria que articula a memória, as representações, e são os próprios sujeitos que contam suas experiências, nas suas próprias vozes.

A formulação de Marx de que "os homens fazem a sua história" não pode ser

vista num prisma teleológico, mas é preciso considerar esse homem, dentro do universo concreto no qual está inserido, pois abstraindo-se do concreto tudo o que tem de concreto, corre-se o risco de reduzi-lo ao abstrato (MARX, 1978).

A experiência, continua Thompson, surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento:

Surge porque homens e mulheres (...) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. A experiência 'compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento' (THOMPSON, 1981, p.16).

Seguindo os ensinamentos de Thompson (1981, p.188-189) procurou-se:

[...] examinar todos os sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência encontra realização e expressão [...] parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo em que em sua totalidade, compreende a 'genética' de todo processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classes peculiares) sua pressão sobre o conjunto.

Usina Tamoio: a Construção do Império

A Usina Tamoio está localizada em Araraquara, município do interior paulista. Adquirida por Pedro Morganti, imigrante italiano, em 1917, quando ainda era um pequeno engenho denominado Engenho Fortaleza, esta usina viveu a sua fase áurea na década de 1950, quando se destacou na indústria sucroalcooleira da região, do estado de São Paulo e do Brasil.

O Engenho Fortaleza ao ser adquirido por Pedro Morganti apresentava um prédio industrial e em seu entorno benfeitorias como a construção de algumas casas. A área da propriedade, na ocasião, em torno de 2.000 alqueires, compreendia o que hoje é ocupado pela sede industrial e as já extintas seções: Chibarro, Salto e parte Mantuana. Na época, a propriedade estava sendo ocupada com os cultivos de cana-de-açúcar e café.

A partir da aquisição desse Engenho, Pedro Morganti, grande empreendedor,

passou a investir em capital constante e a incorporar no patrimônio já existente tecnologias nacional e estrangeira, o que permitiu a ampliação do parque industrial. Esta ampliação, conjugada com a absorção de grandes extensões territoriais, antigas fazendas cafeeiras, e uma ampla organização social, fizeram da Usina Tamoio a maior organização industrial do Grupo Morganti², assegurando-lhe índices elevados de produtividade e posição privilegiada no mercado de açúcar. Na década de 1950 era destacada como modelo no Brasil e na América do Sul.

No período que se estende de 1917 até a morte de Pedro Morganti em agosto de 1941, a extensão territorial da usina, provavelmente favorecida pela crise cafeeira, foi ampliada para aproximadamente 5.000 alqueires. A expansão industrial acompanhou a agrícola.

Em dezembro de 1941, de acordo com dados publicados na Revista Umuarama, seu órgão de divulgação interna, a Usina Tamoio era constituída pela sede industrial e pelas seguintes seções agrícolas: Santa Elza, Salto, Mantuana, Jacaré, Morro Azul, Serra D'água, Bela Vista, Aparecida e Andes, numa extensão territorial de 5.046.795 alqueires. Mais tarde foram adquiridas as seções Banhadinho, Lucânia, Santa Inês, São Carlos, Barreiro, Chibarro, Mariza, Santa Beatriz, Marilú e Santa Joana.

Dentre essas seções, a Bela Vista constituía uma das maiores e melhor organizadas. Sua bem estruturada organização material e social apenas ficava a dever à sede industrial, onde se observava uma estrutura tipicamente urbana. Distante da sede industrial 12 quilômetros, aproximadamente, na Bela Vista casas, igreja, escola, clube recreativo, ambulatório médico e outros equipamentos, que se misturaram com a antiga estrutura de uma fazenda cafeeira, permitiam que a vida acontecesse em meio a muito trabalho, mas também muito prazer e realizações.

Os trabalhadores e moradores, até hoje, descrevem os tempos trabalhados e vividos na seção Bela Vista, ligada à Usina Tamoio, como um tempo memorável. Bailes, inclusive carnavalescos, festas, jogos de futebol nas alegres tardes de domingo, quermesses, novenas, outros eventos profanos e sagrados, e ainda as boas relações de amizade, permeavam um tempo de muito trabalho, mas também de alegria, prazer e satisfação, produzindo a percepção do espaço daquele e da

²Além da Usina Tamoio o grupo Morganti era proprietário da Usina Monte Alegre em Piracicaba e também possuía empreendimentos ligados à refinação de açúcar em São Paulo.

usina como um todo como um paraíso e o tempo vivido e trabalhado na empresa como um tempo bom. Tempo em que "A gente era feliz e não sabia", como afirmou uma antiga trabalhadora.

O Período do "Velho Morganti": a construção da ideologia da grande família

Evidentemente esta maneira de perceber o espaço, a vida e o trabalho na Usina Tamoio, bem como a construção do Império tem que ser pensada em relação a forma como Pedro Morganti conduzia suas ações e principalmente as relações de trabalho na empresa. Como os burgueses de sua época, procurou difundir entre seus trabalhadores e moradores a ideologia do trabalho como fundamento da riqueza. Sua história, envolta por um simbolismo mitológico, procurava realçar a imagem de um trabalhador dedicado que enriqueceu graças ao seu trabalho. Reproduzida em monumentos, retratos e discursos, a imagem desse empresário, como um homem trabalhador e guerreiro exercia sobre os trabalhadores e moradores a força de um poder simbólico³.

Pedro Morganti – o "Velho Morganti", como era chamado pelos trabalhadores, "cuidava do que era dele"⁴. Circulando pela usina, por todas as seções, entre os trabalhadores e moradores, procurava provê-los em suas necessidades materiais e espirituais. Desta forma, era visto por todos como um pai generoso. A atenção que dedicava a todos, sobretudo aos menos favorecidos, incluía visitas em suas residências e o interesse por seus problemas pessoais e familiares. A generosidade que não vinha somente do empresário, mas também de sua esposa – Dona Gianina – sua acompanhante nas visitas às casas dos trabalhadores e andanças pela usina, produzia a idéia de que o casal patronal, como pais generosos, cuidava de seus "filhos" particularmente nos momentos de crise, doença, morte, mas também nas festas.

Especialmente na época de natal oferecia presentes e outras prendas às crianças e pessoas idosas. Os trabalhadores ao lembrarem esse tempo enfatizam as generosidades vindas dos patrões. Os presentes natalinos são destacados como a "rememoração nostálgica" de uma modalidade de dominação tradicional que inclui contato pessoal e oferecimento de presentes, o que constitui parte

³Muitos trabalhadores mantinham em suas casas, em lugar privilegiado (paredes das salas), o retrato de Pedro Morganti.

⁴Expressão usada por um trabalhador entrevistado.

importante para a interiorização dessa forma de dominação pelo grupo dominado. Diante de uma situação de vida, às vezes precária, essas práticas criavam e deviam sustentáculo à formação de uma ideologia do trabalho que ao conjugarse com a figura do "bom patrão" garantia trabalho obediente e disciplinado, cuja legitimação e valorização pode ser percebida no depoimento que segue:

Principalmente nessa época agora (mês de dezembro, época da realização da entrevista) ele (o patrão) corria todas as seções prá ver os mais necessitados prá presente de natal. Olha bem, o casal de velhos! Agora era a época (...) Chegava essa época agora, os velhos chegou em casa de família por família prá ver a necessidade. Prás crianças era brinquedo, pros velhos, os mais idosos cobertor (...) As viúvas ganhavam... as velhas ganhavam cobertor de presente de natal. Presente de natal era cobertor, roupas... Vinha aqueles caminhão, aqueles caminhão lotados. Então tinha uma enorme festa mesmo! Podia comer, beber à vontade. Diversão tinha várias entendeu? E prá pessoas que às vezes não tinha roupa prá vestir eles fornecia (...) Eles conheciam as famílias que eram mais prejudicadas em doença e não podiam trabalhar, mais gente prá tratar em casa, então ..." (ex-colono).

Essas práticas paternalistas e clientelísticas com as quais Pedro Morganti conduzia as relações de trabalho foram de extrema importância para a construção da ideologia da grande família, mas não suficientes. A construção de uma ideologia do trabalho compatível com as necessidades da acumulação do capital exigiu ainda investimentos que procuraram respaldar as demandas sociais da população trabalhadora e de seus familiares.

Com aproximadamente 3.000 empregados fixos e suas famílias, na sua fase áurea, a usina abrigava um contingente de moradores que variava entre 7.000 a 10.000 habitantes⁵. Compunham essa população trabalhadores ligados à agricultura, à industrialização e ao setor de transportes, sendo eles: colonos de cana, assalariados agrícolas, operários de fabricação e de manutenção, empregados da administração, escritórios, transportes, inclusive ferroviário⁶.

⁵Há informações não comprovadas de que a usina chegou a abrigar de 12.000 a 15.000 pessoas em seu território.

⁶A usina mantinha em suas terras uma linha férrea que era utilizada para o transporte da cana-de-açúcar (matéria-prima) até a moenda.

No aparelhamento da usina para o atendimento das demandas sociais dos trabalhadores, a aquisição de antigas fazendas cafeeiras para transformação de suas áreas em canaviais possibilitou o reaproveitamento da infra-estrutura já existente. Além disso, mais casas foram construídas, constituindo um conjunto de aproximadamente 1.500 casas, que serviam de residência para as famílias moradoras, divididas entre os setores agrícola e industrial. A usina contava ainda com o "Pavilhão" e a "Ilha" – alojamentos onde ficavam instalados os trabalhadores solteiros e os migrantes nordestinos, respectivamente.

Nesse sistema de trabalho, no qual a mão-de-obra é contratada e alocada com base na família e não em trabalhadores individuais, como anota Leite Lopes, a casa e as concessões que giram em torno dela são condição determinante para que o trabalhador, chefe de família, decida por trabalhar e continuar na empresa (LEITE LOPES, 1988).

Foi pensando nisso que Pedro Morganti, desde muito cedo, procurou prover a usina com os equipamentos necessários para a fixação da mão-de-obra no local. Em 1918, instituiu o atendimento médico domiciliar, que mais tarde foi ampliado com a construção de ambulatórios médico e odontológico, farmácia e atendimento farmacêutico, além da manutenção de convênios com hospitais de Araraquara (Santa Casa de Misericórdia Santa Isabel) para internações e convênios com médicos de especialidades diversas: oftalmologista, otorrinolaringologista, clínica geral etc.

Também o setor de educação recebeu a atenção do empresário. Desde a década de 1930, a Usina Tamoio mantinha em seu território um grupo escolar e seis escolas isoladas. Uma complexa rede cercava o sistema educacional na usina incluindo a instituição de merenda escolar (sopa), desde 1941, concessão de Bolsas de Estudo e curso ginásial, que será tratado mais adiante.

Para atender os trabalhadores e moradores em suas necessidades materiais, a usina, desde muito cedo, instituiu o sistema de armazém na sede industrial, além de lojas de tecido, de armarinhos, açougue e outros equipamentos.

No setor de esporte e lazer, na gestão de Pedro Morganti, foram construídos campos de futebol⁷, mais tarde incrementados com a construção do grande Estádio Esportivo "Comendador Freitas", que será objeto de comentários posteriores, campos de bocha e outras modalidades esportivas. Bares e clubes

⁷O Tamoio Futebol Clube foi fundado em 1928.

recreativos também estavam presentes neste universo⁸.

A vida religiosa também começa a ser organizada desde essa época com construção de capelas na sede industrial e nas seções agrícolas.

Esse padrão de organização que incluía ainda banda de música dentre outros equipamentos era necessário para a consolidação desse sistema de dominação, mantendo as "casas sempre cheias", como afirmou Hélio Morganti, o usineiro entrevistado.

O Período dos Filhos do Morganti: o auge

Com o falecimento de Pedro Morganti, em agosto de 1941, seus filhos assumem a administração da usina. Esta fase, como citado, é personificada especialmente na pessoa de Hélio Morganti, que o ocupava o cargo de Diretor Administrativo.

Os filhos de Pedro Morganti procuraram, com pequenas modificações, dar continuidade à política de trabalho do pai. Nesse período, mantêm-se o relacionamento pessoalizado e paternalista, porém, agora, maior distanciamento marca as relações entre patrões e empregados, aproximando-se ao que no sentido weberiano se equipara ao sistema de dominação burocrático-patrimonial.

Nesse momento, a presença menos frequente dos patrões entre os trabalhadores e moradores é interpretada como "abandono", "descuido". O fato de Hélio Morganti residir em São Paulo e deixar a usina sob o comando dos empregados – a "chefaiada" – como se referem os trabalhadores àqueles que compunham a hierarquia da usina, é percebido como uma atitude de quem deixa de "cuidar do que era dele", como revela o depoimento que segue:

Depois ele (Pedro Morganti) faleceu e ficou por conta dos filhos, e os filhos sabe como que é, eles tinha a riqueza, eles não incomodava com aquilo e deixava nas mãos dos empregados. Eles ia na fazenda uma vez por mês só. Os empregados que faziam tudo que queriam (...) deixou por conta dos empregados (ex-tratorista).

Ocorre nesse período um processo de profissionalização da administração da usina e, por consequência, maior racionalização das relações de trabalho.

⁸Na Usina Tamoio existiam dois clubes recreativos: O "Cruzeiro" – clube dos brancos e o "Rancho Alegre" - clube dos negros.

Paralelamente a isso, a usina vive um momento de grande expansão, tanto em seu parque industrial como em sua organização social, favorecida, provavelmente, pelo Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) de 1941 e pelo Decreto-Lei no. 6969, em 1944⁹. Nesse momento, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)¹⁰, sob a rubrica de "Assistência Médico-Legal", criava subsídios para a ampliação dos serviços de assistência à produção sucroalcooleira. Ainda, como indica GNACARINI (1972), a reação neoliberal e a política livre cambista dos usineiros paulistas, empreendida contra a política dirigista do IAA, favorece o crescimento das usinas paulistas, no período de 1946 a 1950.

Entre o final dos anos 1940 e anos 1950, a Usina Tamoio atingiu sua fase mais pujante. Em 1943 tem início a construção da suntuosa igreja de São Pedro¹¹, mandada erigir pelos filhos em homenagem ao pai. Com a construção dessa igreja, cuja consagração ocorreu em 1945¹², as atividades religiosas, que antes estavam restritas à capela da sede industrial, foram incrementadas e estendidas para as outras seções agrícolas. Com a instituição das irmandades religiosas: Santíssimo Sacramento, Congregação Mariano, Filhas de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Irmandade de São Benedito, além das já tradicionais práticas religiosas, tais como batismo, crisma, casamento, missas e comunhão, a igreja se consagra como um espaço privilegiado de relações, amplamente estimuladas pela direção da empresa. Ainda, com parte significativa da vida social acontecendo em seu redor, a igreja de São Pedro se transformou no maior símbolo da usina. Sua suntuosidade e beleza, destacada não apenas pelos trabalhadores e moradores, mas também por pessoas que visitaram a usina, naquela época e que a visitam ainda hoje, faziam e fazem da igreja de São Pedro a expressão máxima do poder daquele grupo usineiro¹³.

Nessa fase, o setor educacional assiste também grande ampliação. Das seis

⁹Dispõe sobre os fornecedores de cana e dá outras providências.

¹⁰O IAA foi extinto pelo presidente Fernando Collor de Mello no início dos anos 1990, como parte da política neoliberal que começa a ser implantada no Brasil desde então.

¹¹Esta igreja, depois de construída passou a ser considerada a mais rica da Diocese de São Carlos. Hoje, é em torno da igreja que os antigos trabalhadores e moradores retornam à usina no dia da Festa de São Pedro que ocorre anualmente, mesmo a usina pertencendo a um novo grupo usineiro – Grupo Raízen.

¹²Administrava a igreja dois padres residentes na usina, assessorados por uma equipe de vinte coroinhas e dois capelões.

¹³É histórica a passagem pela Usina Tamoio de pessoas ilustres como os ex-presidentes da República Juscelino Kubsticheck e Jânio Quadros, além de Pelé e outros famosos.

escolas isoladas construídas ainda na gestão de Pedro Morganti, duas são elevadas à categoria de Grupo Escolar: a da seção Bela Vista e a da seção Jacaré –, completando um conjunto de três grupos escolares e nove escolas isoladas.

O ensino noturno como forma de redução do analfabetismo existente no território da usina; a extensão da sopa escolar, já oferecida aos alunos da sede industrial desde 1941, aos das seções agrícolas; a criação do "Jardim da Infância do Seu Hélio"; e a instituição do "Ginásio Estadual da Usina Tamoio", que começou a funcionar em meados da década de 1960, completaram o amplo sistema educacional que a usina sustentava, propiciando aos jovens, tanto da sede industrial como das seções agrícolas, maior acesso ao ensino ginásial, atual ensino fundamental, e ampliando as oportunidades de estudos para aqueles que não eram contemplados com a Bolsa de Estudos oferecida pela usina¹⁴.

Também nesse período mais casas foram construídas para servir de residência aos trabalhadores e suas famílias, aperfeiçoando-se, ainda, os serviços de infraestrutura básica, com a extensão de melhorias da rede de água, energia elétrica e esgoto¹⁵. Os serviços de assistência médica e hospitalar, odontológica, farmacêutica, à maternidade e à infância foram ampliados com a construção de um centro de puericultura que oferecia atendimento pediátrico e fornecimento de leite às crianças até um ano de idade.

No setor industrial, em 1951, a usina adquire e instala uma moenda FULTON de seis ternos, importada dos Estados Unidos e o que havia de mais moderno para a época. Essa moenda, primeira do tipo no Brasil, permitiu que, definitivamente, a usina conquistasse hegemonia no mercado açucareiro. A bem estruturada organização industrial, com utilização de tecnologia avançada, conjugada à ampla organização social caracterizou o pioneirismo desta usina na indústria sucroalcooleira de São Paulo, assegurando-lhe, ainda, na década de 1950, como já destacado, a posição de usina modelo do Brasil e da América do Sul.

Com toda esta ampliação, a Usina Tamoio, que no âmbito municipal já ocupava posição de destaque desde a década de 1920¹⁶, passou a ser ainda mais destacada. Na medida em que seus lucros eram redistribuídos em atividades de

¹⁴É importante destacar que a Bolsa de Estudos oferecida pela usina contemplava especialmente os filhos dos empregados da administração.

¹⁵Em 1951 foi concluída a construção de um bloco de 50 casas na sede industrial.

¹⁶MARTINEZ CORREA, Ana Maria, em seu trabalho sobre a história social de Araraquara, destaca a Usina Tamoio como a maior e mais importante indústria açucareira da cidade e região desde 1926.

cunho assistencial e cultural na cidade de Araraquara, que vinha de um período de retração na sua expansão urbano-industrial, a Usina Tamoio e seus dirigentes passaram a gozar de grande prestígio na sociedade araraquarense e na comunidade industrial local¹⁷.

Nos últimos anos da década de 1940, até o final da década de 1950, registram-se, ainda, ampliações em sua organização industrial e social, com a construção de oficinas mecânicas, implementação das atividades de assistência material, médica, religiosa e recreativa, com o equipamento de um armazém de fornecimento e um ambulatório médico na seção Bela Vista, em 1950 e 1958, respectivamente, aquisição de uma ambulância, em 1948, construção de um prédio para funcionamento do Círculo Operário Católico (COC), em 1951, construção de um campo de pouso para aviões de pequeno porte, em 1958; construção da capela de Santa Elza, na seção do mesmo nome, em 1960, organização de uma biblioteca e construção de uma sala de projeções de filmes e apresentações de peças teatrais na sede industrial. No conjunto de ampliações ocorridas nesse período, a construção de um grande estádio – o Estádio Esportivo "Comendador Freitas" – também na sede industrial, incrementando as atividades esportivas e recreativas representou, segundo os dirigentes da empresa, "mais um passo na política de assistência ao trabalhador".

O Estádio Esportivo "Comendador Freitas" foi palco de grandes jogos e torneios esportivos. A presença de personagens famosas do mundo futebolístico, como Pelé marca a história deste estádio. Também a passagem de políticos importantes para a história do Brasil, como Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek é destacada na história dessa usina¹⁸.

Ainda, outros equipamentos tais como padaria, loja de ferramentas, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteria, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência postal, serviço telefônico, um serviço de ônibus que ligava a cidade de Araraquara à Estação de Tamoio, em horários compatíveis com os trens da Cia

¹⁷Data do final dos anos 40 e anos 50, a intensa colaboração da família Morganti com obras de ampliação da Maternidade Gôta de Leite de Araraquara e Asilo de Mendicidade, construção de um prédio para funcionamento do Posto de Puericultura na Vila Xavier, Construção da Escola de Belas Artes de Araraquara, além de outros patrocínios na área cultural.

¹⁸A Usina Tamoio era passagem necessária para políticos e outras pessoas ilustres que visitavam Araraquara.

Paulista de Estrada de Ferro e hospedaria, atribuíam à usina, em particular à sua sede industrial, características urbanas. Esse "aparato institucional"¹⁹, fortemente estruturado, assegurava que todas as condições e necessidades de reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias fossem satisfeitas no interior da usina, permitindo, ainda, que todo o ciclo de vida dos trabalhadores e suas famílias se passasse em seu território e sob o olhar vigilante do patrão. Deslocar-se de lá, conforme afirmam os trabalhadores e moradores, era necessário apenas para registrar um filho, ou visitar um parente que morasse em outra localidade; coisa rara, aliás, pois toda, ou quase toda a família dos trabalhadores morava na usina. Muitos nasceram, cresceram e se lá não passaram toda sua vida, ao menos parte significativa de suas histórias está ligada à usina.

Ainda no setor industrial houve a construção da Ponte sobre o Rio Jacaré para a expansão da Estrada de Ferro até Guarapiranga, finalizada em 1958, expandindo assim a rede de estrada de ferro que servia às lavouras de cana da usina.

Toda essa organização reforçava a percepção daquele mundo como um lugar ideal. A manutenção pela empresa de uma organização com promoção do prazer por meio do lazer e garantias de sobrevivência estimulava o trabalho, ao mesmo tempo em que dissimulava o controle que perpassava o seu sistema de dominação. A manutenção dos trabalhadores em verdadeiras colônias, conjugada com toda essa organização social, além de outras concessões extra-monetárias, pode ser entendida como expressão das formas utilizadas pela usina para a fixação de sua força de trabalho, num ambiente controlado, regrado e disciplinado. Isso implicou na percepção dos trabalhadores como elementos subordinados na estrutura organizacional e na justificação do sistema de dominação.

"Você tinha tudo!", "Lá tinha tudo!", "O Morganti dava tudo". Frases como estas, invariavelmente repetidas pelos trabalhadores, revelam a boa aceitação das práticas patronais como "dádivas".

Na Usina Tamoio, esperava-se que os trabalhadores trabalhassem e eles próprios se sentiam comprometidos com a expectativa que sobre eles era imprimida. Mostravam-se assim conformados e, até certo ponto, pode-se dizer que contribuíam para o exercício da sua própria dominação, de forma consciente

¹⁹O uso do conceito de "aparato institucional" é feito por LEITE LOPES, José Sérgio em *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília/DF, Marco Zero/UNB, 1988.

ou não, por meio da relação que se estabelecia entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção e às expectativas de interesses inscritos nas suas posições no seio desse campo de luta (BOURDIEU, 1989).

A identificação do trabalhador com sua função, manifestada no sentimento de estar bem no seu lugar, de fazer o que tem que ser feito e fazer com gosto, é expressa pelos trabalhadores da Usina Tamoio, como o "amor de trabalhar", como mostra o depoimento abaixo.

Lá na usina a gente era tão alegre! Fiscal não precisava se preocupar que a gente trabalhava mesmo. Tinha amor de trabalhar. Hoje em dia, ninguém mais trabalha com amor. Só trabalha porque precisa do salário e a gente era o contrário. A gente não ligava prá dinheiro. A gente trabalhava porque gostava de trabalhar. Não estava preocupado em ganhar tanto. A gente tinha o que comer. Não tinha o luxo que tem hoje (...) A gente estava sempre cantando (...) a gente tinha remédio, tinha médico, hospital, tinha tudo"(ex-colona).

Ao colocar em ação o lado objetivado da história, construindo casas, prédios, monumentos etc, a usina ativava também o outro lado da ação histórica, a "história no seu estado incorporado"²⁰.

Trabalhar e Viver na Usina Tamoio: "uma família só", a "irmandade"

Tamoio na língua Tupi Guarani quer dizer o velho, o avô. Portanto, se ao batizar a usina com este nome Pedro Morganti desejou dar um sentido de unidade, experiência e sabedoria, como afirma Manoel de Ornellas – seu biógrafo – em boa medida seu sonho se tornou realidade. Com esse gesto, não era um simples nome que dava à usina. Nessa escolha repleta de significados e forte conotação familiar, elaborava um projeto, traçava um caminho a ser trilhado por uma empresa e por um povo. A usina Tamoio foi nas representações de seus trabalhadores e moradores uma "família só", uma "irmandade", a cujo pai generoso se devia

²⁰Para BOURDIEU, "Toda ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc. e a história em seu estado incorporado, que se tornou um habitus" BOURDIEU (1989, p.82).

obediência e lealdade. Esta ideologia que procurava apresentar a usina como um espaço prolongado de uma grande família, ou "colméia de trabalho" perpassou todo o seu tempo de existência e deixou marcas profundas na memória e na vida dos seus antigos trabalhadores e moradores.

A grande família, como produção ideológica, não era, contudo, apenas fruto das idéias difundidas pela empresa. Na medida em que era compartilhada pelo conjunto dos trabalhadores e moradores encontrava os elementos necessários para sua elaboração e reprodução.

Desta forma, entender o trabalhar e o viver na Usina Tamoio significa entender toda a complexa organização social e familiar que a empresa sustentava. Mais que isso significa partir de um exame detalhado, que busque apreender todos os momentos constitutivos da vida naquele lugar, sem, contudo, perder de vista que vida e trabalho constituíam momentos indissociáveis. Significa, ainda, entrar pelo mundo da moradia procurando ver aquele espaço não apenas como lugar básico para a recomposição e reprodução da força de trabalho necessária a produção capitalista, mas também como espaço aglutinador de experiências vividas e sentidas, onde o dia a dia produzia muito açúcar e álcool, mas também alegria, satisfação, prazer.

A vida na Usina Tamoio era marcada pelo trabalho, pelo atendimento das necessidades básicas da família trabalhadora e por uma sociabilidade peculiar. Além do alimento tirado da terra ou dos armazéns mantidos pela usina, as festas, os bailes, os presentes de natal, o futebol, a religiosidade, a amizade e a solidariedade eram os ingredientes que nutriam uma vida farta e feliz e permitiam aos trabalhadores o enfrentamento do dia a dia dentro dos limites da exploração econômica. Eram esses, portanto, os elementos favorecedores do ocultamento da dominação e subordinação que pesavam sobre suas vidas.

Distribuído geograficamente no espaço, de acordo com a posição ocupada no processo produtivo, o contingente de trabalhadores e moradores era marcado por heterogeneidades e diferenciações. Se em um primeiro momento isto podia gerar afastamentos, conseqüentes da posição ocupada no espaço social, a aproximação desses diferentes segmentos passava a ser alimentada por elementos constitutivos da ideologia que apresentava o viver na usina em torno de um "nós", que parecia diluir as diferenciações. A grande família, na verdade, encontrava no cotidiano do trabalho um esforço deliberado de fazer-se, desfazer-se e refazer-se. Na medida em que todo o rendimento e crescimento da empresa eram atribuídos ao esforço conjugado de todos, portanto, do trabalho coletivo, a

função essencial dessa ideologia não era apenas mascarar as relações sociais de produção, mas reforçava a dominação e conseguia a exploração consentida dos trabalhadores.

A casa constituía o elemento central desse morar, viver e conviver. Era em torno da casa que girava trabalho, vida, lazer e representações. A ocupação da casa se dava correlata à inserção do trabalhador no processo produtivo. A maior ou menor prescindibilidade dos seus serviços, podendo resultar em convocação extra-horário para o trabalho, fazia com que a usina procurasse alocar nas casas mais próximas da fábrica os trabalhadores considerados imprescindíveis, enquanto os "prescindíveis" moravam em casas mais afastadas. Esse sistema de alocação da mão-de-obra e distribuição dos indivíduos no espaço, além de reforçar as diferenciações conseqüentes da inserção no processo de trabalho, garantia a sua reprodução nos espaços frequentados, como revelam os depoimentos que seguem:

A Bela Vista na verdade, eu acho que até mesmo antes de mim, ela era dividida em três partes: Existia um a parte que morava do grupo prá cima, tinha uma mentalidade; do grupo prá baixo era outra mentalidade e uma colônia ao lado, que era outra mentalidade. Nós, as crianças, nós não nos relacionávamos mais de maneira alguma com as crianças do lado de baixo. Existia diferença! Eu morava perto do bar. Então a parte de cima não se relacionava com as crianças da parte de baixo, em conseqüência das amizades dos pais! O pessoal que morava na minha rua era mais pessoal de mecanizada, fiscais... Então era um pessoal que ...era uma ... como que eu digo? Economicamente ganhava melhor do que o pessoal da parte de baixo. (ex- balanceiro)

Lá existia duas categorias, mas era... Então na época que eu cheguei, então se dizia: Salão dos brancos, salão dos pretos. Como de fato tinha dois salão. Mas era muito bonito, não tinha essa discussão. Os brancos sim! Os classe baixa era no salão dos pretos, vamos dizer, era o Rancho Alegre e a classe alta, naquele tempo era uma grande chefia, então os mais poderosos eram separados, mas só nos bailes. Agora no jogo de futebol e coisa lá era tudo igual. (ex-administrador).

Na lavoura, a forma de ocupação da casa seguia o mesmo critério adotado para o setor industrial. Com um projeto arquitetônico mais modesto, podendo

chegar ao limite da rusticidade²¹, as casas variavam em tamanho, possuindo de dois a dez cômodos e eram ocupadas obedecendo a relação: número de trabalhadores na família/número de cômodos.

Em fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, aproximadamente, a usina aprimora alguns serviços oferecidos aos seus trabalhadores e moradores. Nesse período verifica-se a extensão da rede elétrica, implantação de um sistema de fornecimento de água em grupo, construção de vascas (tanques) coletivas para a lavagem de roupa, além de melhorar as condições de saneamento implantando um sistema de esgoto doméstico corrente. Esse sistema de esgoto que passava por todas as casas das colônias, era despejado diretamente em um rio próximo. Com essas melhorias, a usina facilita a vida de seus moradores, especialmente das mulheres responsáveis pelas tarefas domésticas. A seção Bela Vista foi a que mais se beneficiou com esses melhoramentos. As outras seções agrícolas, por não apresentarem condições favoráveis, continuaram a utilizar o tradicional sistema de fossa externa. Esses novos equipamentos infra-estruturais, ao valorizar as condições de moradia e, portanto, o ato de morar e viver na Usina Tamoio contribuíram para reforçar o discurso positivo em torno da casa.

Nas representações dos trabalhadores, a casa é, de fato, o ponto de partida do bem morar e viver naquele local. Ao conceder moradia para a família trabalhadora, a usina se encarregava de todo o trabalho de sua manutenção e conservação. Uma vez por ano, as residências eram pintadas com cal e tinham feitos os reparos necessários. A limpeza das ruas e outros prédios garantia, de acordo com a percepção dos trabalhadores, uma paisagem higienizada e bonita²². Nos discursos dos trabalhadores, a casa e tudo que girava em torno dela foi amplamente ressaltado, demarcando o tempo da fartura com plena satisfação das necessidades de sobrevivência²³.

O fornecimento de produtos pelo armazém também foi outro elemento

²¹Na sede industrial, as casas eram amplas e confortáveis. A maioria possuía instalações sanitárias internas e as dos empregados que ocupavam maior posição hierárquica tinham inclusive banheiro. Já nas seções agrícolas. Nos documentos e controles das casas são mencionadas casas cobertas com taboa e piso de chão batido.

²²Os trabalhadores se referem a isso lembrando das casas "branquinhas e bem cuidadas", que davam aspecto de homogeneidade no espaço.

²³Os trabalhadores da sede dispunham de quintal que favorecia a criação de animais domésticos (galinhas, porcos e até cabritos) e os da lavoura, além do quintal, dispunham também de área para a plantação de subsistência.

importante e amplamente destacado pelos trabalhadores e moradores:

E os armazéns nossos eram completos.. Nós vendíamos de tudo. Tudo o que você podia pensar: louça, ferragem, tecido, armarinho... Secos e molhados... Tudo! Tudo você entrava no armazém: do linho vagabundo até o linho 120 (...) Porque nós tínhamos todas as categorias.. Quer dizer do menor até (ex-gerente do armazém).

Porque o Morganti ele tinha toda a parte de fornecimento pro povo. O povo não precisava comprar nada fora né. Tudo lá tinha e usava uma caderneta. Agora a gente debitava naquela caderneta e era descontado no salário da gente; eles só fazia aquele pagamento do restante né (ex-colono).

O armazém, em conjunto com os outros equipamentos que a usina oferecia, atuava como um elemento de retenção da força de trabalho. Muitos trabalhadores, não conseguindo saldar, de um ano para o outro, tudo que o deviam no armazém, ficavam devendo. Esta dívida podia ser parcelada ou perdoada pelo patrão. Principalmente quando perdoada, produzia o sentimento de dever, obrigação, contribuindo para a fixação do trabalhador no local.

A assistência médica, o fornecimento de remédios através da farmácia, o lazer alimentado e controlado pela usina, assim como as festivas tardes de domingo passadas no grande Estádio Esportivo "Comendador Freitas" ou nos campos de futebol das seções agrícolas, os campeonatos inter-seções organizados pela usina, os bailes, as festas, o carnaval, a religiosidade, entre outros eram os elementos que asseguravam uma vida feliz, reforçando a eficácia deste sistema de dominação.

E a gente vivia bem lá. A gente era feliz e não sabia (...) Porque nós tínhamos médico (...) a gente tinha enfermeiro, tinha padaria, tinha açougue, tinha armazém, tinha loja de roupa, tudo o que você precisava você achava ali. Você tinha loja de ... a gente falava ferragem, mas é prá ... Coisas Utensílios domésticos, justamente ... tinha torrefação de café, tinha refinaria... O açúcar era refinado lá mesmo. Então a gente era super feliz, a gente criou os filhos (ex-colona).

E a festa de São Pedro e 1º de maio. Então essa era fora de série! Tinha toda quanto é diversão prá criançada brincar, todo esporte, tudo! Até a hora

do jogo que era a sensação prá todo mundo. Das 8 horas da manhã que acabava a missa até a hora do jogo era prá turma lá. Era jogo de seção. Começava às 8 horas, ia disputar o torneio de um com o outro, et. Era uma família desde as da sede até a última seção. Uma família só, né (ex-administrador).

Semana Santa era perfeita! Todo mundo saía de casa prá participar da Semana Santa. A procissão do enterro, em Tamoio, na Sexta feira da paixão, é inacreditável ! Porque hoje... Nós que contamos isso e vivemos... Era procissão quilométrica, era por quilômetro e todo mundo saía de casa. Aquele pessoal da seção vinha todos eles prá igreja. A usina punha condução, punha em cada seção, dois, três ônibus, vinha de caminhão. E eles queriam participar. Era uma maravilha ! Uma maravilha mesmo ! Você não vê mais isso hoje. Infelizmente! Porque o povo se sentia bem! Você olhava no povo de Tamoio, todo mundo sorria" (ex-gerente do armazém).

Ainda, a igreja, o clube, o cinema compunham uma corrente propiciadora de prazer, que só terminava com o trabalho. Um trabalho, entretanto, que não era percebido como uma atividade desgastante e penosa. Os vários elementos propiciadores de satisfação e prazer transformavam as longas jornadas de trabalho em um tempo vivido com alegria e trabalho realizado com amor.

A Crise dos Morganti

No final dos anos 1950 e até meados dos anos 1960, em meio às ampliações a crise já se anunciava. Mudanças na agricultura da cana, com modernização tecnológica, imposição de novo padrão de organização do trabalho, contratação de técnicos especializados – os agrônomos –, marcam esse período. A instituição de um novo padrão de relações de trabalho mais racional rompe gradativamente com as relações de trabalho pautadas na pessoalidade e paternalismo. A empresa começa a promover um sutil processo de expulsão dos trabalhadores e moradores.

Na agricultura, acompanhando o novo padrão de relação de trabalho no campo, o sistema de colonato é extinto e os membros das famílias colonas transformados em assalariados agrícolas. No setor industrial, a usina deixa de empregar os filhos dos trabalhadores que se vêem obrigados a sair da usina para se empregar nas cidades vizinhas – Araraquara, Ibaté e São Carlos –, o que gera muito descontentamento por parte dos pais, que acompanham seus filhos,

passando a morar nestas cidades. Aos poucos as concessões vão sendo cortadas. Começa a ser cobrado aluguel das casas, energia elétrica, fornecimento de água. Os armazéns enfraquecem, se esvaziam, já não é mais possível conseguir ali tudo que os trabalhadores e moradores precisam para a sobrevivência. Aumenta a dependência da cidade.

Nesse contexto, as contradições começam a aparecer e alguns trabalhadores fundam um sindicato no interior da usina: o Sindicato da Indústria da Alimentação de Araraquara (STIAA), cuja origem se deu, portanto, na Usina Tamoio. Organizados no sindicato, muitos trabalhadores, insatisfeitos com as mudanças nas relações de trabalho, encaminham reivindicações pela via legal, fazendo aparecer os primeiros processos trabalhistas na Justiça do Trabalho, que se transformará no principal campo e cenário das lutas desses trabalhadores. Os processos se avolumam na Justiça do Trabalho anunciando o tempo que estaria por vir.

O Tempo Silva Gordo: outras relações, novas lutas

Em abril de 1969, após um período de turbulências e de decadência anunciada desde o final dos anos 1950, a usina é transferida por meio de venda para o grupo Silva Gordo – forte detentor de capital financeiro.

As inovações promovidas pelo novo grupo proprietário, com aquisição de amplo maquinário para incrementar a mecanização da lavoura iniciada ainda no período Morganti, afetaram sobremaneira as relações de trabalho e aceleraram o processo de transformações que já vinha ocorrendo. Os principais postos de comando passam a ser ocupados por pessoas contratadas de outras organizações usineiras, medida adotada pelo novo proprietário para garantir eficiência²⁴. Nesse momento, o modelo administrativo voltado à racionalidade rompe definitivamente com as antigas formas e relações de trabalho, como revela a fala do trabalhador abaixo transcrita.

Ah, você nem via a cara dele (do patrão) Eu que era fotógrafo, que estava em todas, se vi a cara do Silva Gordo umas três vezes vi muito! Ah! O Morganti vivia com ... via com eles lá, tratava de igual prá igual. Silva Gordo, que eu que estava em todas, eu consegui ver o homem três vezes! (ex-fotógrafo).

²⁴Logo após a transferência da usina para o novo grupo proprietário, observa-se na Justiça do Trabalho uma série de acordos realizados com empregados que ocupavam posições-chaves na administração anterior.

Novas formas de controle, novos códigos intensificando o trabalho e a vigilância sobre os trabalhadores são implantados:

Agora no outro tempo modificou bastante. No tempo do Seu Silva Gordo, modificou muito, completamente! A mudança que houve era o seguinte: Eles chegaram lá, dizendo que eles tinham muito dinheiro prá organizar, que eles queriam serviço, mas também, eles queriam ... queriam muita ordem. Então eles puseram lá, aqueles guardas com jipe, correr lavoura, correr a noite, de dia... Até puseram o nome até de "Caravela" Tipo de polícia, tipo de polícia né. Nas seções todas puseram lá guardas nas seções... a noite... nas entradas... Puseram um policiamento, uma espécie de policiamento mesmo né. Aí modificou, o pessoal já não sentiu aquele conforto que existia no tempo do Morganti, ficou com um pouco de receio também né. Aí começou... modificou mesmo. Exigindo trabalho também, exigiram trabalho (...) Então começou complicar, exigir muito da turma, horário... e muita exigência mesmo, naquele tempo né. Agora começou aquela modificação completa mesmo, a mudança. Então o pessoal sentiram a mudança, teve muita mudança (ex-fiscal).

A imposição de uma política de trabalho compatível com nova orientação gerencial exigia ainda mais cortes nas concessões que giravam em torno da casa, promovendo a mercantilização da vida e tornando o dinheiro uma mercadoria imprescindível:

Fechou tudo aquilo lá. Aí era só dinheiro né. Você ia ficar sem pagamento que jeito ? (...) Cortou armazém, cortou bastante coisa né. E só tinha farmácia, tinha ambulatório médico.(...) Mudou porque virou uma guerra! Porque a maioria não tinha condições de comprar fora né, e ou outros não tinha jeito ... não sei, mudou o povo todo e virou aquele negócio. Aí começou a guerra (ex-eletricista).

O desmantelamento da cultura local exigiu medidas mais radicais. Houve um processo de expulsão e os primeiros a serem atingidos foram os trabalhadores mais antigos, portadores de estabilidade, que foram convidados a realizar acordos, muitas vezes bastante onerosos. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) instituído ainda no período Morganti se apresentou, nesse momento, como um instrumento extremamente útil para a exclusão dessa força de trabalho

enraizada, como denuncia ex-trabalhador abaixo:

Aí começou a chamar o cara prá assinar fundo de garantia. Ninguém queria assinar porque já tinha passado dez anos, quinze anos de serviço até aí. Ninguém queria fazer fundo de garantia, sem ganhar um pouco e eles começaram a querer tapear os outros (...) Aí a gente ficou pensando aquilo, pensando aquilo...trabalhando e cada dia encolhendo o serviço, porque aí a administração não concordava com o serviço da gente. A gente não concordava com o mandato deles. E vem um, troca outro e pior. Troca outro é pior. Eles manda de um jeito, a gente sempre trabalhou de um jeito, eles quer que trabalhe de outro, e a gente está vendo que está errado (...) Aí começou a chamar um. Aí vem um e diz: - "Eh cara, não tem acordo, o homem não qué dá nada! O homem que dá uma miséria prá mim! Eu tô aqui com vinte anos, dezenove anos de serviço aqui, vinte e o homem me dá isso! O que eu faço com esse dinheiro? (ex-mecânico).

Aceleraram-se nesse período as saídas dos empregados estáveis, com a realização de acordos para pagamento da indenização em parcelas que chegavam ao número de 12 (doze). Alguns, sentindo-se acuados, optaram "espontaneamente" pelo FGTS como forma de acelerar o processo de seu desligamento da empresa.

Eu optei porque eu queria ir embora, eu queria sair da usina. Justamente foi quando meu filho foi prá Rio Preto. Foi lá e participou de um concurso lá. Ele era menino...da Companhia Paulista de Força e Luz. Ele passou em segundo lugar, então ele foi trabalhar lá, e foi morar lá com um irmão meu. Então eu queria ir embora. Até eu optei pelo fundo de garantia de dar o direito deles me mandarem embora, eu optei em 69 (...) de livre e espontânea vontade (ex-encarregado de fabricação).

Aqueles que continuaram na empresa, sob a condição de estáveis, tiveram a opção pelo FGTS barganhada por melhores salários e ascensão profissional.

E depois começou a haver no fim, mas depois, bem depois do Morganti, então já começou a haver. O cara trabalhava no custo, trabalhava no ... quer dizer... correspondência, cada um fazia uma coisa. Então o cara trabalhava lá e o salário dele era igual, vamos dizer, encarregado de folha de

pagamento, ganhava igual o cara de custos, o mesmo salário. Então o cara do custos fez opção, ele tinha aumento de salário; o cara da folha não fez, ele ficava lá. Isso já foi no fim, mas já na época do Silva Gordo" (ex-encarregado de fabricação).

No processo de substituição da mão-de-obra agrícola por mão-de-obra temporária iniciado no período Morganti e acelerado no Silva Gordo com a mecanização da lavoura, a possibilidade de permanecer na empresa, vislumbrada por alguns trabalhadores, colaborou para que esses aceitassem o "convite" da empresa, optando pelo FGTS como forma de garantir o emprego, o que ainda era visto por eles como promoção²⁵.

O fundo de garantia, por exemplo, em troca da mudança. Veja bem, em troca da mudança de serviço em 69. Eu saí da lavoura, prá entrar prá mecanização. Eu fui convidado a assinar o fundo de garantia (ex-motorista).

Naquela época já existia o fundo de garantia, mas a gente era... (...) E eu desisti daquilo lá, daquele tempo de casa, que eu tinha direito, prá optar pela mecânica (ex-mecânico de manutenção).

Na Usina Tamoio, sob a administração Silva Gordo, esse processo, que começou ainda no período Morganti se intensificou, adquirindo em alguns casos caráter de violência explícita e perseguição sobre aqueles trabalhadores que optaram pela manutenção no regime antigo, conforme se verifica no relato desse trabalhador.

Quando o Silva Gordo comprou, ele mandou uma folha da nova lei do fundo de garantia prá passar na lei nova, do fundo de garantia, ele passou uma folha prá cada trabalhador, prá eles pôr o que eles quisesse ali sobre a transferência e mandar para o escritório.(...) Então eu não pus nada e devolvi

²⁵O mecanismo de barganhar melhores salários e ascensão profissional dentro das empresas como forma de pressionar os trabalhadores a "optarem" pelo FGTS, abrindo mão do tempo de trabalho anterior, prática comum utilizada pelas empresas nos anos imediatamente após a promulgação da lei 5.107/66, que cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, foi analisado por Ferrante em sua obra intitulada FGTS: Ideologia e Repressão. São Paulo: Editora Ática, (Coleção Ensaios, 44), 1978.

e falei que não, que as propostas deles não me agradava, que eles mandava uma proposta e mandava uma folha prá gente pôr né. Eu devolvi tudo, falei que a proposta não me agradava, que continuaria na lei velha. Até a maioria dos trabalhadores foram na conversa deles e optaram prá lei nova. (...) E eu por esse motivo de eu ter ficado na lei velha, eles começaram me perseguir. Eles reajustava o salário dos outros empregados e o meu não reajustava. Só reajustava o que vinha dentro da lei, o que lei dava. Naquela época é dos militar, quase não vinha aumento né. (...) e começou aquela pressão, aquela pressão! E eu fui aguentando a mão, aguentando a mão e eu tinha 30 anos de casa, ele não podia fazer nada comigo né (ex-cozinheiro).

Embora as formas de pressão sutilmente utilizadas pela empresa não tenham conseguido seduzir a todos, a grande maioria acabou por optar pelo FGTS. A partir de 1974, verifica-se na Junta de Conciliação e Julgamento de Araraquara número crescente de opções pelo FGTS com efeito retroativo a 1967²⁶. A opção pelo regime do FGTS, a partir de então, abrangendo trabalhadores da indústria e da agricultura, finalmente enquadrados como industriários pela Comissão de Enquadramento Sindical, criou flexibilidade para que a empresa realizasse acordos com os empregados mais antigos. As indenizações em torno de 60% do total devido foram negociadas para pagamento em até 30 parcelas, cujos pagamentos foram interrompidos logo após a liquidação das primeiras parcelas, tendo os trabalhadores que acionar a Justiça do Trabalho para o recebimento do restante, ou ainda para pleitear a anulação da transação.

Nos sete primeiros anos da administração Silva Gordo, o movimento de ações trabalhistas iniciado no período Morganti teve efetiva continuidade. O retardamento na resolução da polêmica em torno da questão do enquadramento sindical dos trabalhadores da lavoura gerou um volume grande de ações trabalhistas, nas quais os trabalhadores, sob a mediação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de Araraquara (STIAA), pleitearam o pagamento de diferenças de salários, de férias, de décimo terceiro salário, de

²⁶Entre 1974 e 1982, o total de opções pelo FGTS, com efeito retroativo a 1967, atingiu 344 opções. Esse processo de opções pelo FGTS, estaria, possivelmente associado à promulgação da Súmula no 57 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 1974 que estipulava o enquadramento dos trabalhadores da lavoura de cana das usinas açucareiras como industriários.

horas extras e descanso semanal remunerado, decorrentes da não aplicação do dissídio intersindical. E ainda, as reivindicações de pagamento de diferenças de indenizações, e outras verbas rescisórias, pelo mesmo motivo, levadas a cabo pelos trabalhadores demitidos, foram os principais objetos que engrossaram o volume de ações trabalhistas no período de 1970 a 1976.

O ano de 1977 inaugurou uma nova fase na administração Silva Gordo. Os tempos de euforia, de ampliações, de reformas e de pagamentos até adiantados cederam lugar a um novo tempo, no qual o pagamento dos salários passou a ser "artigo de luxo", conforme denuncia o depoimento deste antigo trabalhador:

Ele (o Silva Gordo) chegou lá feito um doido! Começou a reformar tudo, casa... gastou dinheiro a beça, pintou e rolou. Nunca vi tanto dinheiro na minha vida! O pagamento nosso saía dia 29, não saía nem dia 30. Era o Banco Português que fazia o pagamento. Ele chegou num feriado de Primeiro de maio a contratar o Santos e a Ferroviária prá fazer um jogo amistoso lá. Reformou aquilo, a usina ex- inteira. Fez o diabo lá! Só que depois arriou prá trás, acabou o dinheiro (ex-escriturário).

Nesse quadro crítico, representado pelo não pagamento de elevados débitos fiscais para com o fisco estadual e federal, com constantes atrasos nos pagamentos de salários dos trabalhadores e o não recolhimento do FGTS, trabalhar na Usina Tamoio passou a ser uma desventura²⁷. O não cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo no que se refere ao pagamento dos salários, a situação de instabilidade a que os trabalhadores estavam submetidos, vivendo sob o típico sistema de vales, endividando-se em armazéns e mercearias das cidades de Araraquara e Ibaté, levaram alguns a pleitear rescisão indireta do contrato de trabalho. No total foram 90 pedidos de rescisão indireta entre os anos de 1977 e 1982. Muitos se desligaram "espontaneamente", compondo-se amigavelmente com a empresa perante a Justiça do Trabalho, desonerando-a, assim, de boa parcela de suas obrigações trabalhistas.

²⁷A Usina Tamoio, nessa época, contava, em períodos de entre-safra, com um número aproximado de 1.000 empregados, sendo 650 ligados às atividades industriais e 350 à lavoura. O número de mulheres que trabalhava eventualmente na lavoura com registro e contrato de trabalho por tempo indeterminado era aproximadamente de 100. Na safra, recorria-se de 800 a 1.000 volantes e a mulher normalmente era contratada por empreiteiros para receber a mesma diária do homem. (FERRANTE, 1984).

Aí o pessoal ia no armazém (de fora), fazia uma despesa, deixava prá pagar esse mês. Quando era no outro mês não fazia pagamento. Ele vai pagar com o quê?(...) até quando eu vi que a coisa estava assim... Por isso que eu saí, senão estava lá até hoje (ex-eletricista).

Nos três anos seguintes, a situação de instabilidade se agravou, tornando-se insustentável. Em 23 de dezembro 1981, sem garantias de sobrevivência, não podendo nem mesmo contar com o crédito dos comerciantes locais, que passaram a negar o fornecimento de mercadorias para o pessoal da Usina Tamoio, trabalhadores da indústria e da lavoura, já esgotados, decretam greve, levando adiante um movimento que durou 120 dias, em períodos alternados (FERRANTE, 1984).

Esse movimento grevista brilhantemente analisado por Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante em artigo intitulado Tamoio: Olha tem nó na cana, publicado na Revista Perspectivas, número 7, de 1984, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Araraquara, páginas 31 a 40, como bem demonstra a autora foi marcado por vaís e vens, tentativas de esvaziar o movimento por parte da usina, acordos não cumpridos e grande exposição dos trabalhadores. Legítimo e legal em suas reivindicações, uma vez que estas se voltavam para a obtenção dos salários não pagos, esse movimento que teve como marca a falta de tradição de luta por parte desse grupo de trabalhadores, acabou sendo ofuscado, inclusive, pelo peso da cultura fortemente enraizada desde o período Morganti. Assumiu desta forma característica de um "marcapasso" com reações e manifestações fragmentadas.

O movimento foi às ruas, conquistou visibilidade, angariou a solidariedade e mobilização de toda a sociedade araraquarense. Reuniões foram realizadas em São Paulo, Piracicaba com o usineiro com o intuito de resolver a situação dos Trabalhadores da Usina Tamoio que se tornava cada vez mais crítica, no entanto, as tentativas de negociações se mostraram infrutíferas. Apesar de a imprensa resistir na divulgação, ganhou repercussão em nível nacional. Órgãos governamentais como o IAA, Secretaria da Agricultura, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho, entre outros, foram acionados na perspectiva de se conseguir uma solução para o caso. Discutiui-se a perspectiva de desapropriação da usina pelo não cumprimento dos interesses sociais, aplicando-se o Estatuto da Terra, proposta barrada pelo Sindicato da Indústria da Alimentação de Araraquara (STIAA) que, visivelmente comprometido com os interesses dos usineiros, propunha a resolução do conflito pela via legal e apoiava-se na polêmica questão do enquadramento sindical dos trabalhadores rurais de usinas.

Muitos esforços foram realizados, no entanto, se mostraram inúteis. Com todas as outras possibilidades fechadas pelo Sindicato e pela empresa, inclusive as discussões de desapropriação por interesse social e a formação de uma Cooperativa de Trabalhadores, a luta se concentrou em torno da questão dos salários atrasados e FGTS não recolhido, engrossando o processo 466/82, cuja complexa trajetória pelos tribunais do trabalho, por mais de seis anos, resultou em um calhamaço de seis volumes, com mais de 5.000 páginas.

Este processo que foi solucionado apenas em 1988 teve como foco de interesse o pagamento dos salários atrasados e FGTS não recolhido. Para o pagamento da dívida foi penhorada a Fazenda Chibarro, leiloadada pelo sindicado em 1983. No leilão, os 110 alqueires da fazenda, com valor estimado em Cr\$ 180.000.000,00 (Cento e oitenta milhões de cruzeiros), receberam um único lance irrisório de Cr\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de cruzeiros). Foi então decidido adjudicar a propriedade em nome do sindicato para o pagamento dos débitos trabalhistas.

Entretanto, a expedição da carta de adjudicação esbarrou em sérios problemas. Através do seu bem aparelhado departamento jurídico, a empresa se empenhou em emperrar a expedição da carta de adjudicação, deixando a nítida impressão de tentar, com os expedientes legais de que dispunha ganhar tempo para não entregar aos trabalhadores o que lhes era de direito. Esse processo que se iniciou com o pedido de nulidade da adjudicação, sob a alegação de farsa e simulação na arrematação por não possuir o arrematante, segundo a empresa, qualidade e capacidade econômico-financeira para tal ato, esbarrou ainda em dois mandatos de segurança impetrados contra a juíza do trabalho de Araraquara, e na cessão e transferência dos direitos aquisitivos, por meio de liquidação do salário de maio/82, de 40,033587 das suas partes ideais da Fazenda Chibarro, havidas por meio de adjudicação, por um grupo de 266 trabalhadores, em grande parte pertencentes ao setor administrativo. Mecanismo diabolicamente utilizado pela empresa, para reaver boa parcela da fazenda adjudicada. Com essa artimanha, a usina conseguiu que a expedição da carta de adjudicação fosse protelada por dois anos, quando finalmente em 27 de abril de 1987 foi expedida em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Araraquara (STIAA).

Expedida a carta de adjudicação, a possibilidade de uma apropriação por parte dos trabalhadores das terras da fazenda não chegou a ser cogitada. O sindicato, que defendia a hipótese de venda da fazenda em hasta pública para a liquidação dos débitos trabalhistas, não chegou a levar esse projeto adiante, deixando transparecer o desejo de tentar medidas conciliatórias com os proprietários da usina. Durante o ano de 1987, até maio de 1988, se limitou em

liquidar parcialmente alguns processos individuais, utilizando para isso recursos obtidos com a venda de algumas casas de um conjunto de 494 residências arrestadas em garantia do processo e localizadas no município de Taquaritinga. Com esse procedimento, sindicato e empresa ganharam tempo para as discussões da conciliação que, finalmente, foi publicizada em Abril de 1988. Como a primeira proposta de liquidação dos débitos trabalhistas em cinco parcelas foi rejeitada pelos trabalhadores, foi feita uma segunda proposta de pagamento em três parcelas, devidamente corrigidas, que finalmente foi aceita por eles.

Na assembléia de liquidação do processo 466/82, realizada na sede do STIAA, em junho de 1988, defendendo a proposta da empresa e difundindo a idéia do acordo como algo favorável aos trabalhadores, o advogado do sindicato apresentou a conciliação como única alternativa possível, sob o risco do processo continuar embargado na Justiça do Trabalho, por longo tempo.

Assim, induzindo os trabalhadores a aceitarem a proposta da empresa, a própria assessoria do sindicato, que em tempos anteriores defendeu a luta pela via da legalidade, pareceu, naquele momento, difundir a descrença na Justiça do Trabalho como campo de luta. O prazo de 10 a 20 anos estimado pelo advogado responsável pela condução das negociações não deixou outra alternativa para os trabalhadores que, de um lado pressionados pela necessidade imediata do dinheiro, de outro ludibriados pela direção sindical altamente suspeita, e cansados da longa espera, decidiram por meio do voto direto pela aceitação da proposta.

Para tal decisão, colaborou muito a crença de que a terra de nada lhes servia sem as condições técnicas para trabalhá-la. A ilusão de que a usina podia vir a ser reativada impediu que os trabalhadores mantivessem o desejo de se tornar proprietários das terras que, segundo alguns deles, representam o pulmão da usina. É na Fazenda Chibarro que se encontra a represa, fonte de água para a usina e da qual ela não prescinde.

Mais uma vez, parece ter prevalecido a crença de que a terra do patrão era inviolável. Parece ter pesado nessa decisão resquícios da fidelidade sentida e devida desde o período Morganti, fortemente enraizada na memória e na vida dos seus antigos trabalhadores.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procurou-se contar um pouco da história da Usina Tamoio, e do grupo constituído por seus trabalhadores e moradores. Buscou-se entender o complexo mundo de relações sociais que se estruturava em torno da Usina Tamoio, o seu sistema de dominação e a forma como esta

dominação foi interiorizada e legitimada pelos dominados. Nas representações dos trabalhadores e moradores, nas suas memórias, buscou-se os significados de viver e trabalhar naquele espaço.

No processo de investigação, a descrição da usina como um lugar privilegiado para trabalhar, morar e viver sobressaiu no discurso dos trabalhadores, independentemente da posição ocupada na estrutura social da empresa. Especialmente sob o domínio Morganti, que coincide com a expressão máxima da fartura e do prazer, a usina é lembrada como parte de suas vidas e o tempo trabalhado na Usina Tamoio como um tempo bom.

Adotou-se como princípio analítico a consideração de que a estruturação desse universo simbólico aparece imbricada ao mundo do trabalho. As reflexões feitas acerca da forma como os sujeitos representam aquele mundo levaram a concluir que suas representações foram geradas num tempo vivido, na experiência que "compreende a resposta mental e emocional, seja, de um indivíduo, ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento" (THOMPSON, 1981, p.15).

A experiência se formou no ato de viver e de trabalhar, em um mundo e em um lugar onde os indivíduos, guardadas as necessárias diferenciações, têm "na história comum do vivido, uma história compartilhada" (FERRANTE, 1992, p.559). Isso leva a pensar que a forma como representam aquele mundo não é fruto de uma ação maniqueísta da usina, mas resultado de um tempo concreto de vida.

O paraíso vivido e sentido no período Morganti cedeu lugar a um tempo de agruras e aflições no período Silva Gordo, mas mesmo as lutas, até certo ponto em vão, levadas a cabo pelos trabalhadores nos últimos tempos da usina, não modificaram neles a lembrança de um tempo marcado na memória.

E, portanto, a partir dessa realidade que entende-se ser necessário pensar o Assentamento Bela Vista do Chibarro hoje. Entende-se que ele é um desdobramento da História da Usina Tamoio e da Seção Bela Vista. Sua história recente, portanto, não pode ser abstraída dessa história anterior. História que marcou corpos e almas de pessoas concretas, de carne e osso. Pessoas que naquelas terras, trabalharam, naquelas casas moraram, naquele lugar viveram. Sim viveram, pois foi ali que tiveram a possibilidade de realizar seus sonhos, correndo o risco de ser felizes ou infelizes.

Referências

ALVIM, Maria Roselene Barboza. Família e Proletarização industrial: A

Constituição de um mercado de trabalho "específico de uma Fábrica Têxtil.
Anais do IV Encontro Nacional ABEP, 1984.

ALVIM, Maria Roselene Barbosa. **Constituição da Família e Trabalho Industrial**: Um Estudo Sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Rio de Janeiro, UFRJ, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento**. Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectivas, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

D'AQUINO, Teresinha. **Do Barro ao Pó: A maldição do Oleiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP), 1992.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **FGTS: Ideologia e Repressão**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Tamoio: olha tem nó na cana**. Revista Perspectivas, São Paulo, n.7, UNESP, p.31-40, 1984.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A Chama Verde dos Canaviais** (Uma História das Lutas dos bóias-frias). Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Araraquara/UNESP, 1992, (mimeo).

GNACARINI, José Cesar A. **Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEITE LOPES, José Sérgio. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: **Mudança social no Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE LOPES, José Sérgio. Aspectos da formação de um grupo de trabalhadores numa fábrica com vila operária: a instituição de uma forma de dominação através do processo de recrutamento de força de trabalho. In: **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências**. Ceará, Imprensa Universitária, 1986.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Editora Marco Zero - UNB em co-edição com MCT/CNPq, 1988.

MARTINEZ CORRÊA, Ana Maria. **História Social de Araraquara - 1817/1930**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ORNELLAS. Manoelito de. **Um bandeirante da Toscana: Pedro Morganti na Lavoura e na Indústria Açucareira de São Paulo**. São Paulo: Edart, 1967.

PAGÉS, Max, et al. **O Poder das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

EDUCAÇÃO EM DOIS TEMPOS NAS TERRAS DO BELA VISTA: USINA DE CANA-DE-AÇÚCAR E ASSENTAMENTO EM ARARAQUARA/SP

Ana Flávia Flores¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Maria Cristina dos Santos Bezerra³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os processos educacionais vivenciados no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara/SP. Distinguimos o processo que permeou a construção pedagógica da Escola do Campo "Prof. Hermínio Pagotto" em dois momentos distintos: quando as terras da fazenda eram de uma usina de cana-de-açúcar e, depois, enquanto assentamento rural. No período da usina de cana-de-açúcar, a escola tinha como objetivo servir ao crescimento do capital da usina, com uma concepção de ensino-aprendizagem que valorizasse a formação do amor ao trabalho e respeito às autoridades. Já no período do assentamento a escola toma novo rumo para os filhos dos trabalhadores, passando a contemplar uma formação que valorize e contribua na formação de uma consciência mais crítica, possibilitando uma autonomia reflexiva sobre as experiências vivenciadas na comunidade e na sociedade. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, com o aprofundamento histórico daquele local, bem como a investigação dos processos históricos da transformação de um Grupo Escolar para uma Escola

¹Graduanda em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora bolsista I.C.- Funadesp – Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). Uniara (Centro Universitário de Araraquara). Email: anaflaviaflores@hotmail.com.

²Professora Doutora e Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara e do Nupedor. Email: vbotta@techs.com.br.

³Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo) da UFSCAR. Email: cbezerra@ufscar.br .

do Campo e observação direta da realidade.

Palavras-chave: Grupo Escolar e Escola do Campo.

***Abstract:** This paper aims to present the teaching methods adopted by teachers in the settlement of Bela Vista do Chibarro in Araraquara/SP. We focus on the development of a pedagogical approach employed by the Escola do Campo "Prof. Hermínio Pagotto" over two distinct time periods: the first period refers to the period when the sugarcane mill was the landowner of the farming lands and, the second period began with the establishment of the rural settlement. During the operational period of the mill, the school was designed to achieve the goals of the mill, such as the capital growth, and the major strategies used in teaching included moral values such as fidelity to duty and respect for authority. Whereas during the period of the settlement, the school provided new direction for education to the worker's child, enhancing education and contributing to the process of critical consciousness formation, encouraging students to become autonomous and reflective practitioners with respect to their experiences in their community and in the society. The methodology used in this study included literature reviews, bibliographic searches, and an exhaustive investigation of the historical documentation of that area as well as the examination of historical processes of transformation of a rural elementary school into a rural mainstream school, and direct observation of reality.*

Keywords: Rural Elementary School and Rural Mainstream School.

Introdução

O Assentamento Bela Vista do Chibarro está localizado no município de Araraquara e é próximo a duas importantes usinas da região: a Usina Zanin Ltda. e à Açucareira Corona S/A⁴. Esta região é considerada um grande centro agroindustrial, fazendo parte da macro-região de Ribeirão Preto. Segundo Ferrante (1990) e Silva (1995):

⁴Atualmente as duas usinas foram compradas pela Cosan S/A Indústria e Comércio, que vem promovendo a monopolização da produção sucroalcooleira no estado de São Paulo. Sob seu comando, estão dezesseis usinas, além de terminais privativos no porto de Santos.

A região é conhecida como Califórnia Brasileira em função do grande potencial econômico que as agroindústrias da cana e da laranja trouxeram para a região, o que gerou a verticalização da produção e uma grande concentração de renda, em contrapartida, gerou a expropriação dos pequenos produtores e péssimas condições de vida aos bóias-frias [...] Mudando o panorama das cidades próximas às usinas, transformando-as em *cidades dormitórios* (FERRANTE; SILVA, Apud BAÚ, 2001, p.7).

Este assentamento teve, em seus momentos históricos, diferentes rumos em relação à região centro-oeste do Estado de Paulo, na qual está inserida, pois segundo Mascaro (2003), está constituído nas terras de uma antiga fazenda de café, chamada Bela Vista, estabelecida no fim do século XIX. Em agosto de 1934 a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio⁵), sendo aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão-de-obra) que acabaram servindo à produção do açúcar. Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – para reforma agrária, no ano de 1989.

Nessas terras surgiu um grupo escolar, em terras de uma usina e, depois, este mesmo grupo tem uma nova configuração na sua história. Atualmente as terras foram destinadas à reforma agrária e a escola passou a atender filhos de assentados com uma nova caracterização e organização.

Usina de cana-de-açúcar e o grupo escolar

Fundada em 1917, com o nome Engenho Fortaleza (propriedade na qual se iniciou a Usina Tamoio), foi adquirida pelo Grupo Morganti. Na década de 1950, se tornou uma das maiores usinas do Brasil, (FERRANTE, 1984). A fazenda Bela Vista é marcada pela intensificação da produção açucareira, dentro de uma usina que foi pioneira na instalação da primeira moenda de cana do mundo e na utilização da vinhaça como fertilizante agrícola.

O Engenho Fortaleza nasceu com status de usina, pois "além de um prédio industrial, apresentava benfeitorias que compreendiam a construção de algumas

⁵Usina Tamoio era o nome fantasia da empresa, a razão social era Refinadora Paulista S/A. E Tamoio vem do termo "*tamuya*" que em língua tupi significa "os velhos, os idosos, os anciãos", os que mais prezavam os costumes tradicionais.

casas em torno da planta fabril. A área da propriedade girava, na ocasião, em torno de dois mil alqueires" (CAIRES, 1993, p.55).

A transformação do Engenho em usina sucedeu através de investimentos em capital constante e com a incorporação de tecnologias e, principalmente, em virtude da aquisição de fazendas cafeeiras localizadas nas proximidades, que devido à crise do café eram vendidas a baixos custos. Entre os anos 1920 a 1930 a usina Tamoio respondia por aproximadamente 12% da produção total de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo.

E em 1946 a usina se transformou na maior indústria sucro-alcooleira do país e da América do Sul. Segundo Caires (1993) os trabalhadores da usina eram divididos entre trabalhadores da agricultura e trabalhadores da industrialização, compostos de: colonos de cana (ficavam nas seções agrícolas), assalariados agrícolas, operários de fabricação, manutenção, empregados da administração, escritórios, inclusive os trabalhadores do transporte ferroviário que transportava a matéria-prima até as moendas⁶. Foram construídas na época 1.500 casas que serviam de residência para as famílias moradoras da usina. Essas casas eram construídas nas fazendas de café que Pedro Morganti ia adquirindo. Ao redor da usina foram compradas 5.278 alqueires e "abrigava um contingente de moradores que variava entre 7.000 a 10.000 habitantes" (CAIRES, 1993, p.65).

Pedro Morganti organizou na usina toda uma infraestrutura para atender às demandas sociais dos trabalhadores que incluíam construções de lazer e assistência para manter os trabalhadores ligados ao local. A usina possuía estruturas como:

Oficinas mecânicas, um ambulatório médico localizado na Seção Bela Vista, ambulância, prédio do Circulo Católico, um campo de pouso para aviões de pequeno porte, pelo menos uma capela em cada seção, uma biblioteca, sala de projeção de filmes e peças teatrais, um grande estádio esportivo, armazém, açougue, farmácia, padaria, loja de ferragens, loja de tecidos e armarinhos, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteira, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência postal, serviço telefônico, um serviço de ônibus que ligava a cidade de Araraquara à estação de trem Tamoio, uma catedral religiosa, além de uma hospedaria similar a um hotel cidadão (TEIXEIRA, 2010, p.24).

⁶As estradas de ferro estavam estendidas por todas as seções da usina.

Ao que tudo indica, o dono da usina garantia que todas as demandas sociais de seus empregados fossem satisfeitas no interior da usina.

No que diz respeito à organização social, podemos destacar o setor educacional na usina, pois desde 1930 existiam seis escolas isoladas⁷ nas seções da usina, e um Grupo Escolar D. Giannina Morganti. Destas seis escolas isoladas, duas foram elevadas à qualidade de Grupo Escolar.

O Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti (construído em 1942) estava situado na seção Bela Vista, que possuía aproximadamente 150 casas, um posto de saúde, uma igreja católica, uma estação de trem (TEIXEIRA, 2010).

Este grupo escolar foi construído para atender colonos residentes nas terras da usina. Como as seções às vezes eram muito distantes da sede, não era possível a todos os filhos dos trabalhadores terem acesso à escola, uma vez que só na sede tinha o Grupo Escolar D. Giannina Morganti e só as crianças das seções mais próximas conseguiam frequentar a escola. A instalação de um grupo escolar na seção Bela Vista, uma das maiores da usina, possibilitou que fossem atendidas crianças de 13 seções próximas ao Bela Vista.

Um fator importante de destaque é que em uma usina do interior paulista existam três Grupos Escolares, o que era considerado um símbolo da modernização educacional. Conforme dados colhidos em sua pesquisa, Souza (s/d) mostra que "a superioridade organizacional e material dos grupos escolares fez com que fossem considerados estabelecimentos escolares arquetípicos do que melhor havia no ensino primário" (SOUZA, s/d, p.01). Os Grupos Escolares eram "vistosos prédios públicos que rivalizam com a igreja, a câmara municipal e as mansões mais importantes tanto da capital como das principais cidades do interior" (SAVIANI, 2004, p. 3).

Os grupos escolares foram uma implantação dos republicanos no Estado de

⁷Desde a implantação dos grupos escolares no final do século XIX, o projeto republicano de difusão da escola graduada encontrou na "dispersão" geográfica do meio rural um grande obstáculo. Neste período, grande parte da população encontrava-se em regiões afastadas dos centros urbanos onde, muitas vezes, dada a distância e as dificuldades materiais encontradas, a instalação e manutenção dos grupos escolares tornavam-se inviável. Dessa forma, para atender o meio rural a alternativa encontrada para a difusão da instrução primária foi a implantação de escolas isoladas, o que não era muito favorável. Localizadas em casas adaptadas e com poucos recursos, falta de material escolar, providas por professores em início de carreira e sem a presença do diretor e de outros professores com os quais pudessem trocar experiências, restava-lhes pedir remoção ou afastamento (SILVA, s/d).

São Paulo como forma de acabar com o passado Imperial, e instalar um sistema de ensino moderno, cuja organização pedagógica servia como modelo para outros Estados brasileiros. Isto significou um progresso oposto ao atraso do regime Imperial, "uma nova expectativa de vida, um novo projeto social e a educação foi estabelecida como condição primeira para a ordem e o progresso necessário ao desenvolvimento do país" (JESUS, FOERSTE, s/d, p.1).

A Reforma de 1892-1893 viabilizou a idéia de juntar várias escolas preliminares e montá-las em um único prédio (os grupos escolares). Em 1894, esses grupos vão ampliar seus trabalhos de forma integrada, na qual, haverá um professor responsável para cada classe.

Como podemos observar, os Grupos Escolares foram pensados para o meio urbano, mas segundo dados encontrados no relatório de ensino de 1936, o grupo escolar da Usina Tamoio foi um prédio construído no meio rural para ser cedido ao Estado:

O grupo escolar da Usina Tamoyo funciona em prédio construído especialmente para esse fim pelo Sr. Cavalleiro Pedro Morganti, proprietário da Usina, que o cede gratuitamente ao Estado. Além disso, fornece o Sr. Morganti inteiramente livre de qualquer pagamento, casa ao director e professores do grupo. Estas habitações foram também especialmente construídas e dispõem de todo o conforto moderno (DELEGACIA REGIONAL DO ENSINO DE ARARAQUARA, 1936, p. 43).

Mas, qual seria a função educativa presente naquele sistema educacional? Segundo Souza (s/d) a concepção de ensino nos grupos escolares tinha como princípio essencial a formação do caráter e a aprendizagem da disciplina social, ou seja, a "obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades – virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade" (SOUZA, s/d, p.3). E é com o princípio de amor ao trabalho e respeito à autoridade que a usina sustentava um complexo sistema educacional, que levou a pensar em um:

Sistema integrado à formação de um aparelho ideológico com a utilização de práticas pedagógicas, que tinha por objetivo socializar as crianças, futuros trabalhadores, inculcando-lhes valores éticos de apego ao trabalho, à modernização e arranjos implantados pela direção da empresa (CAIRES, 1993, p.69).

A finalidade desse sistema integrada na formação do trabalhador da usina era no sentido de valorização do trabalho, com objetivo de sair homens conscientes, livres, operários, lavradores e obreiros que não decepcionam a organização que conta com trabalhadores dedicados para seu sucesso da produção e crescimento da usina (CAÍRES, 1993).

Desde muito cedo, as crianças eram inseridas no trabalho, ajudando em plantações de subsistência⁸. Elas eram treinadas para se tornar em trabalhadores da lavoura. No Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti da seção Bela Vista, o currículo escolar incluía aulas práticas de corte e plantio de cana, desenvolvidas durante o ano letivo. Esta seção concentrava o maior número de trabalhadores agrícolas, em particular colonos. Conforme o depoimento de um colono, apresentado por Caíres (2008):

O Grupo Escolar era rural! (grupo escolar seção Bela Vista). Então tinha uma área de cana no grupo escolar que os alunos, todos os alunos do grupo tinha que trabalhar meia hora de serviço, como rural. Tinha horta, tinha pomar [...] Chegou uma época engordava até porco no grupo escolar. E tinha uma ordem ali dentro: "Todos os alunos trabalhar meia hora por dia!" Porque era rural! O nome do grupo era: "Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti", é o que está lá até hoje e [...] Pra nós era até interessante isso daí! Os professores também tinha que ser prático, ser professor rural, o grupo tinha uma área grande, e fora da área do grupo tinha uma área de cana que pertence ao grupo escolar. Essa cana segundo se ouvia falar, essa cana era posto na usina e o dinheiro era revertido em material para os alunos, essas coisas. Se é que era né? (CAIRES, 2008, p.170).

Como mostra o depoimento, o currículo escolar visava uma educação que ensinasse como trabalhar na terra, na qual a educação tinha que ser para rural, o espaço era rural e até os professores deveriam entender o rural. Isso demonstra o que o período estava vivendo no plano da educação que vai ser o "Ruralismo Pedagógico". A década de 1930 foi importante para o plano educacional no

⁸Realizadas em lotes cedidos aos colonos as plantações de subsistência baseavam-se fundamentalmente em milho, feijão, arroz e pasto em menor escala, que atendia as necessidades básicas das famílias.

país que partiu de uma tomada de posição de rearticulação do ideário educacional com base no nacionalismo. Para a efetivação de uma nova "ideologia educacional, que proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, advogando para tal a necessidade de reorganização do ensino" (BRITO, s/d, p. 12). O que estava presente no currículo escolar no Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, com aulas práticas de corte e plantio de cana, a valorização do trabalho e os chamamentos a cooperação estavam vinculados a uma organização do ensino em nível nacional, com base no nacionalismo, na ordem e no progresso do país.

Outro diferencial para o período foi o discurso do "Ruralismo Pedagógico" que tinha por objetivo promover a fixação do homem no campo:

A escola do campo teria então a função de proporcionar o desenvolvimento das populações tirando-as da situação de miséria econômica e intelectual e, mantendo-os no campo [...] Educar para o progresso seria manter o homem no campo na roça, com uma educação mínima e pautada nos ideais urbanos (JESUS; FOERSTE, s/d, p. 2).

A idéia de fixação do homem no campo devia-se ao fato que a sociedade brasileira da época estava vivenciando um movimento migratório interno no país, nos anos de 1910-1920, quando grandes números de pessoas deixaram o campo em busca das áreas urbanas. Segundo Leite (1999) o ruralismo "contou também com o apoio de alguns segmentos das elites urbanas, que viam na fixação do homem no campo uma maneira de evitar a explosão de problemas sociais nos centros citadinos" (LEITE, 1999, p. 29).

Ao mesmo tempo, a idéia de fixação do homem no campo era defendida como forma, para disfarçar a preocupação com o esvaziamento populacional das áreas rurais, diminuição social e político do patriarcalismo e demonstrar oposição ao movimento progressista urbano (LEITE, 1999). Diante do esvaziamento do campo e início de urbanização, Morganti percebe na escola uma das formas de manter os trabalhadores na usina. Caíres (1993), em seus textos traz informações sobre chamamentos educacionais que estimulavam os trabalhadores a desenvolver uma visão positiva e perceber a usina como parte de suas vidas. Esta visão funcionava tanto para atrair trabalhadores como para mantê-los ali, vivendo e trabalhando para garantir a produção e o avanço da usina.

Outro marco importante para justificar o Ruralismo Pedagógico aconteceu

em 1942⁹, quando, houve uma atribuição a uma educação que "ruralizasse o rural", por meio da construção de uma escola que considerasse às exigências do homem rural e o prendesse à terra, cultivando ainda o amor à pátria e a serviço da produção:

Uma escola que desperte e forme uma consciência cívica e trabalhista [...] alicerce da nossa produção e da nossa riqueza [...] que faça desaparecer o ferrete da humilhação e desprestígio impresso no trabalho rural desde os tempos da escravatura [...] que extinga os resquícios doentios de uma aristocracia falida e inoperante, herdada dos colonizadores; que represente uma reação [...] contra o doutorismo, o diplomismo [...]; que engrandeça as atividades no campo e da lavoura; que faça do trabalho organizado e produtivo o código social do Estado (CALAZANS, Apud, JESUS; FOERSTE, s/d, p. 3).

A educação no Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, foi organizada nos moldes do "Ruralismo Pedagógico", sem deixar de lado a base no nacionalismo, que valorizava a ordem, a disciplina, o amor ao trabalho, virtudes morais e valores cívico-patrióticos. Os chamamentos educacionais que estimulavam os trabalhadores a desenvolver uma visão positiva em relação à vida na usina.

Esta idéia compactua com Mészáros (2005) que define educação como mercadoria de alienação, na qual, através de condições de legitimação do sistema, se explora o trabalho como mercadoria, para induzir as pessoas à aceitação passiva, utilizando também o processo de "internalização" dos valores capitalistas, neste caso, os valores dessa empresa usineira. Mészáros (2005) faz uma análise da educação e seus processos de dominação, que a educação deve ser de libertação humana e não de dominação. Uma educação emancipatória em que os indivíduos possam entender e interpretar os fenômenos econômicos, sociais e políticos que acontecem dentro da sociedade. De acordo com o autor a educação, pode dar conta de fazer a diferenciação entre explicar e entender um fenômeno social.

O sistema ideológico que permeava a educação dentro da usina era para garantir a permanência da mão-de-obra conforme o posto que cada um devesse

⁹Ano que também foi construído o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, na seção Bela Vista.

ocupar no processo de produção. Outro diferencial é que os objetivos deste Grupo Escolar foram além dos conhecimentos curriculares, pois também transmitiam ensinamentos destinados ao meio rural.

A escola estava atrelada a um processo, como agência educativa, ligado às necessidades do progresso da usina para socializar os trabalhadores e hábitos civilizados, que correspondessem à vida e ao trabalho (SAVIANI, s/d). Assim, podemos dizer que a função da escola naquele período era a de formar trabalhadores obedientes e que valorizassem o trabalho na usina, ou seja, ela era um instrumento para que a família Morganti pudesse exercer sua dominação sobre os trabalhadores.

Os primeiros sinais da crise começam a aparecer em 1957 com os atrasos nos pagamentos salariais dos trabalhadores e se agravaram a partir de 1965 e 1966. A década de 1960 foi marcada por mudanças na legislação trabalhista com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – E. T. R. – em 1963, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estavam à margem da legislação trabalhista como também a política do Instituto de Açúcar e do Alcool – I. A. A. – que limitava a cota de fabricação e regulação dos preços do açúcar, em favor das usinas do nordeste e causando prejuízo aos usineiros paulistas. Muitos usineiros, ansiosos por recuperar a rentabilidade de suas empresas, optaram por aumentar a capacidade de suas lavouras de cana, e capacidade de suas máquinas. Isso teria provocado um endividamento que levou cerca de duas dezenas de usina do estado a enfrentarem sérias dificuldades financeiras (CAÍRES, 1993).

Neste processo, os colonos foram os primeiros a serem atingidos pela racionalização do trabalho. Consequentemente ficou difícil continuar a arcar com a manutenção desses colonos e operários presentes tanto na sede quanto nas seções, nos antigos moldes assistenciais, que incluíam casa, salários, escola, saúde, lazer, etc. Com a modernização da usina e a ocupação de todas as terras disponíveis com plantações de cana, eliminando assim toda a área que servia para pastos e culturas de subsistência dos colonos, acelerou-se o processo de expulsão dos colonos.

Desta forma, em abril de 1969 a usina foi vendida ao Grupo Silva Gordo, o que permitiu uma relativa tranquilidade para o grupo durante cinco a seis anos. Como também significou a ruptura com as antigas formas de trabalhos, ou seja, ampliação da mecanização total das lavouras de cana, o que modificou as relações de trabalho. Novos trabalhadores são contratados para os mais diversos cargos. Este novo grupo era para os trabalhadores em geral, uma figura distante ou, até

mesmo, inexistente. Todas as funções executivas e de direção da empresa passaram a demandar, exclusivamente, trabalhadores assalariados.

O Grupo Silva Gordo começou um processo de expulsão dos poucos trabalhadores estáveis que ficaram desde a época da antiga administração. Segundo Ferrante (1984) o novo grupo preparara armadilhas para banir esses trabalhadores:

Com prática já rotineira de não pagamento dos salários, vencer os trabalhadores pelo cansaço e afastar definitivamente da Usina os moradores que, na verdade, representam uma incômoda pedra no seu caminho, 700 famílias, aproximadamente 2.500 pessoas vivem nesta usina (FERRANTE, 1984, p.31).

A crise vivida pela usina atingiu também o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, localizado na seção Bela Vista, com a diminuição do número de alunos matriculados que, segundo Teixeira (2010), foi reduzido em cerca de 39%, pois mostrava que o novo grupo Silva Gordo, relacionando a administração no novo modelo de desenvolvimento, mais pautado na mecanização da cana-de-açúcar em razão da perda da mão-de-obra dos trabalhadores agrícolas. As mudanças nesse modelo administrativo foram sentidos em todos os setores de trabalho na usina e a escola sofreu esse processo chegando, em 1980, com apenas 37 alunos matriculados, uma redução de 52% dos alunos que atendia. Teixeira declara que:

A quantidade decrescente de alunos está intimamente ligada, às ações postas em práticas pelo novo modelo organizacional e operacional adotado na Usina Tamoio durante os anos 70. O enxugamento do corpo de empregados, provocou o acelerado esvaziamento do corpo discente do grupo escolar. Ainda conforme dados registrados no Quadro de Matrículas, essa instituição de ensino iniciou o ano de 1980 com 37 alunos, em 1985 possuía 17 alunos, em 1986 haviam 14 alunos e nos dois anos seguintes o número de 11 alunos matriculados (TEIXEIRA, 2010, p.35).

A usina não resistiu à crise vivida e suas terras foram divididas. Alguns pedaços foram vendidos, outros hipotecados para saldar parte das dívidas contraídas no momento de crise. "O império do açúcar estava acabado. A imensa propriedade que a família Morganti construiu e que o grupo Silva Gordo havia adquirido não existia mais" (ROSIM, 1997, p. 46).

Assentamento de reforma agrária e a escola do campo

A luta pela terra na região de Araraquara, através do movimento que vinha acontecendo em Guariba/SP em 1984, mostrou que a organização da categoria de bóias-frias estava em plena mobilização por direitos trabalhistas. Esse movimento refletiu nas terras da usina alguns anos depois, mais precisamente na seção Bela Vista que havia sido arrendada pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CEESP).

Pode-se afirmar que a Greve de Guariba foi o grande movimento impulsionador da luta pela terra e pela Reforma Agrária na região central do Estado de São Paulo. A reivindicação por terras na região de Araraquara, articuladas pelo sindicato e pelos trabalhadores participantes da grande Greve de Guariba, foi uma luta que resultou nos primeiros assentamentos da região, o Monte Alegre em 1984 e o Bela Vista do Chibarro, em 1989.

Ferrante (1984) afirma que aquele foi o momento dos trabalhadores rurais assalariados conseguirem escapar das armadilhas que lhes eram impostas pelo próprio sistema de produção adotado pelos usineiros de São Paulo, "os cortadores de cana da região de Ribeirão Preto têm demonstrado, na prática, a possibilidade de desfazer os "nós" e os passa-moleques dos patrões por uma ação coletiva de resistência" (FERRANTE, 1984, p. 39).

O objetivo de fazermos esta contextualização da luta pela terra na região, especificamente nas terras da Usina Tamoio, é apontarmos os vários movimentos que transformam essas terras em um assentamento. A formação do assentamento Bela Vista do Chibarro é caracterizada por seis grupos pioneiros: o Grupo dos Antigos Moradores da fazenda, o Grupo que veio de acampamentos de Sertãozinho/SP, o Grupo organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, o Grupo que veio de acampamentos de Sete Barras, no Vale do Ribeira/SP, o Grupo que veio de acampamentos de Promissão/SP e o Grupo dos 36.

Esses grupos vão ocupar a Bela Vista em 1988 e depois de um ano de ocupação aquelas terras foram declaradas de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Decreto nº 97.660, em 13 de abril de 1989, classificada como latifúndio por exploração. Segundo Rosin (1997) a luta pela terra e sua realização para reforma agrária teve um significado todo especial, pois se tratava de realizar um assentamento encravado no meio de grandes latifúndios rurais.

Os assentados do Bela Vista contaram com uma infra-estrutura pronta, na qual já existam casas, posto de saúde, campo de futebol e principalmente o prédio do grupo escolar. O Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti tomou

novos rumos após a falência da Usina Tamoio. A escola ficou fechada no período de legalização das terras do assentamento para fins de Reforma Agrária de 1988 a 1990. Depois da homologação do assentamento em 1989, em 1990 a comunidade começou um processo de reivindicação para reabertura da escola, apresentando à Delegacia de Ensino de Araraquara uma demanda real de crianças em idade escolar (TEIXEIRA, 2010). As aulas se iniciaram no mesmo ano, sendo multisseriadas, ou seja, duas salas com alunos de 1ª e 2ª e outra de 3ª a 4ª. Funcionou assim por um ano. Em 1994, passa a ser chamada Escola Estadual de Primeiro Grau Rural Profº Hermínio Pagotto e, em 1996, ficou sobre a responsabilidade da Escola Estadual Antonio Cunha Soares.

Mas, a tentativa de multisseriar as quatro séries iniciais entraram em cena novamente, em 1997 quando houve uma tentativa de agrupamento em que o governo do Estado de São Paulo, pressionou para que fossem implantadas as séries multisseriadas, utilizando como argumentos o pequeno número de alunos por classe (BASTOS, 2006).

Essa tendência de redução de classes por causa dos números restringidos de alunos é histórica no país, que desvaloriza a educação no meio rural (BASTOS, 2006). As escolas multisseriadas foram consideradas como de segunda categoria. O que se esperava das escolas multisseriadas era que desaparecessem naturalmente.

Mas o fato é que a comunidade do assentamento Bela Vista conseguiu reverter à tentativa de agrupar as séries na escola. A escola possuía o ensino de 1ª a 4ª série e, para continuar os estudos as crianças e adolescentes teriam que concluir o ensino fundamental e médio em escolas da cidade de Araraquara. Neste contexto, iniciaram-se as reivindicações junto ao poder local para a ampliação do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série. Desencadeando o debate sobre a municipalização da escola, mas para que isso fosse efetivo, a Secretaria Municipal de Educação determinou que a escola construísse um projeto que justificasse esse pedido (OLIVEIRA, BASTOS, 2004).

Assim, o debate sobre a construção de um projeto político pedagógico (PPP) para as escolas rurais de Araraquara, foi realizado no Grupo de Trabalho de Escola Rural no Fórum Municipal de Educação que antecedeu a I Conferência Municipal de Educação "Educação para a Cidadania", realizada pelo município em 2001 (OLIVEIRA, BASTOS, 2004), o que possibilitou desenvolver a discussão sobre escola do campo no município:

Esse processo garantiu, como assegura o documento final da Conferência, a implantação, em caráter de urgência, de políticas públicas voltadas para

as escolas rurais. Entre essas políticas estavam a municipalização da escola do assentamento Bela Vista (Prof Hermínio Pagôtto), a implantação de uma proposta pedagógica para três escolas rurais da cidade e o desenvolvimento de um programa de formação continuada aos educadores (as) do campo (OLIVEIRA, BASTOS, 2004, p. 153).

Outro fator importante, para a construção do projeto foi examinar na legislação as frestas para a construção de um projeto diferenciado para as escolas do campo no município. Podendo destacar algumas leis: a primeira é a Lei Federal 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e prevê no art. 28 da oferta de educação básica para a população rural, com conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos.

A segunda lei para embasar o projeto das escolas do campo foi a Lei Federal 10.172/01 do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê um tratamento diferenciado para as escolas rurais.

E a terceira esta vinculada a proposta de Plano Nacional de Educação elaborado pela Sociedade Civil, que fez a seguinte referência no II Congresso Nacional de Educação (CONED) "prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos/as professores/as, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio" (PNE, 1997, p. 57).

Um importante apontamento nesse processo de construção do projeto das escolas do campo para o município foi o aumento do debate sobre a educação do campo e a pressão dos movimentos sociais em esfera nacional, quando em 2002 foi promulgado as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução do CNE/CEB nº 1, 2002), completando as referências feitas às escolas rurais na LDB, o que é importante para "a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional" (CNE/CEB Nº 1, 2002, p. 32).

Para acompanhar todo esse processo de conquista, de um novo projeto político pedagógico, estavam presentes: representantes da Secretaria Municipal de Educação, de Universidades, de Movimento Sindical, assentados do Bela Vista e do Monte Alegre, entre outros atores, que contribuíram na elaboração de um projeto que justificasse uma educação do campo de acordo com a realidade ao qual a escolas rurais de Araraquara estavam inseridas. Uma contribuição fundamental foi a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) pelo avanço que estavam conquistando na luta pela educação do campo em âmbito nacional¹⁰. Após várias reuniões foram definidas dez diretrizes gerais distintivas do projeto político pedagógico, que garantisse os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a metodologia, que concretizou o projeto da "Escola do Campo", no município:

- 1) Qualidade social da educação; 2) inserção num contexto global; 3) educação voltada para a valorização do trabalho no campo (teoria e prática); 4) democratização do acesso ao conhecimento; 5) gestão democrática com a participação da comunidade na tomada de decisões; 6) criação de espaços, tempos e práticas alternativas de educação; 7) construção de um novo homem e uma nova mulher a partir do resgate da identidade; 8) resistência e luta do homem no campo; 9) integração e interação com o meio ambiente e conscientização ecológica; 10) concepção de que a história é construída pelas lutas sociais (OLIVEIRA, BASTOS, 2004, p. 157).

O projeto político pedagógico foi implementado na escola no início do ano letivo em 2002, com a municipalização da mesma e a extensão do ensino fundamental, instituindo uma Educação do Campo. A preocupação do projeto político pedagógico partiu da necessidade de se construir com os alunos uma consciência crítica, explorando a criatividade, a partir de conhecimentos vivenciados na escola e na comunidade e de conhecimentos acumuladas historicamente pela ação humana, podendo assim ampliar a percepção dos alunos para uma consciência mais crítica da sociedade (OLIVEIRA, BASTOS, 2004).

Assim, se no início a função da escola era a formação dos trabalhadores da usina, para adaptar os mesmos para o trabalho rural dentro da usina (TEIXEIRA, 2010), atualmente é previsto no projeto político pedagógico da escola que a função social da mesma é de "ampliar os conhecimentos dos alunos partindo da realidade que ele vive e expandindo esse conhecimento para que ele possa ter acesso aos conhecimentos atualizados, significativos, valorizados pela sociedade ao mundo contemporâneo" (PPP, 2011/2013, p.19).

¹⁰Para maiores informações sobre essa construção ver os Cadernos de Formação (nº 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7) da Coleção Por uma Educação do Campo publicado por representantes da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo (CNBB, MST, INCRA, MDA, UNESCO e UNICEF).

Saviani (1991) afirma que a questão da eficiência no trabalho escolar é algo que deve ser enfrentado por todos aqueles que estão incomodados com a educação, sendo que a função da escola é a de "dotar a população daqueles instrumentos básicos de participação na sociedade" (SAVIANI, 1991, p. 172). Assim através do processo educativo, "assegura-se uma compreensão elaborada da realidade mediante a incorporação dos instrumentos teóricos e práticas elevadas à condição de elementos ativos de transformação social (SAVIANI, 2011, p. 7).

A função primordial da escola, segundo Leite (1999) é ensinar, permitindo que o aluno tenha percepções diferenciadas de mundo, de vida, de trabalho e de produção, tendo novas interpretações de realidade. Ensinar é transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade, mas sem, perder aquilo que lhe é próprio, que lhe é referência.

Enfim, a nova proposta do projeto político pedagógico da "Escola do Campo", proporcionou que a escola tomasse um novo rumo para os filhos dos trabalhadores, a sua função social, passou a contemplar uma formação que valorizasse e pudesse contribuir na formação de uma consciência mais crítica e possibilitasse uma autonomia reflexiva sobre as experiências vivenciadas na comunidade e na sociedade.

Considerações finais

Pensar em Educação do Campo é dar um novo significado para o local em que os assentados vivem como espaço de ensino, que proporcione utilizar o meio no qual a escola está inserida, como espaço pedagógico para utilização de metodologias que envolvam a escola e seu entorno. A Educação do Campo traz uma nova valorização do conceito campo, que é o campo defendido por muitos autores expostos neste trabalho, como lugar do sujeito do campo, como espaço de produção, vida, trabalho, cultura, com qualidade de vida e da família, consumo alimentar. Um campo que se contrapõe ao agronegócio lugar homogêneo, através da composição uniforme da monocultura se caracterizando pela pouca presença de pessoas. A Educação do Campo valoriza o desenvolvimento de todas as dimensões da vida.

Com isso, é dado um novo valor para função social da escola no assentamento Bela Vista. Se antes, os conhecimentos transmitidos tinham como objetivo construir uma consciência nacionalista e que valorizasse o trabalho dentro da usina, para crescimento da mesma, agora com a Escola do Campo seu objetivo ou sua função é transmitir conhecimentos para o crescimento do

sujeito do campo, para torná-lo consciente do seu papel na sociedade e para a transformação social.

A Escola do Campo coloca em pauta a sua função social para conciliar no ensino-aprendizagem que valorize o conhecimento da comunidade com os conhecimentos sistematizados pela humanidade. Apesar de a proposta ser relevante, ela encontra amarras que vão além do querer dos seus dirigentes e alunos. A escola está vinculada às orientações do município, por isso, recebe uma orientação já montada sobre o ensino-aprendizagem que teve nortear a escola. Como saída, a Escola do Campo, procura trabalhar com a valorização de metodologias que aproveitam o espaço da escola e seu entorno, para facilitar o ensino-aprendizagem do aluno e valorizar a vida no campo e facilitar a aprendizagem dos alunos.

Apesar das dificuldades da Escola do Campo, colocar em práticas um ensino-aprendizagem que valorize os conhecimentos tanto da comunidade quanto conhecimentos sistematizados pela humanidade, a escola trouxe um avanço nas discussões de novos caminhos do conhecimento que tende proporcionar uma reflexão mais crítica sobre a sociedade e sua conjuntura política, econômica e social. Centrando-se o conhecimento na resistência vivenciada por seus alunos.

Referências

ARARAQUARA. Projeto Político Pedagógico (PPP) "EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto", 2011/2013.

BASTOS, V.A. de; OLIVEIRA, T. de. A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara-SP: destaque na construção da qualidade de vida. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), nº 09, p. 147-166, 2004.

BASTOS, V.A. de. A construção da gestão democrática em uma escola do campo. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), INCRA, nº 09, p. 97-111, 2006.

BAÚ, C.H.R. Pequenos produtores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. Dissertação (Mestrado em

Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/ UNESP. Araraquara, 2001.

BRASIL. Lei Federal 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, 1996.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CEB 01/2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.**

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Plano, 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira**. II Congresso Nacional da Educação (CONED). Belo Horizonte/ MG, 1997. Disponível em: <<http://www.fedesp.org.br/documentos/PNE%20%20proposta%20da%20sociedade%20brasileira.pdf>> Acesso: 6/10/2011.

BRITO, S.H.A. **A Educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html> Acesso em: 19/10/2011.

CAIRES, A.C.R. **Nem tudo era doce no império do açúcar**. Vida, trabalho e lutas na usina Tamoio - 1917/1969. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/ UNESP. Araraquara, 1993.

_____. O colonato na Usina Tamoio. IN: NEVES, D.P.; SILVA, M.A. de M. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas tuteladas de condição camponesa**. Vol. 1, ed. UNESP, NEAD, MDA, p.163-183, 2008. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/67/Processos_de_constitui%C3%A7%C3%A3o_e_reprodu%C3%A7%C3%A3o_do_campesinato_no_Brasil.pdf> Acesso em: 18/05/2011.

FERRANTE, V.L.S.B. **Tamoio: Olha! Tem nó na cana**. Perspectivas, São Paulo. 31-40, 1984.

_____. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor

(Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), nº 09, 2004.

FLORES, A.F.; SILVA, S.; FERRANTE, V.L.S.B. Ausência de políticas públicas e formas de resistência da juventude assentada. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), nº 14, p. 151-174, 2011.

JESUS, J.G. de; FOERSTE, E. **Educação do Campo no Brasil**: uma aproximação. Disponível em: <http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_06.html> Acesso em: 29/10/2011.

LEITE, S.C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo/SP: Cortez Editora, 1999.

MASCARO, L.P. **Arquitetura e Modo de Vida no assentamento Rural Bela Vista do Chibarro**. Dissertação de Mestrado. São Carlos: USP, 2003.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ROSIN, L.H. **Nas terras da Usina, O Fazer-se de um assentamento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/UNESP. Araraquara, 1997.

SÃO PAULO, **Delegacia Regional de Ensino de Araraquara, 1936**. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

_____. **A Escola pública brasileira no longo do século XX (1890-2001)**. III Congresso Brasileiro de História da Educação. Sessão de Comunicação Coordenada: "O século XX brasileira: da universalização das primeiras letras ao Plano Nacional de Educação (1890-2001)". Curitiba, 2004.

_____. **A Pedagogia Crítica e a Defesa do Ensino Público**. Revista Caros Amigos, ano XV, nº 53, p. 07, junho 2011.

_____ **O Trabalho como Princípio Educativo Frente as Novas Tecnologias.** Disponível em: <<http://forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf>> Acesso em: 19/10/2011.

SILVA, D.G. da. **Ilhas de Saber – Representações e Práticas das Escolas Isoladas do Estado de São Paulo (1933-1943).** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/160.pdf>> Acesso em: 19/10/2011.

SOUZA, R.F. de. **Lições da escola primária: um estudo sobre a cultura escolar paulista ao longo do século XX.** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/485.pdf>> Acesso em: 18/04/2011.

TEIXEIRA, R.A. **Grupo escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária do meio rural-1942/1988.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/ UNESP. Araraquara, 2010.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES ASSENTADAS E QUILOMBOLAS EM SÃO PAULO

Adélia Oliveira de Farias¹
Luiz Antonio C. Norder²

Resumo: Este texto analisa a mobilização política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo e a formação da Omaquesp (Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo), com destaque para sua atuação no sentido de combater a desigualdade nas relações de gênero e para a formulação de demandas coletivas e propostas de políticas públicas de forma geral para os assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas. A pesquisa mostra que a partir do final dos anos 90, houve uma intensa e significativa participação das mulheres assentadas e quilombolas no Estado de São Paulo e que a realização de encontros estaduais de mulheres destes grupos sociais tem grande relevância no fortalecimento da participação das mulheres rurais na esfera pública.

Palavras-chave: Participação Política; Mulheres Assentadas e Quilombolas; Desenvolvimento Rural.

Abstract: *This article analyses the woman political organization in land reform settlement and afro descendent communities in São Paulo and the creation of the Omaquesp (Settled and Quilombola Woman Organization in São Paulo). It emphasizes the mobilization against the inequality in gender relations at family level and the claim for a gender focus for the rural development public polices. The research shows that there was a intense*

¹Fundadora e Presidente da Omaquesp; discente do Bacharelado em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis na Universidade Federal de São Carlos; bolsista PIBIC/CNPq 2011. Email: adélia.farias@hotmail.com.

²Professor Adjunto do Departamento de Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: luiz.norder@cca.ufscar.br.

and significant political participation of these segments of rural woman in São Paulo State. Besides, it is argued that the organization of meetings at State level has a expressive relevance to the rural woman empowerment at the public arena.

Keywords: *Political Participation; Peasant Woman; Rural Development.*

Introdução

O debate sobre gênero e agricultura familiar junto aos movimentos populares no campo tem se intensificado nos últimos anos, reforçando a crítica à invisibilidade do trabalho feminino e ressaltando a perspectiva de se promover a inclusão da mulher em atividades profissionais e políticas (VERUCCI, 1999; LIMA, 2006). Ao mesmo tempo, um conjunto de instituições vem atuando no sentido de fortalecer a agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, o modelo de agricultura familiar representa 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros e está associado à produção de boa parte dos alimentos consumidos no país (FRANÇA, 2009). A participação da mulher neste segmento é especialmente relevante. Cerca de 600 mil unidades familiares, correspondendo a quase 14% do total, vinham sendo administrado por mulheres, ao passo que nos estabelecimentos não-familiares, este percentual era 50% menor.

Neste contexto, cresce o número de mulheres rurais que se tornam arrimo de família e titulares de lotes em assentamentos. Essas mulheres foram construindo uma nova face para agricultura a partir dos quintais, onde muitas vezes são formados sistemas agroecológicos, em geral voltados para o aumento da qualidade de vida da família. O espaço doméstico na agricultura familiar e em populações tradicionais caracteriza-se por suas múltiplas funções: cuidados no quintal, na horta e no pomar, a criação de pequenos animais, a costura, o artesanato, a limpeza, o cuidar dos filhos e dos idosos etc.

Trata-se de um dos componentes das estratégias familiares de produção econômica e de reprodução social que geralmente não é contabilizado nem traduzido em um parâmetro econômico-monetário. O trabalho feminino na agricultura familiar, muitas vezes subestimado e historicamente concebido como "apoio eventual" ao trabalho masculino, contribui de forma decisiva para o aumento na qualidade de vida e para a diversidade do trabalho e da produção na agricultura.

No entanto, a agricultura familiar continua, em grande parte, reproduzindo

relações hierarquizadas de gênero, centradas na figura do pai como chefe de família - e com isso a mulher permanece no âmbito do não-remunerado, do não-comercializado, do invisível.

Mesmo que as mulheres tenham conquistado a igualdade formal nos direitos a terra na Constituição Federal de 1988, sua parcela de participação no programa de reforma agrária, se comparada a de outros países da América Latina, continua sendo muito baixa. A titulação em conjunto só passou a ser reivindicada a partir do ano 2000, uma década após a conquista do direito constitucional (DEERE, 2002).

Isso mostra o quanto é lenta a transformação na estrutura agrária, principalmente quando o direito destacado tem um forte corte cultural de gênero que tende a anular a presença da mulher na esfera pública: *"esta anulação na esfera doméstica ou a manipulação de sua participação na vida pública são produtos da dominação masculina, que muitas vezes, de tão naturalizada, tornou-se imperceptível para ambos os sexos"* (MORAES, SILVA, BARONE, 2011). As mulheres são maioria no país e assumem cada vez mais o comando das famílias.

O conceito de gênero expressa o entendimento que as diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homens e mulheres são moldados pela sociedade, o ser homem e o ser mulher correspondendo a papéis sociais estabelecidos: masculino e feminino (CELUPPI; PANZER, 2006).

A partir de 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ampliou os direitos das mulheres à terra e elas passaram a ser obrigatoriamente incluídas em todos os procedimentos administrativos. Desde então, o índice de mulheres titulares de lotes de reforma agrária passou de 24,1% em 2003 para 55,8% em 2007. Famílias com mulheres "arrimo de família" passaram de 13,6% para 23% no mesmo período³. Houve portanto uma inserção das mulheres na direção e condução dos assentamentos mais intensa do que aquela verificada na agricultura familiar como um todo.

³Cf. Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2011: http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/lt_Organizao_Produtiva.

A configuração de relações desiguais e hierarquizadas de gênero, nas quais o fazer masculino e o fazer feminino são pré-determinados, faz com que a mulher permaneça circunscrita ao campo privado, na casa e em seus arredores, na produção voltada para a subsistência familiar e em atividades tratadas como secundárias; ao mesmo tempo, aparece como uma "ajuda ao homem" no espaço onde "ele" desenvolve atividade que geram valor, excedente e dinheiro.

A mulher agricultora passa cada vez mais a questionar esta condição social no espaço rural, podendo elaborar estratégias como a migração, o enfrentamento ou a permanência em situação subalterna (STROPASOLAS, 2004). A dinâmica da família camponesa e suas relações sociais transformam-se mediante a ação do conjunto da família, com participação, ainda que desigual, de todos os seus membros, e não apenas uma consequência exclusivamente masculina tanto no que se refere ao processo produtivo como nas decisões nas esferas políticas e comunitárias.

Esta perspectiva torna-se relevante para a análise da organização e das características dos sete encontros estaduais de mulheres em São Paulo, bem como da formação da Omapesp e dos convênios que esta associação estabeleceu com agências estatais visando a implementação de projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

Estas iniciativas contribuíram para que as mulheres pudessem se dedicar ao campo da educação e ao debate coletivo sobre o aprimoramento das políticas públicas para os assentamentos rurais e comunidades quilombolas. Com isso, o movimento de mulheres e a Omapesp passaram a contar com o reconhecimento das demais entidades que atuam no campo em São Paulo.

No Estado de São Paulo, o mais urbanizado e industrializado do país, com população de aproximadamente 41,2 milhões de habitantes em 2010, foram criados assentamentos, vinculados a diferentes programas de reforma agrária, a partir do início dos anos 80, para um total aproximado de 16 mil famílias. Já o reconhecimento e titulação de terras de 35 comunidades quilombolas (agrupamentos ancestrais de populações negras em geral com histórico de resistência à opressão) foi objeto de políticas específicas, não apenas em São Paulo, mas em vários outros Estados, a partir da segunda metade dos anos 90, o que se desdobrou no Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Este texto tem o objetivo de analisar as principais características da mobilização política de mulheres assentadas, acampadas e quilombolas em São Paulo e, como parte destas ações, a criação da Omapesp (Organização de

Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo). A realização da pesquisa contou com a análise de documentos da própria organização e com a realização de entrevistas semi-estruturadas com a finalidade de produzir uma interpretação qualitativa.

Contexto Histórico

Em meados dos anos 90, o Estado de São Paulo estava passando por profundas modificações no que diz respeito à atuação na área agrária e fundiária. O ITESP (Instituto de Terra do Estado de São Paulo), órgão responsável pela implantação dessas políticas na esfera estadual, era um dos principais atores do Plano de Ação para o Pontal do Paranapanema, que tinha o objetivo de destinar terras devolutas para os assentamentos de trabalhadores rurais e propiciar condições para viabilização das unidades de produção familiar que estavam sendo criadas.

O Plano de Ação, concebido como um instrumento de desenvolvimento regional, previa uma ação integrada de governo, além de ações voltadas para a estruturação da produção, incluindo assistência técnica, crédito e programas de fomento agropecuário. Foram desenvolvidas medidas para facilitar o acesso das famílias às políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, saúde, habitação e eletrificação. Naquele período, eram expressivas as manifestações dos movimentos sociais, com a organização de ocupação de terras, reivindicação de criação de assentamentos e a melhoria das condições de vida para as famílias assentadas.

Algumas lideranças femininas já se destacavam na defesa da demanda social por melhores condições de vida para as famílias assentadas, principalmente para educação, saúde e para a criação de alternativas de geração de renda para a população jovem. Vale salientar, para ilustrar esse quadro, a ação dos grupos de mulheres de Mirante do Paranapanema, que enviaram para o então Governador Mário Covas um vídeo demonstrando a condição precária da Escola São Bento na Fazenda Haroldina, localizado no local hoje conhecido como *Pé de Galinha*.

Esta reivindicação das mulheres se desdobrou em diversas outras ações locais, que resultaram na formação de um centro comunitário de serviços, com posto de saúde, escola para 800 crianças, quadra poliesportiva e outros equipamentos sociais. Uma dessas mulheres assentadas era Nazaré de Montemor, que chegou a ser eleita vereadora em Mirante do Paranapanema.

Ao mesmo tempo, em 1996, um grupo de dez mulheres residentes no Assentamento Timboré, no município de Andradina, muitas delas esposas de

lideranças atuantes da área, foram ao ITESP para reivindicar crédito específico para as mulheres, apresentando um projeto de pequenas granjas e reivindicando apoio para fomento no então Departamento de Assuntos Fundiários (DAF). Acreditavam que tais unidades de produção gerariam retorno financeiro às famílias. Todas utilizavam vistosos lenços e chapéus – e por esta característica ficaram conhecidas por um longo período.

As famílias do Assentamento Timboré, naquele momento, não tinham mais direito ao crédito de investimento do Proceca (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), pois todos os recursos haviam sido irregularmente destinados a um projeto de eletrificação do assentamento. Os assentados ficaram endividados e sem acesso a outros meios de geração de renda, um fenômeno que também ocorreu em vários outros assentamentos em São Paulo. Naquele contexto, as *mulheres de chapéu* reivindicavam recursos específicos para seus projetos e o ITESP chegou a adquirir alguns itens necessários à construção das pequenas granjas para a criação de galinhas caipiras.

O grupo de mulheres de Andradina também questionou a assistência técnica do ITESP. Segundo as representantes, em discussões de grande importância, apenas eram chamados os "chefes de família", ou seja, "os homens da casa". Em assembléias, cada família tinha direito a um único voto – que era o voto masculino.

Inclusão de Gênero, Inclusão de Pauta

Uma das principais representantes desse grupo do Assentamento Timboré (Fátima) era uma líder bastante carismática, com histórico de formação e luta pelo MST, que havia acumulado muitas experiências e um grande envolvimento com as questões sociais - e que insistia na importância da participação das mulheres em todos os assentamentos como uma das formas de se ampliar a qualidade de vida no campo.

A partir destas atividades surgiu a idéia de realizar um primeiro *Encontro Estadual de Mulheres Assentadas* para discutir os assentamentos do ponto de vista das mulheres e para ampliar sua organização política e participação social. Assim, o *I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo*, realizado no município de Castilho em 1998, contou com a participação de 164 assentadas e de trinta técnicos do ITESP que participaram da organização e programação do evento, cujo objetivo principal era discutir o papel da mulher na organização das demandas comunitárias e no desenvolvimento da agricultura familiar.

O Secretário da Justiça e Cidadania do Estado e algumas autoridades

municipais estiveram presentes no evento. Os/as profissionais do ITESP apresentaram palestras sobre diversos temas, entre os quais: a organização política e direito das mulheres, cidadania, educação, saúde, lazer. O Encontro teve como foco principal a discussão sobre a importância da agricultura para as comunidades assentadas e a necessidade da participação das mulheres na realização de projeto de produção e de comercialização. Reafirmava-se reiteradamente o compromisso das mulheres presentes no sentido de atuar pela melhoria das condições sociais dos assentamentos, na elaboração de propostas e projetos de produção e geração de renda e na divulgação, junto às suas comunidades e à sociedade em geral, dos direitos das mulheres assentadas.

Foi naquela ocasião eleita a *Comissão Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo*, que tinha como objetivo acompanhar essa articulação e organizar encontros regionais e estaduais. Essas delegadas, com apoio do ITESP, comprometeram-se a repassar o resultado do Encontro para as mulheres de suas comunidades e incentivar o trabalho e a organização das assentadas na formação de associações e no fortalecimento dos grupos já existentes.

Salienta-se que, já naquela época, as mulheres reivindicavam a ampliação na contratação de assistentes sociais, destacando a importância da atuação destes/as profissionais nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, principalmente no que diz respeito à informação e acesso à previdência social. Argumentavam que os/as assistentes sociais poderiam introduzir no cotidiano dos técnicos uma discussão mais qualificada sobre os problemas de ordem social, valorizando a atuação dos grupos de mulheres e jovens. Elas pretendiam que esta abordagem fosse difundida para todas as outras áreas de assentamento e que as equipes técnicas do ITESP se empenhassem na construção de relações de gênero mais equitativas.

Naquele *I Encontro* de 1998 ficou clara a dificuldade de organização das mulheres na maioria das áreas, devido a vários fatores: os compromissos domésticos, a diversidade entre os assentamentos, a falta de informação para a elaboração de um diagnóstico dos problemas e de um plano de ação; a restrição nos meios de transporte, de comunicação e de apoio dos escritórios locais das agências governamentais.

Naquele período, pensou-se em mais uma estratégia para valorizar o conhecimento das mulheres sobre sua organização política, através da promoção de reuniões dos grupos locais de mulheres em vários assentamentos com as lideranças de Andradina, com a finalidade de fomentar a troca de experiências. O ITESP apoiou a participação duas assentadas (Fátima e Vilma) do

Assentamento Timboré em algumas dessas reuniões, nas quais foram discutidos vários assuntos de interesse das assentadas, como a previdência, educação e saúde, entre outros. A assentada Fátima narra sua história de luta e as estratégias de ação para fazer com que o assentamento pudesse conquistar alguns desses direitos, ressaltando sempre a necessidade da construção de uma política específica para as mulheres assentadas.

A intenção de organizar as mulheres assentadas persistiu no Estado de São Paulo ao longo dos anos 90, com alguns acúmulos também em outras regiões, como é o caso do grupo de "mulheres da terra" no assentamento Sumaré II. Esse grupo, criado no início dos anos 90, foi fundado pela assentada Aparecida Segura. Muitas das participantes destas reuniões eram lideranças em suas comunidades, vinculadas à movimentos sociais de luta pela terra, e que se lançavam em no desafio da construção de um movimento autônomo de mulheres rurais.

Em dois desses eventos houve a participação de convidadas como Adélia Schmitz, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), com bastante expressão em Chapecó/SC e que veio a ser uma espécie de referência no movimento de mulheres. Ela, posteriormente, resumiu esta atuação da seguinte forma:

O MMC se caracteriza por ser um movimento autônomo; quem decide os rumos são as mulheres organizadas; nós não somos mandadas por sindicato, por igrejas, nós mesmas definimos o que queremos. As decisões somos nós que tomamos, somos um movimento democrático e popular; as mulheres têm voz e voto. (CF. PALESTRANO IV ENCONTRO, Euclides da Cunha/SP, 2002).

O MMC, que vem atuando na organização das mulheres trabalhadoras do campo desde 1981 (SALVARO, 2008), se apresentava com base suficiente para eleger vereadoras em muitos municípios catarinenses e contribuiu de forma decisiva para eleger Luci Choinacki, a primeira mulher agricultora no Congresso Nacional.

A Organização via Encontros

As demandas comunitárias relacionadas à produção, educação e saúde e outros assuntos, identificadas por diversas mulheres da organização e por alguns funcionários do ITESP, norteou a realização dos encontros de mulheres. Havia

certo apoio do governo estadual, que manifestava a intenção de formular políticas públicas que incorporassem as demandas apresentadas pelas mulheres. Isto fez com que esta forma de organização política de mulheres, realizada em boa medida através da organização de Encontros, fosse bastante questionada pelos movimentos sociais de luta pela terra que atuavam em São Paulo naquele período.

Vimos que o *I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo* foi realizado em 1998 e teve o objetivo principal de discutir o papel da mulher na organização das comunidades para a conquista da cidadania e para o desenvolvimento da agricultura familiar. Rosa Oyassi, assentada em Araras/SP, afirma, no entanto, que "*nesse encontro as agricultoras tiveram pouca intervenção, apenas se limitando em ouvir o que os programas de governo ofereciam*" (cf. entrevista em agosto/2011).

O *II Encontro Estadual de Mulheres Assentadas* foi realizado no município de Rosana (região do Pontal do Paranapanema) em 1999, contando com a participação de 245 mulheres. Prevaleram as discussões sobre o papel das mulheres assentadas, com destaque aos assuntos ligados ao seu cotidiano e ao meio ambiente.

O *III Encontro de Mulheres Assentadas* foi realizado em Promissão, no ano 2000 com a participação de 335 agricultoras, representando aproximadamente 100 comunidades de assentamentos, acampamentos e de áreas quilombolas, além da participação de 73 técnicos da fundação ITESP e convidados(as). Este *III Encontro* também teve o objetivo principal de discutir a organização de mulheres para a cidadania e para o desenvolvimento da agricultura familiar e desdobrou-se, nos meses seguintes, na realização de várias reuniões locais e regionais com representantes de grupos de mulheres.

O expressivo número de participantes, notadamente em um ano de eleições municipais, juntamente diante das demandas apresentadas pelas comunidades, tornou este *Encontro* um objeto de disputa tanto no plano das formulações, como de direção. Compunha a pauta de discussões a titulação das terras públicas, educação, saúde, eletrificação, produção, crédito especial para as mulheres, reservas ambientais. As mulheres começaram a ampliar a pauta de discussão política – e com maior autonomia em relação às orientações dos técnicos estatais.

Naquele *III Encontro*, que contou com a participação de representantes de vários movimentos que vinham atuando no campo naquele período, a discussão sobre inclusão das mulheres na titulação da terra era concebida como parte de uma dívida histórica derivada das desiguais relações de gênero. Criticava-se com isso um determinado modelo de reforma agrária que reproduzia o sistema

tradicional da propriedade e que negava às mulheres o pleno direito à terra.

Em uma das oficinas ocorridas durante o evento, que contou com a participação de representantes do INCRA de Brasília, as mulheres colocaram como principal reivindicação a anistia das dívidas oriundas do Procefa que deveriam ter sido utilizadas na produção e que tinham sido realocadas para a construção de redes de eletrificação rural nos assentamentos em Promissão, Andradina, Rancharia e Araraquara.

Isso ilustra a forma como as mulheres assumiram um papel protagonista na construção das condições de vida nos assentamentos. O conjunto de temas discutidos durante esses *Encontros* não deixa dúvidas de que havia um crescente e diversificado interesse do movimento de mulheres pelo conjunto de questões referentes às políticas públicas para os assentamentos. O acesso à eletricidade, cujo impacto na vida doméstica é bastante intenso, foi objeto de uma ampla articulação política das mulheres assentadas.

Alguns mediadores, durante o *III Encontro*, tiveram uma participação de grande relevância para a formulação de propostas e encaminhamento de políticas públicas, como é o caso de Tânia Andrade, então Diretora Executiva do ITESP, e de Walter Bianchini, na época representando o DESER (Departamento de Estudos Econômicos Rurais), e que fomentou uma análise de conjuntura que direcionou o *Encontro* para as questões produtivas, como a agroindustrialização e a comercialização.

Além disso, grupos de mulheres com experiências em produção coletiva puderam trocar experiências com as demais participantes. Durante os *Encontros*, havia uma grande diversidade de produtos que essas mulheres traziam, por exemplo: café beneficiado, hortaliças, doces artesanais e roupas.

A Diversidade e a Organização de Mulheres

A realização dos *Encontros* de mulheres no Estado de São Paulo deparava-se com forte limitação de recursos para transporte, alojamento, alimentação e outros custos. Este condicionante repercutia também no estabelecimento de uma dependência em relação ao Estado, no caso, o ITESP. Paralelamente, esboçava-se a proposta de se criar construir uma organização de mulheres de forma autônoma e que pudesse sistematizar as reivindicações que emergiam deste processo de mobilização.

A pauta de negociação junto ao Estado foi se tornando bastante abrangente, mas com um foco crescentemente direcionado para dois grandes componentes: a implantação do Programa de Saúde da Família e a Alfabetização de Jovens e

Adultos, dado o elevado índice de analfabetismo nos assentamentos. Quanto à infra-estrutura, a pauta incluía crédito para habitação, acesso à água, energia, estradas, transporte, telefonia e calcário, entre outros itens.

No que se refere ao meio ambiente, destacava-se a relevância da participação das mulheres na preservação de matas ciliares e de reservas florestais, além do interesse na reciclagem de materiais. Reivindicava-se a participação dos(as) assentados(as) no Conselho do PRONAF (Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar), a criação de linhas de crédito para as mulheres e a formulação de uma política de gênero para as atividades das agências governamentais.

Quanto à organização das mulheres, o *III Encontro* definiu ainda como diretriz a construção de sua autonomia em relação ao Estado. Foi então sugerida a criação de uma organização das mulheres assentadas, acampadas e quilombolas do Estado de São Paulo, contemplando todas as vertentes políticas existentes nos assentamentos, com a definição de comissões regionais e estadual.

No *IV Encontro*, realizado em 2001 no município de Araraquara, que contou com a participação de aproximadamente 360 mulheres, foi definida a mais completa pauta de reivindicações que norteou a organização política de mulheres rurais do Estado. Para Tânia Mara Baldão, esse *Encontro* foi fundamental para a criação da Omaquesp. Reforçava-se a noção de que era preciso aprofundar a construção da autonomia para conquistar maior credibilidade:

As próprias mulheres começaram a ver as dificuldades nos assentamentos e começaram a se reunir. Sempre que uma liderança desses grupos vinha, corríamos atrás, indo até as prefeituras etc. A partir de então começaram a realizar os encontros de mulheres, onde se encontravam com mulheres de outros assentamentos e elas perceberam que os problemas enfrentados eram quase sempre os mesmos. Então surgiu a idéia e a vontade de se organizar no nível de Estado (INTEGRANTE DA OMAQUESP, CITADO POR VALENCIANO, 2002).

Valenciano (2002; 2006) mostra que as próprias mulheres começaram a identificar as dificuldades nos assentamentos e começaram a se reunir localmente. O ITESP favoreceu a coordenação dos grupos de mulheres nos assentamentos, que já estavam em processo de formação desde 1986, em Sumaré, em Promissão, Andradina e no Pontal do Paranapanema. Entre as reivindicações daquele período estavam o reconhecimento da profissão de agricultora, o acesso ao salário

maternidade e as mudanças no sistema previdenciário.

Dinâmicas, Simbologias e Identidades

Após o *IV Encontro*, um grupo de 36 mulheres se reuniu em Promissão, em 28 de fevereiro de 2002, para discutir os encaminhamentos relacionados à deliberação de se criar uma associação de mulheres. Houve a presença de diversos mediadores: funcionários do ITESP, do MST, a advogada Dra. Mercedes Lima (Comissão de Mulheres da OAB/SP) e a Prof. Dra. Miriam Lourenção, da UNESP de Marília, além de estudantes da mesma universidade.

Desde sua fundação, como vimos, a Omaqesp foi norteadada por uma expressiva diversidade de interpretações sobre as linhas de ação, inclusive em relação à sua própria criação. Mesmo entre as 36 mulheres presentes na reunião, este era um assunto polêmico. Para algumas das presentes, a Omaqesp deveria ser uma ONG (organização não governamental) para buscar recursos, sem necessariamente romper a relação com o Estado. O nome Omaqesp também deu margem para boa discussão.

Uma das participantes argumentava que a Omaqesp deveria ser "*um braço em um corpo maior*", no caso, a Comissão Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas. Para outras, a Omaqesp teria que substituir esta Comissão, ter autonomia e deixar para outro momento a decisão sobre seu perfil e formas de atuação (se de quadro ou de massas, se uma entidade feminista ou feminina). As mulheres militantes do MST decidiram não participar da associação argumentando que esta linha de atuação levaria à uma divisão na luta social no campo.

Agregar em uma mesma entidade grupos como assentadas e quilombolas levava a uma reflexão sobre a própria noção de reforma agrária. Argumentava-se que as comunidades quilombolas já estavam envolvidas na luta pela terra desde os tempos da escravidão. Os assentados seriam, nesta construção de identidade, os novos quilombolas. Algumas participantes sugeriram incluir as acampadas, o que veio a ser refutado sob o argumento de que a situação dos acampamentos é temporária e que a fase definitiva era a de serem assentadas ou quilombolas. Houve, no entanto, participação de acampadas em todos os *Encontros*.

Surgia assim, em meio a tais controvérsias e indefinições, a Omaqesp, com planejamento estratégico, estatuto e logomarca. O Estatuto da Omaqesp definia a entidade como ferramenta fundamental para uma ampliação na participação das mulheres na vida pública de uma forma geral e deixava claro que o objetivo da entidade era o desenvolvimento das mulheres e de suas comunidades, do

ponto de vista socioeconômico, cultural e educacional:

[...] promover em todos os níveis a defesa e a proteção dos direitos e interesses das mulheres em sua comunidade, visando à eliminação das discriminações, promover o bem estar e a integração das mulheres na vida social, econômica, política e cultural, buscar recursos e política pública junto ao Estado de acordo com o interesse da comunidade.

Durante a reunião de fundação da Omaqesp, houve empenho das lideranças no sentido de se criar uma simbologia relacionada ao movimento. Para tanto, foram realizadas três dinâmicas: uma utilizando um kg de argila, para a criação da logomarca da entidade, incluindo as participantes do Encontro que resolveram não aderir à Omaqesp; em uma segunda dinâmica, várias pedras brancas foram colocadas no interior de uma bacia com água, para que cada fundadora da entidade retirasse uma das pedras, incluindo a produção de uma fotografia daquele momento; e uma terceira dinâmica, na qual todas as participantes do Encontro escreviam em uma folha de papel os episódios de tensão e discórdia que pudessem no futuro vir a destruir as organizações coletivas e prejudicar o relacionamento entre as pessoas – e todas as folhas foram agrupadas e queimadas em um caldeirão de ferro.

A primeira dinâmica, que levou à elaboração do logotipo, incluía a intenção de se construir uma identidade sócio-política para o grupo. Um quilo de argila foi passando de mão em mão para que fosse moldada uma marca representativa da entidade, do conjunto de mulheres ali presentes e dos princípios da organização que estava sendo fundada. Cada mulher tentava fazer uma obra completa.

Esse símbolo passou por diversos formatos: flores, anjo de guarda etc. No final da roda, uma das agricultoras moldou um coração e com a sobra da argila foi completando o símbolo do feminismo. Após a dinâmica foi feita uma discussão sobre as imagens. A idéia da logomarca foi construída no próprio dia da fundação da Omaqesp e foi enviada para a SOF (Sempre Viva Organização Feminista), uma entidade parceira que construiu a versão final da logomarca.

A cor vermelha definia a Omaqesp como entidade de classe, o que contrariava alguns segmentos da entidade, principalmente porque uma das companheiras havia sido eleita vereadora. Algumas pessoas e funcionários/as do ITESP propuseram que a marca fosse vinculada à imagem de *mulheres de chapéu*. Consolidava-se a noção de que a Omaqesp precisava construir uma concepção

empreendedora, com mulheres com boa auto-estima e que tivessem disposição para lutar pela educação e pela geração de renda, entre outras demandas.

No período subsequente, no entanto, a Omaquesp passou por expressivos refluxos, gerando um relativo descrédito por parte de pessoas vinculadas a outras instituições, que não acreditavam que a entidade pudesse ter continuidade ao longo do tempo.

A Estruturação da Omaquesp e o Foco na Educação

Em 2002, no Município de Euclides da Cunha, região do Pontal do Paranapanema, ocorreu o *V Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo*, que contou com a participação de aproximadamente 400 mulheres representando diferentes regiões do Estado. Foram discutidos temas como educação, previdência social e titularidade da terra em áreas de reforma agrária.

As representantes da Região do Pontal do Paranapanema desistiram em bloco de participar da Omaquesp, com o argumento de que era preferível construir a OMAP (Organização de Mulheres do Pontal do Paranapanema), tendo em vista a distância entre seus municípios de origem e os das demais dirigentes da entidade em formação. Outras militantes manifestavam maior afinidade com os coletivos de gênero dos movimentos sociais e/ou sindicais. Assim, a fundação da Omaquesp ocorreu com a adesão de apenas uma parte das mulheres que vinham se organizando nos *Encontros*.

O *VI Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas*, realizado em 2003 no município de Araras, contou com a participação de aproximadamente 430 mulheres, com uma série de discussões sobre políticas públicas. O grupo da Região do Pontal do Paranapanema manteve a proposta de fortalecer a OMAP (Organização de Mulheres do Pontal do Paranapanema) e parte das militantes continuou manifestando preferência por uma inserção da pauta gênero no interior dos movimentos sociais de luta pela terra.

Tal pluralidade não impediu, todavia, que houvesse uma expressiva contribuição destes Encontros no sentido de fomentar o debate específico sobre as questões de gênero nos movimentos populares. Os *Encontros* aglutinavam toda uma pauta de reivindicações, mas, além disso, apresentavam uma simbologia e representavam uma forte expectativa para as mulheres. Além disso, a construção de uma entidade de mulheres rurais já era um fato político consumado no Estado de São Paulo.

A diretriz, reforçada a partir de 2003, de se tratar a educação como um

componente estratégico para a Omaquesp, tendo em vista sua importância para a redução das desigualdades sociais, veio a ser efetivado, inicialmente, com a realização de um Convênio de Alfabetização INCRA/Unimep, no ano de 2006, após dois anos de tramitação.

A Omaquesp passa então a atuar no âmbito do Pronera, o que veio a ser implementado a partir de janeiro de 2006, com a elaboração conjunta e aprovação do Convênio Unimep/INCRA para a criação de 11 salas de alfabetização. A tramitação para a realização desse convênio estendeu-se de 2003 a 2005, enfrentando variados empecilhos políticos e administrativos. O Projeto foi iniciado com a realização de assembléias nas comunidades. Foram alfabetizados 259 agricultores distribuídos nos diversos assentamentos nos municípios de Bebedouro, Sumaré, Guatapar, Jaboticabal e Pradópolis. As aulas aconteciam nos espaços comunitários e os educadores faziam avaliação e planejamento das atividades curriculares e extracurriculares.

Esse projeto contribuiu para consolidar a Omaquesp como parte do movimento social, com atuação crescente na educação e presença ativa também no Curso de Pedagogia da Terra oferecido pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), com oito de suas educadoras cursando pedagogia.

A entidade volta então a indicar a necessidade de organização do *VII Encontro Estadual*, que veio a ser realizado em Araraquara em entre os dias 28 a 30 de março de 2006, com o objetivo central de problematizar as relações de gênero, a educação e a geração de renda. O tema do Encontro era *Mulheres e Organização política, geração de renda e educação*. Havia uma expressiva diferença em relação aos encontros anteriores. A Omaquesp estava mais estruturada e o *Encontro* chegou a ser noticiado pela TV Record News e notava-se uma intensa participação de representantes do governo Federal e Municipal e de outras entidades que vinham atuando no campo paulista.

Encontrava-se já em funcionamento, com a participação da Omaquesp, o curso de Pedagogia da Terra pela UFSCar e o convênio de EJA com a Unimep/INCRA (VIEIRA, 2007). A condução das oficinas no *Encontro* reforçava a percepção de que a Omaquesp vinha conseguindo se desenvolver. As agricultoras participantes conseguiram se hospedar em hotéis, com apoio financeiro do INCRA/SP e do MDA e apoio logístico e político da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo).

A advogada da Feraesp, Dra. Olga Maria, colaboradora da Omaquesp que atuava na OAB com a Lei Maria da Penha, compareceu ao evento e falou sobre as relações de gênero e reforma agrária. Para ela, era necessário que as mulheres

fizessem uma nova reflexão sobre seu papel na família, pois a mulher já vinha conquistando o acesso ao crédito rural e às políticas públicas, o que demonstrava seu protagonismo na melhoria das condições de vida e de trabalho nos assentamentos. Era também o momento de se enfrentar e superar mais um desafio: o da violência doméstica. Foi consensual entre as mulheres presentes que o Estado deveria retirar os indivíduos violentos dos assentamentos.

Rosa Oyassi, que acompanha a questão quilombola na Omaquesp, falou sobre a importância da participação das mulheres quilombolas na entidade. A Profa. Dra. Dulce Whitaker (Unesp/Araraquara, pesquisadora do CNPq) argumentou sobre a indissociável relação entre gênero e educação. Para ela, a mulher deveria lutar para conquistar uma educação que valorizasse o feminino (educação pela terra, meio ambiente, agroecologia).

O analfabetismo apesar da persistência está diminuindo. Os assentamentos de reforma agrária ressocializam as pessoas porque estão organizadas e reivindicam seus direitos. Em 1996, o I Censo da Reforma Agrária do Brasil registrou o índice de 29,5% de analfabetos nos assentamentos. O Censo Demográfico de 2000 registrou que 30,7% da população do campo eram analfabetas. A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária revelou que a população analfabeta acima de sete anos de idade é de 7,4%, ou seja, o menor índice de analfabetismo do campo brasileiro está nos assentamentos de reforma agrária (FERNANDES, 2003).

Neste *VII Encontro* tornava-se notório o crescimento da Omaquesp. Os debates tinham mais contundência sobre as questões de gênero, organização e as participantes tornavam-se mais seguras no sentido de exigir do Estado a formulação e implementação de políticas públicas para os assentamentos e áreas quilombolas.

Propunha-se no *Encontro* a criação de espaços específicos para as mulheres nas áreas sociais dos assentamentos, com a finalidade de incentivar sua organização política e social; e delineava-se como prioridade a efetivação dos direitos das mulheres, com destaque para a aposentadoria e o acesso ao auxílio maternidade. Mais uma vez, a previdência se afigurava com um tema em destaque, levando em conta que as mulheres dos assentamentos e comunidades quilombolas vinham manifestando essa demanda desde o início dos Encontros.

Durante uma oficina sobre geração de renda, surgiram algumas propostas concretas: a criação de cozinhas comunitárias para trabalhadores rurais, através

do aprimoramento de 128 padarias até então criadas a partir de recursos do Governo do Estado; a melhoria na comercialização do artesanato, a organização de uma cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs, a captação de recursos para as mulheres junto ao PRONAF e outras linhas créditos, a elaboração de projetos de desenvolvimento e a reivindicação de liberação de um técnico para colaborar com a elaboração e o desenvolvimento destes projetos.

Trajatória, Desdobramentos, Perspectivas

O universo sociocultural masculino inclui um amplo repertório de atividades no espaço público, como as partidas de futebol, os bares, as reuniões, o comércio etc. Muitas dessas mulheres sentiam-se intimidadas pela figura expressamente masculina na condução das demandas sociais e políticas das comunidades. Por falta de opção, as mulheres passam a ser em geral uma mera espectadora de atividades ocorridas fora da esfera doméstica. Nos grupos de mulheres e nos *Encontros*, o direito à palavra surge da necessidade de cada participante de se expressar.

Os *Encontros* realizados e as diretrizes da Omaqesp reforçavam a importância de se formar novas lideranças e de se viabilizar a presença das mulheres em eventos para além do ambiente doméstico. Os grupos de mulheres começaram a se constituir como um espaço social importante para sua organização. A tabela abaixo resume as principais informações sobre a organização dos *Encontros*.

Tabela 1 – Organização de Encontros de Mulheres Assentadas e Quilombolas em São Paulo

<i>Evento</i>	<i>Ano</i>	<i>Município</i>	<i>Delegadas *</i>	<i>Resumo</i>
I Encontro	1998	Castilho	164	Seu objetivo principal era discutir o papel da mulher na organização das comunidades para a conquista da cidadania e para o desenvolvimento da agricultura familiar.
II Encontro	1999	Rosana	245	Prevaleram as discussões sobre o papel das mulheres assentadas, com destaque aos assuntos ligados ao cotidiano e ao meio-ambiente.
III Encontro	2000	Promissão	335	Neste Encontro houve a incorporação de representantes dos quilombos na Comissão Estadual de Mulheres. Estiveram presentes 15 mulheres quilombolas.
IV Encontro	2001	Araraquara	360	Deste Encontro saiu a mais completa pauta de reivindicações que norteou a organização política da organização de mulheres rurais de São Paulo. Participaram 12 mulheres quilombolas.
V Encontro	2002	Euclides da Cunha	400	Foram discutidos temas como educação, previdência social e titularidade da terra. Constitui-se formalmente a OMAQUESP. Participaram 10 mulheres quilombolas.
VI Encontro	2003	Araras	430	Neste Encontro foram discutidas algumas políticas públicas do governo federal, com a participação de 6 mulheres quilombolas.
VII Encontro	2006	Araraquara	289	O tema principal foi Educação, negociação coletiva para projetos produtivos de mulheres e direitos inscritos na Lei Maria da Penha. As quilombolas não participaram por ausência de condições logísticas.

(*) Este número não inclui convidados, funcionários públicos, professores, pesquisadores, estudantes, colaboradores e simpatizantes, apenas o total de delegadas representantes das comunidades de assentamentos e quilombolas.

Em entrevista por email em maio de 2011, a advogada Dra. Mercedes Lima, que construiu em conjunto com as agricultoras o estatuto da Omaquesp, tece alguns comentários sobre a trajetória da entidade e deste movimento de mulheres em São Paulo, bem como sobre sua interação neste processo enquanto mediadora:

Emocionei-me (sincera e realmente) neste momento em que abri seu e-mail [de Adélia Oliveira de Farias], lágrimas aos meus olhos. Que coisa bonita! É verdade, acho que ninguém sabe o que a gente trabalhou para a formação da Omaquesp. Cheguei a ouvir (quando atendi ao pedido de vocês na OAB/SP de ir aqui e ali...) que eu estava perdendo meu tempo, pois as mulheres do campo não conseguiam se organizar enquanto feministas, e outras bobagens. Acho que foi por isso que chorei! Fui atendendo vocês. A glória é de vocês, toda de vocês, eu apenas acreditei na luta de vocês, como creio até hoje que cumpri simplesmente meu papel (ENTREVISTA COM ADRA. MERCEDES LIMA, 2011).

No segundo semestre de 2011, a Omaquesp já se preparava para firmar um terceiro convênio com a Unimep/Pronera/INCRA, tendo aprovado a instalação de 30 salas de EJA no Estado para 2012. Há também o planejamento de realização do *VIII Encontro de Mulheres*. Para as dirigentes, o ponto fraco da organização continua sendo a reduzida disponibilidade financeira para sua viabilização dos *Encontros*.

Ao longo do processo de organização dos *Encontros*, que vinham reunindo um número expressivo e crescente de mulheres, nota-se a presença e participação de mulheres jovens tanto na organização política como na realização de atividades pedagógicas:

A principal dificuldade de trabalhar a alfabetização é educar os idosos que me viram criança e me ensinaram tudo o que eu sei de reforma agrária; dizer para eles que eu também tinha algo para ensinar me deu um frio na barriga, até que eu me acostumei e ganhei segurança com a pedagogia do Paulo Freire (CF. ENTREVISTA DE VANIA DALILA SILVA DE SOUZA, EDUCADORA NO ASSENTAMENTO GUARANI EM PRADÓPOLIS, DIRIGENTE DA OMAQUESP, 2010).

Segundo a dirigente Tânia Mara Baldão, moradora no Assentamento de

Córrego Rico no Município de Jaboticabal, a organização de mulheres no Estado se desdobrou na realização de três projetos de educação pelo Pronera. Outro projeto foi realizado por 16 educadoras que trabalharam alfabetização e letramento para 300 beneficiários da reforma agrária.

Considerações Finais

A organização política de mulheres assentadas e quilombolas caracteriza-se pela constituição de uma agenda de debates, de formulação de demandas sociais para os assentamentos e comunidades quilombolas de forma geral, e sobre as relações de gênero em particular. Observa-se, por um lado, uma contínua ampliação da pauta de temas em discussão e de reivindicação e, por outro, uma atuação mais focada em projetos educacionais.

A realização de Encontros de Mulheres evidencia uma grande importância nesta dinâmica de participação política, tanto pela oportunidade de diálogo e trocas de conhecimentos, como pela afirmação da atuação autônoma da mulher na esfera pública.

Uma das questões mais relevantes nesta trajetória da Omapesp refere-se à sua própria criação, o que chegou a ser interpretado como uma segmentação em relação aos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente em relação ao MST. Além disso, a criação de uma organização política de mulheres assentadas na região do Pontal do Paranapanema, devido à distância e à dificuldades de locomoção e comunicação, fez com que fossem criados outros grupos de ação política de mulheres trabalhadoras rurais em São Paulo.

A constituição de uma pauta de discussão e de reivindicação social contribuiu significativamente para a formação dos assentamentos de reforma agrária em São Paulo, uma vez que fez com que temas até então invisíveis, como a titularidade das mulheres na reforma agrária, entre outros, viessem a ganhar maior ressonância e tornar-se um componente da regulamentação e dos processos decisórios. O movimento de mulheres assentadas e quilombolas e a criação a atuação da Omapesp representam, portanto, um componente altamente relevante na história da luta das mulheres e na luta pela reforma agrária no Estado de São Paulo.

Referências

BRASIL. IBGE **Censo Demográfico 2000**: Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CELUPPI, D.; PANZER, M. H. **A gestão do trabalho a partir do olhar das mulheres agricultoras familiares.** Relatório de pesquisa, RIMISP, UERGS: Francisco Beltrão, 2005 (mimeo).

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária no Governo Lula: A Esperança.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2003.

FRANÇA, C. G. et al. **O Censo Agropecuário de 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

LIMA, M. E. B. (org.). **Mulheres da CUT: Uma História de Muitas Faces.** São Paulo: CUT, 2006.

MORAES, A. P. S.; SILVA, E. A.; BARONE, L.A. A participação da mulher nos assentamentos rurais: um estudo no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.1, p.115-133, 2011.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S. O desafio de protagonizar questões: uma releitura da criação do movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina. VIII Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, 2008. In: **Anais...**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O valor do casamento na agricultura familiar.** Estudos Feministas, 12(1), p.253-267, janeiro-abril 2004.

VALENCIANO, R. C.; TOMAZ Jr, A. O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe. **Scripta Nova**, Universidade de Barcelona, vol. VI, nº119, agosto de 2002.

VALENCIANO, R. C. **Organização das Mulheres no Pontal do Paranapanema: O caso Omaquesp.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2006.

VERUCCI, F. **O Direito da Mulher em Mutação**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

VIEIRA, M. A. L. Educação em Assentamentos Rurais: Avaliando a Experiência de Alfabetização no Pronera. IX Seminário de Extensão, 2007. In: **Anais...**, Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2007.

DIREITOS HUMANOS E REFORMA AGRÁRIA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker¹

Resumo: O texto trata da Questão Agrária, à luz da emergência histórica dos Direitos Humanos. Argumenta então que o direito à vida, proclamada por todas as Constituições dos Estados de Direitos exige a integração dos despossuídos à terra de trabalho, via Reforma Agrária, como forma de restaurar-lhes a dignidade que lhes fora atribuída ao nascer, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e que lhes foi usurpada em trajetórias de vida cheias de rupturas e de exclusão social. Entender a Reforma Agrária por esse prisma permite a todos os assentados, bem como a todos os habitantes do campo, reivindicarem os direitos fundamentais concedidos aos habitantes da cidade e pensados sempre do ponto de vista do espaço social urbano.

Palavras-chave: Questão Agrária; Direito à Vida; Políticas Públicas para a Zona Rural.

Abstract: This paper focuses on the Agrarian Question and examines the emergence of human rights from a historical perspective. Great emphasis is placed on the right to life guaranteed by the State Constitutions of the Countries of the World that contained an elaborate Bill of Rights, providing strategies of territorial integration through agrarian reform, allowing landless to reside on and use land as a means to restore their dignity which they were assigned at birth, according to the Universal Declaration of Human Rights, although their rights have been usurped in the trajectories of their lives by social disruptions and exclusion. From this perspective, the agrarian reform might be understood in a way that allows settlers and people who live in rural areas to argue that the political process should be concerned

¹Pesquisadora CNPq junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP em Araraquara. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – NUPEDOR/UNIARA.

with ensuring them equal rights taking into account all aspects of urban and social space.

Keywords: *Agrarian Issue; Right to Life; Public Policies for the Rural Area.*

Introdução

As pesquisas em assentamentos de Reforma Agrária têm levado os estudiosos da vida rural à abordagem dos mais variados temas, o que se explica pela complexidade desse espaço humano historicamente novo, com seus novos atores sociais, tal como já teorizado por diferentes autores na última década do século passado (WHITAKER, FIAMENGUE, 1994).

Frente a essa complexidade baseada em relações sociais intermediadas pela natureza (WHITAKER, 2011), os pesquisadores se deparam com problemas que vão da questão ambiental às preocupações com o resgate das manifestações artesanais, passando, obviamente, pelo estudo de importantes relações de poder e pelo caleidoscópio de ligações que acontecem em função da produção e da comercialização dos resultados dos seus esforços.

O argumento deste artigo é de que a todas essas questões interessa a temática dos Direitos Humanos, o que nem sempre tem sido abordado diretamente. Ainda que a Reforma Agrária seja uma espécie de "calcanhar de Aquiles", lembrada constantemente pelos estudiosos da nossa Questão Agrária, que apontam a sua não implementação como fator importante do nosso atraso histórico, o acesso à terra como um direito natural dos seres humanos fica obstaculizado pelo direito à propriedade, proclamado pelas constituições burguesas e consolidado em nosso país pela força do latifúndio, que se apoderou historicamente do espaço rural. Tenta-se então partindo de uma política pública importante, qual seja, a dos assentamentos rurais, mostrar as relações entre Direitos Humanos e Reforma Agrária e a forma como esse dois temas se tangenciam, quer seja no plano das abstrações teóricas, quer seja em situações concretas como o cotidiano dos assentamentos rurais.

A Emergência Histórica dos Direitos Humanos na Cultura Ocidental

Não caberia, no curto espaço de um artigo, fazer um balanço histórico do desenvolvimento dessa complexa questão, o que o levaria para longe do tema proposto.

Para o que se pretende argumentar, basta resumir recentes pesquisas históricas que situam o aparecimento da idéia moderna de Direitos Humanos à época do

Iluminismo, desvelando relações com a literatura do romantismo – notadamente os romances de Rousseau e de seu antecessor Samuel Richardson, a partir de cujas leituras teria sido despertado o sentimento da compaixão (HUNT, 2009).

Embora esse aspecto subjetivo possa parecer secundário – já que as séculos XVIII e XIX são enfatizados muito mais pela luta política e social em torno dos direitos proclamados pelas revoluções burguesas de um lado e pelas reivindicações socialistas de outro - o fator psicológico deve ser lembrado sempre que se trate da extensão da titularidade de direitos a novas categorias sociais. Para que se compreenda a força do despertar dos sentimentos basta lembrar que:

A discussão internacional sobre direitos humanos iniciou-se logo após o genocídio imposto pelo nazismo na Segunda Guerra, culminando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (FERNANDES, PALUDETO, 2010).

O trecho acima toca diretamente no sentido da compaixão, como motor da Declaração Universal dos Direitos Humanos – diploma legal por excelência na "mundialização" desses direitos durante a segunda metade do século XX.

E o que declara, logo em preâmbulo, esse emocionante documento? Exatamente a dignidade de toda pessoa humana! "Visto que o reconhecimento inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis, da justiça e da paz no mundo" (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS apud HUNT, 2009).

O que leva diretamente ao artigo 1º "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" (grifos da autora). E ao artigo 3º que afirma "O direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal" (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS apud HUNT, 2009).

A questão da dignidade exige uma primeira reflexão. Ser digno é estar de posse de todas as características que nos diferenciam enquanto seres humanos, entre elas o direito mais sagrado para todas as constituições democráticas – o direito à vida (o que implica liberdade e segurança). O direito à vida traz implícito o direito à alimentação (WHITAKER, 2008), já que não pode estar em estado de dignidade o sujeito destruído pela fome, cujo corpo esquelético e mente obscurecida o tornam incapaz de exercer a sua humanidade, seja no plano social, seja no plano biopsíquico.

Assim, enunciar o direito à vida e pensar as exigências de dignidade remete

diretamente à questão da segurança alimentar, e principalmente da soberania alimentar, conforme teorizado por Whitaker (2008). E pensar em segurança alimentar é pensar em Reforma Agrária.

A Questão Agrária no país que se quer urbanizado

Estudiosos de diferentes matizes políticos observam que a nossa Questão Agrária não está resolvida (MALAGODI, 2011). Apesar dos avanços obtidos pela política de assentamentos de Reforma Agrária, o aprofundamento das relações capitalistas no campo através da expansão do agronegócio, exaltado pelos corifeus da grande imprensa, é um entrave considerável à resolução dessa questão.

Os militantes da luta pelos Direitos Humanos se concentram nos problemas das cidades, os quais decorrem perversamente da explosão urbana que caracterizou a América Latina no último quartel do século passado. Essa urbanização não planejada estabeleceu as metrópoles inchadas, nas quais, a desumanização se acentuou como decorrência contraditória da acumulação do capital.

Nesse quadro, os Direitos Humanos aparecem ilusoriamente como direitos dos habitantes das cidades. Afinal, "cidadão" não é pela sua etimologia, aquele que vive na cidade?

O que nem sempre os militantes percebem é que tais bolsões de problemas e de ausência de direitos básicos que ocorrem no espaço urbano (paralelamente ao brilho científico e tecnológico da riqueza gerada pelo capital) nada têm de paradoxal, já que são consequências contraditórias, não só da acumulação que sustenta a riqueza, como principalmente da História Agrária, no país formado com base no latifúndio, na monocultura e na escravidão (PRADO JR., 1963), que se travestiu modernamente no paraíso do agronegócio da cana, da laranja, da soja... (WHITAKER, 2009).

O homem comum, dominado pelo processo ideológico pensa muitas vezes a soja como o "ouro do Brasil atual", não percebendo que a produção de soja para alimentar o gado europeu (ou o frango o japonês) fere gravemente a sua dignidade, na medida em que privilegia engordar animais para alimentar consumidores ricos, cujos níveis de vida jamais alcançará. E fere ainda a dignidade, ameaçando a vida de populações inteiras no continente africano, o mais violentado pelas potências européias, cujos direitos à humanidade (e à dignidade) foram negados em quatro séculos de escravidão. Hoje, a política de subsídios aos cereais na Europa (e ao algodão dos U.S.A.) contribui para o

desaparecimento (e para a fome do campesinato) em diferentes países da África (BOUVÉ, DUFOUR, 2001).

Ora, dentro desse quadro macroeconômico perverso, os assentamentos de Reforma Agrária – ainda que não satisfaçam nossas ânsias utópicas por um rural equivalente às conquistas do pensamento social – se apresentam como alternativa.

São alternativas porque, ainda que de forma precária, oferecem à população vulnerada pela exclusão estrutural e ameaçada pela marginalidade, a oportunidade do uso da terra como terra de trabalho, aquela que se usa de acordo com os preceitos da natureza. Ou seja, para matar a fome e não para provocá-la, como tem ocorrido neste país, a partir da expulsão do homem do campo, muitas vezes vítima da monocultura dos grandes cultivos (WHITAKER, 2008).

O argumento deste texto é que, ao voltar à terra – ou optar por ela, conforme o caso a família trabalhadora recupera direitos: o direito à alimentação, base do direito à vida, sem a qual não há possibilidade de qualquer encaminhamento de seus direitos fundamentais. A posse de um lote em assentamento de Reforma Agrária, por insatisfatória que seja a magnitude do módulo adotado, significa inclusão sistêmica, encaminhando portanto, em direção à recuperação da dignidade, atributo que recebeu ao nascer (proclamado em tantos diplomas legais) e que lhe foi usurpado, à medida que os torvelinhos na sua trajetória o tangiam na direção da exclusão, com dolorosas rupturas culturais (WHITAKER, 1995).

Os efeitos da História que, no caso do capital, mudam a estrutura apenas para fortalecê-la, nem sempre são perceptíveis. Somos comandados por forças econômicas que não se apresentam à nossa percepção imediata, graças ao processo ideológico que as obscurece (MARX, ENGELS, 1986; CHAUI, 1980).

Da mesma forma, como o homem comum tem dificuldades para compreender o movimento dos astros no céu estrelado (e prefere acreditar em horóscopos e mapas astrais), assim o movimento da História lhe aparece como resultado do acaso e de mistérios insondáveis que o assombram. Mas o fato de haver luta pela terra e volta ao campo em plena era da ilusória urbanização do mundo proclamada pelos tecnocratas, indica os vislumbres desse mesmo homem comum sobre as utopias do futuro.

Ou seja, a luta pela terra implica a busca pela re-inclusão e como decorrência a re-conquista da dignidade que um dia se perdeu a partir da espoliação de que são vítimas potenciais todos aqueles que não participam dos processos de acumulação.

E aqui já estão os fatores para o equacionamento da questão proposta: a luta

pela terra já fornece os primeiros elementos para reconstrução da dignidade. Tais elementos aparecem claramente em muitos estudos e teses que resgatam aspectos dessa luta. Veja-se, por exemplo, o trecho abaixo, selecionado entre muitos registros feitos por pesquisa na área dos estudos rurais: "então por que valeu a pena? Porque a gente teve um sonho, acreditou nesse sonho e hoje este sonho está realizado [...] porque teve esperança e fé" (TEIXEIRA, DUVAL, BEZERRA, p.198, 2011).

Observem o discurso girando em torno de três elementos: o sonho, a esperança e a fé. São elementos emocionais do ser humano que só podem decorrer da postura de dignidade. E a fala do sujeito entrevistado desvela um momento de autoestima e de avaliação de uma conquista sinalizando nessa direção. Seria interessante um estudo, rastreando nas pesquisas dos anos 1980/1990 (e até hoje) os elementos subjetivos que re-compõem esse importante atributo – a dignidade do ser humano destruída durante trajetórias excludentes, marcadas por rupturas ou por vertiginosa mobilidade vertical descendente.

Mas prefere-se agora, para que o texto não seja acusado de romântico, discorrer sobre dignidade, com base no direito à vida em sua forma material e objetiva, o que sempre é mais concernente quando se pensa em sobrevivência e re-inclusão social.

Assim, o argumento tem que partir da alimentação, sem a qual, a vida não seria possível. De uma existência que garanta segurança alimentar, brotam a dignidade e o direito à vida bases de um elenco de direitos humanos que se amplia a cada instante (FERNANDES, VAIDERGORN, 2010).

Ao conquistar um lote de Reforma Agrária, o excluído se re-inclui, deixa de ser tangido de um lado para outro da terra "que queria ver dividida" (como dizia o grande poeta João Cabral), mas que estava sempre "cercada" pelo capital. Pisa finalmente "seu território". Eis aqui o primeiro elemento na recuperação da dignidade: possuir um território, plantar seus alimentos, garantir comida para a família e um dia vender o excedente.

Esse plantio de subsistência, tão desprezado à esquerda e à direita pelos epígonos do pensamento evolucionista foi, no entanto, a base histórica sem a qual nenhum progresso teria sido possível. Foi com base nesse plantio que se construiu a tríade alimentação-vida-dignidade, materialidade do que se proclama há mais de meio século como direitos fundamentais da pessoa humana. A relação é tão óbvia que, paradoxalmente ou não, pouco se fala dela. Chonchol (2005) lembrou recentemente que as potências ocidentais se preocuparam em socorrer áreas de fome endêmica nos anos 1960/1970/1980 do século passado, tempos

de Guerra-Fria, quando se temia o avanço do comunismo entre as populações famintas. Derrotado o socialismo real, a "compaixão" das potências perdeu intensidade? Ou seja, cerca de um bilhão de pessoas passam fome no mundo, sem abalar a consciência aburguesada pelo neoliberalismo.

Mas, voltando ao concreto da Reforma Agrária, é preciso lembrar que, em assentamentos já consolidados, há indicadores confiáveis de segurança alimentar como as baixíssimas taxas de mortalidade infantil e a presença de feiras (agroecológicas ou não) em cidades que lhe são próximas, o que tem sido estudado por pesquisadores em diferentes pontos do país².

Entre os assentamentos da região de Araraquara, o caso dos núcleos da Fazenda Monte Alegre já chamava atenção dos pesquisadores nos anos 1990, pouquíssimo tempo após a consolidação dos seus assentados – pela riqueza da diversidade dos seus produtos e pelas atividades que conseguiam desempenhar (WHITAKER, FIAMENGUE, 2000).

Muitos estudiosos se dedicaram às pesquisas sobre essa diversidade e o livro "Da Terra Nua ao Prato Cheio" realizado a partir de pesquisas do ITESP, organizados por Ferrante e Santos (2003), atesta as possibilidades dadas pela ânsia de diversidade que anima as famílias quando a recuperação da dignidade torna possível a realização dos sonhos e a confirmação de que a "esperança e a fé" encaminham soluções, o que leva novamente às questões subjetivas. Afinal, dignidade implica sentimentos e, portanto, sensações subjetivas – embora com bases objetivas conforme o argumento deste texto.

Ampliando a Questão dos Direitos para Assentamentos Rurais

O fato de considerar que a posse da terra de trabalho, ao gerar a segurança alimentar restabelece a dignidade e o direito à vida não significa, porém, que os assentados estejam sendo reconhecidos como portadores de direitos. Em nosso país, muitas pessoas ainda pensam que as políticas públicas garantidoras de direitos se constituem em assistencialismo, o que estabelece para o cidadão alvo dessas políticas uma sociabilidade baseada na prestação do "Favor" (MACIEL, 2009). Pelo qual deve suplicar e agradecer (o que significa negação da cidadania).

É preciso, portanto, mudar a ótica através da qual a sociedade encara os assentamentos de Reforma Agrária. A conquista do direito à vida não esgota a

²Veja-se, por exemplo, Nishikawa (2004) e Duval, Valêncio, Ferrante (2009).

esfera dos direitos fundamentais. A posse da terra via políticas públicas não é assistencialismo e sim resultado da luta – e a luta não é por esmola e sim por direitos.

Cumpre, portanto, a todos que se interessam pela solução da não resolvida Questão Agrária (MALAGODI, 2011), denunciar as violações dos direitos fundamentais que se escondem sob a confortável ideologia do "atraso do homem rural". Com base nessa ideologia, negam-se aos espaços rurais todos os benefícios dos equipamentos impropriamente chamados urbanos (hospitais, boas escolas, transportes adequados) e proclama-se o campo como lócus do atraso, invertendo-se causa e efeito um exemplo, dos mais eloquentes da manifestação da falsa consciência tal como elaborado por Marx e Engels (1986).

Lembrando que tais benefícios concedidos às populações urbanas pelo Estado são pagos por impostos que derivam da riqueza produzida pelo trabalho humano, inclusive o da zona rural (MARX, 1983), busca-se elencar agora alguns dos direitos negados ao rural – notadamente aos próprios assentamentos, alertando para a necessidade da ampliação de políticas públicas geradoras de direitos que atinjam a sociedade como um todo incluindo o campo como espaço da cidadania e não como um território alternativo que se precisa manter como válvula de escape aos métodos extorsivos do capital.

A posse do pequeno lote, em terras nem sempre produtivas (lembrar que a Constituição impede essas desapropriações) não é justiça social no sentido pleno. Após essa conquista, há muito o que reivindicar porque, como cidadãos agora incluídos, fornecendo alimentos para zonas urbanas, esses novos atores sociais são portadores de todos os direitos atribuídos hoje aos moradores das cidades.

Apresentam-se agora algumas reflexões sobre direitos fundamentais pelos quais ainda devem lutar – uma luta que estimula motivações geradas pela dignidade conquistada Ferrante (2010), por exemplo, investiga a luta das mulheres pela conquista de alguns desses direitos e observa a presença feminina nas discussões do Orçamento Participativo no município de Araraquara. Políticas de promoção social para aprovar lideranças femininas têm sido incrementadas sob sua coordenação (FERRANTE, 2011), a partir do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) em associação com a UNESP/Araraquara e financiadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, mas nem sempre os gestores reconhecem a importância da capacitação para o plano feminino.

A questão da mulher rural tem que ser estudada com cuidado, dadas as duras condições do trabalho na terra tanto para os homens como para as

mulheres. Não se pode simplesmente transportar uma visão burguesa do feminismo e esperar que funcione numa situação em que certa divisão sexual do trabalho pode ser produtiva e benéfica à mulher.

A mulher rural tem ainda direitos à saúde que a singularizam e nunca são enfatizados. Aliás, a preocupação com a saúde das populações rurais nem sempre está na agenda dos governos municipais. E aqui se trata também da saúde dos homens. Tratamentos que deveriam estar ao alcance imediato dos moradores dos assentamentos exigem locomoção para centros urbanos. E onde o transporte público – limpo e confortável que garanta o direito de ir-e-vir, um dos mais precocemente enunciados na história política do Ocidente? Como assessorar transporte rápido em caso de mal súbito do tipo que mata quando há ausência de socorro imediato? Medicina social, eis outro direito a ser reivindicado!

E as crianças? O acesso à escola de boa qualidade proclamada pela Constituição Brasileira e pelo E.C.A. (Estatuto da Criança e do Adolescente) é direito fundamental em qualquer espaço rural ou urbano. É inadmissível que crianças e adolescentes tenham que caminhar no escuro da madrugada para chegar a um ônibus precário que as leva para a cidade e frequentar escolas urbanas nas quais são tratados com desprezo (BRANCALEONE, 2002; ARAÚJO, 1996).

Também em relação às crianças, a visão burguesa deve ser cuidadosamente calibrada. As duras condições de vida, no que se refere ao trabalho na zona rural, exigem que os filhos ajudem seus pais, tanto no trabalho doméstico quanto nos aspectos lúdicos das atividades mais simples e isso pode ser educativo, já que historicamente a educação das crianças sempre se fez através do trabalho (WHITAKER, 2005)³. Uma educação escolar respeitadora da cultura rural tem sido concedida em alguns municípios do Brasil graças a uma política "Paulofreiriana" no plano federal que pensa a diversidade cultural como um bem precioso a ser conservado – eis outro direito fundamental. É preciso, no entanto, observar que a educação escolar está municipalizada. Como se dá, em diferentes municípios, – a escolarização das crianças nesses novos espaços rurais? É óbvio que ao optar pela vida rural, esses novos atores, não desistiram do arbitrário cultural dominante (BOURDIEU, PASSERON, 1975), a subcultura hegemônica

³O que não se pode permitir, em hipótese alguma é que a criança trabalhe para o capital, o que significa extração da mais valia e trabalho violentando seus corpos em desenvolvimento e afastando-os da escola.

que permite acesso aos níveis mais confortáveis do sistema social. Mas eles precisam ver respeitado também seu próprio arbitrário cultural: a subcultura, na qual construíram suas identidades e com base na qual se constroi a ponte na direção dos conteúdos escolares (WHITAKER, 2008).

No caso de Araraquara, por exemplo, o projeto de Educação do Campo foi substituído pelo sistema SESI (...), um tipo de educação voltada para conteúdos urbanos e ideologicamente comprometidos com a indústria, o que está merecendo pesquisas a partir do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

Educação e Saúde: a proclamação desse binômio tornou-se quase um "slogan", ou seja, um clichê banalizado pelo discurso fácil das promessas eleitorais. Paradoxalmente, é o que falta para boa parte da população do país – notadamente nas áreas rurais.

E o direito à moradia? Residir em espaços rurais não significa, ou não deveria significar desconforto e carência. É bem verdade que a eletricidade foi estendida ao rural pelas recentes políticas públicas no país. É preciso reconhecer também que ao receber um lote, o assentado já alcança o primeiro requisito para construir a sua moradia. Mas que conforto consegue colocar nessa moradia? E a qualidade da água à qual tem acesso? E o serviço de esgoto? E a poluição nos mananciais? A visão romântica costuma associar a vida rural ao ar puro, à água limpa, às árvores frondosas e isso é possível. Mas assentamentos de Reforma Agrária são muitas vezes implantados em regiões dominadas pelo agronegócio e sabemos todos que nossa fronteira agrícola avança vorazmente até sobre a Amazônia. Assim, o entorno de um assentamento é muitas vezes o grande cultivo da cana, da laranja, da soja, cada qual com seus venenos específicos, que se espalham para além dos plantios que deveriam "envenenar com exclusividade".

A soja, por exemplo, está se tornando transgênica exatamente para suportar cargas de agrotóxicos cada vez maiores e a laranja é constantemente pulverizada com tais produtos prejudiciais aos seus entornos. E então? Como se apresentam os rios e o próprio ar, no qual flutuam tais emanações? E ainda há pesquisas que se preocupam com os prejuízos ambientais causados por assentados quando derrubam árvores para plantar o alimento que lhes garante o direito à vida!

Tangenciam-se aqui os direitos ambientais – direitos difusos coletivos e, por isso, mesmo pouco contemplados pelo individualismo burguês. Mais do que pensar em educação ambiental (que em geral é ministrada aos pobres e às crianças – ou seja os mais inocentes dos crimes ambientais) o Estado deve atender às reivindicações que visam proteção para as populações de modo geral em relação

aos efeitos perversos da industrialização da agricultura - e esse aspecto é crucial em assentamentos de Reforma Agrária, ameaçados de invasão pelo entorno do grandes cultivos.

Proteção contra a poluição não é único direito ambiental ou fundamental a ser reivindicado, por esses novos atores sociais (cidadãos no Estado de direitos). É importante que os governos municipais estendam aos assentamentos o serviço de coleta de lixo (que também na zona rural deixou de ser apenas orgânico), o cuidado com as estradas, e um transporte rural-urbano que seja também rural-rural. São direitos básicos da cidadania pelos quais a sociedade paga substanciais impostos em todas as classes sociais.

Enfim, o homem rural e a mulher rural, ou seja, a família que reside em espaços rurais, são titulares de direitos tanto quanto aqueles que optaram pelo espaço urbano. Ao reivindicar um olhar diferenciado para o feminino ou para a infância no campo, não se pretende em olhar menos cuidadoso. Ao contrário, o texto e muita experiência em pesquisa sugerem um olhar mais atento para especificidades que não os desqualificam e sim exigem ampliação das obrigações do Estado na área de Direitos Humanos.

Referências

ARAÚJO, Rosane Ap. **Os pés-vermelhos e a proposta de agrupamento da Escola Rural**. Dissertação (Mestrado em Ociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

BASTOS, Valéria Ap. de; OLIVEIRA, Tatiana de. A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara-SP: destaque na construção da qualidade de vida. IN: FERRANTE, Vera L. S. Botta. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, Nupedor/Uniará, n.09, p.147-166, 2004.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean C. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOVÉ, José; DUFOUR, François. **O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim**. Editora: UNESP, 2001.

BRANCALEONE, Ana P. **Do rural ao urbano: o processo de adaptação dos alunos moradores de um assentamento rural à escola urbana**. Dissertação

(Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia e Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.05, Cortez Ed. e Autores Associados, p.24-40, 1980.

CHONCHOL, Jacques. A Soberania Alimentar. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1955.

DUVAL, Henrique C.; VALENCIO, Norma F.L.S.; FERRANTE, Vera L.S.B. Da Terra ao Prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.12, p.189-216, 2009.

FERNANDES, Angela V. M.; PALUDETO, Melisa, C. Educação e Direitos Humanos: desafios para a Escola Contemporânea. In: **Educação e Direitos Humanos: contribuições para o debate**. Cadernos Cedes. v.30, n.81, maio/agosto, 2010.

FERNANDES, Angela V. M.; VAIDERGORN, José. (Orgs.). **Educação e Direitos Humanos: contribuições para o debate**. Cadernos Cedes. v.30, n.81, maio/agosto, 2010.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. Mulheres assentadas em movimento na casa e na rua, espaços de resistência. In: WHITAKER, Dulce C. A.; FIAMENGUE, Elis. C.; VELÔSO, Thelma. M. G. (Orgs.) **Ideologia e Esquecimento: aspectos negados da memória social brasileira**. Presidente Venceslau/SP: Ed. Letras à Margem, 2010.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. (Coord.) **Capacitação em gênero e inserção no atendimento em rede às mulheres em situação de violência**. Projeto UNIARA/UNESP/Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, Araraquara/SP, 2011.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; SANTOS, Isabel Péres dos. **Da Terra Nua ao Prato Cheio**: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara/SP: Fundação

ITESP/UNIARA, p 15-20, 2003.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos: uma história.** Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

MACIEL, Carlos A. B. **Benefício de prestação continuada: as armadilhas.** Presidente Venceslau/SP: Ed. Letras à Margem, 2008.

MALAGODI, Edgard. A relevância da Questão Agrária na atualidade. In: BERGAMASCO, Sônia M. P. P.; OLIVEIRA, Julieta T. Aier; ESQUERDO, Vanilde F. de Souza. **Assentamentos Rurais no século XXI: Temas Recorrentes.** Campinas/SP. FEAGRI/UNICAMP/INCRA, p. 37-66, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Vol. I Marx os economistas.** Ed. Abril Cultural. São Paulo, 1983.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã.** São Paulo. Hucitec, 1986.

MORIN, Edgard. **O Método.** Vol.II. Publicações Europa América, Portugal, 1994.

NISHIKAWA, Dulcelaine L. L. **Levantamento das práticas sustentáveis nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre na região de Araraquara/SP.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

TEIXEIRA, Ana C.; DUVAL, Henrique C.; BEZERRA, Maria C. Do romper da cerca ao acesso à terra: resgate e registro dos caminhos percorridos pelas famílias pioneiras da Comunidade Agrária 21 de Dezembro Descalvado/SP. **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, Nupedor/Uniara/CNPq. v.14, n.1, p.197-216, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo, Brasiliense, 1963.

WHITAKER, Dulce C. A.; FIAMENGUE, Elis C. Assentamentos de

Reforma Agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP. F.C.L./UNESP, ano II, n.2, 1995.

WHITAKER, Dulce C. A.; FIAMENGUE, Elis C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP. Nupedor/Unesp/CNPq, ano VI, n.8, p.19-31, 2000.

WHITAKER, Dulce C. A. O rural na escola brasileira. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Uniar/CNPq, n.11, 2008.

_____ Educação Rural: da razão dualista à razão dialética. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, Nupedor/Uniar, n.11, 2008.

_____ O papel da Sociologia Rural frente às teorias da complexidade. In: BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; OLIVEIRA, Julieta T. A.; ESQUERDO, Vanilde F.S. **Assentamentos Rurais no século XXI**: temas recorrentes. Campinas/SP: FEAGRI/UNICAMP/INCRA, 2011.

_____ La cuestión de La diversité dans les noyeux de reforma agrarie. In: AUBEE, Marion; BERGAMASCO, Sônia M. P. P. **Chaiérs du Brésil Contemporaine**. Paris, CRBC, n°51, p.239-256, 2003.

_____ Soberania Alimentar e Assentamentos de Reforma Agrária. In: FERRANTE, Vera L.S.B.; WHITAKER, Dulce C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**. Brasília/DF. NEAD, p.223-240, 2008.

_____ Reforma Agrária e Meio Ambiente: superando preconceitos contra o rural. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, Nupedor/Uniar/CNPq, n.12, 2009.

REFLEXÕES SOBRE O PACTO AGRÁRIO BRASILEIRO

Raimundo Pires Silva¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo tecer o eixo cognitivo da questão agrária numa perspectiva crítica do pacto agrário, abordando que a questão agrária permaneceu/permanece inalterada no tempo, de tal modo que o antigo nunca foi mudado - a maioria da população rural se encontra dissociada do padrão de acumulação, sendo privadas de uma situação de direitos; e ainda, destaca a importância epistemológica das reflexões acadêmicas e dos movimentos sociais/sindicais, ressaltando as suas preposições e formulações de políticas públicas.

Palavras-chave: Questão Agrária; Pacto Agrário; Latifúndio; Lutas Sociais e Sindicais; Reforma Agrária; Políticas Públicas Agrárias.

Abstract: *This article aims to provide an understanding of the perceptions of agrarian issues, highlighting the agrarian pact, in a critical perspective, and seeks to establish that the agrarian question remains unresolved, and no comprehensive solution has been found to date - most people living in rural areas settings experience various forms of disadvantages such as the dissociation from the social patterns of accumulation, and they are deprived of their own rights; moreover, the paper highlights the epistemological significance of the empirical and academic reflections, and the social and union movements with respect to the proposals for the formulations of public policies.*

Keywords: *Agrarian Question; Agrarian Pact; Landowners; Social and Union Struggle; Land Reform; Agrarian Public Policy.*

¹Engº Agrônomo, mestre em Desenvolvimento Econômico, na área da Economia Agrária e Agrícola/UNICAMP.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo tecer um breve panorama da questão agrária nacional, tendo em vista a importância epistemológica da terra, numa perspectiva crítica ao pacto agrário nacional. Tenta-se dar uma ideia da complexidade do tema, que tende a aumentar com processos novos que tomam o lugar dos antigos.

A tendência neste arrazoado foi ou ora somar os processos novos aos antigos ou ora interpretar os processos novos dentro da ótica dos antigos, de tal modo mostrar que o antigo nunca foi aniquilado.

O conflito, a contradição, a complexidade, a expectativa e a luta de classes estiveram (e estão) no eixo cognitivo da questão agrária, contrariando a perspectiva linear do pacto, portanto, colaborando com uma interpretação dos problemas sociais, políticos, ambientais, fundiários e econômicos do rural brasileiro.

Como comentário inicial, uma breve olhada em Marx (1997, p.52): "(...) a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna".

Na questão agrária nacional não houve mudança desde primórdios do país, a ocupação da terra e seus reflexos vêm transcorrendo, praticamente, sem alteração de hábito e conteúdo: alta concentração fundiária e degradação dos recursos naturais convivendo com a migração, o êxodo e as baixas condições de vida e de trabalho da população pobre rural.

Há uma vocação inelutável do latifúndio no domínio do espaço físico fundiário: "a terra", pois segundo Ribeiro (2007), esse sistema da agricultura latifundiária opera com base numa apropriação pletórica de terras, infinitamente superior à que possa utilizar, mas indispensável para que detenha o comando da economia agrária e da sociedade.

Esta realidade histórica acontece porque houve (e há) um pacto agrário² entre proprietários (latifundiários) e governantes, sendo que, posteriormente somaram-se a eles os agroindustriais (conformando-se uma tríade). A oligarquia rural articula-se com os interesses dos industriais convertendo o Estado num verdadeiro lócus de conciliação dos interesses convergentes e divergentes das classes possuidoras e dirigentes.

²Nominação de Delgado (2011-b).

A elite rural delimitou (e delimita) um relacionamento com o poder público, com papel destacado na organização social e política do Estado³.

Em decorrência dessa trindade não aconteceu (e não acontece) a regulação e efetiva aplicação dos direitos e deveres da propriedade rural. Portanto, a ordem legal da terra sempre esteve sujeita ao uso dos latifundiários, que se tornaram caudatários da grilagem ou da apropriação de significativas glebas de terras públicas e devolutas⁴.

Em qualquer sistema social as instituições políticas estão intimamente relacionadas com as econômicas, sendo todas interdependentes. Poder e riqueza usualmente andam juntos. A posse de riqueza gera poder, assim como o poder é desejado porque leva à riqueza. E ambos são desejados porque dão prestígio, que pode ser valorizado como um meio para alcançar os outros dois (MEDINA, 1972).

O que segue naturalmente à tríade são os problemas agrários, que Kageyama (1994, pag. 15) revisitando os autores clássicos, assim descreve: "seja sob a forma de um excedente estrutural da mão de obra (população sobrando de Rangel); seja sob formas extorsivas e extra-econômicas de exploração do trabalho (Alberto Passos); seja sob o sistema de baixos salários e desamparo legal que perpetua a pobreza rural (Caio Prado e Celso Furtado)".

A partir destas interpretações a autora conclui que a questão agrária não se confunde de maneira simplista com a concentração fundiária, embora a propriedade da terra e suas formas históricas de sua ocupação tenham papel fundamental na conformação dos problemas agrários, a expressão desses dá-se no plano da população.

No período do pós-guerra a produção agropecuária no conjunto da economia brasileira passou a ser coordenada pela reprodução do capital urbano, isto é, o excedente econômico agrário passou a ser apropriado pelo setor industrial, nacional ou mundial⁵.

³O "agrarismo" do Estado brasileiro está atribuído a Sérgio Buarque de Holanda (1995), a Raimundo Faoro (2000), Caio Prado (1976), Celso Furtado (1987), entre outros.

⁴Para melhor compreensão ver Ligia Silva (2008), Sonia Moraes (1987).

⁵Desde os anos 50, o Estado assumiu um papel preponderante na implantação de segmentos relevantes da indústria pesada, e ainda, no investimento em infraestrutura. Forma-se a partir desses anos um tripé entre o capital estatal, o capital externo e o capital privado nacional, que se constituíram num bloco de inversões, que configura o processo de desenvolvimento industrial e urbano do país (CANO, 1993).

No interregno do regime militar se consolida no ambiente agrário brasileiro o processo de acumulação de capital denominado de modernização conservadora⁶, ficando tudo mais a margem, principalmente, as inquietações e implicações sociais, fundiárias e ambientais.

A velocidade e a natureza do processo de transformação das bases técnicas e socioeconômicas da agricultura (monocultora com uso intensivo de insumos mecânicos, genéticos e mecânico, voltada para mercado do externo – perspectiva da produção patronal; e especialização convivendo com a substituição por máquina e o êxodo – perspectiva do trabalho) não tiveram correspondência nos planos da justiça social e da preservação ambiental.

Assim, a questão agrária foi sendo empurrada pela modernidade e pouco modificando a estruturação das relações de poder nos níveis nacionais, regionais e locais, continuando de cunho autoritário e socialmente predatório (TAVARES, 1999).

Na maior parte dos casos, a integração internacional da agricultura patronal e latifundiária está sendo protagonizada por grandes corporações internacionais de commodities, como também, por empresas estrangeiras incorporando à nacional, e ultimamente, por um crescente processo de aquisição de terras por estrangeiros.

Isso tudo, está concentrando o mercado e reduzindo o emprego, estabelecendo novas formas de gestão e de tecnologia que estão reorganizando toda a cadeia produtiva proveniente da agropecuária⁷.

A agricultura sob influência dessa realidade impõe um novo padrão de competitividade de mercado e de acessibilidade tecnológica, e isto, avilta ainda mais a reprodução e a permanência da produção familiar, como ocasiona uma nova dinâmica para o emprego rural⁸, quer dizer, no campo não há mais lugar para economia familiar e o trabalho manual; intensificando o problema agrário.

⁶Na sua trajetória o espaço rural brasileiro passou por um processo de acumulação de capital no campo denominado de modernização conservadora, cujas transformações resultaram numa agricultura complexa, diversificada e industrializada, mas também com altas taxas de concentração fundiária e de renda, além da concentração populacional nas cidades, resultante do êxodo rural. Ver Graziano (1996).

⁷Ver Belik (2001).

⁸Há necessidade de mão de obra qualificada, no campo da informática, no uso de insumos mecânicos, genéticos e químicos, entre outras. Ocorre uma carência de trabalhadores especializados para as demandas existentes, faltam: motoristas para dirigir os modernos caminhões, operadores para o novo maquinário (tratoristas, mecânicos, etc).

Outro aspecto da modernização conservadora a ser lembrado é que nem todo latifúndio se modernizou por completo, neste vasto território nacional, há algumas regiões (por exemplo, na região oeste do Estado de São Paulo, na região da Amazônia Legal, entre outras localidades), que ainda, permanecem sob o hábito de ocupação da oligarquia latifundiária caracterizada pela integração marginal à indústria, produção extensiva de pecuária de corte, uso irregular de insumos e baixa produtividade, mas, com expressão na política local (em alguns casos até na nacional).

Esse arranjo (socioeconômico e político) não foi hegemônico em todo território nacional excluiu (e ainda exclui) amplos contingentes populacionais da economia familiar rural⁹. Parte significativa do agrário nacional ficou de fora da intensificação técnica conduzida pela elite rural e pelas cadeias agroindustriais, sob forte patrocínio das políticas públicas de Estado (DELGADO 2011).

Na economia agrária coexistem diferentes formas de acumulação e até de exclusão, sendo que essa coexistência não é ocasional é necessária. A drenagem do excedente econômico gerado no campo "para fora" (mercado interno e externo) redundava num impacto estrutural e dinâmico sobre o seu próprio meio social.

Nessa ordem de cogitação estão inseridos indivíduos e grupos sociais: latifundiários, parte da economia familiar e trabalhadores rurais assalariados que mesmo reduzidos à pobreza conseguem transformar o trabalho em mercadoria.

No entanto, a maior massa da população rural (economia familiar e trabalhadores rurais) ficava (e ainda fica) parcial ou totalmente excluída das possibilidades desse modo de produção. Por conseguinte, há trabalhadores rurais e despossuídos (os sem ou com pouca terra) vivendo dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações e garantias sociais, conformando numa massa de pobres e miseráveis¹⁰.

⁹Por mais precária tenha sido a política de expansão dos assentamentos, eles representam hoje cerca de um quarto dos agricultores familiares, de 4,4 milhões de produtores familiares, 1 milhão são assentados (INCRA). O censo de 2006 revelou a existência de 1 milhão de não proprietários, deste total, 412 mil são posseiros que ocupam áreas inferiores a 2ha; entre os proprietários familiares (3,9 milhões) 1,8 milhões tem área inferior a 2 ha. Há entorno de 10.000 famílias quilombolas cadastradas no programa "bolsa família" (MDS).

¹⁰Perfil da extrema pobreza no Brasil: 16,27 milhões (8,5% da população total), em áreas rurais 46,7% e 53,3% situam-se em áreas urbanas. De um total de 29.83 milhões que residem no campo, praticamente em cada 1 de 4 se encontram na extrema pobreza (25,5%), perfazendo um total de 7,59 milhões de pessoas (MDS: www.mds.gov.br).

Essas pessoas que formam a maioria da população rural vêm-se dissociadas (ou participando de forma esporádico-segmentária) do regime capitalista, que não lhe oferece condições econômicas, sociais e culturais, sendo privadas de uma "situação de direitos", portanto, são ignorados na partilha dos benefícios da cidadania e do progresso. Esta situação social não possui o mesmo significado em todas as partes ou localidades, mas é suficientemente geral para cobrir todo território nacional, e para existir mesmo nas áreas rurais "mais prosperas".

Esta realidade dual (moderno e atraso), adversa e excludente de acumulação do capital no meio rural, cujo denominador comum é o latifúndio, intensifica o êxodo e a migração, convertendo o excedente populacional rural em excedente urbano.

Segundo Gomes (1996, p.184-185) o excedente populacional se expressa da seguinte forma:

(...) a modernização da agricultura (...) prossegue no processo de expulsão, mediante a substituição do trabalho por maquinaria, herbicidas, implementos e recursos de informática poupadores de mão de obra (...) A equação da migração é simples e óbvia: o rurícola é expulso do campo, na cidade não tem emprego e a favela, onde costumava refugiar-se, está hoje ocupada pelo crime organizado. Daí só existe dois caminhos: ou ele se incorpora à marginalidade - criminoso ou não - ou pressiona o recurso disponível, a terra ociosa que não cumpre sua função social (...).

Na verdade, a mão de obra rural se urbanizou não porque a cidade precisava dela, mas simplesmente porque a economia rural em que esta população estava inserida se desagregou.

Em outros termos, Rangel (2000, p.144-145) aponta o seguinte sobre a questão do êxodo: "Um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão de obra pelo complexo rural ou autarcia familiar e de integração dessa mão de obra no quadro da economia social (de mercado ou socialista) – é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária".

Como sugeria Florestan Fernandes (1972), o dilema rural brasileiro não se reduz apenas de ordem econômica e técnica, ele implica e impõe um desafio social em termos especificamente político.

Contudo, há uma pressão social que desemboca através dos conflitos fundiários, desde mobilizações de massa dos "com pouca terra" e dos "sem terra" as lutas sindicais dos trabalhadores rurais estão a todo o momento (re)

colocando o acesso à terra, a reforma agrária e a função social da propriedade no cenário agrário nacional.

Portanto, conflito agrário decorrente desse quadro fundiário excludente e desigual não está somente marcado por êxodo, por violência e mortes de homens, mulheres, jovens e crianças, mas também, por conquistas expressas sob diferentes contextos: assentamentos rurais de reforma agrária dos trabalhadores sem-terra; na permanência dos posseiros em suas ocupações (regularização fundiária); na demarcação das terras indígenas; na titulação coletiva das áreas quilombolas; demarcação das reservas extrativistas dos seringueiros.

Estes territórios de conquistas vão se conformando no cenário nacional como uma localidade de inclusão social e têm estimulado de forma solidária alternativas em contraponto ao desemprego e a exclusão social e econômica.

Vale dizer que estes que se mantiveram e/ou que tiveram acesso à terra se apresentam como uma espécie de segmentos de produtores que os singularizam diante do Estado, instaurando processos reivindicatórios: seja para o apoio e o fomento à produção (crédito, cooperação, agregação de valor e comercialização); seja para atender as suas demandas sociais, de infraestrutura, entre outras.

De acordo com Martins (1996) os assentamentos rurais têm demonstrado que a reforma agrária pode ser a solução para diversos problemas nacionais ao atenuar os efeitos negativos e dramáticos da exclusão social que o desenvolvimento econômico e tecnológico do país gera.

Outro enfoque importante a destacar, é que essa forma acumulação no meio rural, cujo eixo nuclear está circunscrito à agricultura latifundiária, também convive, por diversas razões, com passivos ambientais: desde problemas de erosão, perda de fertilidade de solos, degradação dos recursos ambientais (ar, solo, água, vegetação) à perda da biodiversidade; do recorrente tema do desmatamento às relações entre o desenvolvimento das áreas destinadas à agropecuária e seus impactos nas mudanças climáticas; mais recentemente a produção de agroenergia versus a de alimentos.

A agricultura de commodities, segundo a CNBB (2010) exacerba a tensão da "terra de negócio" sobre a "terra de trabalho" e tem graves consequências sobre a estrutura agrária, que se concentra; sobre o manejo ambiental que se danifica sob o peso das monoculturas; e principalmente, sobre o trabalho humano, que fica ora super-explorado, ora prescindível.

Acumulação e concentração do capital acentuam-se a ociosidade da mão de obra e coloca em risco a nossa soberania alimentar, fundiária e ambiental.

Diante desse quadro agrário excludente e depredador ambiental o ceticismo

à mudança sob auspícios do desenvolvimento econômico, parece um bom refúgio para as forças democráticas e progressistas que chegam ao poder nas instituições públicas.

É cômodo para os diversos governos passados, inclusive o atual, permanecer com a tríade do pacto agrário, mantendo a diretriz estratégica da política agrícola: aprofundar acumulação de capital no setor primário da economia, com vistas à demanda externa de commodities. Converte a agropecuária em espaços controlados pela propriedade latifundiária mercantil e pela agroindústria, com crescente participação do capital externo.

Apesar dos ditames da agricultura patronal latifundiária e seus aliados, ficou estabelecido à propriedade pela Constituição Federal (1988) o instituto múltiplo da função social, instituído pelo Estatuto da Terra, Lei 4504 em 1964: níveis satisfatórios de produtividade, conservação dos recursos ambientais, observância das disposições que regulam a relação de trabalho, favorecer o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

Diante tudo isso, a questão agrária nacional vem instigando a reflexão e ao debate sobre o universo rural, principalmente, porque a terra é patrimônio da nação, portanto está permeada pelo interesse público e a sustentabilidade ambiental, como pelo cumprimento da função social.

Inverter este curso agrário nacional é difícil, mas é possível? O que há a fazer?

Há tempos que a reflexão empírica, acadêmica e dos movimentos sociais e sindicais (através de suas lutas e conquistas) vem apontando algumas alternativas e políticas públicas, tais como:

- a. democratizar o acesso à terra;
- b. regular as várias formas de propriedade (privada, estatal, pública) no contexto do cumprimento da função social;
- c. subordinar a produção agrícola à soberania alimentar, territorial e ambiental;
- d. assegurar os bens comuns da humanidade (ar, água, solo, vegetação e outras formas de vida);
- e. redefinir os enclaves da soja, da carne, da madeira celulose, açúcar e álcool em valores crescentes de tecnologia, inclusão social e sustentabilidade ambiental;
- f. regular (ou suprimir quando necessário) o oligopólio e a "multinacionalização" de empresas do setor.

É possível impor outro paradigma para o agrário nacional, como vislumbra esperanças tanto Emir Sader (2011) em seu blog: "... a história humana é um

processo aberto de alternativas pela ação consciente, organizada, solidária dos homens e mulheres...".

E por fim, como prega a CNBB (2010, p.54):

Uma nova economia, movida pelas demandas de necessidades humanas e forjada por regras de cooperação, solidariedade e partilha, vem se inserindo nas margens da economia capitalista. Falta-lhe ainda o eixo da política pública e do direito social (...). No século XXI precisamos conviver e experimentar um projeto de desenvolvimento rural que respeite a natureza, produza bem saudáveis, ocupe produtivamente a população rural, gere segurança alimentar e promova sustentabilidade ambiental para toda a população.

São preposições coletivas, expressas pelas lutas sociais e sindicais ao mito do desenvolvimento, transferindo o foco para além do crescimento econômico, para o bem estar do ser humano e o meio ambiente. E também ao Estado, que pode ser mobilizado para um desenvolvimento com justiça social, equidade e sustentabilidade ambiental.

Estas perspectivas coletivas de futuro para agrário nacional estão calcadas axiologicamente: nos direitos social e agrário; no complemento da técnica com a ética; na solidariedade e na democracia, a fim de redimir e resgatar a terra para nação, descosturando o pacto, construindo um projeto agrário nacional, inter-social e inter-setorial.

Tanto que diversos intelectuais com diferentes matizes epistemológicas alçaram vôos de análise sobre o rural brasileiro, Raimundo Faoro, Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado, Sergio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Plínio de Arruda Sampaio, Inácio Rangel, Maria Conceição Tavares, Tamás Szmrecsányi, José de Souza Martins entre tantos outros. Essa conjunção do pensamento crítico nacional apontou para a nação rumos e alternativas de desenvolvimento com orientações e formulações de políticas públicas, onde com certeza o maior legado está na herança de José Gomes da Silva: Estatuto da Terra, Lei 4504/64.

Referências

BELIK, W. **Muito além da porteira** – Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2001 (Coleção Teses).

BOLETIM REFORMA AGRÁRIA/ABRA. A Reforma Agrária no Estatuto da Terra. São Paulo, ano VI – mai/jun - nº 5/6, 1976.

CANO, W. Para uma política de resgate do atraso do Brasil na década de 90. UNICAMP/IE: Revista Economia e Sociedade, nº 2, ago, 1993.

CNBB. Igreja e questão agrária no início do século XXI. 2010 (mimeo).

DELGADO, G. Articulações em torno ao Código Florestal abram fratura no pacto do agronegócio. Disponível em: www.correiodadania.com.br, 2011-a.

DELGADO, G. Questão Agrária e Saúde. Material didático para minicurso, 2011-b (mimeo).

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo; Publifolha, vol.1, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972-a.

FERNANDES, F. Anotações sobre um capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.) **Vida Rural e Mudança Social.** São Paulo: Editora Nacional, 1972-b.

FURTADO, C. Análise do modelo brasileiro. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1986.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GOMES DA SILVA, J. Caindo por terra, crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

GOMES DA SILVA, J. A reforma agrária na virada do milênio. Reforma Agrária/ABRA. Campinas, 1996.

GRAZIANO, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SILVA, J.F.G. (Org.) **A Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil** - IGNÁCIO RANGEL. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, AP. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

MARTINS, J.S. O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

MARTINS, J.S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Ed.: Paulus, 1996.

MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEDINA, C.A. Estrutura de poder e resistência à mudança: reforma agrária e os obstáculos à sua implantação. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

MORAES, S.H.N.G. **O Estado e a propriedade agrária no Brasil: fórmulas jurídicas e vigência política**. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1987.

PRADO, C.J. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

RANGEL, I.M. **A Questão Agrária Brasileira**. Recife: Editora Condepe, 1961.

RIBEIRO, D. **As Américas e a Civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 2007.

SADER, E. **De cétricos a cínicos**. Blog do Emir/Carta Maior. Disponível em: www.cartamaior.com.br, 2011.

SAMPAIO, P.A. **Reforma agrária e projeto de construção nacional**. Disponível em: www.dataterra.org.br/documentos/plínio.htm, 1998.

SANTOS, B.S. **Carta às esquerdas**. Disponível em: www.cartamaior.com.br, 2011.

SILVA, L.O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

SINGER, P. **Agricultura e desenvolvimento econômico**. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.) **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

TAVARES, M.C. **Destruição não criadora**: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

UMBELINO, A.O. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v.5, n.43, set/dez, 2001.

POLÍTICAS AGRÁRIAS PARA O COMBATE DA POBREZA E EXTREMA POBREZA NO MEIO RURAL DO BRASIL: UM PROBLEMA DE INVISIBILIDADE

Roberto Kiel¹

Resumo: Este artigo foi desenvolvido para discutir o potencial das políticas agrárias, especialmente da reforma agrária, na diminuição da pobreza e extrema pobreza rural no Brasil. Nele são comparadas as diversas linhas da pobreza, discutidas as estatísticas mais recentes da população rural e da estrutura agrária brasileiras, e apontados alguns caminhos para políticas públicas voltadas à miséria no meio rural.

Palavras-chave: Linha da Pobreza; Extrema Pobreza; Reforma Agrária; Regularização Fundiária e Minifúndio.

Abstract: The purpose of this paper is to evaluate the effectiveness of agrarian policies, in particular those policies towards land reform aimed at reducing poverty and extreme rural poverty in Brazil; in this study, the latest census data was used to examine the characteristics of the rural population and the agrarian structure in Brazil, which allowed an assessment of different poverty lines; moreover, new paths to improve public policies aimed at reducing human misery in rural areas are recommended.

Keywords: Poverty line; Extreme Poverty; Land Reform; Land Tenure Regularization; Small land.

¹Eng. Agrônomo, Perito Federal Agrário do Incra do Rio Grande do Sul, M.Sc. em Sensoriamento Remoto pela UFRGS. roberto.kiel@incra.gov.br.

Introdução

No início do seu mandato, o Presidente Lula definiu o combate à fome como o diapasão para todas as políticas sociais e o amadurecimento dessa diretriz foi potente para organizar a institucionalidade de seu governo na forma, por exemplo, do Ministério do Desenvolvimento Social e das várias iniciativas de desenvolvimento social e econômico que floresceram em quase todas as áreas.

O conjunto dos esforços traduziu-se em políticas importantes como o Fome Zero, o Bolsa Família e os programas voltados para a agricultura familiar, além da melhoria e ampliação da cobertura da Previdência e a sistemática elevação do salário mínimo. O resultado concreto foi uma significativa redução do número de brasileiros miseráveis, que ao longo de seu mandato caiu de 28% para 15% da população brasileira quando pelo menos 20 milhões de pessoas superaram a linha da miséria.

No início governo da Presidenta Dilma, desta vez, o diapasão escolhido foi a própria pobreza, para a qual não é possível aceitar outra meta que não a sua erradicação, haja vista seu lema " Brasil – País Rico é País sem Pobreza". Porém se sabe que este desafio é tão necessário, quanto complexo e os tempos políticos, medidos em mandatos, não são convenientes para sua solução derradeira.

Independente do tempo até a meta, o certo é que se inicia um grande projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico para o País em bases democráticas, distributivas e sustentáveis.

Carece, porém, ao conjunto do governo, uma definição clara do conceito de pobreza (extrema) e de como medi-la, pois é dramática a situação do formulador de políticas públicas que precisa fixar o alcance de suas propostas e localizar os públicos alvo, uma vez que está diante muitas e diferentes linhas de pobreza, propostas pelo próprio governo, academia e até organismos internacionais.

Diagnóstico e Público Alvo

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por exemplo, propõe R\$ 112,06/mês-pessoa como a linha da pobreza, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) R\$ 144,00/mês-pessoa e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um quarto de salário mínimo (R\$ 135/mês-pessoa), já o Banco Mundial com U\$ 1,25/dia-pessoa, cerca de R\$ 68/mês-pessoa (atualizando monetariamente: U\$ 2,00).

Patamares tão discrepantes implicam em grandes diferenças entre as tentativas de estimar os públicos potenciais para programas de combate à pobreza e à pobreza extrema. Em números aproximados, o Ipea aponta para 13,5 milhões

de brasileiros pobres, a FGV para 28 milhões e o IBGE para 20 milhões, já o Banco Mundial (BIRD, 2003), conforme seu estudo de 2003, utilizando a linha de pobreza mais baixa, estima em 22 milhões o contingente de brasileiros pobres apenas no sudeste e nordeste, dos quais, mais ou menos, 10 milhões estão no meio rural destas regiões; daí que a definição de uma Linha da Pobreza oficial deve fazer parte do conjunto das primeiras medidas do que se pretende que seja o plano de governo.

Por outro lado, todas estas estimativas estão baseadas em linhas de pobreza medidas por certa quantidade de renda monetária, calculadas a partir de metodologias consolidadas, porém economicamente unidimensionais. No entanto, se sabe que a pobreza e a pobreza extrema são fenômenos de natureza multidimensional, tanto que é crescente o número de pesquisas sobre fome e miséria no mundo, que partem deste pressuposto e, assim, na medida em que buscam o entendimento mais amplo das causas destes fenômenos, também apontam caminhos mais sólidos para vencê-los com medidas estruturantes.

Neste prumo está o recente Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) e intitulado sugestivamente "A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano".

Ele revitalizou de forma importante o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ao propor seu ajuste pela desigualdade, de forma a ressaltar a tendência, nos países estudados, daqueles com menor desenvolvimento humano, de possuírem perdas maiores no desenvolvimento humano, relacionadas a uma desigualdade maior.

As diferenças computadas entre o IDH e o IDH Ajustado à Desigualdade serviram para computar o novo Índice de Gênero (IDG), o qual por valorizar indicadores como a taxa de mortalidade materna e a representação feminina nos parlamentos, é capaz de captar diferenças na distribuição das realizações entre mulheres e homens.

É, no entanto, ao propor o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que o relatório do PNUD avança, de fato, na contribuição do estudo da pobreza e da pobreza extrema, as causas e os meios para vencê-las. O IPM identifica privações nas mesmas dimensões do IDH, a saber: a saúde, a educação e os padrões de vida, porém permite ressaltar o conjunto das pessoas multidimensionalmente pobres e relacionar em quais dimensões enfrentam privações no nível familiar, complementando eficazmente as abordagens baseadas apenas na renda.

O IPM é abrangente, pois usa 10 indicadores para determinar a pobreza e

três privações para considerar uma família como pobre, além disso, é flexível, pois pode ser decomposto por região, etnia e outros grupos, bem como por dimensão, e pode ser adaptado para estudos de âmbito nacional.

Este novo índice revisa para cima o número de pessoas em estado de pobreza no conjunto dos 104 países avaliados que representam 78% da população mundial. Segundo o IPM há 1,75 bilhões de indivíduos que vivem na pobreza e com multiprivações, ou seja, quase um terço das populações totais. A estimativa anterior mais utilizada era de 1,44 bilhões de pessoas calculada pela linha fixa de renda diária de US\$ 1,25 proposta pelo Banco Mundial, utilizando o dólar corrigido pela paridade do poder de compra, que considera a variação do custo de vida entre os países.

No Brasil o IPM revela que 9,6 milhões de brasileiros (5,2% da população) estão na pobreza extrema, outros 16 milhões (8,5%) vivem em pobreza multidimensional e, mais 24 milhões (13,1%) estão ameaçados de entrar nessa condição. Há, também, 20,2% de habitantes com ao menos uma grave privação em educação, 5,2% em saúde e 2,8% em padrão de vida.

Estes resultados podem ser comparados com os dados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2009 pelo IBGE, por meio dos estudos da pesquisadora Sônia Rocha (ROCHA, 2006; 2011). Neles ela estabelece linhas de pobreza e de indigência² para diferentes regiões e conforme áreas urbana, metropolitana e rural. A metodologia é consistente e está baseada nas cestas alimentares da Pesquisa Sobre Orçamentos Familiares (POF), também do IBGE.

Em termos nacionais a pesquisadora aponta para uma estimativa de 9,6 milhões de indigentes, exatamente o resultado do IPM. Ambos são resultados consistentes com o público potencial estimado para o programa Bolsa Família, que é 10 milhões, encontrado através de uma linha de pobreza extrema da renda familiar per capita mensal fixada em R\$ 70,00.

Os resultados, ao corroborarem, sugerem uma alta correlação, de forma que se pode recomendar a adoção dos estudos, haja vista a vantagem deles delimitarem o conjunto dos pobres e dos indigentes residentes no meio rural do País.

²Pobres: indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc.). Indigentes: aqueles cuja renda familiar per capita é inferior ao valor necessário para atender às necessidades básicas de alimentação.

Assim, a população brasileira de 185 milhões em 2009 tem o percentual de 15,2% no meio rural, ou seja, 28 milhões de indivíduos, dos quais se pode esperar que 6,2 milhões (22%) estejam na pobreza e outros 2,7 milhões (9,6%) na pobreza extrema (i.e. indigentes).

Olhar a evolução da pobreza e da indigência, considerando o subgrupo dos dados nacionais pesquisados desde 2004³, permite ver que a pobreza rural está caindo perto de 6% ao ano e a da indigência rural a 4%, reforçando duas expectativas: primeiro, que as medidas sócio-econômicas do governo Lula deram resultados significativos, segundo, que a indigência possui uma resiliência maior.

Já ao examinar a distribuição da pobreza e da indigência rurais no país em 2009, se torna flagrante a concentração delas no nordeste. Nesta região estão 4,6 milhões de pobres (74%) e 2 milhões de indigentes (75%). As regiões rurais do norte e sudeste possuem pesos parecidos: no norte estão outros 8% dos pobres e quase 9% dos indigentes, no sudeste estão mais 9% dos pobres e 7% dos indigentes. Os pesos do centro-oeste e do sul são próximos: em cada uma destas regiões estão aproximadamente mais 5% dos pobres e 4% dos indigentes rurais.

Políticas Agrárias de Combate à Pobreza e à Pobreza Extrema No Meio Rural Brasileiro

Sob a luz dos resultados do PNUD e da pesquisadora Sônia Rocha, é possível propor ações de combate à pobreza e à pobreza extrema rurais considerando:

- A concentração delas no nordeste brasileiro.
- O público potencial de 3 a 6,6 milhões de pessoas, dependendo do corte na linha da pobreza ou pobreza extrema. As regiões norte e sudeste do País, com públicos estimados da mesma forma acrescentam 0,2 e 0,7 milhão cada uma.
- A maior resiliência da pobreza extrema. Fundamental para respeitar, na fase de formulação das políticas, as especificidades de cada público, os determinantes locais e territoriais e as dimensões de gênero, raça e idade.
- A condição de inclusão injusta na agricultura familiar dos agricultores e agricultoras familiares pobres e extremamente pobres, que não conseguem transpor as barreiras de acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural disponíveis, tão pouco às políticas sociais de direitos universais, donde são invisíveis.

³Ano a partir do qual o norte rural começou a ser coletado gerando séries completas para todo o território nacional.

A questão da invisibilidade da pobreza e da pobreza extrema rurais aos olhos do Estado pode ter várias causas, mas em maior ou menor grau, todas se relacionam com o fator de produção terra e com o acesso aos recursos naturais inerentes a ele.

Sob esta ótica, é possível propor uma divisão dentro do público potencial que se assenta sobre a presença de terra suficiente ou não para estas famílias – neste caso a ausência de terra é a condição mais grave de acesso insuficiente. Há, portanto, agricultores e agricultoras familiares pobres e extremamente pobres com terra suficiente, com terra insuficiente e sem terra.

Para Agricultores e Agricultoras Familiares com Terra Suficiente

Nas famílias com terra suficiente, a condição de inclusão injusta deve emanar, principalmente, da ausência da cobertura de políticas sociais e de desenvolvimento rural. Fato superável pela expansão e qualificação das políticas públicas de transferência de renda, financiamento produtivo, financiamento habitacional, assistência técnica, educação e saúde.

É claro que a inclusão justa destas famílias não ocorrerá mecanicamente, tão pouco será fácil, porém, o esforço necessário contempla mais ajustes e qualificações nas políticas públicas disponíveis, do que o desenho de novas formas de ação.

Nesta categoria também estão diversas famílias beneficiárias da reforma agrária que ainda não atingiram um nível de desenvolvimento sócio-econômico suficiente, seja porque a implantação do projeto de assentamento ainda não foi finalizada, seja porque as condições locais são muito adversas e, por isso, exigem complementos na infraestrutura, saneamento e serviços, e determinam um prazo maior para o desenvolvimento sócio-econômico destas comunidades atingir níveis sustentáveis.

Em que pese estas famílias assentadas não sofrerem da invisibilidade aludida e já terem iniciado o caminho para fora da pobreza (extrema)⁴, devem ser contempladas no conjunto das ações, com a aceleração das ações previstas de implantação e priorização dentro da programação operacional da autarquia.

⁴O Incra assentou perto de 380 mil famílias no nordeste desde 1995, cifra perto de um milhão e meio de indivíduos. A pesquisa da Avaliação da Qualidade dos Assentamentos (<http://pqra.incra.gov.br/>) em seus dados preliminares, captou em 2010 problemas de renda em menos de 20% delas, um percentual admissível porque 14% (50 mil) foram assentadas nos três últimos anos, tempo insuficiente para estabelecer sistemas produtivos sustentáveis.

Para Agricultores e Agricultoras Familiares Sem Terra

Similar ao subconjunto dos agricultores e agricultoras familiares com terra suficiente, a Reforma Agrária implementada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também assegura alguma visibilidade para estas famílias, porém o viés no atendimento do público mobilizado socialmente exige aperfeiçoamentos nas ações de identificação e cadastro do público alvo; estimado em torno de 80 mil famílias no nordeste, segundo os dados do INCRA e da Ouvidoria Nacional Agrária.

Neste caso, o primeiro esforço deve ser na democratização do cadastro e identificação de candidatos, para se tornar mais ativa, voltada também para os demandantes passivos, que não pertencem aos movimentos sociais e não estão nos acampamentos. A priorização da seleção ativa dos beneficiários deve ser orientada para o atendimento das famílias mais expostas à miséria, diferenciando favoravelmente as mulheres – inclusive solteiras – e os jovens.

Definição de metas para a captação de políticas de segurança social destinadas às famílias cadastradas durante o período de espera até o acesso à terra - o que pode durar de meses a vários anos. Neste caso se trata de assegurar, durante o tempo de espera, pelo menos, condições mínimas de moradia, saneamento, serviços sociais, educação, saúde e alimentação, diretamente ou por transferência de renda.

A viabilidade desta medida, em grande parte, depende de alteração na legislação atual, de forma que seja permitido o acampamento provisório das famílias sem terra dentro dos assentamentos já existentes. Há vários acampamentos que poderiam ser deslocados para os assentamentos já consolidados nas proximidades, onde as famílias poderiam acessar as políticas públicas disponíveis com mais racionalidade, mesmo que transitoriamente, além de disporem da infraestrutura coletiva e justificarem, inclusive, investimentos em habitações e cozinhas coletivas, espaços educativos e transporte escolar.

Por fim, é possível criar, como medida emergencial para os casos de extrema pobreza e difícil obtenção de terras, incentivos para que as famílias já assentadas e consolidadas aceitem, temporariamente, para coabitar em seus lotes com as famílias cadastradas, de forma que estas possam participar da vida produtiva e social dos assentamentos.

Para Agricultores e Agricultoras Familiares Com Terra Insuficiente

Trata-se aqui de um contingente extremamente grande de agricultores e agricultoras extremamente pobres que habitam minifúndios no nordeste.

Esta condição injusta e desigual dos minifundiários é a principal causa da sua invisibilidade diante das políticas públicas vigentes, porque não conseguem superar as barreiras de acesso. Estão impedidos para o desenvolvimento sócio-econômico, sem educação nem saúde e, por outro lado, precisam dedicar tanto tempo à sobrevivência, que não conseguem se organizar para participar da vida política de suas localidades e reivindicar melhorias.

Estes agricultores e agricultoras familiares em condição de inclusão injusta dificilmente são captados pelas políticas de reforma agrária, haja vista o foco excessivo no atendimento dos trabalhadores rurais sem terra e socialmente mobilizados. Este fato deixa as oportunidades opacas, em que pesem os atendimentos indiretos, quando os filhos assentados levam os pais para morar em seus lotes.

De outro lado, a insuficiência de terra, na maioria das vezes, está acompanhada de outras dificuldades que se acoplam, reforçando a armadilha da miséria em que estas famílias estão presas. O solo infértil, a água insuficiente e sistemas produtivos com baixíssima produtividade do trabalho e sem responsividade ao financiamento produtivo estão presentes em quase todos os minifúndios do nordeste. Sem dúvida um círculo vicioso difícil de ser quebrado, se não forem formuladas políticas específicas para este público.

Tanto é assim, que a mais rasa investigação da condição destes minifúndios identificará que é impossível eles acessarem, por exemplo, o Pronaf, porque não possuem produção suficiente para garantir a operação de crédito e não há o que se falar de garantias reais, pois nem a terra está regularizada na grande maioria dos casos.

Esta parcela de minifundiários extremamente empobrecidos da agricultura familiar brasileira pode ser captada no Censo da Agricultura Familiar do IBGE (IBGE, 2006) que revelou haver 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil e que a metade deles está no nordeste (2,2 milhões), ocupando apenas 35% da área total da agricultura familiar, com a menor média do Brasil: 13 hectares por estabelecimento.

Os dados acima podem ser complementados quanto à renda pelo estudo do Banco Mundial sobre a pobreza rural no norte e nordeste do Brasil. Este estudo revelou que, além de 15% das propriedades familiares destas regiões serem chefiadas por mulheres, no nordeste perto de 50% delas são menores que 10 hectares e a propriedade média tem 5,1 hectares.

Neste conjunto estão famílias minifundiárias de 4,7 pessoas que dispõem de até 2 hectares e auferem, na média, uma renda mensal de R\$ 102,00, 58%

advinda da produção agrícola, 15,7 de salários e 9,5% de rendas não agrícolas; daí que o terço mais pobre destes agricultores e agricultoras sobreviva na extrema pobreza, com renda média mensal de R\$ 61,00 per capita, sem nunca ter acessado o crédito rural, pois não é mais que 2% a quantidade dos que receberam algum tipo de assistência técnica.

Diante destes resultados fortes, pode-se estimar que há 1 milhão de famílias minifundiárias só no nordeste sobrevivendo na extrema pobreza sobre posses com no máximo 5 hectares, possivelmente sem água suficiente, tão pouco acesso à saúde e à educação.

Desta forma não parece possível equacionar uma proposta de ação sem levar em consideração a necessidade básica de promover o reordenamento agrário destas regiões pobres do nordeste, onde estão concentrados os minifúndios.

As ações de regularização fundiária desenvolvidas nos últimos anos pelo Incra em parceria com órgãos de terras dos estados nordestinos, especialmente no Ceará e no Rio Grande do Norte, além de resultarem em metas numerosas⁵, permitiram a construção compartilhada de um detalhado cadastro sobre a realidade sócio-econômica destas famílias e suas necessidades urgentes.

Sob a luz destas informações, a proposta de reordenamento agrário para esta região pode ser bem focada e bastante simples e deve iniciar por estudos preliminares a partir dos dados disponíveis, para encontrar os territórios rurais mais deprimidos, onde se espera a concentração maior dos minifúndios e da extrema pobreza. Atenção especial deve ser dedicada para a identificação de comunidades quilombolas.

Um segundo passo é o cadastramento destas famílias com dupla função, de um lado suprirá de dados o Sistema Nacional de Cadastro Rural para iniciar os processos de regularização fundiária dos posseiros (colateralmente identificar terras potencialmente devolutas e ou griladas), de outro permitir que as famílias devidamente identificadas possam acessar os serviços de proteção social e as políticas públicas de transferência de renda, por meio de seus municípios, desde o início das ações.

O cadastramento dará as informações geográficas necessárias para garantir

⁵Em 2010, segundo o Balanço de Gestão 2010 do INCRA, foram tituladas mais de 100 mil famílias desde o início do programa de regularização fundiária no nordeste.

que o Incra elabore, ou dê os meios para que sejam elaborados, Planos Locais de Desenvolvimento Agrário (PLDA) para as comunidades identificadas, inclusive quilombolas, onde os níveis de pobreza recomendem ações emergenciais.

Os PLDAs devem ser elaborados em parceria com os estados e municípios e visar, essencialmente, a captação dos recursos necessários (físicos e financeiros) para que cada comunidade alcance a segurança alimentar e um patamar mínimo de qualidade de vida. Para tanto devem prever a infraestrutura necessária, moradias dignas, água suficiente, saneamento básico e estradas, além do acesso à saúde e educação. Recomenda-se que constem, também, ações dirigidas para mulheres e crianças, considerando estes públicos como os mais vulneráveis na pobreza extrema.

Em todas as localidades onde houver viabilidade técnica e econômica, os PLDAs devem incorporar a previsão de toda a infraestrutura complementar (energia elétrica, sistemas mais complexos de tratamento de dejetos, equipamentos coletivos, etc.) e demais serviços (inclusão digital, capacitações, assistência técnica, etc.).

É necessário que os PLDAs sejam acompanhados de perto por todas as entidades e órgãos envolvidos, porém parece fundamental que a coordenação ocorra compartilhada entre o poder local, com representantes da sociedade civil envolvida, na forma de conselhos de combate à pobreza.

Os conselhos, ou outras formas de governança, são importantes para permitir que os diversos PLDAs possam ser articulados em um planejamento regional para atrair novas oportunidades e racionalizar recursos. Esta medida se mostra importante ao se considerar que as ações de combate à pobreza se tornam mais eficazes quando são implementadas de baixo para cima, com forte participação e controle social, desta forma contribuem para a organização social das comunidades, agregando valor substancial a este tipo de política pública.

Concomitante à elaboração e implantação dos PLDAs, deve iniciar uma ampla e massiva titulação das posses familiares, minifúndios ou não, para que se inicie o processo de inclusão produtiva destas famílias.

Esta medida tem dois objetivos: operar a reconstrução da cidadania destas famílias, reconhecendo-as pelo Estado e libertando-as da situação de pequenos posseiros sem direito ao futuro; e a identificação colateral das grandes propriedades rurais nas proximidades das comunidades atendidas, que serão alvo de retomada, se comprovada a posse ilegal das terras devolutas, ou então,

para compra⁶ pelo INCRA, pelo Estado, ou por ambos.

A finalidade de obter estes imóveis para o reordenamento agrário destas comunidades é fundamental, porque com base na legislação da colonização, é possível implantar nestes imóveis Projetos Coletivos de Economia Solidária (PCES) voltados para a produção de alimentos e agregação de valor. Esta medida é necessária porque, embora a incorporação de áreas diretamente nos minifúndios não deva ser descartada, esperam-se muitas dificuldades operacionais para sua realização.

Os PCES têm a potência necessária para destravar a baixa produtividade do trabalho e elevar o valor da parcela do trabalho agrícola na renda das famílias pobres. Isto será possível se estes projetos partirem de uma escala razoável, com financiamentos assegurados e adotarem tecnologias apropriadas, intensivas em capital e trabalho.

Nestas condições se espera o transbordamento dos efeitos da implantação destes projetos para o conjunto das famílias, na medida em que os PCES promovam a contratação da mão de obra das próprias famílias envolvidas, na forma de cooperativas de produção e trabalho solidárias e, assim, incrementem diretamente a renda do seu trabalho agrícola.

Outro aspecto positivo da inserção das famílias diretamente no processo produtivo é a capacitação em trabalho, assessorada pela assistência técnica, para que uma parcela desta renda extra e dos novos conhecimentos adquiridos faça florescer processos produtivos mais eficientes nas propriedades familiares, impactando positivamente a produção de subsistência imediatamente, em seguida à renda agrícola.

Resumo à guisa de conclusão

A presente proposta discute a pobreza e a extrema pobreza no Brasil rural, seus determinantes, sua concentração no nordeste seguido pelo norte, e alguns caminhos para libertar delas agricultores e agricultoras que sobrevivem na miséria.

Um segundo esforço contemplado aqui foi a revisão do estado da arte sobre a quantificação e qualificação da pobreza rural no Brasil, de forma a delimitar o público potencial para estas ações de combate à miséria.

⁶Devem ser adquiridos, ou desapropriados pelo interesse social e não para fins de reforma agrária, pois assim a finalidade do imóvel não fica consignada à para projetos de assentamentos.

Adota-se aqui o percentual de 15,2% da população brasileira habitando no meio rural; são 28 milhões de indivíduos dos quais 6,2 milhões (22%) vivem na pobreza e outros 2,7 milhões (9,6%) na pobreza extrema.

O foco proposto para a superação desta condição está no nordeste rural do Brasil, onde estão 74% dos pobres e 75% dos extremamente pobres. O público potencial foi definido, então, em 4,6 milhões de pobres e 2 milhões de extremamente pobres, computando o total máximo de 6,6 milhões de indivíduos ou 1,4 milhão de famílias com 4,7 membros em média.

A concepção multidimensional da pobreza foi debatida e assumida, firmando a necessidade de contemplar, na formulação das políticas públicas de combate à pobreza e pobreza extrema, uma abordagem baseada não apenas na renda - um parâmetro importante.

Corroboram com esta decisão os resultados recentes da pesquisa de desigualdade de rendimentos no meio rural. Ela revelou que o capital físico, mormente a terra, é o principal determinante da concentração da renda agrícola.

Apar destas informações, se propõem possíveis Políticas Agrárias de Combate à Pobreza e à Pobreza Extrema no Meio Rural Brasileiro que considerem a distribuição da pobreza, o público potencial e sua natureza, obedecendo à seguinte subdivisão, conforme a presença do principal fator de produção.

Agricultores e Agricultoras com Terra Suficiente

- Ampliação qualificada das atuais políticas públicas de desenvolvimento social e econômico, ressaltando-se a importância da adaptação das ações para a realidade do meio rural e para as características intrínsecas das famílias de agricultores e agricultoras pobres e extremamente pobres, especialmente no que diga respeito às barreiras de acesso.

- No tocante ao subconjunto das famílias já assentadas na Reforma Agrária, postula-se identificar aquelas que ainda se encontram em vulnerabilidade e dotá-las de prioridade nacional, com a finalidade de acelerar os processos de implantação e desenvolvimento de seus projetos de assentamento.

Agricultores e Agricultoras Sem-Terra

- Determinar ao INCRA que aprimore seus processos de cadastramento e identificação de candidatas, diferenciando favoravelmente mulheres, inclusive as jovens e solteiras, foque nas famílias mais pobres e assuma uma postura ativa, capaz de alcançar o conjunto dos demandantes, estimado em 80 mil famílias no nordeste – especialmente aqueles que não estão integrados aos movimentos

sociais e mobilizados nos acampamentos.

- Captar políticas sociais para o período de espera das famílias cadastradas até o acesso à terra, buscando assegurar as condições mínimas de moradia, saneamento e serviços de proteção social.

- Fomentar o acampamento provisório das famílias sem terra cadastradas e selecionadas, dentro dos assentamentos existentes.

- Criar emergencialmente incentivos para que as famílias já assentadas e consolidadas aceitem, temporariamente, famílias cadastradas e selecionadas em situação de extrema pobreza, para coabitar em seus lotes, até que acessem a terra.

Agricultores e Agricultoras com Terra Insuficiente

Público estimado em 1 milhão de indivíduos sobrevivendo em extrema pobreza em minifúndios de até 2 hectares, configurando o maior desafio do combate à pobreza e à pobreza extrema no meio rural, pois são invisíveis para a maioria das políticas de desenvolvimento sócio-econômico.

Estes indivíduos estão incluídos injustamente na agricultura familiar e, por isso, não conseguem superar as barreiras de acesso às políticas de crédito (inclusive fundiário) e assistência técnica e sua pulverização localizada nas áreas mais remotas contribui para restringir a presença da rede de proteção social, donde a dificuldade de lhes transferir renda e assegurar educação e saúde. Por outro lado, como são possuidores de terra, mesmo que insuficiente, não são facilmente captados pela política de reforma agrária.

Para este público propõe-se um amplo Reordenamento Agrário nas seguintes bases:

- Estudos preliminares, para encontrar os territórios rurais mais deprimidos e dar-lhes prioridade para o investimento público.

- Cadastramento massivo das famílias minifundiárias para iniciar a regularização fundiária dos posseiros e canalizar as ações da rede de proteção social.

- Elaborar Planos Locais de Desenvolvimento Agrário (PLDA) para as comunidades identificadas, onde os níveis de pobreza recomendem ações emergenciais. Os PLDAs devem visar à captação dos recursos necessários para que cada comunidade alcance a segurança alimentar e um patamar mínimo de qualidade de vida.

- Concomitante à elaboração e implantação dos PLDAs, promover a massiva titulação das propriedades familiares, para viabilizar o início do processo de

inclusão produtiva.

- Operar o reordenamento agrário nestas comunidades, com base na legislação da colonização, complementando as ações de regularização fundiária, obtendo pela compra (ou retomada) grandes propriedades rurais, próximas às comunidades, para implantar Projetos Coletivos de Economia Solidária (PCES), voltados para a produção de alimentos e agregação de valor que destravem a baixa produtividade do trabalho e elevem a renda das famílias pobres e extremamente pobres através do trabalho agrícola assalariado.

- Desenvolver os PCES a partir de uma escala razoável, com financiamentos assegurados e adotar neles tecnologias apropriadas, intensivas em capital e trabalho para contratar neles a mão de obra das próprias famílias, por meio de cooperativas de produção e trabalho solidárias e, incrementar a renda do trabalho agrícola delas, inserindo-as diretamente no processo produtivo, sob um regime de capacitação em trabalho capaz de impactar positivamente a produção familiar.

Estas propostas articulam indissociavelmente terra, trabalho e capital e devem ser tomadas apenas no conjunto, é por isso que são definidas como agrárias.

Elas partem do pressuposto que no meio rural o maior determinante da pobreza de agricultores e agricultoras familiares é a insuficiência (ou ausência) do principal fator produtivo, a terra.

Para desarmar esta armadilha que prende as famílias na miséria é necessário partir da realidade na qual elas estão inseridas, compreendendo-a para agir de forma eficaz sobre as forças presentes, especialmente aquelas que impedem as pessoas de viverem como valorizam e de se organizarem para prosperar.

Referências

BIRD. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. **Rural Poverty Alleviation in Brazil**, 2003.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2011.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pobreza e indigência.** In: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), 2011. Disponível em: <http://www.iets.org.br/article.php?id_article=915>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura Familiar – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – Primeiros Resultados, 2006.

NEY, M.G.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.47, n.01, p.147-182, jan/mar 2009 – Impressa em abril, 2009.

REGIÃO DE ARARAQUARA: ELEMENTOS PARA PENSAR UM INDICADOR SOBRE VOCAÇÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA

Ricardo Luiz Sapia de Campos¹

Resumo: Busco apontar e discutir alguns elementos que considero centrais para pensar o desenvolvimento produtivo em geral, e o desenvolvimento de pequenos empreendimentos agrícolas da chamada "região de Araraquara" em particular. Considero e relevo fatores como localização, infra-estrutura, dentre outros mais objetivos, todavia me atendo mais pontualmente aqueles de cunho imaterial e cognitivo, com destaque para o saber, conhecimento, interação, comunicação, e particularmente a institucionalidade histórica de práticas cooperadas e de resistência produtiva.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Saber e Conhecimento; Reciprocidade; Empreendedorismo Agrícola.

***Abstract:** This paper seeks to explore some key elements that are relevant to improve overall productivity including, particularly, the small agricultural enterprises in the so-called "region of Araraquara". Location and infrastructure, among other factors, are of paramount importance; however I endeavor to highlight those, which I consider are the most significant and refer to aspects of cognitive and immaterial labor in the sense that its products are intangible, such as knowledge, communication, interaction, focusing on institutional collaborative activities and productive resistance.*

Keywords: Local Development; Knowledge and Understanding; Reciprocity; Agricultural Entrepreneurship.

¹Sociólogo e pesquisador, coordena projeto "jovem pesquisador em centros emergentes" da FAPESP junto ao Departamento de sociologia da UNESP/FCL/Ar. É professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP/FCL/Ar. Email: sapiacampos@yahoo.com.br.

Introdução

O artigo é parte da pesquisa de pós-doutorado na qual buscava entender o funcionamento do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE e sua aplicação na região de Araraquara quando este ainda se constituía em módulo ("módulo Araraquara"). Portanto, a proposta de um programa como "módulo" e sua aplicação nos dezenove municípios² que compunham este quadrante compõem o projeto de estudo elaborado entre os anos de 2006 e 2007, sendo que a pesquisa, e, portanto, todas as referências se reportam a 2008, quando realizamos o trabalho de campo.

Aqui aponto fatores que considero importantes na definição e constituição de um "local da produção". Aponto indicador sobre vocação produtiva neste buscando a partir de aí entender a ação do agente no contexto produtivo do território. A "troca de dias" aparece como fator em destaque que impulsiona atividades coletivas e de inter-relação entre as "células" de produção. Esta prática é recuperada e apresentada com o uma "instituição antiga" e reformada nos moldes do estudo. A chamada "cultura intercalada" prática antiga e sobre a qual já se deu a devida ênfase em estudos que podem ser considerados clássicos sobre a economia agrícola de formação do interior paulista, é relacionada com outras práticas. A comunicação um destes fios condutor do *savoir-faire* é formada a partir desta miríade de relações que transformam e fazem da relação entre os agentes produtivos pressuposto básico para composição ou produção social no âmbito do território

Indicador sobre vocação produtiva

Por vocação produtiva entendo uma miríade ou relação complexa de fatores, todos ou alguns identificáveis ou não que se cristalizam ou estão cristalizados num determinado local ou território constituído ou em vias de se constituir fazendo deste local um ambiente propício ou facilitador para determinado tipo de produto ou produção de maneira geral. São tanto materiais como a localização, qualidade do solo, via de acesso etc., quanto imateriais á exemplo de fatores ligados a tradição, conhecimento e saber que se cristalizam na especificidade de

²Os municípios que compunham o "módulo Araraquara": Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

determinada produção, etc.

Fatores determináveis podem ser identificados e recorrentemente se repetem como "contaminação produtiva", facilitação e acesso a fatores tecnológicos e comunicativos, informação, dentre outros (GURISATTI, 1999). Fatores não determináveis ou complexos são uma série de relações normalmente subjetivas que dosadas ao acaso em determinado território fazem deste um ambiente propício e "singular".

Para estabelecer um indicador sobre vocação produtiva local defini alguns índices e ocorrências estabelecidas a partir da análise do material produzido e da quantificação dos dados. São fatores que normalmente incidem numa territorialidade aproximada, correspondendo, porém não se limitando a delimitação político-administrativa de municípios ou região.

Considere aqui apenas as ocorrências que puderam ser verificadas apresentando índices de relevância. Também fator de ordem mais objetiva que são considerados e citados como distancia da propriedade, escoamento da produção. Também fatores sobre a composição das famílias ou negócios, como o que a pesquisa aponta 41,67% serem compostas de dois membros, e, 31,25 % de apenas um membro que trabalha e aufera renda do empreendimento, e os demais entrevistados, em torno de 27% serem de mais de dois membros. Sugerindo que os negócios ou empreendimentos com maior número de pessoas (com poder de decisão) tendem a serem mais democráticos, ocasionando melhores resultados efetivos de sucesso no mercado.

"Culturas intercaladas" e "troca de dias"

Tomo institucionalidade como a maior ou menor recorrência de fatores que interferem no recorte dum contexto de vocação produtiva. São praticas instituídas e cristalizadas ao longo do tempo. Aponto aqui duas, que considero centrais na formação histórica do interior paulista. Tais institucionalidades e seus desdobramentos são práticas e relações entre os agentes produtivos, e destes mudando constantemente as características do território que incide.

Portanto, instituição ou institucionalidade é definição abrangente, porém articulada ao contexto cultural, político, e socioeconômico (SCOTT, 1995.). Ou numa perspectiva mais abrangente em que instituições são compreendidas, envolvendo regras formais e informais, bem como os códigos de comportamento, normas, conduta, que estruturam o comportamento dos indivíduos isolados ou em grupos (MARQUES, 1997). Considero como casos clássicos de ordem institucional as chamadas "culturas intercaladas" e da "troca de dias".

Como se sabe no início do século XX começa a surgir nesta região como em outras consideradas dentro num arco mais amplo, pequenas propriedades rurais³ em mãos de famílias de pequenos e médios proprietários, muitos dos quais imigrantes europeus e principalmente no caso desta região daqueles originários do norte da Itália⁴. Terras que inicialmente foram adquiridas por compra graças, na maioria dos casos, as economias feitas a partir do trabalhando nas fazendas de café, e geralmente em sistema de colonato. A economia para compra de terras, principalmente pelo grupo de imigrantes, foi possível devido a uma prática antiga chamada de "culturas intercaladas"⁵. Zuleika Alvim (1986) define a formação e prática desta atividade no interior paulista já no final do século XIX com a "acomodação das primeiras famílias italianas nas fazendas paulistas:

Nesta etapa da formação, o trabalho consistia em fazer covas em pontos previamente marcados, plantar o café e manter o terreno limpo durante quatro anos. Nesse período, podiam cultivar milho e feijão entre as fileiras do cafezal. Enquanto a lavoura crescia, o empreiteiro era obrigado, segundo o contrato, a erguer uma cobertura de madeira ou de folhas de milho secas (casinha), nos meses de abril e maio de cada ano, para proteger as

³No contexto daquele momento histórico é preciso considerar pequenas propriedades rurais aquelas com até trinta ou quarenta alqueires ou em alguns casos um pouco mais. O valor da terra, as possibilidades de aquisição e acesso, o significado e impacto da produção que estas "pequenas propriedades" tinham diante das grandes fazendas da época eram bastante distintos do momento atual.

⁴A região em questão, e não só, estendendo de uma faixa de terra que dos arredores da cidade de São Carlos, segue pela antiga estrada de ferro Sorocabana até a cidade de Catanduva, foi marcada fortemente pela imigração predominantemente do norte da Itália. Ver ALVIM, Z. Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870 - 1920, São Paulo, Brasiliense: 1986.

⁵Cultura intercalada foi uma prática sistematicamente desenvolvida pelos imigrantes europeus nesta e noutras regiões do Estado. Como se sabe os imigrantes eram alocados para o trato dos cafezais e eram mantidos a pagas de fome. Ocorre que perceberam que entre os pés, ruas de café, havia um espaço vago que deveriam manter limpo de mato e ervas daninhas, mas que não "servia para nada" segundo o modelo agrícola e a organização sócio-cultural. Começaram, sem resistência dos patrões, que não souberam prever o significado daquela prática, a cultivar estas terras com culturas de subsistência. Desta maneira formaram um mercado paralelo de pequenos produtos como arroz, feijão, milho, abobora, batata, etc., melhoraram o consumo doméstico, e conseguiam "poupar", economizar dinheiro que mais tarde seria utilizado principalmente para a aquisição de pequenas propriedades e fatias de terras.

plantas mais frágeis, com menos de dois anos, desfazendo tais coberturas nos meses de setembro e outubro. Depois de dois anos, o milho e o feijão plantado entre as fileiras do café ajudavam a protegê-lo, dispensando tal trabalho (p. 79).

Não existia mercado interno constituído para os produtos provenientes desta prática. Com a reiterada incidência do plantio e principalmente com a comunicação entre os grupos é que este mercado se desenvolve. Com o desenvolvimento deste mercado interno tais produtos passam a serem valorizados conforme aponta Durham (2004), possibilitando além de melhor alimentação, ganhos extras, e economias por parte dos grupos de imigrantes. Os fazendeiros que não tinham interesses comerciais nestes produtos viam com bons olhos seus "pés de café" serem melhor cuidados com a completa eliminação de pragas e ervas daninhas dada a valorização que passa a ter estes vãos livres para prática das culturas intercaladas.

Marx ao fazer a análise da "força de trabalho" como capital variável aponta um misto de independência relativa que se organiza fora do capital, ou seja, não integra o circuito de valorização do capital. Esta independência consiste exatamente em relações sociais, também em formas de trabalho que em princípio não integram o circuito de valorização do capital. O autor clássico cita como exemplos há seu tempo e leitura, os valores da cooperação operária que não se reduz à valorização do capital, ou seja, sendo irreduzível à organização capitalista do trabalho; bem como o conjunto de valores históricos e morais que são renovados pelo movimento das lutas dos trabalhadores. E ainda, como no caso em questão, a "relativa independência da pequena circulação, o vínculo com a terra, e a chamada economia familiar".

As práticas sistemáticas acabaram ao longo de anos por se constituírem como foco de resistência para os grupos que a praticavam conforme aponta Alvim (1986). Comportam num mesmo ato a vertente da negação (da recusa), que no caso era a negação da condição de miséria presente, e, a construção de alternativa a esta negação (MEZZADRA, 2006)

Dentre os entrevistados 88%, observando que a incidência ocorre mais entre os que residem na propriedade e que têm mais de 40 anos, apontaram uma prática antiga e que sempre foi bastante difundida entre pequenos proprietários rurais desta região. Trata-se do que eles próprios denominam de "troca de dias". Na troca de dias um produtor ou proprietário trabalha para outro normalmente seu vizinho, ou mesmo não sendo vizinho, com quem mantêm constantes relações

de reciprocidade (parentesco, compadrio, etc.) quando aquele precisa geralmente por motivos urgentes. Normalmente quem recebe o trabalho é que tem a necessidade, e no mais das vezes urgência. Nem sempre quem lhe executa poderia fazê-lo, não fosse a necessidade do primeiro aliado a relação que antecede esta necessidade e principalmente o sistema de troca que se estabelece. No fim somam-se os dias trabalhados, sendo que aquele que recebeu pelo serviço fica devendo "em dias" àquele que prestou os serviços. Uma prática cooperada entre pessoas ou proprietários estruturada em laços de reciprocidade e confiança, e que já estava presente na "bagagem" dos imigrantes italianos, mas que a seu modo acontecia no Brasil antes o fluxo migratório conforme os "mutirões" descritos por Antonio Candido (2009) em seu clássico *Parceiros do Rio Bonito*. Putnan (2005) faz referência a esta prática identificada no norte da Itália e apontada como sendo um dos pontos fundamentais da formação das "comunidades cívicas", locais, e que recebe o nome de *aiutarella*. A *aiutarella* funciona ou funcionava de maneira muito parecida, quase idêntica a da troca de dias que apontamos. A diferença fundamental é que na *aiutarella* troca-se mais a ajuda em si do que os dias ou horas trabalhadas. A *aiutarella*, ou a prática da ajuda mútua consiste no trabalho coletivo e organizado, geralmente em períodos de exceção ou "sufoco". Putnan (2005) cita o caso da confecção de tulhas para armazenamento de grãos nos EUA, ou numa clássica citação de David Hume, aponta á exceção dos períodos de colheita.

Dos entrevistados com a pesquisa poucos apontam não trocar ou terem "trocado dias". A totalidade se pode dizer dos entrevistados afirmam utilizar ou então ter utilizado até um passado baste recente deste tipo de prática. Outra incidência alta, de 48,96%, afirmam utilizar o trabalho de "diarista", que em alguns casos, ainda tem a denominação antiga de "jornaleiros" (de jornada de trabalho). O trabalhador "diarista" é contratado no início da jornada (dia) de trabalho e dispensado no final do dia. Isso significa que há facilidade e mobilidade quanto a quantidade e a qualidade do trabalho. Precisando do trabalho faz-se a escolha diante a demanda de mão-de-obra disponível, ou, se a experiência do dia anterior me foi vantajosa, volto a contratá-lo no dia seguinte.

Uma prática comum, diria até que a mais comum entre pequenos proprietários de determinados bairros rurais e micro-regiões é o "empréstimo de implementos agrícolas". A totalidade dos entrevistados que possuem implementos, ou então os utiliza, afirmam fazer uso desta prática, que é bastante conhecida e difundida em pequenos núcleos produtivos. Prevalecendo entre os que responderam ao questionário, 20,83%, uma espécie de relação ética em "colaborar e receber

colaboração" dependendo das relações estabelecidas; Esta relação é reforçada quando outros 20,83% dos entrevistados sobre esta mesma questão apontam que existe ao mesmo tempo uma ampla concorrência e colaboração entre os produtores de determinado bairro. De qualquer maneira, a "troca de implementos" é uma prática, uma "instituição" à qual ninguém se nega em participar. Inclusive por isso é uma instituição. (MARQUES, 1997). De uma maneira ou de outra é bastante comum o fluxo de troca de implementos que para definição e entendimento é melhor chamam de "empréstimo". Diferente da troca de dias em que a retribuição ou restituição é dada na proporcionalidade de horas trabalhadas na "troca de implementos" muitas vezes uma das partes não possui implementos para troca. Mesmo assim tomando emprestado ativa-se uma espécie de dívida na qual, inclusive moralmente, aquele que recebe se obriga tacitamente retribuir nalguma oportunidade. Retribuição que no mais das vezes acontece das mais diferentes maneiras conforme verificamos ao longo da pesquisa: informação, (sobre ocasião de pequenos negócios de animais e insumos), favores de toda ordem que vai além da reciprocidade com relação ao negócio. Trabalha-se na ajuda de determinada tarefa que pode ser colheita, trato, reparo e manutenção de equipamentos, reparo em estruturas como barracões e até casas de moradia etc. "Dívida de gratidão" que produz resultados.

Com relação à prática da "troca de dias", conforme soube mediante depoimentos recolhidos durante o trabalho de campo, estas procuram "esconder-se" uma vez que os fiscais do Ministério do Trabalho buscam punir quem as pratica por se caracterizarem numa espécie de burla às normas trabalhistas. Caso típico, portanto, de choque entre o trabalho regulado (assalariado), e formas e relações de trabalho construídas a partir da experimentação coletiva de vida, trabalho inventivo e experimentação.

Informação, comunicação e tecnologia

A circulação e o fluxo de informação, a comunicação entre os agentes produtivos é a peça chave para o desenvolvimento de determinada região. A relação entre informação e comunicação versus isolamento, são os fatores que classicamente caracterizavam a antiga condição do camponês, e que ainda continua definindo o moderno agricultor (CAMPOS, 2007).

Por informação e comunicação entendo uma série de fatores que propicia, facilita e instiga a interação entre produtores ou grupos de produtores fazendo com que positivamente o acesso a informação e a interação comunicativa resultem concretamente em melhora e aprimoramento da produção, e conseqüentemente

em melhores condições de vida de maneira geral.

Tecnologia é o uso de técnicas de produção como, por exemplo, confinamento animal, inseminação artificial, pastejo rotacionado, técnicas de silagem e armazenamento de grãos, conservação e trato intensivos do solo etc. Fatores que recorrentemente observamos na pesquisa. Com relação ao uso, ou mesmo a "aceitação" de inovações técnicas e introdução de novas tecnologias de produção, a escolaridade é um parâmetro formal importante, sendo, contudo, necessário analisá-la relativamente a outros fatores e condições da propriedade de maneira geral. A média de escolaridade é alta entre os agricultores que realizamos a pesquisa. 18,75% responderam possuir nível superior e 2,08% pós-graduação, destacando a maior incidência de 48% dos entrevistados apontando terem concluído o segundo grau.

Ocorre relacionar a escolaridade com a renda auferida com a propriedade em que 45% das respostas apontam uma renda acima de dez salários mínimos, com incidência da ordem de 23,96% respondem auferir com a propriedade renda entre um até três salários. Lembrando que no questionário ponderei "uso de tecnologia", em que todos apontam fazer. Porém quando perguntados o que é esta tecnologia apontam tratores, implementos agrícolas, poço artesiano, etc. "Tecnologia da informação", conforme pondera Gorz (2005) integra o próprio capital fixo material e é usada sistematicamente e de forma coordena, por um grupo reduzido de produtores. (cursos de aprendizagem, adequação e novas técnicas de produção, literatura específica, acompanhamento técnico especializado, etc).

É trabalho dos sociólogos qualificar as estatísticas nos moldes classicamente apontado por Thompson (1989). Cabe questionar, portanto, o que se esconde por trás de respostas e informações como as do tipo em que, quando perguntados aos produtores entrevistados sobre a orientação técnica da propriedade, particularmente da figura do agrônomo ou em casos do técnico agrícola, praticamente todos respondem positivamente, indicando que "tem alguém" que dá este tipo de assistência técnica. Quando perguntado sobre a procedência ou origem desta assistência a maioria indica como sendo provenientes das cooperativas, seguida em incidência de casos da assistência proveniente da "casa da lavoura", que como se sabe é órgão do Estado. Ocorre que quando buscamos saber que "cooperativas" são estas da qual provém grande parte da assistência técnica dispensada aos produtores, descobrimos que todas elas provêm de cooperativas de produtores de cana-de-açúcar, com exceções dos casos raros da COFRUCAR – Cooperativa de Citricultores

de Cândido Rodrigues e da COAGROSOL – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis.

As cooperativas de produtores de cana mantêm um setor de vendas de insumos e defensivos agrícolas que são impulsionados pela "política de receitas". Ou seja, o agrônomo ou técnico avia receita para compra que é vendida pela própria cooperativa. Lembrando que a maioria, ou seja, 92% dos agricultores (pequenos empreendedores agrícolas) que entrevistamos, apresentam uma característica interessante para pensar a organização socioeconômica da região. Possuem parcela da propriedade (normalmente a maior parte) destinada a cana-de-açúcar para fornecimento para usinas. Reservam uma porcentagem das terras para empreender seus negócios.

Normalmente estes negócios caracterizados na pesquisa como pequenos empreendimentos agrícolas são voltados para um mercado diferenciado que traz dentre suas características o fato de serem extremamente qualificados. Uma nova organização produtiva que valoriza produtos e saberes que se julgavam extintos pela divisão social do trabalho fordista. Mercados, no sentido colocado por Dimaggio e Louch (1998) construídos e reconstruídos coletivamente pela experimentação comunicante de trocas praticadas pelos agentes, e que valorizam formas de vida e organização da produção e produtos diferenciados (GORZ, 2005).

Saber e conhecimento como força produtiva

Savoir-faire⁶ da tradição francesa é terminologia adequada para pensar a nova força produtiva que se forma nestes núcleos de produção agrícola. Conforme aponta Gorz (2005), acerca do conhecimento:

Os saberes comuns ativados pelo trabalho imaterial, não existem senão em sua prática viva, e por ela. Eles não foram adquiridos e produzidos em vista de trabalho que podem realizar ou do valor que podem assumir. Eles não

⁶Indica um tipo de saber completamente distinto daquele valorizado pela sociedade industrial e pelo uso e contenção da técnica. Trata-se de um tipo de conhecimento completamente diferente daquele "criado" para as soluções pontuais e específicas de problemas. É um conhecimento em movimento (ativo) e, portanto, em completa mutação, e que pertence a sociedade, ou coletividade que o produziu. "Conhecimento dotado de saber" e que apenas se aprende fazendo, ou no curso da vida.

podem ser destacados dos indivíduos sociais que os praticam, nem avaliados em equivalente monetário, nem comprados ou vendidos. Os saberes resultam da experiência comum da vida em sociedade e não podem ser legitimamente assimilados ao capital fixo (p.33).

As experiências produtivas em pequenos núcleos de empreendimentos com os quais trabalhamos na pesquisa escapam à organização técnica científica do trabalho regulado tal qual conhecemos com o desenvolvimento das ditas sociedades industriais. Por definição, estas experiências produtivas não separam o ato da concepção da produção.

As colocações que faz Paolo Gurisatti (1999) com relação ao sucesso produtivo do chamado nordeste italiano e mesmo do círculo Alpino servem como definição para entender a "explosão" produtiva que vem acontecendo a seus modos em diferentes locais:

Contrariamente ao que ensinam os manuais de economia, a Europa do Arco Alpino, soube encontrar uma trajetória de crescimento baseada na conservação do ambiente e da comunidade local e na maior valorização do **saber prático (tácito-contextual)**⁷, em relação ao saber científico e aos conhecimentos *high-tech*, e não enfrentou as grandes transformações, as grandes fraturas que o desenvolvimento fordista da grande empresa trouxe para a *Europa das Capitais*, com conseqüências aparentemente inevitáveis do progresso (p.80).

Esta nova organização produtiva tem como característica a valorização do saber, e a recuperação de formas de produção que julgávamos extintas, conforme os autores Souza, Santana e Deluiz (1999) apontam:

A resposta à crise, ou melhor, como querem os teóricos da especialização flexível, a antecipação ao estrangulamento, não surgia de elementos totalmente inusitados. Antes, viria de uma certa recuperação de elementos ou formas produtivas que sucumbiram diante do sistema fordista, sem se extinguir. Aquilo que pode-se chamar de sistema de manufatura concorrera com as idéias-chaves que se articulariam mais tarde no fordismo, sendo

⁷Grifo nosso.

derrotado enquanto linha mestra do mundo produtivo, continuando a existir ao longo do tempo em experiências isoladas. A derrota teria se dado devido, sobretudo, à intervenção de ordem política, sustentada pela visão de evolucionismo tecnológico (p. 41).

Na pesquisa trabalhei exatamente com este perfil de pequeno produtor rural que posteriormente (como resultado de pesquisa) chamo de "alternativa" são casos que recuperam saberes e formas de vida que passam a ser valorizadas por um mercado em construção. Exemplos como doces em geral e alimentos, aguardente, alguns produtos artesanais e principalmente produtos convencionais produzidos de forma alternativa como o caso dos orgânicos. E vale ponderar, apesar de não ter sido foco da pesquisa o caso da produção de alternativas e "modos de vida" como chácaras de residentes ou de veraneio.

Arnaldo Bagnasco (1999) perseguindo os fatores centrais que proporcionaram o desenvolvimento do caso italiano aponta:

(...) as sociedades locais que souberam aproveitar o crescimento da pequena empresa beneficiaram-se de um tecido urbano composto de cidades de pequeno e médio porte, perfeitamente equipado e distribuído sobre o conjunto do território, onde toda uma rede tradicional de empresas comerciais, artesanais, de fábricas de produção em série limitada, de serviços bancários e administrativos, de infra-estruturas viárias e civis, de equipamentos culturais e de administração local apropriada e eficaz, desempenhava suas funções urbanas. Essas cidades ativaram esse processo em interação com as regiões rurais caracterizadas, do seu lado, por uma estrutura social particular: a da família rural autônoma, proprietárias de pequenos lotes de terra, em *fermage*, ou em *métayage*. Essa família forneceu no mercado de trabalho das pequenas empresas industriais, operários polivalentes, formados num meio rural auto-suficiente e culturalmente direcionados para a autonomia e a mobilidade. Além disso, ela oferecia uma certa segurança frente ao mercado de trabalho incerto e, às vezes, aleatório, compensações à renda oriunda do trabalho assalariado e uma gestão integrada das rendas suplementares. Em inúmeros casos, em somente uma ou duas gerações surgiram dessas famílias rurais, artesãos e pequenos empresários. Assim, a ação combinada dessas duas condições permite melhor entender a razão pela qual o meio mais favorável à expansão da pequena empresa foi o que um economista designou de "campo urbanizado" (p. 38)

Campo urbanizado no contexto italiano para arriscar uma aproximação vis a vis aceitável é uma realidade típica de comunidades rurais de pequenos proprietários, produtores e artesãos. No caso da pesquisa ponderei que boa parte dos hoje agricultores ou pequenos empreendedores agrícolas da região de Araraquara no passado trabalharam em regimes como meação particularmente. E, 70% dos que respondem terem trabalhado em regime de meação respondem também terem adquirido a atual propriedade ou negócio na forma de compra sendo que as economias provenientes deste sistema de meação contribuíram para a compra do negócio. É quase nula as incidências de respostas que incidem em casos de que os hoje proprietários foram anteriormente assalariados agrícolas.

Conclusão

No texto procurei apontar elementos que considero centrais para entender a emergência produtiva de pequenos empreendimentos agrícolas na região de Araraquara. Todos os temas levantados, mesmo os apontamentos conceituais e teóricos, foram propostos a partir da verificação e ocorrência de casos trabalhados na pesquisa de campo. Persiste a idéia de uma "localização" desterritorializada, ou seja, de uma localização que particulariza (no caso região de Araraquara) levando em consideração fatores de ordem imaterial na formação da identidade produtiva. Uma localização que se "des-territorializa" nesta que definimos como região de Araraquara, ou então num "módulo Araraquara" conforme proposta de política pública que o SEBRAE proponha desde os tempos do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado, e que continua atualmente com o Agrosebrae.

Consiste em recapitular os elementos centrais da constituição do território na tentativa de definir uma identidade produtiva para este território. Pensar um indicador de vocação produtiva significa recapitular, valorizar e entender este local e a sua identidade. Como, por fim, o conhecimento produzido pelas comunidades rurais e historicamente pelos núcleos agrícolas circulam em interação com outros territórios se conectando num circuito mais amplo.

Referências

ALVIM, Z. **Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870 – 1920**. São Paulo, Brasiliense: 1986.

CAMPOS, R.L.S. Desenvolvimento rural, conhecimento e cooperação como

força produtiva. **Perspectivas**, Revista de Ciências Sociais da UNESP Araraquara/SP, v.32, 2007.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Orgs.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

DIMAGGIO P.; LOUCH, H.W. Socially Embedded Consumer Transactions: For What Kinds of Purchases do People Use Networks Most? *American Sociological Review* (October), p.619-37, 1998.

DURHAM, E.R. **A Dinâmica da Cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GURISATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARQUES, E. C. Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB**, Rio de Janeiro, n.43, jan./jul. 1997.

SCOTT, R. W. **Institutions and organizations**. California: Sage Foundations, 1995.

MARX, K. **Elementos fundamentais para la Crítica de la Economía Política** (GRUNDRISSE) 1857 - 1858. México D.F: Ed. Siglo Veintiuno, 1972.

MEZZADRA, S. **Diritto do Fuga: migrazioni, cittadinanza, globalizzazione**. Verona: Ombre Corte, 2006.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2000.

SOUZA, D.B.; SANTANA, M.A.; DELUIZ, N. **Trabalho e Educação**: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet & Comunicações, 1999.

THOMPSON E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Paz e Terra: São Paulo, 1989.

O (RE)DESENHO PRODUTIVO E SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Martha Esthela S. Silva¹

Luís Antônio Barone²

José Gilberto de Souza³

Resumo: Este artigo faz uma análise sobre a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Presidente Venceslau (SP). O PAA é uma política pública que consiste na compra de produtos oriundos da agricultura familiar e doação à pessoas em situação de insegurança alimentar e para entidades sociais (creches, asilos, casa do menor, orfanatos e escolas). A análise permite considerar que o PAA tem estreitado as relações campo-cidade, à medida que os produtos agropecuários produzidos nos assentamentos de reforma agrária se materializam no espaço urbano e são capazes de intervir diretamente na condição social de reprodução dos sujeitos, ao mesmo tempo que consolida as ações de assistência das instituições, aproximando uma dimensão produtiva do campo – com fundamento na reforma agrária – e a assistência social, como estratégia de seguridade social.

Palavras-chave: Programa de Aquisição dos Alimentos; Segurança Alimentar e Assentamentos Rurais.

Abstract: *The article makes an analysis on the performance of the Food Purchase Program (PAA) in the municipality of Presidente Venceslau (SP),*

¹Geógrafa, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGECE- UNESP – Rio Claro.

²Sociólogo, Professor Assistente Doutor, FCT-UNESP – Presidente Prudente.

³Geógrafo, Professor Livre Docente, IGECE-UNESP – Rio Claro.

the PAA is a public policy that is buying products from family farms and giving the people insecure food and social institutions (kindergartens, nursing homes, home of the minor, orphanages and schools). The analysis to suggest that the PAA has narrowed rural-urban relations, as the agricultural products produced in agrarian reform settlements materialize in urban space and are able to directly intervene in the social condition of reproduction of the subject and at the same time consolidate actions to assist institutions, consolidating a connection between the productive dimension of the field as the basis of land reform and social welfare as a strategy for social security.

Keywords: *Public Policies, Food Security, Rural Settlements.*

Introdução

O presente artigo faz uma análise da atuação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na sua capacidade de articular de forma positiva o desenvolvimento econômico no campo e o desenvolvimento social na cidade. Nosso universo empírico de estudo é o município de Presidente Venceslau (SP). O referido programa é uma política pública que consiste na compra da produção da agricultura familiar, sendo que, esses produtos são doados à entidades sociais e para pessoas em situação de vulnerabilidade social. É uma política que articula reforma agrária em conformação com a segurança alimentar e tem como objetivo criar mercado para a pequena produção agropecuária e aumentar a doação de alimentos.

A reforma agrária é um dos elementos fundamentais para supressão da fome, na medida em que retira pessoas de condições precárias de vida, devolvendo-lhes a dignidade, ao mesmo tempo em que contribui para o aumento da produção de alimentos. O PAA possibilita diretamente acesso aos alimentos minimizando a fome e intervém no aumento da produção de alimentos.

Os assentamentos rurais têm aumentado e diversificado sua produção. A garantia de comercialização que o programa proporciona oportunizou o cultivo de alimentos (verduras, frutas, legumes, feijão) nos lotes, alterando beneficentemente a dinâmica de trabalho que agrega mais pessoas na produção.

Assim, neste trabalho analisa-se os dados do PAA no município de Presidente Venceslau, localizado no oeste do estado de São Paulo, região que abriga uma grande quantidade de assentamentos. Presidente Venceslau, em seu território, conta com cinco assentamentos rurais, dos quais quatro estão inseridos no

programa. Este reativou o cultivo da terra anteriormente tomada pela pastagem e produção canavieira. A paisagem se (re)configura com diversos elementos concretos e abstratos ligados ao ideário da reforma agrária.

Fome de Reforma Agrária

No Brasil a problemática da terra tem tido desdobramentos desfavoráveis à população que é desprovida dos meios de produção. A intensa concentração de terras contribuiu para o aumento da pobreza e da fome no país (SOUZA, 2008). A expulsão dos camponeses para a cidade teve como consequência o aumento da população que vive em condições precárias e sub-humanas, com um segmento com difícil acesso aos alimentos. Tudo isso é fruto das relações econômicas que são pautada prioritariamente no capital.

A produção de alimentos teve um aumento significativo, mas devido ao monopólio da produção a distribuição é desigual. De acordo com o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira (2010) no Brasil tem diminuído a produção de alimentos devido a expansão da produção de agrocombustíveis, com a alta do preço dos alimentos o número de famintos eleva-se.

A "fome de reforma agrária" permanece latente nos trabalhadores sem-terras que lutam para conquistar um pedaço de chão, matando a fome em todos os sentidos. Objetivamente, são dois lados da mesma moeda, são dois lados da mesma fome, pois ao mesmo tempo em que o camponês retorna ao campo para matar sua fome e garantir sua reprodução social, aumenta a oferta de alimentos na cidade.

A fome, no seu grau mais latente, transforma-se em luta pela mínima recomposição das necessidades de reprodução social e faz com que muitos sem-terra compreendam a importância de sua inserção nos movimentos sociais. Os assentamentos rurais são expressões contundentes que se é possível minorar a fome, esta possibilidade de supressão denomina-se reforma agrária. Nas palavras de Ferrante e Barone os "*assentamentos rurais são uma alternativa para a geografia da fome*" (FERRANTE e BARONE, 1996).

A geografia da fome é presente na sociedade em que vivemos, quando se cartografa as terras destinadas ao cultivo para produção de agrocombustíveis e de soja para exportação. Verifica-se a diminuição de terras para a produção alimentar e consequentemente aumento do preço dos alimentos (SOUZA, 2008). A concentração de terras produtivas e a não desapropriação de terras improdutivas em nosso país tem sido um dos motivos para que não se acabe com fome e a miséria.

O atual estágio das forças produtivas e das relações sociais de produção tem possibilitado o monopólio da produção de grãos, de modo que o acesso aos alimentos é realizado, prioritariamente, mediante a compra, ficando a parcela da população que é desprovida ou mal provida de renda excluída desse mercado, com uma alimentação com déficit nutricional.

Com a destinação de grande parte das terras para a produção de monoculturas tais como a soja e a cana-de-açúcar houve uma drástica diminuição da produção de alimentos, uma vez que as terras e as políticas de crédito se concentram nas mãos do agronegócio. De acordo com Oliveira:

Os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelavam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu neste período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verificava-se que neles ocorrera a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Nesta área reduzida poder-se ia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nestes municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. (OLIVEIRA, 2010, p.27)

O agronegócio invade o campo, destitui milhares camponeses de suas terras, diminui a oferta de alimentos e aumenta a fome. É voraz a disputa pela terra que o mesmo coloca e a destruição da natureza também. O aumento da produção de cana de açúcar, em detrimento da produção de alimentos, agrava ainda mais o quadro de insegurança alimentar.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) 850 milhões de pessoas passam fome e essa fome se regionaliza principalmente nos países da África, Ásia e América Latina. A desigualdade social e a concentração de renda deixam milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar sobrevivendo com a fome cotidiana. (SILVA, 2008).

A expansão do capitalismo no campo expropriou milhares de camponeses de suas raízes e tradições, expulsando-os do campo, de modo que muitos foram compulsoriamente para as cidades e se tornaram trabalhadores assalariados. Neste momento, torna-se necessária a intensificação da luta pela reforma agrária (SOUZA, 2010).

A luta pela reforma agrária vai além da distribuição de terras, questiona o

modelo social, cultural e econômico vigente, propondo novas relações sociais de trabalho, produção e sociabilidade. Ela potencialmente propõe uma sociedade justa e com equidade social.

De acordo com os autores:

A agricultura familiar gera mais ocupações que a agricultura patronal, utiliza-se de forma mais eficiente os recursos escassos da terra, trabalho e capital, e irradia mais o desenvolvimento local. A pequena agricultura une eficiência econômica e social" (GUANZIROLI, ROMEIRO, BUAINAIN, SABBATO, BITTENCOURT, 2001, p.6).

A reforma agrária é uma ameaça aos interesses da classe dominante, pois sua essência questiona o modelo de desenvolvimento econômico que está (im)posto e se coloca contrária a lógica de ordenamento territorial controlada pelo capital, que privilegia a agroindústria em detrimento da agricultura camponesa.

Com a intensificação da luta pela terra, o Estado com sua política fundiária – que para o agronegócio garante apoio irrestrito e para os trabalhadores sem-terra garante a militarização da questão agrária – aumenta a violência no campo e a morte de milhares de trabalhadores. (MARTINS, 1985). O que era a militarização, agora é criminalização. A criminalização da questão agrária (FERNANDES et al., 2003) tem como objetivo suprimir, também de maneira violenta, a luta dos camponeses, sendo que, a reforma agrária toca diretamente na estrutura de poder, na perspectiva de construção de outro modelo de sociedade e no que é prioritariamente intocável no Brasil: a propriedade privada. Criminalizam-se os movimentos sociais com a condenação, prisão e mortes de seus militantes.

A luta pela terra no Brasil é mantida na pauta da política nacional por pressão dos Movimentos Sociais, que não mais reivindicam somente o acesso a mesma, querem o direito à permanência no campo, o direito ao trabalho, à educação e à saúde. Assim, pressionam o poder público pela (re)formulação e efetivação de políticas públicas que garantam uma vida digna no campo. Lutam pela cidadania, que é usurpada pois, para muitos, essa "cidadania" somente se encontra no plano simbólico, já que os princípios básicos de sobrevivência são negados ou retirados.

O acesso à terra é uma luta infundável, pois quando conquistada a terra, a luta permanece cotidianamente. A permanência no campo torna-se uma dura resistência dos trabalhadores que, de uma forma ou de outra, se negam a obedecer à ordem do sistema capitalista, que conspira para que o viver e trabalhar no

campo sejam uma utopia.

O viver no campo é imbricado de diversas concepções de vida, de trajetórias e experiências. Porém, tem-se o desejo comum de continuar na terra provendo seu sustento por meio do trabalho na mesma. Desfrutar dos resultados da luta consolida-se na esfera subjetiva de cada um desses trabalhadores e trabalhadoras que ousaram sonhar e que, mais ainda, ousam tornar o sonho realidade, quando assumem sua condição de sem-terra e se lançam às beiras das estradas com suas lonas pretas, sem saber se durará um ano ou vinte anos a condição de acampado. Entretanto, essa é uma condição assumida por eles mesmos.

Os camponeses têm enfrentado muitas dificuldades pela falta de políticas públicas que contemplem suas demandas, enquanto que o agronegócio tem um tratamento prioritário, produzindo um contexto historicamente desfavorável aos trabalhadores do campo. Ainda assim a pequena agricultura se vale de diversas estratégias econômicas e sociais para se manter o campo.

A agricultura familiar é um dos pilares da alimentação, sendo responsável pela maioria dos produtos da mesa do brasileiro. A promoção da agricultura familiar torna-se um elemento estratégico para a formulação de políticas para a questão da segurança alimentar. As políticas de segurança alimentar devem ser articuladas entre governo e sociedade civil, por meio da proteção da agricultura familiar, pois 70% dos alimentos produzidos no país o é pelo segmento da agricultura familiar.

A segurança alimentar associa-se ao objetivo de garantir a todos condições plenas de acesso a alimentos de qualidade. Negar o direito a alimentação é negar o direito básico à vida. Com a participação direta da agricultura familiar, o potencial de diminuição do quadro de fome que muitos brasileiros vivem será maior, redundando numa eficiente política de supressão da carência alimentar.

Segurança Alimentar

A questão da Segurança Alimentar passa a ser discutida e definida no período do Pós-Segunda Guerra, onde se formulou políticas que garantissem acesso à alimentação em qualquer situação, até mesmo em períodos conflituosos. Neste momento, a discussão de segurança alimentar entra no cenário global.

No Brasil, o debate sobre segurança alimentar fica evidente na década 1990. Ampliou-se, então, o conceito de segurança alimentar como referência para as políticas nos vários níveis da administração pública, isto é, nos organismos federais, estaduais e municipais de agricultura e abastecimento.

De acordo com Galeazzi (1996), "a alimentação nutricional adequada é um

direito do cidadão, e a garantia de Segurança Alimentar é um dever do Estado" (p.134). A Segurança Alimentar passa pelo princípio de cidadania, onde o direito a uma vida digna é diretamente ligado ao direito a uma alimentação saudável e diária.

De acordo com essa autora:

A segurança Alimentar poderá, então, ser definida como direito inalienável de todos os cidadãos de terem acesso permanente aos alimentos necessários, em quantidade e qualidade, a uma vida digna e saudável. Para tanto é requerida uma produção suficiente e sustentada de alimentos em conformidade com os hábitos alimentares das populações das diversas regiões brasileiras. (GALEAZZI, 1996, p.156)

O combate à fome no Brasil tem se materializado pela promoção de políticas públicas para a agricultura familiar, que está produzindo mais para atender ao mercado interno e principalmente a pessoas em situação de insegurança alimentar.

A partir de 2003, o tema sobre a segurança alimentar no Brasil ganha destaque, já que um dos principais temas da campanha da candidatura de Luis Inácio Lula da Silva (PT), era o Programa Fome Zero, que se concretizou nos dois mandatos de governo (2003-2006 e 2007-2010) e continua presente na política da atual presidente Dilma Rousseff.

A primeira necessidade básica do ser humano, que é se alimentar, para muitos brasileiros é uma necessidade que não é sanada diariamente, embora seja garantido pela Constituição brasileira, conforme reza o 2º artigo do capítulo 1 da Lei Magna:

Art. 2.º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (Lei 11.349/2006).

Embora a segurança alimentar é garantida na Constituição (assim como a uma educação de qualidade, a função social da terra, o direito de liberdade de expressão etc.), o direito a uma alimentação adequada é usurpado e a problemática da fome permanece.

O fenômeno da fome não é natural, a fome é produzida pelo homem através

das relações sociais. O assunto sobre a fome chega quase ser um tema proibido, na maioria das vezes a palavra "fome" é substituída por má alimentação, desnutrição, entre outros conceitos que tentam mitigar o impacto da palavra. A fome é fabricada pela classe dominante, é fruto das desigualdades sociais que assolam os dominados. (CASTRO, 1952).

A desigualdade de distribuição de renda e a concentração da riqueza e dos meios de produção limitam o poder de compra para a grande maioria da população, que não possui determinado poder aquisitivo. Assim, tem-se um acesso extremamente limitado aos alimentos que lhes garantem uma alimentação saudável e diária. Como coloca Maria Moraes e Silva, "exclusão, marginalização, fome produzida são marcas que definem o processo de expropriação e proletarização deste país. Processo concreto, histórico, caracterizado pela relação entre famintos e produtores da fome" (SILVA, 1996, p.27).

Ao se colocar a questão da segurança alimentar, temos que evidenciar quais são as raízes da fome, para na cairmos na armadilha de descaracterizá-la. É necessário colocar quem são os produtores da fome e não confundir com a segurança ou a insegurança alimentar.

Segurança Alimentar é disponibilidade de alimentos suficientes, gerando-se uma oferta capaz de atender às necessidades de consumo alimentar de todas as pessoas. O direito à alimentação é o direito à vida, é a primeira condição de cidadania. Ter acesso a uma alimentação saudável independente da condição econômica, sendo este um dever do Estado.

Ainda convivemos com a miséria e a fome, que são frutos da desigualdade social em várias partes país, de sul a norte. Somente haverá segurança alimentar no Brasil no momento em que todos os brasileiros tiveram acesso em quantidade e qualidade aos alimentos necessários para uma alimentação saudável. A criação de programas ou políticas públicas, como o Programa de Aquisição dos Alimentos, torna-se uma estratégia para acabar com a fome.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem acoplado a agricultura camponesa à segurança alimentar, incentivando os assentados a produzir mais alimentos, gerando assim mais trabalho e renda no campo e, ao mesmo momento, melhorando a segurança alimentar, pois a produção de alimentos dos assentamentos rurais de reforma agrária são doados a quem precisa.

Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA)

O PAA se constitui como uma das políticas estruturantes do Programa Fome Zero para combater a fome e a miséria no país. Combate à miséria, pois tem

gerado renda aos assentados e combate à fome, pois os alimentos produzidos são doados a pessoas em situação de vulnerabilidade social e a entidades sociais.

O Programa vem como uma política pública que integra segurança alimentar por meio da promoção da agricultura familiar. Essa política é realizada no âmbito de governança federal, estadual e municipal. No decorrer da década 1990, o conceito de segurança alimentar começou a sustentar uma pauta de políticas destinadas à redução da fome, aos poucos articulada à agricultura familiar e suas estratégias de desenvolvimento, entrelaçando as duas questões, ou territórios (campo-cidade).

No Brasil, no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o programa Fome Zero, a fim de combater a fome e a miséria de populações em situação de insegurança alimentar em várias regiões do país. Dentre as políticas estruturantes do Programa Fome Zero, encontra-se o PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – foi instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, juntamente com o Programa Bolsa Família, sendo estas iniciativas governamentais com o objetivo de estruturar políticas de combate à fome e à pobreza no país, as quais se encontram articuladas às demais ações do Programa Fome Zero, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O programa consolidou-se como um instrumento de combate à fome e incentivo à agricultura familiar por meio de políticas públicas no âmbito da reforma agrária, definido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), auxiliado, ainda, pelos Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda, que são responsáveis pela implantação do programa, tendo também a participação de órgãos gestores estaduais, municipais e federais. (CONAB, 2010).

O PAA, se efetiva em cinco modalidades (Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra Antecipada da Agricultura Familiar, Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, Compra Direta Local da Agricultura Familiar e Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite). A modalidade que abordamos em nossa pesquisa é a de Compra Direta da Agricultura Familiar, também conhecida como doação simultânea. Esta modalidade visa garantir renda ao pequeno agricultor, através da compra direta da produção ao preço de mercado e doação de alimentos.

O programa destina-se à compra de produtos agropecuários oriundos da pequena agricultura, para combater a fome, fornecendo alimentos para entidades

sociais como asilos, casa do menor, orfanatos, hospitais, creches e escolas públicas e, também, às pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou vulnerabilidade social.

A comercialização e distribuição dos produtos ocorrem mediante convênios entre órgãos governamentais, tanto na esfera federal como estadual e municipal, dispensando o processo de licitação, desburocratizando a compra e venda, possibilitando que mais produtores participem. Através da leitura sistematizada dos documentos do PAA, observa-se que há uma tentativa de desburocratização do processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar, porque o mesmo dispensa as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93.

Mattei (2007) discorre sobre tais convênios:

A compra de produtos da agricultura familiar visa garantir renda a este segmento de produtores, ao mesmo tempo em que poderá melhorar as condições de alimentação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. Portanto, os instrumentos do programa beneficiam tanto o agricultor familiar como os consumidores, especialmente aqueles grupos anteriormente citados. Desta forma, busca-se uma associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar. (2007, p.14).

Certamente esses são os pontos mais importantes que a política do PAA consegue realizar. Aliando a política de agricultura familiar com a política de combate à fome, o governo consegue propor uma alternativa eficiente, consideradas suas limitações, resolvendo parte dos problemas nos assentamentos (como o escoamento da produção) e, nas cidades – sobretudo aquelas com grande número de pessoas em situação de insegurança alimentar, que são beneficiadas pelo programa.

O PAA foi concebido para estimular e fortalecer a agricultura familiar brasileira e compreende um conjunto de ações relativas à aquisição da produção agropecuária e sua distribuição para grupos de pessoas em estado de insegurança alimentar, além de contribuir para a formação dos estoques estratégicos de alimentos do país. Deste modo, o PAA destina-se à aquisição de produtos agropecuários fornecidos pelos agricultores familiares, sendo dispensada a licitação, desde que os preços dos produtos adquiridos não ultrapassem o valor dos preços praticados nos mercados locais e regionais. Segundo Hespanhol (2008):

Isento de licitação, o Programa funciona de maneira a adquirir alimentos produzidos pelos agricultores familiares a preços baseados pela cotação do mercado regional e fornecê-los a escolas e/ou instituições assistenciais que atendem grupos de pessoas carentes. Dessa forma, os produtos adquiridos pelo programa podem destinar-se à merenda escolar; à alimentação em creches, abrigos, albergues, asilos e hospitais públicos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias; entre outros (HESPANHOL, 2008, p13).

O programa colabora com a agricultura familiar, que há muito tempo não tem um tratamento especial, de maneira que possa suprir as necessidades dos assentados e pequenos agricultores. O programa em questão apresenta particularidades, como ter o assentado no foco da política e o incentivo à permanência das famílias assentadas no campo, o que pode se caracterizar como uma política eficiente para a manutenção da reforma agrária.

Um dos impasses dos assentados era a comercialização de seus produtos que ficavam aquém da sorte, sem certeza de venda e que, por vezes, perdiam a produção que é de baixa durabilidade e alta perecibilidade (frutas, verduras e legumes). Ou ficavam sujeitos a atravessadores de má fé, que faziam a compra e não pagavam, ficando os assentados sem capital de giro para pagar dívidas no banco e plantar novamente.

O problema de escoamento da produção agrícola foi sanado, pois o programa se propõe-se a realizar a compra direta da produção dos assentados, garantindo-lhes uma renda complementar.

Porém, as demandas por assistência técnica aumentaram e o quadro de funcionários que já era deficitário permanece o mesmo. Encontra-se, aí, um entrave, pois a falta da assistência técnica atinge diretamente a qualidade e quantidade dos alimentos.

A transferência de alimentos realizada através do PAA concretiza a reforma agrária no meio urbano. A vinda dos alimentos do campo para cidade materializa essa espacialidade, pois muitas das pessoas que vivem na cidade têm conhecimento da reforma agrária. A relação campo-cidade ainda é permeada por uma série de preconceitos, pelos quais ocorre uma hierarquização, com a cidade sobre o campo, o que acaba por não evidenciar a interdependência dos dois espaços.

A produção de alimentos ocupa lugar de destaque nos assentamentos rurais de reforma agrária que aderiram ao programa, retomando seu papel na vida do camponês. Ela agrega o trabalho familiar, a terra retorna ao seu valor de uso e é

dela e nela que se reproduzem relações sociais, que estavam sendo extintas pelo agronegócio.

Como cita Souza:

A terra como natureza, é valorizada na relação estabelecida pela sociedade em seu processo de produção do espaço. Essa natureza incorporada à vida humana, no âmbito de suas necessidades, tem a denominação em Marx: valor de uso. Uma categoria não cronológica, de dimensão histórica-teórica intrínseca à trajetória humana na terra, como a riqueza material. A terra apropriada no sentido mais geral de satisfação (SOUZA, 2009, p. 122).

Quando a terra é reconquistada pelo camponês, o direito de extrair dela, pelo trabalho, o alimento e a moradia torna o camponês realmente ligado ao campo: a terra retorna ao seu valor de uso e o homem ao seu lugar no campo.

Este conceito, ou esta dimensão prática da vida campesina pode ser reportada aos assentamentos de Presidente Venceslau, onde a produção se diversifica, o trabalho na terra torna-se possível e o viver no campo, real.

De acordo com Ferrante e Santos:

Nas duas últimas décadas, a monotonia da paisagem rural de algumas regiões do Estado de São Paulo, como é o caso do Pontal do Paranapanema, foi quebrada drasticamente pela expansão dos assentamentos rurais. No lugar de pastagens extensivas, onde antes se avistavam apenas algumas cabeças de gado, agora florescem pequenas propriedades rurais, sítios, nos quais a presença do homem é marcante, onde começam a fazer sentido estas duas palavras: agricultura familiar (FERRANTE, SANTOS, 2003, p.21).

Hoje a paisagem não somente se reconfigura fisicamente com as mudanças, mas passa a ser cheia de sentidos e esperança. O campo, ainda que com suas limitações, oferece moradia e emprego para dezenas de pessoas que viviam na miséria, pois estes dois princípios básicos de sobrevivência estavam distante de suas realidades. A terra traz outros significados, a concretização de sonhos e ideais, que se materializam com os assentamentos rurais. O PAA reativou e reforçou o associativismo dentro dos assentamentos rurais de reforma agrária, tirando do campo parte do trabalho alienado. É, potencialmente, uma nova condição, na qual os assentados trabalham para eles mesmos. O trabalho é, assim, algo do cotidiano, que os humaniza, os faz pensar no próximo, pois têm

consciência que aquele alimento por ele produzido destina-se a pessoas que necessitam.

A diversificação da produção agrícola nos espaços construídos pelas experiências de reforma agrária faz com que os sujeitos estabeleçam e também construam novas relações sociais de produção e, de modo amplo, redefinem a relação do homem com a natureza. O uso da terra em vários dos assentamentos traz a riqueza da biodiversidade de culturas, preservação do meio ambiente e de uma produção agrícola verdadeiramente sustentável. Os assentados se valem, principalmente, da combinação de diversas estratégias sociais e econômicas para ter condições de viver uma vida digna no campo.

Nosso universo empírico de pesquisa é o município de Presidente Venceslau, que já tem o PAA consolidado em quatro assentamentos. Presidente Venceslau situa-se no oeste do Estado de São Paulo, no Pontal do Paranapanema, região conflituosa pela disputa por terra no Estado. Hoje, concentra muitos assentamentos rurais, que foram conquistados tendo como protagonista desse processo os movimentos sociais de luta pela terra.

O PAA em Presidente Venceslau

Os assentamentos rurais se tornaram uma alternativa para a miséria de muitos que foram expulsos do campo. Outros, que viviam na cidade em condições precárias ou viviam como meeiros e/ou arrendatários, hoje vivem de seu próprio trabalho nos assentamentos.

O município de Presidente Venceslau tem em sua extensão territorial cinco assentamentos rurais de reforma agrária: os assentamentos Primavera (124 lotes), Tupanciretan (74 lotes), São Camilo (35 lotes) Radar (29 lotes), e Santa Rita (19). Dos cinco assentamentos citados, somente o Assentamento Santa Rita não participa do PAA.

A produção leiteira é majoritária nos assentamentos do município de Presidente Venceslau. A produção de hortaliças, verduras e frutas para comercialização não era tão significativa há alguns anos, mas este quadro tem sido revertido graças ao PAA: a diversificação da produção tem sido possível.

A discussão sobre adesão ao PAA no município começou ainda em 2007. No começo de 2008 algumas associações de produtores dos assentamentos decidiram aderir ao programa e, atualmente, temos cinco associações de assentamentos rurais que entregam sua produção para o programa.

Para aderir ao PAA é necessário que o assentamento tenha uma associação juridicamente constituída. É a associação que realiza as transações de compra

da produção; a mesma faz um projeto com o número de produtores, com a quantidade de produtos, caracterização da produção que pretende entregar e quais são as entidades que receberão as doações. Uma das exigências da CONAB é que cada associação entregue no mínimo 20 variedades diferentes de alimentos, estimulando assim a diversidade na produção. O projeto deve ser assinado por um técnico. Com a aprovação do projeto, inicia-se o convênio que tem duração de um ano. Ao final do convênio a associação manda novamente um novo projeto, que será aprovado dependendo da verba pública destinada ao programa.

A CONAB estabelece um valor anual para cada produtor que atualmente é de R\$ 4.500,00. A produção entregue de cada assentado não pode ultrapassar este valor. Criou-se um marco jurídico capaz de possibilitar uma maior presença do Estado no apoio aos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares e também representar um maior controle da produção dos assentados, a partir do momento que a delimita.

O PAA, em seu tempo de existência, aumentou o limite anual de compra por produtor, o que evidencia o potencial da agricultura familiar e a necessidade de supressão da fome. Colocamos esse aumento esquematizado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Renda Anual e Mensal do PAA Por/Produtor (2003/2012).

Ano	Limite Anual	Renda Mensal
2003 – 2006	R\$ 2.500,00	R\$ 208,00
2007 – 2008	R\$ 3.500,00	R\$ 291,00
2009 – 2012	R\$ 4.500,00	R\$ 375,00

Fonte: www.conab.com.br (25/1/2012).

Org: Martha Esthela S. Silva.

A tabela acima evidencia alguns entraves do Programa, pois o limite máximo de venda que o produtor pode repassar para a CONAB não gera mensalmente um salário mínimo. Alguns assentados conseguem atingir a meta em até seis meses, tendo condição de produzir mais, porém sem garantia de venda da produção excedente. Entretanto, a valorização do trabalho do produtor passa a ocupar papel central na alimentação dos moradores da cidade que se encontram em situação de insegurança alimentar.

No município em estudo tem-se ao todo 5 associações que participam do programa, tendo um montante de 143 produtores assentados cadastrados. A tabela abaixo mostra a atuação dos assentamentos para a produção no PAA.

Tabela 2 – Participação dos Assentamentos do Município de Presidente Venceslau no Programa de Aquisição de Alimentos (produção e valores) 2011/2012.

Assentamento	Nº de Associações	Nº de Lotes	Nº de Produtores	Alimentos (t)	R\$
Radarr	1	29	19	64,176	80.370,00
Tupanciretan	1	74	45	154,043	190.350,00
Primavera	2	124	53	135,422	135.359,80
São Camilo	1	35	26	87,907	109.980,00
Total	5	262	143	441,548	516.059,80

Fonte: www.conab.com.br (25/1/2012).

Org.: Martha Esthela S. Silva

Os assentados produziram cerca de 440 toneladas de alimentos no decorrer de um de ano, com uma variedade de mais de 60 tipos de alimentos que foram doados. Esses alimentos abastecem não somente a população de Presidente Venceslau como a de alguns municípios ao seu entorno: as cidades de Presidente Epitácio e Santo Anastácio também recebem doações dos alimentos produzidos no município de Presidente Venceslau.

O PAA tem atendido mais de 20 instituições, que recebem as doações. No município de Presidente Venceslau, essas instituições são escolas municipais, creches, asilos, casa do menor, projetos sociais, orfanatos, associações, entidades filantrópicas e igrejas. As igrejas e as associações repassam os alimentos a famílias em vulnerabilidade social. O impacto econômico passa a ser significativo na cidade, sendo injetados, no período de um ano, R\$ 516.059,00 reais na economia local, gerando uma receita maior para a cidade.

Os alimentos são entregues semanalmente. Os assentados levam sua produção à sede do assentamento, as associações fazem o controle da produção de cada assentado, para posterior pagamento. A logística dos alimentos é feita pela

Prefeitura que leva os alimentos do campo para a cidade, onde é entregue à Divisão de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente. A doação dos alimentos é semanal e o controle da divisão é feito pelas entidades, que se auto-organizam também, fazendo a divisão de acordo com suas necessidades. O controle e a participação da sociedade civil nesse programa ocorrem em algumas partes do processo.

Um dos aspectos interessantes do programa é o controle social que os mesmos têm, reforçando a questão da auto-organização já existente no assentamento que se efetivava com as Associações de Produtores Rurais (SILVA, 2011).

Os assentados passam a ser atores econômicos e políticos nas associações de produtores, cooperando na sustentação da reforma agrária, as associações passam a ser capazes de aumentar a renda dos assentados. No sentido de evitar equívocos de avaliação, centrando apenas no viés econômico das associações, deve-se pensar também nas relações de cooperação e emancipação que esta possibilita.

O associativismo pode ser entendido como um instrumento de luta dos assentados, proporcionando a permanência na terra, gerando uma resistência social e econômica. A capacidade que as associações têm de inserir a pequena produção rural no circuito econômico traz ao assentado uma alternativa de venda de sua produção, podendo assim, lhe proporcionar uma melhor renda.

Este programa consegue estabelecer uma relação entre o campo e a cidade, que foi constatada nos trabalhos de campo para a realização desse estudo. Recolheu-se, sobre isso, o depoimento de um assentado que revela fatos interessantes sobre o PAA, no que tange à relação campo e cidade:

O pessoal da cidade agora respeita a gente, pois estão vendo que a gente trabalha mesmo, nossa produção está indo ajudar a quem precisa, o nosso trabalho está chegando na cidade, e matando a fome de muita gente, é o trabalho dos sem-terras. (Neném, assentado no P.A. Tupanciretan, 2010).

Esta frase elucidada, da melhor maneira possível, a relação que o PAA promove entre o campo e a cidade. A distribuição de produtos agropecuários para entidades que, em geral, estão na área urbana dos municípios, traz um novo olhar da cidade para o homem do campo que é assentado. O mesmo que tem sido vítima de preconceitos, agora coloca o fruto do seu trabalho, de forma direta e visível, para a cidade. Assim, alguns segmentos da sociedade acabam por constatar a importância da agricultura familiar e da reforma agrária, com um

olhar mais curioso e talvez menos preconceituoso.

Evidenciamos novos rearranjos sociais nos assentamentos, desde a paisagem que aos poucos se diversifica com a produção, bem como com o trabalho da família assentada dentro do lote e, com isso, configurando novas relações sociais na produção. Nas hortas, observamos, temos o trabalho feminino e o do jovem muito presente.

O aumento dos recursos para o programa deve ampliar o acesso dos agricultores familiares a esta política, possibilitando chegar às famílias que passam fome os alimentos provindos da reforma agrária. O mesmo reforça o compromisso de inclusão social, emancipação e autonomia dos produtores de modo não assistencialista. A fome é, também, um problema de acesso ao alimento e o PAA representa uma mudança, ao comprar com preço justo e promover a distribuição para quem tem fome.

Considerações Finais

A supressão da Fome passa prioritariamente pela democratização da terra e dos direitos a populações anteriormente destituídas, voltando a terra à sua função social. Assim, a erradicação da pobreza é inerente à Reforma Agrária e os movimentos sociais são protagonistas neste processo de construção de novas territorialidades.

O Programa de Aquisição de Alimentos traz parte da materialidade da reforma agrária para o espaço urbano. Isto tem tido desdobramentos favoráveis no campo e na cidade: o acesso a alimentos para quem tem fome e renda a quem precisa, gera importante destaque no desenvolvimento local.

O PAA contribui para a aproximação do Estado ao campo, mas coloca novos desafios ao poder público: a demanda por assistência técnica, por exemplo, cresce e tem uma influência direta na qualidade e quantidade dos alimentos. Torna-se necessário a articulação de uma série de ações de apoio à agricultura familiar, oferta de alimentos e ampliação do acesso a terra.

Este programa é uma construção coletiva e sua efetivação ocorre com diferentes sujeitos. Começa com a associação, que é a articulação dos assentados e com as entidades que receberam os produtos doados. As entidades por sua vez se articulam internamente para o recebimento ou repasse dos alimentos. As entidades de repasse transferem para a população carente os alimentos, retornando o ciclo da organização.

O programa se consolidou com uma alternativa para o escoamento da produção dos assentamentos rurais e o combate à insegurança alimentar,

reforçando a interdependência do campo e da cidade, sem sobreposições.

Essa política coloca em evidência o papel da pequena agricultura, leva o trabalho do campo para a cidade, que passa a enxergar de outra maneira o assentamento rural. A produção dos assentados materializa-se na cidade e os sujeitos urbanos, pautados pelos estigmas da velha aristocracia rural, entram em conflito com seus pensamentos, que podem ou não gerar uma nova síntese acerca dos sem-terra.

A produção da agricultura camponesa reascende no campo e traz novos elementos, ou traz novamente os velhos elementos que, de tão esquecidos, parecem que são novos: a cooperação, a valorização, a autonomia, a identidade e a humanização. O homem do campo, ao olhar seu lote, enxerga sua produção com diferentes cores e sabores. A agricultura pede passagem ao pasto e a paisagem volta a ser o "lugar" que antes era apenas saudades, saudades do tempo que se plantava de tudo no campo. Hoje se reconfigura em realidade esse "lugar".

A "fome de reforma agrária" permanece viva em todos seus sentidos, no campo e na cidade: uma dívida histórica para com os explorados que enxergam outra possibilidade de vida e lutam pela concretizam da mesma.

Referências

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro**, Rio de Janeiro, FDE, 1952.

FERNANDES, B.M. et alli, "Inserção sócio-política e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - São Paulo". In: FERRANTE, V.L.S.B. et alii (orgs.)

Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Araraquara/Campinas/S. Paulo, EdUNIARA/FEAGRI/INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, I.P. **Da terra nua ao prato cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos rurais: uma alternativa à geografia da fome. In: GALEAZZI, M.A.M. **Segurança**

alimentar e cidadania: a contribuição das universidades paulistas. Campinas, Mercado das letras, 1996.

GALEAZZI, M.A.M. **Segurança alimentar e cidadania:** a contribuição das universidades paulistas. Campinas, Mercado das letras, 1996.

GUANZIROLI, C., ROMEIRO, A., BUAINAIN, A. M., S, SABBATO, A., BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

HESPANHOL, R.A.M. Mudança das políticas públicas para o campo brasileiro: o programa de aquisição de alimentos. **Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica.** Barcelona. 2008.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) Antecedentes, Concepção e Composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 7, p. 33-44, 2007.

MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária.** São Paulo, Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, A.U.A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária.** São Paulo. Vol.12. P.03-311. 2010. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/2Oliveira_AU.pdf> Acesso em: 15 abril. 2012.

SILVA, M.A.M. **A Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial de Trabalho.** Presidente Prudente. Vol. 9. p(63-80). 2008. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/ceget/.../04-9-1-MariaAparecidaMoraesSilva.pdf> Acesso e, 03 jan 2012.

Errantes do fim do Século. São Paulo: Ed. da Unesp,1996.

SILVA, M.E.S. **Associativismo em Assentamentos Rurais:** Resistência e Acomodação na Reforma Agrária. 2011. 126f. Bacharelado (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual

Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SOUZA, J.G. La production d'agro-carburants au Brésil : Bio-essence ou Nécro-essence?. **Terre-à-Terre Portail Environnement** - Canada, Montréal - Canada, 21 jul. 2008. Disponível em: <<http://portailenvironnement.ca/agriculture/la-production-d%E2%80%99agro-carburants-au-bresil-bio-essence-ou-necro-essence/>>. Capturado em 03 de abril de 2012.

SOUZA, J.G. A Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 34, p. 147-176, 2010.

SOUZA, J. G. Limites do Território. **Revista Agrária**. São Paulo. Vol.10/11. P.99-130. 2009. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/index.htm>> Acesso em: 15 dez. 2011.

Sítios da internet consultados:

CONAB, disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em 20 fev 2012.

DESAFIOS PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA PROPOSTA DE ARRANJO VOLTADO PARA MERCADOS INSTITUCIONAIS¹

*Newton Narciso Gomes Junior²
Lavínia D. Pessanha³*

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir um arranjo de comercialização que possa em alguma medida contribuir para melhorar o desempenho da comercialização de alimentos a partir da produção em assentamentos de reforma agrária. Assumido que a comercialização e a desarticulação da produção representam uma mistura letal ao sucesso dos assentamentos, o artigo sugere como objetivo de uma produção balizada pelas reais necessidades do mercado a separação de quem produz de quem irá se encarregar de vender a produção. Para isso, a criação de uma empresa comercial convencional especializada nos mercados institucionais de alimentos e mercados varejistas regionais é apresentada como uma das possíveis soluções para reverter o quadro de penúria que domina os assentamentos em todo o país.

Palavras-chave: Assentamentos de Reforma Agrária; Mercado Institucional de Alimentos; Mercado Varejista Regional; PAA; Compra Direta; FNDE.

¹O artigo foi objeto de apresentação oral no VI Simpósio NATRA 2011, UNESP/Franca/SP.

²Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília e pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários (Neagri) CEAM/UnB, Coordenador Núcleo de Estudos Agrários, Desenvolvimento e Segurança Alimentar PPGPS/UnB/CNPq, swnewtongomes@unb.br

³Professora Adjunta e Pesquisadora da Escola Nacional Ciências Estatísticas-ENCE/IBGE, pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários (Neagri) CEAM/UnB, Pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários, Desenvolvimento e Segurança Alimentar PPGPS/UnB/CNPq, lavinia.pessanha@ibge.gov.br.

Abstract: *This article aims to discuss a marketing arrangement that can contribute in some measure to improve the performance of the marketing of food from production in agrarian reform settlements. Assumed that the dislocation of production and marketing are a lethal mixture to the success of settlement, the article suggests as a goal of producing mapped out by the real market needs of those who produce the separation of who will take charge of selling the output.*

Keywords: *Agrarian Reform, Settlements, Trade, Food Production.*

Introdução

Dentre os muitos problemas que acompanham o cotidiano dos agricultores familiares dos assentamentos de reforma agrária, as dificuldades com a comercialização da produção figuram entre os de maior impacto sobre os requerimentos para a manutenção da família na terra recém conquistada.

A partir de meados dos anos 1990, com a implantação do Pronaf como mecanismo de crédito para a agricultura familiar (AF) e os programas que a ele se somaram a partir do Programa Fome Zero de 2003 tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as compras diretas que permitiram que os municípios adquirissem alimentos diretamente dos produtores familiares para a composição da alimentação escolar e programas assistenciais, são iniciativas que sem dúvida representaram um alento de oportunidades para a agricultura familiar.

Na linha de ampliação da participação da produção de alimentos oriundos da AF uma resolução de 2009 publicada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Alimentação Escolar (FNDE) estabeleceu que pelo menos 30% do volume dos alimentos a serem utilizados na produção das refeições nas escolas, deveriam proceder das unidades de produção familiares.

Contudo, quando a intenção contida nas iniciativas governamentais se encaminha para a sua consecução, ou seja, quando os produtores são chamados a efetivamente participar dos certames de compra para a alimentação escolar, a fragilidade da organização do segmento, especialmente daqueles produtores localizados nos assentamentos de reforma agrária, funciona como uma barreira intransponível, oferecendo justificativa para as prefeituras optarem pela manutenção de seus esquemas tradicionais de compras no mercado.

Para a absoluta maioria dos assentados o acesso à terra é o início da realização de um sonho que começou quase sempre num passado de privações e

desproteção. Assim, assumir a propriedade e dela tirar seu sustento significa para cada família a condição básica para mudar o sentido da vida. Logo, a busca que anima o cotidiano desses atores, não é outra senão alcançar uma estabilidade econômica e uma autonomia que lhes permitam dar curso aos seus planos mais ambiciosos.

Nesse artigo a proposta é discutir um tipo de arranjo que possa oferecer uma opção para alterar o cenário de fragilidade e dependência que predomina nos assentamentos de reforma agrária. Assim, nosso ponto de partida é a assunção de que tal possibilidade somente será possível a partir de um arranjo que se baseie nos pressupostos do mercado e da profissionalização das atividades comerciais.

A partir de uma combinação do que definimos como arranjo solidário para dentro e empresa comercial convencional para fora, o artigo propõe a organização de um conjunto de assentamentos de uma mesma região para produzir voltado para a demanda dos mercados institucionais e regionais, nos primeiros tendo como objetivo a alimentação escolar e na vertente privada, a ocupação de espaço com a comercialização de produtos com identidade regional.

Por se tratar de um arranjo que tem como meta o mercado, os conteúdos comuns da economia solidária aqui se apresentam com força limitada e aplicada exclusivamente na organização da produção agrícola do assentamento. Como o objetivo final é melhorar o desempenho da comercialização da produção e com isso remunerar adequadamente os agricultores envolvidos, as relações que deverão se desenvolver com a empresa à jusante do processo em nada diferirá daquelas presentes nos negócios com a iniciativa privada. Assim, a construção da autonomia dos produtores deverá ser resultado de uma combinação do domínio de informações do mercado, planejamento e eficiência da produção.

Um arranjo misto para a produção e comercialização de alimentos no mercado institucional de alimentos

O momento de encontro com a realidade para os assentados da reforma agrária pode para muitos não significar exatamente a realização do sonho que embalou a luta pela terra.

Enquanto na realidade do acampamento as ações coletivas tinham força em função do domínio da urgência que instabiliza a vida de quem enfrenta uma total privação de direitos e está exposto ao desabrigo de qualquer proteção social, no momento em que cada família se instala na parcela que lhe caberá dali para frente esse cenário, pelo menos no imaginário social, se altera.

Na raiz do processo de luta pela terra está a busca pelas condições que pelo senso comum asseguram um sentido para a vida. Se no espaço urbano essas condições de apresentam bi-partidas na forma da casa própria e trabalho com carteira assinada, no campo ela se realiza na posse de um pedaço de terra, titulado de sorte que nada ou ninguém, em tese, possa tomá-lo de volta. Em ambos os casos, o tema da propriedade privada se antecipa á realização dos demais sonhos. Nada há de surpreendente nisso, posto que as histórias de vida das pessoas no Brasil e de resto na maior parte do mundo se desenrolam nos marcos das relações capitalistas onde propriedade dos meios de produção, lucro e dinheiro figuram como componentes básicos para que as mesmas tenham sentido.

Destarte, impulsionados por essa compreensão, os novos produtores rurais tendem a se movimentar com os recursos de que dispõem para consolidar sua situação, inicialmente a partir de uma ação simbólica traduzida pela construção da cerca que delimita a propriedade para em seguida iniciar o trabalho na terra de modo a prover a família e obter produtos para a venda no mercado.

A necessidade de produzir e comercializar a produção logo mostra-se um desafio muito além das limitações que esses novos proprietários enfrentam. Das dimensões da propriedade à degradação dos solos - fator comum nas áreas para assentamento -, da inexistência de assistência técnica às restrições do crédito, do desconhecimento do mercado á necessidade urgente de assegurar meios para a sobrevivência, tudo isso contribui para que entre o sonho e a sua realização se imponha uma distância oceânica que reforça a precariedade da vida desses produtores rurais.

Premidos por um leque de restrições, se sujeitando a descarregar a qualquer preço seus produtos no mercado, amargando perdas significativas na medida em que quase todos produzem as mesmas coisas que, por sua vez, pertencem ao grupo de produtos cuja oferta é abundante, as consequências que advém são devastadoras. Da situação de miseráveis e sem-terra passam à condição de pobres, com terra, mas, ainda assim, sujeitos às mesmas precariedades da vida.

Mas, como bem nota Santos (2005), essa condição hegemônica das relações de produção capitalista não se interrompe, uma vez que esse modo de produção não dá conta de contemplar toda população economicamente ativa, que se desenvolva concomitantemente a outros modos de produção.

As formas cooperadas de organização da produção têm um histórico secular no campo do desenvolvimento da economia popular que, segundo Arroyo (2006) se organiza com base no atendimento das demandas imediatas da população em

um espaço determinado. O mesmo autor aponta para o trinômio metodológico: crédito, organização e formação, como condição primordial para que empreendimentos dessa natureza prosperem. Ainda para Arroyo (2006), a economia popular solidária se substantiva a partir de um arranjo coletivo entre pessoas voltado para a constituição de um empreendimento e um arranjo desses empreendimentos de modo a emular-lhes a competitividade.

De acordo com o ponto de vista de Gadotti (2001) a economia popular solidária representa uma nova opção de vida na medida em que se assenta em outro modo de produção que sinaliza para um novo projeto de sociedade e de valores com os quais rentabilidade e lucro perdem relevância.

Por seu turno, Gutierrez (2001) pondera que a tendência a de tomar esses arranjos solidários como contribuições à democratização econômica e à geração de emprego tende a desconsiderar que essas iniciativas, quando emuladas por setores externos à realidade onde atuam e vivem os atores econômicos podem servir para amortecer contradições políticas, transferir responsabilidades e custos para os cooperados solidários além de justificar a situação de desproteção social comum nos experimentos de empreendedorismo.

A advertência que faz Gutierrez (2001) ganha particular significância quando o objeto de intervenção é o do assentamento de reforma agrária. Além das contradições que foram aqui destacadas o conflito de interesses no governo – de um lado a pressão do setor do agronegócio e seus representantes e de outro os que se alinham em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar – representa um caldo de cultura muito rico para o surgimento de alternativas que reduzam as pressões sociais sobre os Ministérios envolvidos com a questão da produção e agrária.

Nessa estratégia, os arranjos de economia solidária têm relevância na medida em que sinalizam para o imaginário social que essa organização pode fazer a diferença entre o sucesso e a volta para a condição de precariedade anterior.

No debate de experiências de economia solidária promovido pela Fundação Banco do Brasil em 2009, Streit chamava a atenção para o que considera um dos principais gargalos para o desenvolvimento dessas iniciativas. A baixa oferta de crédito bancário para suprimento das necessidades de capital de giro e outras despesas em razão de a maioria das instituições financeiras considerarem as cooperativas nascidas sob o regime solidário como projetos sociais e não empreendimentos econômicos.

Em função da sistemática de avaliação de riscos adotada pela maioria dos bancos, que não considera os requerimentos básicos para a sustentabilidade

desses arranjos, a inexistência de prazos de carência que protejam a consecução do primeiro ciclo produtivo obrigando o pagamento das parcelas do financiamento logo no mês seguinte à assinatura do contrato de crédito, a manutenção de taxas de juros altas para capital de giro e a exigência de garantias reais por parte dos solicitantes do empréstimo, têm sido os fatores que explicam não só a existência de poucos empreendimentos de natureza solidária como, também, o alarmante número de insucessos dessas iniciativas (STREIT, 2009).

Para Gomes (2009) além dos problemas relacionados com as restrições de crédito e precariedade da assistência técnica há ainda um duplo risco relacionado com o processo de comercialização que contribui para a instabilidade de empreendimentos sejam eles de natureza solidária ou, simples associações informais montadas diante da possibilidade de uma oportunidade de negócios. Esse risco refere-se à realização concomitante de duas atividades complexas e que exigem, cada uma delas, especialização e atenção para desenvolvê-las. Em outras palavras, Gomes chama a atenção para o fato de que aquele que está envolvido com a produção dificilmente terá êxito se tentar comercializá-la. Os riscos no mercado em função das variações dos preços ao longo do processo de comercialização pode muitas vezes determinar a necessidade de vendas rápidas sob cotações desfavoráveis como forma de barrar ou minimizar prejuízos.

Os elementos aqui destacados- o tema poderia ser ampliado com muitas outras situações contenciosas- cumprem o papel de questionar a possibilidade de uma organização que ao mesmo tempo em que fortalecesse a idéia de cooperação entre assentados de sorte a dar escala para a produção e reduzir custos por intermédio de compras coletivas de insumos, contratação de máquinas, assistência técnica usando para tanto, de modo mais racional os recursos de Pronaf oferecidos pela ação do Governo encontrasse como contrapartida um empreendimento econômico que voltado inicialmente para um mercado de baixo risco, conseguisse construir a autonomia dos agricultores envolvidos.

Um arranjo de comercialização peculiar

Já nos referimos aqui à resolução do FNDE que assegura que pelo menos 30% das compras para a alimentação escolar das escolas públicas sejam realizadas a partir da produção da agricultura familiar.

O mercado institucional de alimentos(MIA) representa uma das opções mais seguras para se comercializar a produção com o menor risco possível. Os recursos para as compras da alimentação escolar, por exemplo, são transferidos pelo governo federal para os municípios e esses se sujeitam ao conjunto de regras e

recomendações seja quanto o uso do dinheiro público seja no que toca à constituição nutricional do cardápio a partir do emprego de alimentos recomendados pelo FNDE.

Há que se considerar, ainda, que as compras quando realizadas, a considerar a quantidade de alunos matriculados em toda a rede pública de um município ultrapassam os limites definidos pela Lei 8.666 que regulamenta as aquisições e define regras para os certames de compra no poder público. Logo, as compras do mercado institucional de alimentos para a alimentação escolar, à parte do que pode ser feito pela via direta garantida pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que assegura recursos no valor de até R\$3.500,00 por ano por produtor familiar fornecedor da prefeitura, são feitas pela via da licitação pública baseada em edital publicado para esse fim.

A partir dessas rotinas, qualquer empresa ou associação de produtores que pretenda participar desses certames, além da documentação requerida para o credenciamento junto ao poder público na condição de fornecedor necessita reunir as condições objetivas para, caso vença a licitação, assegurar o fornecimento dos itens contratados.

Se tomados esses pressupostos iniciais – a regularidade das compras institucionais e as garantias de pagamentos e os requerimentos necessários para uma empresa ou indivíduo participar dos certames na condição de fornecedor para o setor público – o passo inicial para orientar qualquer decisão entre os produtores rurais quanto ao que fazer se inicia com o histórico dos editais do município e a realidade da alimentação escolar.

No que toca ao primeiro requisito a intenção é dispor de informações sobre a pauta de compras, as quantidades e formas de entrega além das modalidades de pagamento e os demais itens, na qual, direitos e obrigações se encontram especificados. O conhecimento do histórico das compras permite ainda um conhecimento do perfil dos fornecedores o que poder ser útil na hora de se decidir quanto a "entrar no jogo".

Mas, é do segundo ponto que advém as informações mais significativas. Ao se conhecer a realidade da alimentação escolar local entra-se em contato com a realidade, a começar pelas instalações nas escolas, se a produção da alimentação é de responsabilidade do poder público ou de terceiros, se os conselhos das escolas opinam sobre a qualidade da merenda ou refeição, se os cardápios adotam gêneros in natura ou processados, etc.

Assim, no processo de construção de qualquer arranjo de produção e comercialização envolvendo agricultores familiares assentados o momento inicial

deve ser representado por diagnóstico da realidade do mercado institucional de alimentos que deve contemplar pelo menos os seguintes itens:

a) Histórico dos editais de compra de alimentos para a alimentação escolar com foco em variedades de produtos e quantidades respectivas, formas de entregas e pagamentos, valores envolvidos, documentação requerida, etc.

b) Radiografia da estrutura operacional do programa de alimentação escolar envolvendo instalações e equipamentos, mão de obra, existência de reclamações e demandas não atendidas.

c) Cotejamento dessas informações com a realidade da produção ou potencial da produção local e as possibilidades de ajustá-lo a uma futura demanda.

Deste modo a equação de organização que normalmente começa a ser montada a partir da intenção de produzir coletivamente como forma de resistência, ganha um novo contorno. À idéia de se associar junta-se, como condicionante, a proposição: cooperar para quê?

Se o objetivo é produzir para o mercado institucional pressupõe-se que cada produtor deverá abrir mão das suas opções individuais quanto ao planejamento da produção e se ajustar a um plano voltado para as necessidades daquele mercado particular. Logo, a equação de produção sofre aqui uma inversão, na medida em que as determinações para a sua composição nascem no plano externo da propriedade, ou seja, quem passa a determinar a composição da produção é o mercado que se pretende atingir.

Note-se, contudo, que esse arranjo embora se apresente subordinado ao mercado, por se destinar á versão institucional desse espaço de trocas se beneficia da existência de um conhecimento prévio da composição da demanda, seja no tocante às quantidades seja em relação á pauta de produtos, que são previamente determinados a partir das recomendações do FNDE e das práticas alimentares locais.

Não obstante o "conforto" que o conhecimento antecipado da demanda possa representar para a planificação da produção prevalecem contenciosos relevantes tais como a necessidade de equacionar a relação entre produzir e comercializar, os espaços de disputa no interior das prefeituras que influem na construção dos editais e suas regras, etc.

Antes de prosseguirmos é preciso alertar que a solução proposta a seguir não tem como objetivo a solução imediata dos problemas existentes hoje envolvendo a produção e a comercialização de alimentos a partir dos assentamentos de reforma agrária. Trata-se aqui de uma proposição que obedece todos os ritos convencionais do mundo dos negócios, portanto, os pressupostos

são os do mercado e nada mais. A vertente solidária da proposta não representa uma alternativa ao modo de produção vigente. Apenas, de modo pragmático, ela destina-se a aproveitar os componentes organizativos e explorar as possibilidades existentes envolvendo desde a concessão de crédito, assistência técnica até as vantagens mercadológicas presentes nas mercadorias resultantes de arranjos solidários.

Nosso ponto de partida é a incubação de uma empresa comercial tradicional que se especialize na atuação em mercados institucionais. São inúmeras as possibilidades para esse tipo de empreendimento, desde o estabelecimento de parcerias com universidades públicas e centros de desenvolvimento tecnológico dessas instituições até o SEBRAE.

O envolvimento dos produtores com essa fase deve se dar a partir da seleção entre todos de indivíduos que já tenham tido experiências comerciais ou que revelem habilidades para o exercício desse mister.

Um programa de qualificação formal dos selecionados oferecerá os instrumentos necessários para qualificar a intervenção no plano do mercado institucional de alimentos e envolverá desde o conhecimento da legislação, procedimentos contábeis, elaboração de propostas, conhecimentos sobre o funcionamento da máquina pública, enfim, todos os elementos com os quais trabalham as empresas. Como corolário dessa demanda está o total desvinculação desse operador das atividades na propriedade da família; a condição de pluriativo nesse contexto parece ser a mais recomendada como forma de reduzir o ritmo de estiolamento dos vínculos deste com a atividade rural. Essa preocupação se explica pela natureza da relação desse agente com a empresa. Como qualquer empreendimento as relações de trabalho serão mediadas pela legislação vigente, o que significa que todos ali serão regidos pela CLT sejam ocupantes de cargos de direção ou qualquer outro. Portanto, no horizonte desse indivíduo estará sempre a possibilidade da sua desvinculação e, por conseguinte sua volta para as lides rurais na propriedade da família.

O pressuposto aqui é de que o controle da empresa se exerça partir de um conselho administrativo composto pelos produtores que participam do arranjo dois representantes da empresa e um número de conselheiros externos escolhidos a partir das relações com o empreendimento. O determinante na composição do conselho de administração é que a maioria dos votos só possa ser alcançada em decorrência de um acordo entre os distintos segmentos ali representados.

A incubação da empresa é o primeiro movimento do arranjo proposto. Isso, contudo, não implica no adiamento da organização solidária visando a produção

agrícola. O desafio nesse caso é, primeiramente identificar e quebrar as resistências eventualmente presentes entre os produtores do assentamento.

Já nos referimos anteriormente às transformações que se operam na percepção de cada assentado no momento em que se consolida sua situação de proprietário rural. Nessa condição a idéia de sobrevivência passa pela identificação dos demais como concorrentes que precisam ser superados, a única forma de garantir os meios necessários à provisão da família e seu desenvolvimento a partir de uma melhor posição no mercado.

Desse modo, uma proposição que parta da idéia de que cada integrante do arranjo deva aceitar organizar sua atividade a partir de uma combinação prévia que determine que cada um se dedique a produzir um determinado elenco de produtos em detrimento à situação anterior onde cada um decidia o que fazer, certamente deverá enfrentar resistências.

Nesse ponto a organização solidária pode ser o melhor caminho para contornar essas dificuldades. Contudo, esse trabalho difere de outras ações comuns nos experimentos de economia solidária na medida em que a organização não é uma emergência que signifique a diferença entre obter os meios para a sobrevivência ou passar aquele dia á míngua. Nosso pressuposto é de que, pelo menos no que toca á alimentação, cada agricultor envolvido tenha isso equacionado.

Mesmo com as sucessivas melhoras que a legislação brasileira que rege a criação de cooperativas experimentou ao longo dos anos ainda persistem exigências que para a maioria das iniciativas de associação pesam como restrição para que se transformem em cooperativas.

Na maioria dos assentamentos a exigência de um mínimo de vinte associados, por exemplo, para ingressar com a solicitação para a formação de uma cooperativa representa uma dificuldade exatamente pelas dificuldades de se construir um consenso em razão das expectativas individuais desses agricultores.

Portanto, o arranjo solidário que melhor se encaixa nesse empreendimento deve ser a constituição de uma associação formal de produtores familiares que possa desenvolver algumas atividades planejadas como contratação de serviços de máquinas, compra conjunta de insumos para obter redução de preços via escala e iniciar uma aproximação de uma produção planejada, inicialmente voltada para as trocas internas no grupo e comercialização de excedentes em espaços públicos sob a forma de feira do produtor de realização semanal.

A opção por esse tipo de alternativa bastante desgastada em razão de revezes sofridos nos anos 1980 quando na retomada da democratização do país surgiram muitas dessas opções assentadas na falsa idéia de que a redução de preços,

grande desafio num período dominado pela inflação, poderia advir de iniciativas do tipo do produtor para o consumidor, compras coletivas no atacado entre outras, tem um caráter pedagógico no sentido de reconstruir uma mentalidade associativista sacrificada além de influir no imaginário social da população local a partir da idéia de que os alimentos provenientes desse arranjo, são confiáveis.

Em razão do crescimento da demanda por produtos orgânicos pode ser interpretado como um sinal importante de mudanças de comportamento do consumidor. Uma interpretação possível para essa tendência reside no crescimento da insegurança da sociedade em relação á qualidade da comida que consome. O filão dos orgânicos se sustenta na comercialização de produtos que pela segurança de sua qualidade são oferecidos por preços quase proibitivos para a maioria da população. Contudo, a razão para que alguns se disponham a pagar mais por alimentos cujo diferencial único seria a garantia de que na sua produção não se empregaram substâncias que interferiram no desenvolvimento daquele produto pode ser traduzida como uma busca do consumidor por uma identidade com quem produz a comida que aqueles compram.

A retomada da produção associada com vistas á comercialização dos excedentes no mercado tradicional embute essa mesma vantagem dos orgânicos na medida em que o fato daqueles produtos que estão sendo ofertados na feira são os mesmos que aqueles produtores consomem no seu dia a dia, logo, devem ser seguros.

O corolário dessa alternativa é a construção de uma identidade para os produtos da agricultura familiar calcada na idéia de que se quem produz consome não pode ser nocivo. A extensão dessa compreensão é direta. Se a alimentação escolar contar com produtos provenientes da agricultura familiar o entendimento do senso comum é de que seus filhos que frequentam as escolas públicas contarão com uma alimentação saudável e segura.

Se essa possibilidade de constituição de uma associação informal de produtores pode representar uma preparação para um futuro associado á produção a ser entregue à empresa de comercialização montada à jusante do processo, persiste, já desde o início o problema do crédito. Ainda que cada sócio informal possa ter acesso às linhas do Pronaf, como a responsabilidade pelo pagamento do empréstimo nesses casos é individual, nada há que "amarre" o compromisso de produção cooperada se, por exemplo, uma opção imediata de melhor preço for oferecida para os produtos de um determinado produtor.

Para Gilmar Carneiro (2009), trata-se de um equívoco imaginar que aqueles que se envolvem com arranjos solidários o fazem movidos pelo voluntarismo ou

trabalho social. Por se tratar de uma opção que se opõe aos limites que as saídas individuais representam para aqueles cujos projetos de desenvolvimento se dão sob o signo da precariedade, quando os indivíduos se envolvem com a economia solidária o objetivo que deve move-los é a busca de resultados que lhes assegurem renda e estabilidade. Assim, a alternativa que se apresenta para contornar a informalidade de uma associação que se sustente nas possibilidades de trocas internas e comercialização de excedentes tal como sugerido em parágrafos anteriores é, a partir do amadurecimento da experiência de produção solidária informal, a constituição de uma empresa de produção associada a uma incubadora.

A idéia é que essa empresa de produção solidária (EPS) possa captar crédito junto às instituições bancárias que operem com linhas solidárias, contratar serviços de máquinas e assistência técnica de sorte a viabilizar uma produção planejada e adequada às necessidades do mercado institucional de alimentos e centralizar o processo de comercialização atacadista dessa produção de sorte que uma empresa comercial que pretenda aproveitar a possibilidade oferecida pela determinação governamental de que pelo menos 30% das compras da alimentação escolar tenha origem na agricultura familiar, encontre num único agente vendedor a possibilidade de comprar sua pauta de produtos para disputar licitações no MIA.

Cabe observar que nessa composição da EPS fica respeitada a noção de que produção e comercialização devam ser atividades separadas. A comercialização da produção fica por conta do setor comercial da empresa que na sua incubação obedeceu ao mesmo pressuposto da empresa voltada para o mercado, de profissionalizar as atividades de gestão.

Conclusão

O desenho aqui proposto foge dos arranjos tradicionais na medida em que se apresenta bi-partido, na forma de duas empresas que se complementam, mas, que são totalmente independentes nas suas operações. Enquanto uma resulta de um processo de amadurecimento de iniciativas solidárias informais de produtores que evoluiu para um arranjo que denominamos EPS, voltado para a produção e a comercialização atacadista sob contrato de compra, a outra já se constitui como uma empresa comercial convencional com foco dirigido para o mercado institucional de alimentos a partir das garantias que uma carteira de fornecedores representados por agricultores familiares associados oferece.

Se a EPS tem uma natureza econômica e social traduzida pela geração de renda e a construção da estabilidade do conjunto de envolvidos a partir de

práticas solidárias, a outra ponta da linha se insere no campo empresarial convencional, mas, o faz a partir de uma vantagem competitiva representada pela sua ligação com a EPS o que significa a garantia de que a sua mercadoria oferecida vai ao encontro da exigência para a disputa de 30% do volume das compras do MIA para a alimentação escolar.

Podem, ainda, serem identificadas outras vantagens decorrentes desse arranjo. A primeira delas sem dúvida é representada pela possibilidade de construção de uma identidade para os produtos resultantes desse arranjo solidário com o mercado de consumo tradicional. A idéia de as mercadorias produzidas na região obedecem na sua produção os ritos tradicionais cultivados na agricultura familiar, pode influir no imaginário social criando uma cumplicidade que fomente a preferência pelo consumo de produtos de origem conhecida.

Essa possibilidade representa na medida em que se expanda para centros de consumo maiores, tanto no que toca á alimentação escolar quanto á oferta no mercado tradicional de alimentos, um fator de resistência aos processos de "*standardização*" dos padrões alimentares que vêm contribuindo para o agravamento do quadro de insegurança alimentar.

Do ponto de vista dos assentamentos de reforma agrária, o êxito desse tipo de construção pode significar no médio prazo a redução significativa de riscos de insucessos que determinem a volta das famílias para a condição de sem terras, além de diminuir a dependência de programas assistenciais de governo e afastar de vez os fatores de precariedade que fazem desses produtores um expressivo contingente de mão-de-obra de reserva no campo.

Como ficou assinalado ao longo dessa reflexão, a proposição apresentada distancia-se daquelas que têm como foco a questão social no campo. Nossa intenção aqui é intervir numa situação criada a partir dos assentamentos de modo a viabilizar econômica e financeiramente esses agricultores de modo a integrá-los efetivamente no mercado que, afinal, é o objetivo que move cada um deles na sua luta pela sobrevivência.

Referências

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia Popular e Solidária: a alavanca para o desenvolvimento sustentável e solidário**. Coleção Brasil Urgente, 1ª edição, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CARNEIRO, Gilmar. O crédito como instrumento para a solidariedade. In:

MELLO, C. et al. (Org.). **Geração de Trabalho e Renda**. São Paulo: Fundação Banco do Brasil/Publisher, 2009.

GADOTTI, Moacir. Educação Comunitária e Economia Popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F.(Orgs.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez 2001.

GOMES JÚNIOR, Newton N. A difícil arte de comercializar. In: MELLO, C. et al. (Orgs.) **Geração de Trabalho e Renda**. São Paulo: Fundação Banco do Brasil/Publisher, 2009.

GUTIERREZ, Francisco. Educação Comunitária e Desenvolvimento Político In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.) **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

STREIT, Jorge. O gargalo da baixa oferta de crédito para os empreendimentos econômicos solidários. In: MELLO, C. et al. (Org.) **Geração de Trabalho e Renda**. São Paulo: Fundação Banco do Brasil/Publisher, 2009.

AVALIAÇÃO DA ADERÊNCIA À AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO 23 DE MAIO, ITAPETININGA-SP

Ricardo Serra Borsatto¹

Maristela Simões do Carmo²

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco³

Anderson Antonio da Silva⁴

Francine de Camargo Procópio⁵

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo avaliar como os agricultores do assentamento 23 de Maio (Itapetininga-SP) vêm se apropriando do discurso difundido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que incentiva a adoção de práticas agroecológicas dentro dos assentamentos rurais. Para tanto foi utilizado o Sistema de Avaliação de Aderência à Agroecologia (SAAGRO), idealizado para esta pesquisa, que se caracteriza por ser uma metodologia capaz de efetuar avaliações sócio-ambientais em assentamentos rurais e, concomitantemente, apoiar os agricultores em sua transição rumo à construção de territórios mais sustentáveis. Os resultados de sua aplicação demonstraram que, no caso do 23 de maio, houve uma Moderada Aderência, sendo necessárias ações para a melhoria dos indicadores. A metodologia permitiu a elaboração de uma lista com propostas de intervenções que auxiliaram os

¹Professor Associado da FATEC – Itapetininga, Doutor na Área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável (ricardo.borsatto@fatec.sp.gov.br).

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (stella@agr.unicamp.br).

³Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Livre Docente, bolsista Produtividade CNPq (sonia@feagri.unicamp.br).

⁴Professor Assistente II da Fatec – Presidente Prudente, Doutorando da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (anderson@fatecpp.edu.br).

⁵Tecnóloga em Agronegócio (francineprocopio@gmail.com).

assentados no planejamento de suas ações.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamentos Rurais; MST; Indicadores Sócio-Ambientais.

***Abstract:** The purpose of this paper is to examine adaptation strategies that have been adopted by farmers of the 23 de Maio Settlement, located in Itapetininga (SP), in order to meet the goals and principles of the Landless Rural Workers Movement (MST) discourse which promotes the implementation of agroecological practices in rural settlements. This study applied a conceptual model for participatory evaluation, namely the Evaluation System of the Adherence to Agroecology (SAAGRO), which was designed to conduct this research, characterized by a methodological approach for evaluating social and socio-environmental aspects in rural settlements, and was likewise aimed at supporting those farmers in the process of transition towards sustainability and the sustainable development of rural areas. The results showed that in the case of the 23 de Maio Settlement there was a moderate adherence to the principles, which requires essential actions to improve the indicators. The methodology allowed for the creation of a list of proposals for interventions designed to assist settlers to develop and implement their action plans.*

Keywords: Agroecology; Rural Settlements; MST; Socio-environmental Indicators.

Introdução

Atualmente no rural brasileiro estão em disputa duas visões antagônicas de desenvolvimento: a primeira comumente chamada de agronegócio, cujas premissas baseiam-se no consumo intensivo de bens de origem industrial para a produção agropecuária, e a segunda denominada de visão agroecológica que, ao inverso da primeira, preconiza a utilização de recursos autóctones pelos agricultores.

Esse antagonismo não se estabelece sem motivos, visto que a opção por um, ou outro caminho, repercute em diferentes âmbitos da sociedade; seja nos setores industriais de produção de insumos agrícolas e de alimentos, seja na dimensão ambiental, ou na segurança e soberania alimentar das populações e, até mesmo, no padrão de consumo da sociedade.

É certo que o modelo aqui denominado de agronegócio ainda é hegemônico na realidade rural brasileira, porém, por outro lado, é perceptível um crescente questionamento de seus princípios.

Dessa percepção dos problemas sócio-ambientais ocasionados por esse modelo dominante, alguns grupos sociais passaram a internalizar outros valores e princípios epistemológicos que se refletem na construção de uma nova racionalidade produtiva para o campo, edificada sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social.

Um desses grupos, de marcante relevância no cenário rural brasileiro, que passou a introspectar essa nova racionalidade, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nas últimas décadas esse Movimento tem migrado de um discurso que se baseava na mesma lógica produtiva do agronegócio para outro mais aderente à visão agroecológica, passando a incorporar, ao centro de seu ideário, conceitos como o de respeito e resgate da agricultura camponesa, modelos de produção mais sustentáveis, além de outras diretrizes da Agroecologia.

Apesar de ser perceptível a existência de várias experiências agroecológicas em seus assentamentos, o MST ainda não possui uma metodologia capaz de observar a eficácia da adoção dessa macro diretriz. Com base nesse problema, o presente artigo apresenta os resultados da aplicação do Sistema de Avaliação de Aderência à Agroecologia (SAAGRO) no assentamento 23 de Maio (Itapetininga-SP). Essa metodologia foi desenvolvida por Borsatto (2011) e tem o intuito de avaliar como o discurso agroecológico adotado pelo MST tem se materializado dentro dos assentamentos rurais.

A Agroecologia no MST

Em meados da década de 1990, com a crise e o questionamento da proposta de coletivização levada a cabo até então pelo MST, abriu-se espaço para novas discussões e avaliações, que culminaram na elaboração de outras orientações políticas. Nesse novo contexto, o debate sobre a Agroecologia (mesmo ainda não estando bem claro o que este termo significava) começou a ganhar relevância nos espaços internos do Movimento (BARCELLOS, 2010; BORGES 2010).

Isso pode ser verificado na Proposta de Reforma Agrária do MST de 1995 (MST, 2005), na qual o questionamento ao modelo preconizado anteriormente, com forte viés produtivista, começou a sofrer críticas. E mais do que isso, foram elaboradas propostas para a construção de um novo modelo produtivo para os assentamentos.

Picolotto e Piccin (2008) creditam essa mudança de rumo das orientações

políticas do MST a três fatores: a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais, de preços mínimos e abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e, c) a formação da Via Campesina.

Segundo os autores, os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento, enquanto o terceiro ampliou o leque de relações institucionais do MST, colocando as suas lideranças em contato com outros movimentos sociais internacionais que já haviam incorporado a questão ambiental em sua pauta.

Deste modo o MST passou a introspectar novos referenciais, ampliando o seu discurso sobre a questão agrária e sua gama de reivindicações.

A partir de seu IV Congresso Nacional realizado em 2000, o MST, trouxe para o centro de seus debates a discussão sobre a *organização dos assentamentos*. Isto ocorreu devido à percepção de que era necessário aprimorar o modelo de assentamento realizado até então, que se caracterizava por priorizar, notadamente durante a implantação, as dimensões ligadas ao trabalho e à produção; modelo este que acabava por priorizar os aspectos econômicos da existência e relegava a um segundo plano as outras dimensões da vida (BORSATTO et al., 2007).

Costa Neto e Canavesi (2003) identificaram referências a pelo menos três outras dimensões – ambiental, política e cultural – nos documentos oriundos desse Congresso, o que, em suas concepções, intensificou o conteúdo do discurso do MST rumo à sustentabilidade.

Em relação à destinação da produção, sugeriu-se que esta deveria estar voltada prioritariamente à segurança alimentar da família, garantindo alimentação de qualidade e abundante.

Como aludem Gonçalves (2008), Barcellos (2010) e Borges (2010) foi a partir de seu IV Congresso Nacional que o MST assumiu de forma explícita a Agroecologia como uma base na qual deveria se erigir a realização da reforma agrária no Brasil.

Assim a Agroecologia emerge não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um forte questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro, que, por sua vez, fomentavam uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados (COSTA NETO, CANAVESI, 2003; KARRIEM, 2009).

Valadão e Moreira (2009) destacam que a Agroecologia para o Movimento exerce dois papéis importantes, o de *resistência* e o de *superção*, sendo que o

primeiro se manifesta como uma resposta ao modelo de agricultura convencional que expulsa os camponeses do campo; e o segundo pela possibilidade de se construir um novo modelo para o campo, centrado na valorização do ser humano e demais formas de vida. Ainda concluem afirmando que para o MST a Agroecologia não é um fim, mas uma estratégia para alcançar uma sociedade mais justa e solidária.

A partir de seu IV Congresso Nacional, várias foram as ações deferidas e fomentadas pelo Movimento com vistas a internalizar a Agroecologia nos assentamentos rurais. Por suposto que essas ações não foram realizadas com a mesma intensidade por todo o território nacional, uma vez que diferenças em nível estadual são facilmente verificáveis.

O conhecimento tradicional camponês, antes rejeitado, assume um lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental.

No V Congresso Nacional, realizado no ano de 2007, o MST aprofunda ainda mais a valorização dos preceitos agroecológicos como caminho para a consolidação da reforma agrária, que passa a ser denominada de *popular*.

A temática da soberania alimentar, bandeira de luta principal da Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2011), passa também a ser uma das principais bandeiras de luta do MST.

Atualmente, como podem ser verificadas em sua *Proposta de Reforma Agrária Popular*, todas as demandas e esforços relativos à questão da produção, realizados pelo MST, enquanto instituição para o avanço da reforma agrária, vão em direção ao fomento da Agroecologia, que é citada de forma constante no texto (MST, 2009b).

Em suma, a defesa da Agroecologia dentro do MST está em uma curva ascendente, em contraposição ao discurso de coletivização e fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas, antes vigente.

Descrição do SAAGRO

O SAAGRO se caracteriza por ser uma metodologia para realizar avaliações sócio-ambientais nos assentamentos rurais, mas também apoiar os agricultores em sua transição rumo à construção de assentamentos mais sustentáveis. Assim este sistema se baseia em algumas premissas como a fácil apropriação pelos sujeitos da pesquisa; a de possuir um elevado grau de envolvimento dos agricultores avaliados, sendo participativa em todos os seus níveis; não ser somente um instrumento de avaliação, mas também de problematização da

realidade vivenciada; e ser flexível para se adaptar as realidades sócio-ambientais características dos assentamentos brasileiros.

O SAAGRO possui uma estrutura piramidal, o que significa dizer que apresenta diferentes níveis de análise e de integração de dados, sempre em fluxo ascendente, conforme apresentado na figura 1.

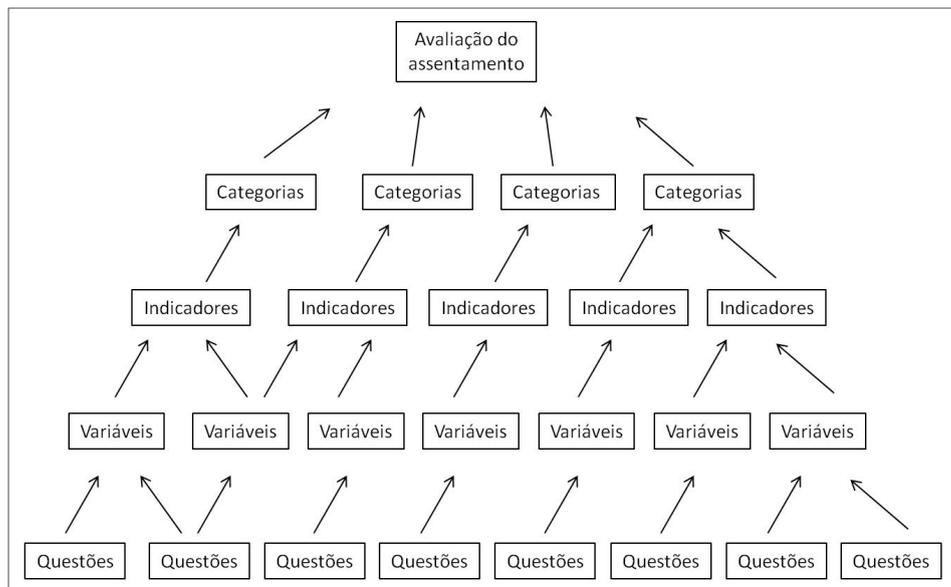


Figura 1 – Representação esquemática da estrutura do fluxo de informações dentro do SAAGRO.

Fonte: Borsatto (2011).

De forma sistematizada o seu processo de funcionamento pode ser descrito como segue.

a) *Categorias de análise* (dimensões). As categorias de análise podem ser consideradas, como o primeiro nível de recorte analítico de uma determinada realidade. No caso do SAAGRO adotam-se as seguintes categorias: Ecológica, Econômica, Social, Cultural, Política e Ética, que foram definidas baseadas na proposta de Caporal e Costabeber (2002).

b) *Indicadores para cada categoria de análise*: um indicador pode ser definido como "uma medida dotada de significado social substantivo". Essa medida, com valor quantitativo ou qualitativo, é usada para substituir ou operacionalizar um conceito social abstrato, em geral de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação, análise e avaliação

de políticas) (JANNUZZI, 2009).

No Quadro 1 são apresentados os indicadores utilizados pelo SAAGRO, distribuídos entre as categorias de análise.

Dimensão (Categoria de análise)	Indicador	Código
Econômica	Comercialização	IE-01
	Agregação de valor	IE-02
	Renda	IE-03
	Autoc onsumo	IE-04
	Crédito	IE-05
	Bens e Patrimônio	IE-06
	Área Cultivada	IE-07
Social	Saúde	IS-01
	Lazer	IS-02
	Transporte	IS-03
	Moradia	IS-04
	Água	IS-05
	Educação	IS-06
	Alimentação	IS-07
Ambiental	Solo	IA-01
	Água	IA-02
	Resíduos	IA-03
	Biodiversidade	IA-04
	Legislação Ambiental	IA-05
	Uso de Adubos e Agrotóxicos	IA-06
Cultural	Sistema de Produção	IA-07
	Práticas Artísticas e Culturais	IC-01
	Modo de Produção	IC-02
Política	Influências Institucionais	IC-03
	Organização Social	IP-01
	Gênero e Geração	IP-02
Ética	Relações Institucionais	IP-03
	Ambi ental	IT-01
	Social	IT-02
	Econômica	IT-03

Quadro 1 – Lista das categorias e indicadores do SAAGRO.

Fonte: Borsatto (2011).

c) *Variáveis*: Cada indicador é composto por uma ou mais variáveis de análise, as quais são sub-níveis analíticos. A somatória das variáveis de um determinado indicador tem a função de explicá-lo, ao mesmo tempo em que são elas que determinam quais as informações que devem ser coletadas a campo.

No quadro 2 são apresentadas as variáveis que fazem parte do SAAGRO.

CATEGORIA	INDICADOR	CÓDIGO	VÁRIÁVEL	CÓDIGO
ECONÔMICA (14)	Comercialização	IE-01	Organização para comercialização	VE-01
			Canais de comercialização	VE-02
	Agregação de valor	IE-02	Presença de selos	VE-03
			Presença de marca	VE-04
			Embalagem	VE-05
	Renda	IE-03	Percepção da renda	VE-06
			Dependência de bolsas	VE-07
	Auto consumo	IE-04	Presença de hortas	VE-08
			Soberania alimentar	VE-09
	Crédito	IE-05	Acesso ao crédito	VE-10
			Inadimplência	VE-11
	Bens e patrimônio	IE-06	Presença de bens materiais e patrimônio	VE-12
			Mecanização agrícola	VE-13
	Área cultivada	IE-07	Área cultivada	VE-14
SOCIAL (11)	Saúde	IS-01	Acesso aos serviços de saúde	VS-01
			Acesso a atividades de lazer	VS-02
	Transporte	IS-03	Acesso ao assentamento	VS-03
			Saneamento	VS-04
	Moradia	IS-04	Condições da moradia	VS-05
			Disponibilidade de energia	VS-06
			Tratamento da água	VS-07
	Água	IS-05	Qualidade da água	VS-08
			Acesso à escola	VS-09
	Educação	IS-06	Grau de escolaridade	VS-10
	Alimentação	IS-07	Ebia	VS-11
AMBIENTAL (16)	Solo	IA-01	Qualidade do solo I	VA-01
			Qualidade do solo II	VA-02
			Erosão	VA-03
	Água	IA-02	Qualidade da água I	VA-04
			Qualidade da água II	VA-05
	Resíduos	IA-03	Embalagens de agrotóxicos	VA-06
			Lixo doméstico	VA-07
	Biodiversidade	IA-04	Fauna	VA-08
			Flora	VA-09
	Legislação Ambiental	IA-05	APP	VA-10
			RL	VA-11
	Uso de Adubos e Agrotóxicos	IA-06	Agrotóxicos	VA-12
Adubos			VA-13	
Sistema de Produção	IA-07	Queimadas	VA-14	
		SAF	VA-15	
		Agricultura Orgânica	VA-16	



Quadro 2 – Lista de variáveis do SAAGRO (conclusão).

Fonte: Borsatto (2011).

CULTURAL (9)	Práticas Artísticas e Culturais	IC-01	Festas coletivas	VC-01
			Grupos culturais	VC-02
			Mística	VC-03
	Modo de Produção	IC-02	Arrendamento	VC-04
			Monocultura	VC-05
			Dependência de insumos externos	VC-06
	Influências Institucionais	IC-03	Igreja	VC-07
			ATER	VC-08
			MST	VC-09
POLÍTICA (5)	Organização Social	IP-01	Instituições formais	VP-01
			Instituições informais	VP-02
	Gênero e Geração	IP-02	Mulheres	VP-03
			Jovens	VP-04
Relações Institucionais	IP-03	Políticas públicas	VP-05	
ÉTICA (12)	Ambiental	IT-01	Insumos	VT-01
			Agricultura orgânica	VT-02
			Resíduos	VT-03
			Recuperação ambiental	VT-04
			Mutirões	VT-05
	Social	IT-02	Relações interfamiliares	VT-06
			Ajuda mútua	VT-07
			Apoio a outras instituições	VT-08
			Mulheres	VT-09
			Participação nos processos decisórios	VT-10
	Econômica	IT-03	Produção	VT-11
			Produto	VT-12

Quadro 2 – Lista de variáveis do SAAGRO (conclusão).

Fonte: Borsatto (2011).

e) *Instrumentos de coleta de informação*: Os instrumentos de coleta de dados são compostos por questionários que priorizam questões fechadas capazes de identificar a percepção dos sujeitos avaliados sobre a sua realidade.

São 2 instrumentos de coletas de informações distintos (cadernos de questões), um para ser trabalhado junto aos coletivos representativos de assentados e outro para aplicação junto às famílias selecionadas aleatoriamente dentro do assentamento, ambos com perguntas e possibilidades de respostas fechadas.

g) *Determinação dos pesos de relevância das categorias de análise e dos indicadores*: Antes de realizar a aplicação dos questionários, é realizada junto às lideranças da comunidade uma etapa participativa na qual elas definem quais indicadores e categorias possuem importância em sua realidade, bem como decidem qual o grau dessa relevância nos momentos das avaliações.

h) *Tabulação e Análise dos dados*: Toda a tabulação e análise matemática dos dados do SAAGRO são realizadas em planilhas do software *Microsoft Office Excel 2007*.

A apresentação dos dados do SAAGRO é feita por meio de gráficos em

formato de teia de aranha, onde é possível visualizar, de forma simples, o grau de aderência de um assentamento à Agroecologia, bem como de cada categoria.

Com o intuito de facilitar a interpretação dos dados, foi estabelecida uma escala de valor que relacionou a avaliação obtida, com um grau qualitativo de aderência à Agroecologia (tabela 1).

Tabela 1 – Escala para avaliação qualitativa da aderência à Agroecologia.

Avaliação (%)	Classificação qualitativa
0 a 25	Ausente
26 a 50	Pouca aderência
51 a 75	Moderada aderência
76 a 100	Elevada aderência

Fonte: Borsatto (2011).

Local da pesquisa

O assentamento 23 de Maio foi instituído recentemente, tendo a sua emissão de posse em 08 de novembro de 2008. Trata-se de uma área rural situada no distrito de Tupy, pertencente ao município de Itapetininga, sudoeste do Estado de São Paulo.

Diferentemente do padrão verificado em projetos de assentamentos paulistas (BUENO et al., 2007), o 23 de Maio está localizado, na opinião dos próprios assentados, sobre um solo de elevada qualidade, ademais se situa a beira da rodovia Raposo Tavares (SP-270), um dos mais importantes corredores rodoviários do país, no Km 186. Dista 25 quilômetros do centro urbano de Itapetininga e respectivamente 80 e 180 quilômetros das cidades de Sorocaba e São Paulo. Além disso, sua área faz divisa com a zona urbana do distrito de Tupy, que possui escola, posto de saúde e atividades de comércio.

Antes da constituição do assentamento, o local era uma fazenda de gado denominada "Fazenda Eldorado", cuja proprietária era a pessoa jurídica Fazendas Reunidas Boi Gordo S/A, empresa de especulação financeira baseada na venda de derivativos de gado, que entrou em colapso financeiro, deixando grandes dívidas junto aos seus investidores e ao governo.

Por pressão do MST, o INCRA adquiriu essa propriedade para destiná-la ao programa de Reforma Agrária.

Trata-se de uma área com cerca de 515 hectares, que foi dividida em 46

lotes cedidos para o uso das 46 famílias que antes estavam acampadas em beiras de rodovias da região. Grande parte dessas famílias é oriunda dos municípios de Itapeva e Itaberá, também localizados no sudoeste do Estado de São Paulo, possuindo relações de parentesco ou amizade com assentados destes municípios (CAMARGO, 2011).

O processo de distribuição dos lotes respeitou a vontade dos assentados e levou em consideração a presença de três diferentes grupos de afinidades pré-organizados. A cada família foi destinado um lote com área de aproximadamente sete hectares. Ressalta-se também a presença no assentamento de alta disponibilidade hídrica, com nascentes e açudes, todos sem matas ciliares, sendo que as áreas destinadas para preservação permanente totalizam aproximadamente 58 hectares e as de reserva legal 20 hectares, ambas para futuro reflorestamento.

Apesar de uma heterogeneidade de sistemas de produção, o princípio dominante reproduz a lógica dos assentamentos de Itapeva e Itaberá, caracterizando-se pela produção de grãos (principalmente feijão e milho) baseados na utilização de agroquímicos. Outro ponto a ser destacado se refere às lideranças do assentamento que são dedicadas e articuladas na busca de melhorias coletivas, isto apesar de serem perceptíveis as disputas de poder por diferentes projetos políticos entre essas lideranças.

Resultados do SAAGRO no Assentamento 23 de Maio

O SAAGRO foi aplicado no assentamento 23 de maio no mês de setembro de 2010. Para responder o questionário coletivo foi convocada uma assembléia na qual compareceram representantes de 30 famílias assentadas, abrangendo os diferentes grupos de afinidades.

Cada questão apresentada ao grupo foi debatida e atribuída por eles de uma resposta, sempre em consenso. Por suposto que algumas questões geraram debates acalorados, enquanto outras foram de rápida resposta.

Durante esse processo, muitos dos problemas que o assentamento atravessava foram debatidos, de modo que os participantes tiveram a oportunidade de perceber o quanto já evoluíram desde sua chegada, e também o que é necessário ser feito para melhorar as suas condições de vida. Verificou-se que a metodologia cumpriu com seu objetivo de não ser somente um instrumento de avaliação, mas também de problematização da realidade vivenciada, constituindo-se igualmente em um instrumento de ensino-aprendizagem.

Nesta mesma data, foram selecionadas aleatoriamente as famílias que responderiam o questionário específico para levantamento de informações no

âmbito familiar. No caso do 23 de Maio foram escolhidas 12 famílias, correspondendo a aproximadamente 25% do total.

A análise dos resultados do SAAGRO possibilitou identificar em quais dimensões (categorias), os assentados estão mais avançados no concernente à Agroecologia e, em quais precisam dedicar maiores esforços.

A figura 2 apresenta em forma de gráfico os resultados da aplicação da metodologia no assentamento 23 de Maio, que mostrou uma Aderência à Agroecologia de 55%, se enquadrando na faixa de *Moderada Aderência*, de acordo com a tabela 1.

Pela análise do gráfico verificou-se que as categorias Social (65%), Ambiental (62%) e Cultural (64%) apresentaram *Moderada Aderência*, enquanto a Política (36%), Ética (47%) e Econômica (46%) *Pouca Aderência* à Agroecologia⁶.

De forma geral, pode-se afirmar que as famílias do 23 de Maio precisam realizar um forte esforço coletivo e multidimensional para a melhoria da Aderência à Agroecologia do assentamento.

⁶A análise decomposta em categorias desconsidera os pesos atribuídos as mesmas, contemplando as ponderações dos indicadores.

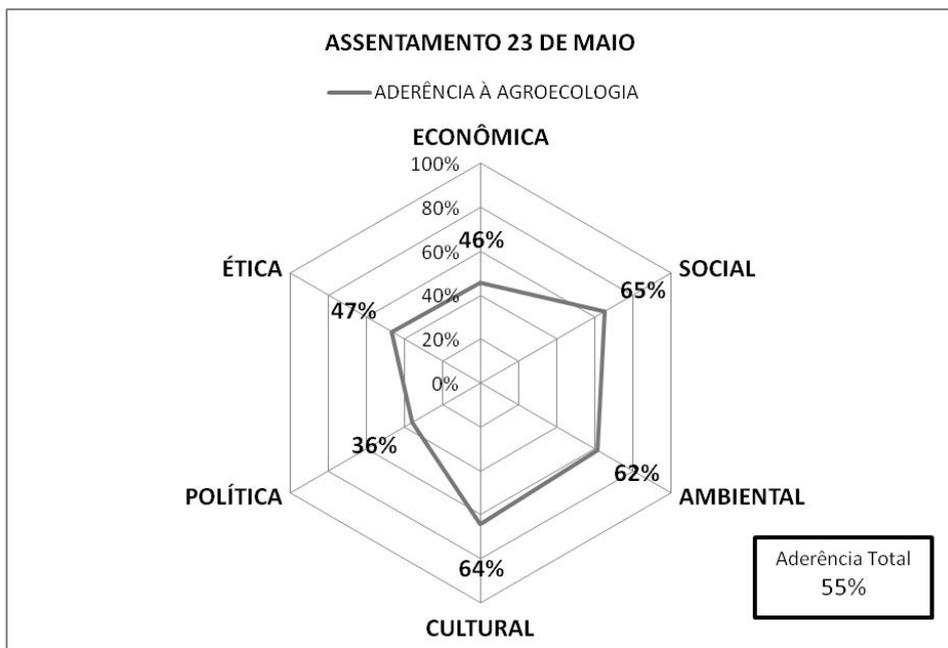


Figura 2 – Gráfico da aderência à Agroecologia no Assentamento 23 de Maio, 2010.

Fonte: Dados da pesquisa.

A metodologia adotada também permitiu que fossem realizadas análises para evidenciar quais os indicadores que conferem pior desempenho em cada categoria avaliada, o que auxilia a construção de propostas para melhorias⁷.

O quadro 3 apresenta a avaliação decomposta por indicadores, de onde é possível analisar os que obtiveram pior avaliação.

⁷A decomposição da análise em indicadores desconsidera os pesos atribuídos pelos assentados.

DIMENSÃO	INDICADOR	ADERÊNCIA INDICADOR
Econômica	Comercialização	55%
	Agregação de valor	0%
	Renda	10%
	Autoconsumo	55%
	Crédito	100%
	Bens e Patrimônio	65%
Social	Saúde	50%
	Lazer	10%
	Transporte	100%
	Moradia	82%
	Água	48%
	Educação	77%
	Alimentação	85%
	Solo	100%
Ambiental	Água	85%
	Resíduos	40%
	Biodiversidade	38%
	Legislação Ambiental	0%
	Uso de Adubos e Agrotóxicos	75%
	Sistema de Produção	40%
	Cultural	Práticas Artísticas e Culturais
Modo de Produção		78%
Influências Institucionais		100%
Política	Organização Social	44%
	Gênero e Geração	18%
	Relações Institucionais	55%
Ética	Ambiental	42%
	Social	43%
	Econômica	64%

Quadro 3 – Aderência dos indicadores à Agroecologia do Assentamento 23 de Maio.

Fonte: dados da pesquisa.

No caso do 23 de Maio, os indicadores que receberam pior avaliação foram os de Agregação de Valor (0%), Renda (10%), Lazer (10%), Legislação Ambiental (0%), Práticas Artísticas e Culturais (3%) e o de Gênero e Geração (18%).

Quanto ao indicador Agregação de Valor, foi informado pelos assentados no momento da avaliação que não era realizado no assentamento nenhum processo nesse sentido, sendo que toda a produção era vendida *in natura* e a granel. Investir em processos que agreguem valor aos produtos do assentamento, provavelmente impactaria positivamente também indicador de Renda, melhorando a avaliação da categoria Econômica como um todo.

Os indicadores Lazer e Práticas Artísticas e Culturais refletiram que os assentados destinam pouca atenção às atividades ligadas ao ócio, sejam elas esportivas, culturais, comemorativas. Não foi identificado nenhum coletivo destinado a organizar atividades desse tipo. A conformação desses grupos certamente propiciaria melhora nesses indicadores.

Um fator evidenciado pela metodologia se refere à baixa participação das mulheres e jovens nos processos políticos e decisórios do assentamento. Não foi verificada a presença de nenhum coletivo organizado desses grupos sociais. Incentivar e abrir espaços para a participação das mulheres e dos jovens nos processos de debate e tomadas de decisão dos problemas do assentamento, além de fomentar relações mais democráticas, permitiria o encontro de outros caminhos rumo à sustentabilidade, o que certamente refletiria de forma positiva em diversos indicadores, especialmente nos de Gênero, Geração e Ética social.

Já o indicador Legislação Ambiental, bem como outros relacionados à questão ambiental, estavam negativamente afetados, em parte pelo histórico da área, já que anteriormente era uma fazenda de gado, cujos proprietários não respeitaram a legislação no tocante a manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL). Deste modo, apesar de as áreas destinadas à recomposição ambiental já estarem delimitadas, ainda não havia sido executado nenhum procedimento de recuperação. Vale ressaltar que, o sistema produtivo dominante, baseado no uso de agroquímicos, também se reflete negativamente nos indicadores ambientais. Para melhorias dos indicadores que refletem a dimensão ambiental (incluindo o de Ética Ambiental), seriam necessários esforços no sentido de recomposição das matas ciliares e da reserva legal, bem como o fomento de processos produtivos baseados na proposta da Agroecologia, como implantação de sistemas agroflorestais, agricultura orgânica, integração produção animal e vegetal, consórcio de culturas, etc.

Por outro lado, salienta-se que alguns indicadores apresentaram avaliações positivas, demonstrando *Elevada Aderência à Agroecologia*, tais como os de Crédito (100%), Transporte (100%), Moradia (82%), Educação (77%), Alimentação (85%), Solo (100%), Água (85%), Modo de Produção (78%) e Influências Institucionais (100%).

A boa avaliação desses indicadores, em grande parte, deve-se à localização do assentamento, às qualidades edafoclimáticas da área e ao acesso às políticas públicas de fomento.

A localização influenciou na avaliação positiva de indicadores como os de Transporte e de Educação, enquanto os de Solo e de Água refletiram a qualidade do local onde o assentamento foi estabelecido. Por sua vez o acesso ao PRONAF e ao fomento para a construção das residências, impactou os indicadores de Crédito e Moradia.

A partir da análise dos resultados da aplicação do SAAGRO foi possível elaborar um quadro de recomendações de ações que visa apoiar a melhoria dos indicadores pior avaliados (quadro 4).

Propostas para melhoria dos indicadores

- Implementação de processos de agregação de valor aos produtos do assentamento, tais como: certificação participativa, identificação de origem, embalagem, agroindustrialização, marca, etc.
- Formação de coletivos responsáveis por fomentarem atividades esportivas, culturais e de lazer em geral.
- Esforço no sentido de reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.
- Permitir, apoiar e fomentar a criação de grupos de mulheres e jovens, bem como a sua participação nos processos políticos e decisórios do assentamento.
- Realização de atividades que fomentem práticas mais agroecológicas de produção (cursos, áreas piloto, oficinas, hortas comunitárias orgânicas, etc).

Quadro 4 – Recomendações para melhoria da aderência à Agroecologia do Assentamento 23 de Maio.

Fonte: dados da pesquisa.

Conclusões

Os autores consideram que a aplicação do SAAGRO no assentamento 23 de Maio foi uma experiência exitosa, já que a metodologia cumpriu os seus objetivos.

Em primeiro lugar, ela funcionou como um instrumento de ensino-aprendizagem, já que durante a aplicação dos questionários coletivos, muitos assuntos de interesse dos assentados foram suscitados, propiciando que os mesmos problematisassem, de forma sistematizada, a realidade vivenciada (FREIRE, 1998; 2002). Com isso, foi possível desvelar conhecimentos antes ocultados e fomentar a busca de soluções para problemas identificados. Outro momento importante nesse sentido ocorreu quando foram apresentados aos assentados os resultados da aplicação do SAAGRO.

O segundo objetivo alcançado foi o de visualizar de forma organizada os principais pontos a serem trabalhados para a melhoria da aderência à Agroecologia pelo 23 de Maio, o que tornou possível elaborar as propostas apresentadas no quadro 4, que foram apropriadas pelos agricultores como diretrizes a serem melhoradas dentro do assentamento.

Por outro lado, aponta-se que, para o SAAGRO poder expressar todo o seu potencial analítico, faz-se necessário sua reaplicação em intervalos de tempos definidos (recomenda-se anualmente), para que assim possa ser possível a identificação das dinâmicas sócio-ambientais que vem ocorrendo no assentamento.

Ademais, ressalta-se que o SAAGRO, assim como os sistemas de indicadores em geral, possui pouca capacidade de explicação para as causas das situações por ele apontadas, sendo necessário e recomendado a utilização de outras metodologias para uma melhor compreensão da realidade estudada.

Referências

BARCELLOS, S.B. **A formação do discurso da agroecologia no MST.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BORGES, J.L. **MST: do produtivismo a agroecologia.** São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás; 2010.

BORSATTO, R.S. **A Agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária.** 2011. 298f. Tese (Doutorado em Engenharia Rural). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BORSATTO, R. S.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; MOREIRA, S.S.; FONTE, N.N.; FIDELIS, L.M.; OTTMANN, M.M.A. **Agroecologia e a valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária**: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n.8, p.14-23, 2007.

BUENO O.C.; BÔAS, R.L.V.; FERNANDES, D.M.; GODOY, L.J.G. **Mapa de fertilidade dos solos de assentamentos rurais do Estado de São Paulo**: contribuição ao estudo de territórios. Botucatu: FEPAF/UNESP, 2007.

CAMARGO, E.A.O.M. **Projeto participativo de recomposição de área de preservação permanente no assentamento 23 de Maio**. 2011. 46f. Trabalho de Graduação (Tecnologia em Agronegócio). Faculdade de Tecnologia de Itapetininga, Itapetininga, 2011.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 70-85, jul/set 2002.

COSTANETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, H. **Ecología política**: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: Clacso, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Ed. Paz e Terra, São Paulo – SP, 1998.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2008.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais do Brasil**. 4. ed. Campinas:

Editora Alínea, 2009. 141p.

KARRIEM, A. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis. **Geoforum**, 40, p.316-325, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 187-210.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Nossas bandeiras**. MST, 2009a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>. Acesso em 03 mar. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. MST, 2009b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7708>>. Acesso em 03 mar. 2011.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M.B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul/dez 2008.

VALADÃO, A.C.; MOREIRA, S.S. Reflexões sobre a compreensão da Agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Associação Brasileira de Agroecologia, v.4, n.2, p. 2842-2846, nov. 2009.

VIA CAMPESINA. **¿Quién somos?: la voz de las campesinas y campesinos del mundo**. Via Campesina, 2011. Disponível em: <http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=45>. Acesso em 30 mar. 2011.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS'S) E OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS DE ASSENTAMENTO

Oswaldo Aly Junior¹

Resumo: O presente artigo faz uma reflexão sobre a experiência da implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) no estado de São Paulo. Estes assentamentos nasceram da demanda dos movimentos sociais, da crítica ao modelo agrícola da revolução verde e buscou dar passos na direção de afirmar uma política de criação e desenvolvimento de assentamentos com o viés ambiental. O artigo faz uma revisão desse processo refletindo sua novidade, seus limites e desafios.

Palavras-chave: Assentamentos no Estado de São Paulo; Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável; INCRA.

***Abstract:** This article offers some reflections on the experience of implementing the Sustainable Development Projects in the State of São Paulo. These rural settlements were established as a result of the social movements and in response to the criticism of the Green Revolution, an agricultural model, and there has been an attempt to develop a policy to deal with the development of rural settlements and the environmental bias. The article examines the process and concludes by offering some considerations with respect to its novelty, its limitations and other challenges.*

¹Pesquisador do NUPEDOR – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural e do Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA – Araraquara-SP, Engenheiro Agrônomo (Esalq-USP), Mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM-USP, ex-assessor da Superintendência do INCRA-SP.

Keywords: *Rural Settlements in the State of São Paulo; Public Policies; Sustainable Development; INCRA.*

Introdução

O presente artigo apresenta os desafios colocados na construção de novas políticas de assentamento que viabilizem, ao mesmo tempo, o acesso à cidadania e à criação de processos de transição da agricultura convencional (intensiva em insumos, poupadora de mão-de-obra e impactante ao meio ambiente) para um modelo mais sustentável (menos dependente dos agroquímicos, que absorva a mão-de-obra familiar e que permita a recuperação ambiental das áreas desapropriadas) nas áreas de reforma agrária.

A reflexão sobre o processo de desenvolvimento dos assentamentos teve grande impulso a partir do final dos anos 1980. Vários trabalhos avaliaram o resultado do conjunto de políticas públicas deixando claro a ausência e a lacuna da ação estatal. Ao mesmo tempo, mostraram e indicaram possíveis caminhos na busca do desenvolvimento sustentável dos assentamentos, de forma a garantir a cidadania e a autonomia econômica e a recuperação ambiental das áreas desapropriadas.

Existe um forte debate sobre quem é o público da reforma agrária brasileira e qual o papel que ela exerce no desenvolvimento nacional. Parte dos ataques desferidos busca construir a imagem que a reforma agrária é uma das causas principais do desmatamento no país. Assim, vale destacar que o total da área ocupada pelos assentamentos e projetos de colonização não representava até 2006 mais que 3% do território nacional (ABRA, 2007).

Esta crítica busca escamotear a questão de fundo que, o desmatamento é consequência do processo histórico de ocupação da terra no país; da forma como os latifúndios com as suas monoculturas organizaram o uso e a ocupação dos solos, como bem demonstrou Dean (1986). Mesmo a existência de legislação e órgãos ambientais pelo País afora é insuficiente para dar conta da preservação ambiental, dos recursos naturais e, de regular o uso e a ocupação do solo, como vêm demonstrando os debates com a finalidade de alterar a legislação ambiental.

Aceitando o desafio de inovar no campo das políticas de assentamentos que aliassem a recuperação de cidadania, a geração de renda, a reconstrução de vida social e comunitária com a recuperação e preservação ambiental, o INCRA – São Paulo, a partir de negociações realizadas com assentados e suas organizações, ainda, com núcleos de pesquisa e ensino, organizações da sociedade civil e outros órgãos públicos, buscou dar os passos na direção de

afirmar uma política de criação e desenvolvimento de assentamentos com o viés ambiental: os chamados de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Papel do Estado na Reforma Agrária

A reforma agrária no Brasil é uma política de Estado que se apresenta como uma possibilidade de desenvolvimento justo e democrático. Ela é uma alternativa à exclusão social/econômica, à fome e ao desemprego. Em outros termos, é uma política pública que equaciona o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental, com uma estrutura social que garanta uma melhor distribuição da renda. Portanto, não se vincula somente ao desenvolvimento técnico, econômico e ambiental, mas, sobretudo a desconcentração fundiária, a distribuição renda e a cidadania (SILVA, CYRINO, 2005).

A política de reforma agrária é regida pelo Estatuto da Terra² lei aprovada em 1964, que regula os direitos e obrigações referentes aos imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e da promoção da Política Agrícola. Esta Lei define que a realização da reforma agrária em todo o território nacional é de competência exclusiva da União, bem como a desapropriação de imóveis rurais que impliquem modificação do sistema de seu uso e posse. Ainda, é dever do Estado promover e criar condições de acesso ao trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil de preferência nas regiões onde habita.

O Estatuto da Terra explicita que a propriedade rural desempenha integralmente a sua função social quando simultaneamente: a) favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Entretanto, o alcance do Estatuto da Terra sofreu um revés, quando a Constituição Federal, aprovada em 1988, alterou o alcance da reforma agrária restringindo a desapropriação para fins de reforma agrária apenas as propriedades que não cumprem a função social (nos quesitos produtividade, trabalhista-social e ambiental).

Sendo que, apenas o item relativo à produtividade foi definido em lei, ficando os demais sem definição legal. Isto acabou, dentre outros, com a possibilidade de se fazer uma intervenção reformista em um determinado território ou região.

²Lei n.4.504 de novembro de 1964.

Também, as desapropriações ficaram restritas ao quesito improdutividade do imóvel afetado.

O Estatuto da Terra já demonstrava uma preocupação com o meio ambiente, especialmente com relação à conservação dos recursos naturais. Pode-se afirmar que, até então, nenhum outro instrumento, em toda a vida republicana brasileira, com exceção dos Códigos específicos, deu a devida ênfase à proteção ambiental.

O assentamento de reforma agrária, de acordo com o que foi apresentado acima, é uma criação do Estado e está sujeito à sua gestão, seja de maneira mais direta e autoritária, seja de maneira mais indireta e negociada. Se, na relação que estabelece com os acampados (sem-terra), o Estado pode ignorar qualquer unidade social intermediária, no caso dos assentamentos é o inverso: para o Estado, não há assentado sem assentamento. É o assentamento que faz existir o assentado (LEITE et al., 2004).

As relações históricas do Estado brasileiro com os latifúndios produziram a falta de iniciativas para a regulação da posse e uso do solo. Isto influenciou o processo de dispersão espacial dos assentamentos. Mesmo nas áreas de maior concentração dificilmente ocorre uma continuidade espacial, que permita a potencialização das políticas e da infraestrutura necessárias ao seu desenvolvimento.

Em muitas localidades do Brasil as chamadas zonas reformadas, que seriam as áreas prioritárias de reforma agrária, foram constituídas pela ação do movimento social que atuou mais fortemente em determinadas regiões. Em São Paulo, os casos do Pontal do Paranapanema e da região de Andradina são dois exemplos que ilustram bem essa realidade.

Pequeno Histórico da Ação do INCRA e os Planos Nacionais de Reforma Agrária

A origem do INCRA vem da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) nos início dos anos 1970, que passa a ter as atribuições dos dois órgãos anteriormente existentes: a gestão da malha fundiária e a promoção do desenvolvimento rural.

Durante a ditadura militar, o INCRA não teve atuação no campo da reforma agrária, e quando elas ocorreram foram de cunho tópico, restrito. As intervenções ocorriam somente nas regiões onde o conflito pela posse da terra era muito grande. Neste período, a atuação mais forte da Instituição esteve relacionada com a colonização que ocorreu na região Centro-Oeste e Norte. Ela funcionou como um mecanismo para esvaziar e desorganizar a pressão do social por terra.

A colonização também funcionou como uma válvula de escape para o processo de modernização e minifundização que ocorreu no país. No caso da modernização, ela implicou na eliminação de empregos e propriedades de pequenos e médios produtores das regiões sul e sudeste. Estes, por sua vez, arriscavam através migração, via a colonização oficial ou aquisição de terras na fronteira agrícola, uma nova chance de inserção produtiva.

No período da chamada Nova República, na década de 80, o INCRA passou a atuar na desapropriação de terras. Neste período foi elaborado o I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, que resgatou o conceito de áreas prioritárias de reforma agrária e de áreas ou regiões reformada. Esta década ficou marcada pelo ascenso das lutas sociais dos trabalhadores rurais sem terra e dos assalariados rurais. Também, foi neste período que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Nos anos 90, a ação do Estado junto à reforma agrária sofre um revés. Primeiramente no governo Collor que chega a extinguir o INCRA. Porém, tendo que reverter a decisão. Na sequência veio o governo Fernando Henrique Cardoso com os Massacres de Corumbiara e Eldorado do Carajás, que tiveram uma grande repercussão nacional e internacional. Esta comoção nacional deu origem à Marcha Nacional do MST, em 1977, e obrigou o governo federal avançar na desapropriação sem, contudo, avançar nas políticas de desenvolvimento.

O governo Fernando Henrique, seguindo a orientação do Banco Mundial, do FMI e de outros organismos internacionais, introduz a concepção mercantil e neoliberal de reforma agrária no documento chamado Novo Mundo Rural (1999). Nesta concepção, são misturados os conceitos de assentado e agricultor familiar que, segundo o documento, a diferença estaria apenas no tempo de desenvolvimento da unidade produtiva.

Ainda, este documento concebia que as ações de apoio ao desenvolvimento dos assentados dariam conta de colocá-los, em pouco tempo, na mesma condição de um agricultor familiar. As políticas de desenvolvimento eram as de acesso aos créditos e recursos de instalação, infraestrutura (luz, água e estradas) e produção. As ações relacionadas com um processo de recuperação de autoestima, de desenvolvimento e aprimoramento das habilidades e capacidades, de empoderamento etc., foram descartadas nesta proposta governamental.

Segundo as normativas do INCRA isto ocorreria em até 03 (três) anos, após a repartição dos lotes, uma vez que, era (a ainda é) dado como certo que todos os recursos (para luz, estrada, água, habitação, estruturação produtiva e o Pronaf A) destinados ao apoio à instalação e à produção seriam liberadas

sem problemas dentro do prazo.

É contrastante a realidade da população assentada, que passou por um amplo processo de exclusão e de perda de cidadania, com as propostas de apoio ao desenvolvimento então apresentadas à época e que tiveram a sua continuidade (ainda que elevando valores e criando novas modalidades de crédito). Elas levaram a um acúmulo de problemas, aumentando a dívida do Estado Brasileiro para com as famílias assentadas.

Mesmo após o governo FHC, nos governos Lula e Dilma, as ações ainda deixam a desejar, pois, ainda, prevalece a visão de assentamento como um "empreendimento imobiliário", com o Estado liberando recursos para instalação, infraestrutura e produção. Para não ficar restrita a produção; o acesso à educação, saúde, lazer e cultura é um sonho para a maioria dos assentamentos.

Desde a primeira metade dos anos 80 até o final dos anos 90, as ações governamentais para o desenvolvimento no campo sócio-econômico dos assentamentos, mesmo as de financiamento da produção, foram marcadamente instáveis e ficaram sujeitas as diferentes regulamentações, rupturas administrativo-programáticas e disponibilidade de recursos.

Recentemente, já no governo Lula, o INCRA retomou uma série de discussões sobre a reforma agrária e sobre como deveria ocorrer a intervenção estatal para que se chegasse ao desenvolvimento dos assentamentos dentro de um processo de recuperação de autoestima, de desenvolvimento e aprimoramento das habilidades e capacidades, e empoderamento dos assentados e suas organizações.

No intuito de responder à pressão dos movimentos sociais da reforma agrária no país, no II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, cuja meta era assentar 500 mil famílias em todo o País até o final de 2007, o governo se comprometeu com o desenvolvimento qualitativo dos assentamentos, pois era inaceitável manter os assentados em estado de abandono, sem a presença do Estado e sem investimento público para o seu desenvolvimento e sem a criação de infraestrutura para a moradia e a produção.

Afirma o II PNRA que:

Trata-se de um plano que integra o Programa de Governo e um Projeto para o Brasil Rural que busca retomar a trajetória anunciada pelo I PNRA, elaborado em 1985 como uma das expressões do projeto de redemocratização do país (...) as ações serão dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, (...). Esta profunda mudança no padrão de vida e de

trabalho no meio rural envolve a garantia de crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica, comercialização, agroindustrialização, recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade. (INCRA/MDA, 2004, p.08)

Afirma o texto do II PNRA que é preciso combinar massividade, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, dirigindo as ações de forma a assegurar a qualidade dos assentamentos por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva. O aumento de orçamento experimentado pelo INCRA no governo Lula, com substancial redução no governo Dilma, não foi suficiente para dar as condições para o desenvolvimento qualitativo conforme apresentado no documento do II PNRA.

A modernização da agricultura: impactos sociais e ambientais

O modelo de modernização da agricultura brasileira e de expansão da fronteira agrícola esteve intimamente relacionado com a exclusão social e a deterioração ambiental, especialmente dos recursos florestais.

Este processo de modernização trouxe as seguintes conseqüências: (i) a maior parte da população migrou do campo para a cidade; (ii) houve um aumento da concentração da pobreza nos centros urbanos, com o aumento das favelas; (iii) grande parte das florestas foi destruída, incluindo as matas ciliares e as reservas que por lei deveriam ser preservadas; (iv) os recursos hídricos foram degradados nos aspectos qualitativos e quantitativos; (v) os solos foram degradados pelos muitos anos de cultivos intensivos com maquinário pesado e grande carga de agroquímicos; (vi) a demanda temporária de trabalho desde o plantio à colheita passou a ser crescentemente suprida por máquinas e mão-de-obra local e migrante. Em geral, submetidos a intensas jornadas de trabalho árduo e baixa remuneração; (vii) deslocamento de culturas alimentares e aumentando os gastos energéticos para o deslocamento das safras. (RAMOS, SZMRECSANYI, PELLEGRINI, 2007).

No Brasil, a forma dominante de uso e ocupação da terra continua baseada no princípio de que a cobertura florestal nativa e sua biodiversidade constituem empecilhos ao estabelecimento de qualquer sistema de produção. Assim, eles precisam ser removidos.

Os monocultivos extensivos carecem de diversidade suficiente para garantir a estabilidade e o equilíbrio ecológicos, necessários para sua manutenção sem o uso de agroquímicos. Do ponto de vista ambiental, o quadro é mais grave ainda,

ao considerarmos a poluição e contaminação das áreas de recarga dos Aquíferos distribuídos no território nacional.

No desenvolvimento da agricultura chamada de convencional, principalmente nas regiões tropicais do globo, onde existe uma grande biodiversidade, e onde a interação entre plantas, insetos e microrganismos é muito complexa, o caminho tomado para o desenvolvimento da tecnologia na agricultura desconsiderou esses preceitos. Em geral, o que se observa é a utilização de conceitos equivocados que buscam, através dos cultivos monoculturais, isolar a planta de seus organismos relacionados, considerando-os simplesmente como inimigos e nunca como coevoluídos, e possivelmente parceiros.

Por outro lado, a biodiversidade dos ecossistemas tropicais mostra a potencialidade que existe para a sua interação ao processo de desenvolvimento econômico das comunidades que vivem nessas regiões. Ao mesmo tempo, a alta diversidade desses ecossistemas tem sido apresentada como responsável pelo seu delicad o equilíbrio ecológico.

Portanto, biodiversidade e equilíbrio parecem estar associados e se completando nos ecossistemas ricos em espécies.

Reforma Agrária e Meio Ambiente: transição do modelo convencional para o alternativo

A discussão sobre a transição agroecológica está hoje bastante generalizada e diz respeito à ampliação da sustentabilidade de longo prazo dos mais distintos sistemas agropecuários. Ela passa por diversas etapas, dentro e fora do sistema de produção, dependendo da distância em que o sistema produtivo estiver da sustentabilidade, sendo que a transformação das bases ecológicas da produção tende sempre a ser gradual, e não necessariamente linear. Ramos, Szmrecsányi, Pellegrini citando Gliessman, apresentam uma proposta dos possíveis passos para a transição agroecológica, que podem ser sintetizados no seguinte esquema:

Passo 1 – Redução e racionalização do uso de insumos químicos;

Passo 2 – Substituição de insumos químicos por outros de origem biológica;

Passo 3 – Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos.

Analisando a experiência estadunidense, Beus e Dunlap buscaram definir as bases constituintes de duas abordagens: a da agricultura convencional e a da agricultura alternativa. Os autores definiram a agricultura convencional como aquela que faz uso intensivo de capital, apresenta unidades produtivas de larga escala, altamente mecanizada, monocultora empregando elevadas quantidades

de fertilizantes artificiais, herbicidas, agrotóxicos, criação de animais intensiva e florestas homogêneas (BEUS, DUNLAP, 1990).

Por sua vez, estes autores, caracterizaram a agricultura alternativa por: redução drástica do uso de agroquímicos artificiais; por unidades produtivas de menor escala; pelo menor uso de energia; por produzir alimentos minimamente processados; por conservar os recursos não renováveis; pela comercialização direta com consumidores.

A agricultura alternativa engloba várias concepções de agricultura como: orgânica, ecoagricultura, permacultura, biodinâmica, agroecológica, natural, de uso reduzido de insumo extra-setorial, etc.

Estes autores sugerem seis elementos-chaves, à semelhança de tipos ideais e que se prestam à identificação desses tipos de agricultura. Na agricultura convencional os elementos chaves são: centralização, dependência, competição, dominação da natureza, especialização e exploração. Os elementos-chaves que caracterizam a agricultura alternativa são opostos aos da convencional: descentralização, independência, comunidade, harmonia com a natureza, diversidade e conservação.

O que de fato distingue a agricultura alternativa de outras propostas em oposição ao modelo da revolução verde é uma profunda preocupação com as questões ecológicas e que estão presentes nas três últimas dimensões (dominação da natureza *versus* harmonia com a natureza; especialização vs diversificação; exploração vs conservação). (BEUS, DUNLAP, 1990)

Além destes passos internos ao sistema produtivo, entende-se que existe o processo de "transição externa", pois embora as mudanças técnicas e tecnológicas sejam de grande importância, entende-se que a transição agroecológica só poderá alcançar sua plenitude quando outras condições, externas à unidade de produção, forem estabelecidas.

Assim, há um conjunto de condições mais amplas a ser construído pela sociedade e pelo Estado para que a transição agroecológica possa se tornar realidade, tais como a expansão da consciência pública, a organização dos mercados e de infraestrutura, a reforma agrária, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental. Considera-se, portanto, que a transição interna aos sistemas de produção não teria sentido sem uma mudança geral nos padrões de desenvolvimento.

Queda, Kageyama e Dagoberto (2009) citam que as iniciativas promissoras e de sucesso no campo de uma produção alternativa dentro dos assentamentos

de reforma agrária devem ter algumas características e princípios comuns:

- ✓ a mobilização e organização coletiva dos agricultores (associações e cooperativas);
- ✓ políticas públicas adequadas (ater, crédito, pesquisa), ressaltando que se deve atender às demandas específicas e não simplesmente procurando adaptar;
- ✓ políticas públicas devem viabilizar um mercado adequado à produção da agricultura familiar (Programa de Aquisição de Alimentos, Política de Garantia de Preços Mínimos);
- ✓ a participação efetiva de atores da sociedade civil, envolvidos e comprometidos, solidarizando-se na interlocução entre produtores o estado;
- ✓ a formação e qualificação dos próprios agricultores para suprir suas demandas de assistência, desenvolvimento de ações de pesquisa e experimentação, comercialização, gerando autonomia e soberania;
- ✓ ações conjuntas com instituições públicas de pesquisa (universidades, etc.) para gerar, adaptar, difundir tecnologias e processos adequados;
- ✓ ações conjuntas entre movimentos sociais, instituições de pesquisa e agentes públicos.

A Origem dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável

Em 1985, a preparação do Primeiro Encontro de Seringueiros da Amazônia, em Brasília, envolveu a mobilização de lideranças de seringueiros de diversos estados da região Amazônica. A partir das discussões então realizadas, ficaram mais claras as especificidades da produção da seringueira, ou do extrativismo do látex, exigindo para tal a formulação de uma política diferenciada de acesso à terra. A criação de reservas extrativistas: a reforma agrária dos seringueiros (FRANCO, 1994).

Não prevendo lotes individuais, o que se reivindicava com as reservas extrativistas era a desapropriação de seringais e a concessão de usufruto aos seringueiros, permanecendo a propriedade da terra em mãos da União.

Depois, em 1999, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Extraordinário de Política Fundiária publicam a Portaria Interministerial de número 01, visando a integração e criação de instrumentos legais e administrativos de política fundiária e ambiental, visando a instituição de um modelo de reforma agrária sustentável e de proteção ao meio ambiental, em especial na Amazônia (INCRA, MMA, CNS, 2000).

Esta portaria criou um grupo de trabalho, do qual participaram o Conselho Nacional dos Seringueiros, IBAMA, INCRA, dentre outras instituições, que

elaborou a Portaria INCRA n. 477 que deu origem aos Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS.

Esta Portaria n.477/1999 respondeu a reivindicação dos movimentos sociais da região amazônica e buscou compatibilizar o desenvolvimento de atividades produtivas à conservação de recursos naturais, orientar a ocupação das áreas dos PDS's tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas e até mesmo a recomposição do potencial dos recursos naturais originais. Os fundamentos dos PDS's são:

- ✓ atender as especificidades regionais: como uma forma de resgatar o valor econômico, cultural e social da floresta, das várzeas, não se restringindo apenas ao seu potencial agrícola dentro do que é o enfoque tradicional;
- ✓ o interesse ecológico que, a partir da Lei 9985/00 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, faculta a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- ✓ valorização da organização em seus diferentes níveis: na vida social, no trabalho e na gestão da comunidade;
- ✓ a concessão do uso da terra, por determinado período, para a exploração condominial, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais e;
- ✓ o interesse ecológico na recomposição do potencial original da área atendendo a legislação ambiental.

Do ponto de vista ambiental, o PDS é uma excelente oportunidade no campo das políticas públicas voltadas para garantir a transição para uma produção agropecuária sustentável. Os PDS's buscam ampliar o leque e o enfoque do desenvolvimento produtivo dos assentamentos incluindo o componente ambiental no planejamento da geração de ocupações produtivas e da renda, incluindo os diferentes tipos e denominações de Sistemas de Produção Sustentáveis (com ou sem a criação animais).

Dessa maneira, o PDS busca incluir as áreas florestais (nativas ou mesmo exóticas) no sistema produtivo e que estas sejam preservadas e manejadas. Isto para que elas mostrem a sua importância para o microclima, a manutenção da agro-biodiversidade, a proteção do solo e dos recursos hídricos (preservando e recuperando nascentes de água). Parte-se do pressuposto que a integração entre preservação e exploração econômica não degradadoras do meio ambiente possibilitarão construir sistemas produtivos sustentáveis e economicamente rentáveis.

A Política de Instalação dos PDS's em São Paulo

É importante destacar que, no Brasil, os atuais índices de produtividade que permitem o desencadear de um processo de desapropriação estão referenciados em dados produtivos da década de 70. Isto significa que nos anos 70 esta propriedade já era improdutivo. Na maioria dos casos o sistema de exploração das propriedades improdutivo leva a degradação dos recursos naturais: solo e água principalmente; e a sua maioria não possui mais a área de reserva legal florestada.

Este quadro acima confirma as afirmações de Celso Furtado sobre o modelo agroexportador do país baseado no latifúndio monocultor com um alto custo ambiental. O preço de exportação das *commodities* embute um sistema de produção rudimentar e tradicional alicerçado na ampla oferta de terras e de força de trabalho a baixo custo. Este sistema responde rapidamente ao aumento da demanda exterior de produtos agrícolas e/ou de setores não-agrícolas da economia nacional.

Mas, ainda segundo Furtado, a contrapartida dessa flexibilidade encontra-se em "custos invisíveis" do ponto de vista econômico, mas conspícuos em termos ambientais e sociais, que "se traduzem principalmente na destruição do patrimônio de recursos naturais do País e no sacrifício das massas rurais, que continuam submetidas as mais duras formas de exploração" (FURTADO, 1972; SZMERCZSÁNYI, 2006).

As afirmações de Furtado ilustram como se constrói uma parte da eficiência da agricultura patronal. Diferentemente do que se costuma afirmar, não se trata de uma escolha de desapropriar ou não áreas degradadas. Uma área improdutivo em 2011, com índices dos anos 70, é uma área (não explorada) muito mal explorada, cujo proprietário não se preocupa com a degradação dos solos, dos recursos naturais e com a preservação da vegetação original.

A discussão sobre os PDS's, neste Estado, teve início em demanda apresentada pelo MST logo no início da gestão do governo Lula, em 2003. O Movimento demandou que na criação e desenvolvimento dos assentamentos fosse trabalhada uma nova concepção, indo além da produção em lotes individuais, que afirmasse um modelo que questionasse o modelo agrícola baseado na revolução verde baseado em monoculturas (intensivo em insumos químicos e poupador de força de trabalho) e, impactante sobre o meio ambiente e os recursos naturais.

Essas demandas estavam plenamente de acordo com as diretrizes da gestão do INCRA, em 2003, que colocavam como desafios para a política de

assentamentos: i) a busca da sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental; ii) trabalhar a partir do conceito do assentamento enquanto um processo de reconstrução da cidadania, da vida comunitária das famílias envolvidas e resgate de tradições e conhecimentos nos seus mais diversos campos (produtivo, cultural, etc.) e; iii) resgatar as experiências positivas já desenvolvidas no campo da reforma agrária.

A partir da demanda do MST e buscando nas ações em curso executadas pelo INCRA, encontrou-se na normativa dos PDS's, a possibilidade de construção de um novo modelo de assentamento que privilegiou a organização e a experimentação de uma produção grupal e, mais ainda, que trazia na sua formação um forte debate sobre a matriz produtiva buscando afirmar um processo de transição produtivo rumo à sustentabilidade ambiental.

Embora os PDS's tenham sua origem no atendimento à reivindicação do Movimento Nacional dos Seringueiros e estejam baseados em um sistema de exploração agroextrativista da floresta original, em São Paulo, a bandeira é do compromisso com a restauração ambiental das reservas legais (RL), áreas de preservação permanente (APP) e adotar sistemas produtivos não impactantes ao meio ambiente.

A primeira experiência ocorreu no município de Serrana, região de Ribeirão Preto, SP, quando da criação do assentamento Sepé Tiaraju. Neste assentamento, localizado na região considerada o coração da agricultura patronal canavieira, houve todo um processo de maturação que caminhou passo a passo com a organização dos assentados.

A região de Ribeirão Preto também se destaca pela presença de um movimento social ativo que questiona a forma como o setor do agronegócio usa e se apropria dos recursos naturais, merecendo destaque a luta pela preservação e proteção das áreas de recarga do Aquífero Guarani³. Nesta região a cobertura vegetal nativa é da ordem de 13,7 %, de acordo com o Inventário Florestal do Estado

³Trata-se de um aquífero poroso com um volume de água utilizável de 40 km³/ano, segundo divulgou o Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo (DAEE). Esse volume de água é mais que suficiente para abastecer os cerca de 15 milhões de habitantes que vivem sobre a superfície do aquífero (Araújo et al., 1995) Daí a importância do controle do uso dessa água para a produção agrícola/pecuária e agroindustrial, Pois, a demanda de água na do Aquífero, que engloba Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai deverá crescer muito, o que aumenta o interesse pelos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) nessa região.

de São Paulo, realizado pelo Instituto Florestal no ano de 2002.

O INCRA e as famílias beneficiadas assinaram um compromisso junto ao Ministério Público Estadual de recuperar a vegetação nativa, promover uma produção diversificada baseada na agrofloresta e, em função do assentamento estar localizado em área de recarga do Aquífero Guarani, destinou-se 35% da área para reserva legal.

É importante destacar, conforme depoimentos colhidos pelo autor entre 2008 e 2009 nas audiências de avaliação do andamento do acordo realizado entre assentados, INCRA e Ministério Público Estadual, que, no assentamento Sepé Tiarajú, as áreas coletivas, criadas quando do desenho do assentamento, têm permitido um conjunto de experiências de produção coletiva ou associada principalmente nas lavouras anuais de feijão e mandioca.

Atualmente, em São Paulo, existem 18 PDS's em construção, localizados em diferentes regiões e em diferentes ecossistemas (mata atlântica, restinga e cerrado) e que envolvem diferentes públicos. Essas experiências envolvem aproximadamente 1.384 famílias em uma área total superior a 17 mil hectares, sendo que desse total mais de 11 mil hectares estão localizados na região da Mata Atlântica. Maiores detalhes conferir no quadro apresentado abaixo.

Assim, é possível mostrar que também a proposta original dos PDS's se reproduz em São Paulo. Nos assentamentos de Apiaí e de Eldorado existe um trabalho sendo desenvolvido junto à comunidade incentivando a produção sustentável nas áreas abertas, o enriquecimento da Mata Atlântica e o desenvolvimento do ecoturismo e de extrativismo.

No caso do PDS Caçandoca, é importante destacar que ele é produto da luta da comunidade quilombola, e que a área foi desapropriada pelo INCRA ao final de 2006. No caso do PDS Agroambiental Alves, Pereira e Teixeira, trata-se de uma luta mais que centenar de famílias de posseiros residentes no município de Eldorado, Vale do Ribeira.

PDS	Município	Área (ha)	Nº de Famílias
Sepé Tiarajú	Serrana	798,00	79
Agroecológico H. Mazzilli	Caconde	135,53	25
Comunidade Agrária 21 de dezembro	Descalvado	378,91	40
Horto Florestal Aurora	Descalvado	533,36	80
Santa Helena	São Carlos	98,83	19
Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	1.548,48	468
Comuna da Terra Milton Santos	Americana	103,45	85
São Luiz	Cajamar	123,07	37
Elizabeth Teixeira	Limeira	602,87	150
Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Caçandoca	Ubatuba	210,00	53
Comuna da Terra Olga Benário	Tremembé	692,13	63
Comuna da Terra Manoel Neto	Taubaté	378,91	44
Bom Jesus	Iepê	68,36	37
Boa Esperança	João Ramalho	54,69	40
Agroambiental Alves, Pereira e Teixeira	Eldorado	3.072,68	64
Professor Luiz de David Macedo	Apiaí	7.767,22	86
Ribeirão do Pio	Miracatu	406,10	08
PDS Agroecológico	Itanhaém	153,26	06
Total		17.002,77	1384

Quadro 1 – Projetos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo.

Fonte: Incra SP, Relatório SIPRA 21/07/2009.

Estes processos são cheios de contradições, eles exigem muita paciência e maturidade dos envolvidos (assentados, técnicos e outros atores) uma vez que se está trabalhando com novas formas de organização da produção, novos sistemas produtivos, baixa disponibilidade de recursos financeiros e uma nova concepção de relação entre os seres humanos e o meio ambiente.

Dessa forma, necessitariam de todo um cuidado em termos de políticas públicas, a dificuldade está em criar políticas próprias para uns que outros assentados e organizações sociais não terão acesso.

Lembrando, também, que o processo de transição para sistemas agrícolas sustentáveis é um processo lento, que exige dos seus adeptos o acesso a um maior nível de conhecimento das ciências naturais. No caso da reforma agrária, essa transição é aceita pela organização dos movimentos sociais e por boa parcela da sua base social, mas ela necessita ser acompanhada por um intenso processo de capacitação e de acesso à informação, que passa, inclusive, pela elevação dos níveis de escolaridade.

O INCRA-SP, para dar impulso a esse processo, estabeleceu parcerias com institutos de pesquisa e universidades, merecendo destaque as parcerias com a Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna-SP), a ESALQ-USP, o Ministério da Agricultura e o Instituto Agronômico de Campinas.

Também, da parte da Superintendência e dos movimentos sociais houve toda uma demanda para a formação de assentados e seus na área da agroecologia. Através do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) foram formadas três turmas, em diferentes localidades do Estado, que teve 143 formandos. Em outra parceria foi criado um curso de Agronomia com ênfase em agroecologia e que conta com 53 alunos.

É importante frisar que a discussão sobre os PDS's é feita desde o início, quando as pessoas ainda nem foram selecionadas. Existe todo um esforço de mantê-la ao longo dos primeiros anos do assentamento que é o período em que a prioridade é a reconstrução da vida das famílias assentadas e, o fundamental passa a ser garantir uma moradia digna, luz, água (este o mais árduo, em função das flutuações orçamentárias), dar início à produção de subsistência e obtenção de renda. Sem não for assim, não há como pensar os passos seguintes, muito menos o desenvolvimento com a preservação e recuperação do meio ambiente.

Além do mais, este processo está sujeito há uma série de avanços e retrocessos. Do ponto de vista do INCRA-SP, as dificuldades estão no fato de depender de transferência de recursos do INCRA-Sede. Estes muitas vezes não chegam no momento devido, somando-se existe a restrição de iniciativas

criativas nas políticas próprias do INCRA, pois, os normativos são extremamente amarrados impedindo maior criatividade nas políticas de assentamento.

Projetos de Desenvolvimento Sustentável: a afirmação de um novo modelo de agricultura

Os PDS's são uma possibilidade de a política pública recuperar o conhecimento tradicional do caboclo brasileiro que se encontra disperso. Este conhecimento nos PDS é recuperado através das roças, dos sistemas agroflorestais, dos sistemas de mosaicos, do sistema complexo, que, com o auxílio das ciências ambientais, permite explorar as interações positivas entre as diferentes plantas que compõem o agroecossistema e valorizar a biodiversidade.

Esta é uma maneira de valorizar a biodiversidade e o conhecimento tradicional. E demonstrar para assentados, formuladores de políticas públicas e a sociedade que estas práticas têm retorno econômico, produtivo, ambiental e cultural. Assim, desenvolvendo habilidades e recuperando a auto-estima dos assentados.

Os PDS's são um exemplo e uma experiência que demonstram a possibilidade de se compatibilizar os objetivos sociais da inclusão social, uso do solo e acesso à terra, com a preservação ambiental. Além do que já foi citado anteriormente merecem ainda nos PDS's Sepé Tiarajú, Apiaí as seguintes situações: no PDS Sepé, a Embrapa montou uma unidade demonstrativa de SAF que foi reproduzida em vários lotes. Estes SAF's misturaram plantas nativas e exóticas, foram misturadas espécies de diferentes estratos arbóreos. Após 04 anos (em 2008) os primeiros resultados apareceram: a ampla diversidade de cultivos garante a colheita e comercialização de produtos agrícolas o ano todo.

Além do mais nos lotes com sistemas de mosaicos, SAF's, etc. o grau de cobertura do solo garantiu maior reserva de água e o prolongamento do período de colheita de hortaliças e frutas. No de 2009, o inverno foi extremamente seco e, mesmo assim, esses lotes lograram realizar suas entregas para os mercados consumidores e para os contratos mantidos com o Programa de Aquisição de Alimentos e Doação Simultânea do Governo Federal.

O trabalho desenvolvido pela Embrapa estimulou a criatividade produtiva no assentamento e busca pela experimentação. Também, foram notados casos de ampliação da diversidade, em sistemas menos diversificados, com a introdução de novas espécies ampliando assim a produção e os períodos de colheita e comercialização.

Outro caso importante de ser citado é o de Apiaí, onde ocorreu o resgate da produção de feijão consorciada com o milho, no assentamento. Atualmente, são

cultivadas mais de 10 variedades de feijão, um resgate de hábitos alimentares tradicionais. Também aqui, a produção está sendo realizada sem o uso de agrotóxicos.

Logo no início, no assentamento Professor Macedo, foi introduzido o hábito do cultivo de adubação verde para a recuperação e adubação dos solos. Recentemente, produto de uma parceria com a ESALQ-USP, está sendo organizado um SAF com árvores nativas com potencial madeireiro, juntamente com outras frutíferas destacando-se entre elas o caqui e o limão tahiti, a mandioca, entre outros.

Valendo destacar a produção de tomate orgânico, que está sendo desenvolvida neste assentamento, cujo custo de produção é 80% mais baixo que o convencional e não faz uso de adubos e agrotóxicos (INCRA, 2012).

Conclusões

No Brasil, a revolução verde cumpriu o papel de ser a base tecnológica do processo de modernização conservadora. Ela garantiu o aumento da produção e o abastecimento urbano e industrial sem a necessidade de se promover uma reforma agrária.

Além dos problemas sociais e econômicos dela advindos, a migração campocidade por ser poupadora de mão de obra e garantindo a economia de baixos salários, a revolução verde também foi altamente impactante ao meio ambiente, acentuou processos erosivos de solos, promoveu os monocultivos e a elevação da concentração da propriedade da terra e criou uma forte dependência no consumo de agrotóxicos.

Em São Paulo, a parceria entre os movimentos sociais, o poder público e as diferentes áreas da ciência permitiu a experimentação na busca de se construir novas modalidades de desenvolvimento de assentamentos. Estas experiências buscaram promover a organização produtiva e social dos assentados e a construção de novas matrizes produtivas não baseadas na tecnologia da revolução verde.

A alternativa ensaiada nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS's exige dos assentados, da instituição INCRA e da sociedade envolvente uma nova postura ante o desenvolvimento dos assentamentos. Deve haver maior presença, a construção alianças estratégicas para viabilizar políticas públicas coerentes. Além disso, exige do INCRA maior criatividade com relação às normas de execução relacionadas com o desenvolvimento de assentamentos, maior disponibilidade de recursos e uma equipe preparada, ágil e criativa para inovar nas ações de desenvolvimento.

Além do mais, pelas contradições que do próprio processo, é necessário muita paciência e maturidade dos atores envolvidos: assentados, técnicos, outros órgãos públicos, pesquisadores entre outros. Pois, se está trabalhando com uma nova proposta de concepção da relação entre os seres humanos e entre estes e o meio ambiente.

Os primeiros anos do assentamento são o período em que a prioridade dos assentados se concentra na reconstrução da vida das famílias assentadas: construção de moradia digna, luz, água, início da produção e obtenção de renda. Vencida esta etapa têm-se as bases para os passos seguintes do desenvolvimento sustentável.

É importante lembrar, conforme propõe Gliessman (2000), que a transição agroecológica dentro dos sistemas produtivos é um processo que envolve três passos: o *primeiro* é da redução e racionalização do uso de insumos químicos; o *segundo* é o da substituição de insumos e; o *terceiro* é o manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos. Este ciclo se encerra para além do sistema produtivo agropecuário que envolve as condições externas à unidade de produção, ele envolve a sociedade e o Estado.

No cenário atual, em que se projeta para o País um aprofundamento do modelo agroexportador centrado em grandes monoculturas como a cana, eucalipto, algodão, soja, etc., as experiências dos PDS's, baseadas na produção alternativa e apoiadas por políticas públicas, que pese seu estágio inicial, mesmo com seus limites em termos de abrangência territorial e, falta de mais recursos, podem ser uma referência na busca de alternativas para garantir uma agropecuária mais sustentável, tanto do ponto de vista ambiental e da proteção dos recursos naturais, como resgatando, reproduzindo e valorizando o conhecimento tradicional do povo brasileiro e promover maior equidade social.

Referências

Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA **Qual é a questão agrária atual?** São Paulo: ABRA, 22p., 2007

ALY JR., Osvaldo Políticas públicas e desenvolvimento de assentamentos um balanço dos anos 2003-2005 no estado de São Paulo. II Jornada de estudos em assentamentos rurais, Unicamp. In: **Anais...**, Campinas, 2005.

_____ Gestão ambiental e agricultura familiar: os limites impostos pela

falta de políticas públicas. Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. In: **Anais...**, Porto Alegre, 2002.

BARONE, Luis A.; FERRANTE, Vera L. S. Botta Para onde vão os assentamentos rurais: por um balanço das possibilidades institucionais da reforma agrária em São Paulo (Brasil). VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. In: **Anais...**, Porto de Galinhas, 2010.

BEUS, Curtis E.; DUNLAP, Riley E. **Agricultura convencional versus alternativa**: as raízes paradigmáticas do debate. 19p., 1990 (mimeo).

DEAN, Warren **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira, São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

Embrapa – Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento **Marco Referencial em Agroecologia**. DF:Brasília, 2006, 70p.

FRANCO, Mariana P. Seringueiros e cooperativismo o fetichismo das mercadorias nos seringais do Alto Juruá. In: MEDEIROS, Leonilde et alli **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp, 1994, 329p.

FURTADO, Celso **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, 112p.

INCRA **Estatuto da Terra**. Lei n.5404, de 30 de novembro de 1964. Distrito Federal, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, s/d, 55p.

INCRA/MDA, Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS **Projeto de Desenvolvimento Sustentável**, Distrito Federal, 2000, 50p.

_____ **II Plano Nacional de Reforma Agrária**, 2004, 38p.

INCRA-SR08/MDA **Boletim da Reforma Agrária em São Paulo**. São Paulo, mar/2012.

_____ **Relatório de Gestão 2003 e Proposta de Plano Regional de Reforma Agrária para o Estado de São Paulo**, São Paulo, 2004, 27p., mimeo.

LEITE, Sérgio; HERÉDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impacto dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed Unesp, Brasília: MDA/NEAD, 2004.

QUEDA Oriovaldo; KAGEYAMA Paulo; SANTOS, João Dagoberto. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 12, p.47-68, 2009.

RAMOS FILHO, Luiz O; SZMRECSÁNYI, Tamás; PELLEGRINI, João B.R. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. Congress of the Latin American Studies Association, Canada, Montréal, September 5-8. In **Anais...**, Montreal, 2007.

SILVA, Raimundo P.; CYRINO, Guilherme **Reforma Agrária**: Trajetória de uma política pública em São Paulo (2003-2005), 2005, 7p. (mimeo).

SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise da estrutura agrária na teoria de desenvolvimento econômico de Celso Furtado. In: STORELJR, Antonio O. (Org.) **Tamás Szmerecsanyi e a análise sobre a agropecuária brasileira**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2010, 93p.

ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA: NOTAS ESPARSAS EM BUSCA DE UM SENTIDO

Oriowaldo Queda¹

Resumo: Este artigo analisa o tratamento dado pelos defensores da necessidade de atualizar os índices de produtividade agrícola no Brasil, bem como o daqueles que pregam pela sua desnecessidade. Foram utilizados artigos e entrevistas publicados em jornais paulistas de autores expressando pontos de vista próprios ou os de entidades representativas dos trabalhadores ou, ainda, de entidades oficiais, em especial, aquelas ligadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Reforma Agrária. Neste caso, todos defendem a necessidade de atualização desses índices como justificativa principal para facilitar e apressar a execução da Reforma Agrária. Os argumentos daqueles que defendem ser desnecessária a sua atualização foram colhidos também em artigos e entrevistas publicadas em revistas e em jornais paulistas. Da mesma forma, apareceram autores que defendem pontos de vistas pessoais, como os de entidades representativas do patronato rural e de órgãos públicos, em especial, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tanto os defensores da necessidade quanto da desnecessidade de atualização desses índices reconhecem as mudanças tecnológicas que consolidaram uma agricultura capitalista convencional. Como resultado, quanto mais atualizado forem esses índices para levar em conta o "progresso científico e tecnológico", hoje disponível, menos ecológica e sustentável será a nossa agricultura.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Índices de Produtividade Agrícola; Agrobiodiversidade; Agricultura Capitalista Convencional.

¹Professor Titular Aposentado ESALQ/USP e docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/UNIARA.

Abstract: *This article examines the issues related to the need of updating the indices of agricultural productivity in Brazil and evaluates the ways in which supporters and opponents of this issue express their concerns. This study is based on articles and interviews published in newspapers in Sao Paulo, written by authors whose views were reflected in the pages of their products and the views of trade unions representing workers, or official entities, particularly those linked to the Ministry of Agrarian Development and the National Agrarian Reform Institute. In this case, all involved are in agreement with the proposal for updating these indices in order to improve and hasten the implementation of the Agrarian Reform. The arguments of those who oppose the proposed updating process were also taken from articles and interviews published in magazines and newspapers in Sao Paulo. Likewise there were other authors who expressed their opinions, as the members of the employer representative bodies and rural government agencies, particularly the Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply. Both supporters and opponents emphasized the role of technological changes in driving the consolidation of capitalist conventional agriculture. In conclusion, one can say that frequent updates of these indices, in terms of "the scientific and technological progress", which is now available, might well compromise agricultural sustainability.*

Keywords: *Agrarian Reform; Rural Settlements; Agricultural Productivity Indexes; Capitalist Conventional Agriculture; Agrobiodiversity.*

Introdução

A atualização dos índices de produtividade agrícola tem sido objeto de controvérsias. Desde o governo José Sarney (1985 – 1990) até o de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), muitas promessas de atualização desses índices foram feitas, mas em nenhum desses governos elas foram cumpridas. Até momento (2012), o mesmo tem acontecido com o governo de Dilma Rousseff, pois mesmo antes da sua posse, a promessa era mais uma vez feita, conforme relata Roldão Arruda em reportagem: "Dilma afirma que vai rever índice de produtividade Rural" (O Estado de São Paulo, 04. 11. 2010 p. 10).

Este trabalho não tem como objetivo principal relatar a história das iniciativas governamentais quanto às exigências e à necessidade de elaboração de índices ou indicadores de produtividade agrícola. Também não tem a pretensão de inventariar as pesquisas referentes a esse tema e, em especial, as disputas

metodológicas proporcionadas pelos pesquisadores².

Argumenta-se neste ensaio que a atualização dos índices de produtividade agrícola e a exigência de sua aplicação tenderiam a reforçar o padrão de agricultura convencional, hoje dominante no mundo todo. Portanto, esta ação, em nossa opinião, é contrária à construção de uma agricultura ecologicamente mais sustentável.

A Constituição Federal brasileira de 1988 manteve o caráter relativo do direito à propriedade privada. No seu art. 5º, XXII, ela garante o direito de propriedade, para logo em seguida, no mesmo art. 5º, XXXIII, condicioná-lo ao cumprimento social. Particularmente no que se refere à sua dimensão produtiva ou estritamente econômica. As outras funções como a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação ambiental (eis a questão), observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores não têm sido cobradas com a mesma insistência. O que não significa que elas não tenham sido pesquisadas.

Para efeito de regulamentação, o Congresso Nacional aprovou, em 25.02.1993, a Lei Nº 8629, conhecida como Lei Agrária. No *caput* do artigo 6º e no artigo 11º estão as principais determinações:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão competente;

Art.11º Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta ao progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelo Ministério da Agricultura e Reforma ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

É sobre esse ajustamento periódico dos índices, parâmetros e indicadores que se instalou a polêmica entre aqueles que defendem a atualização e aqueles que a rejeitam.

²O leitor encontrará em Ramos (2005); Teixeira (2005) material a esse respeito. Material equivocado, diga-se de passagem, mas que tem servido para sustentar essa polêmica.

³Uma análise sobre padrões de agriculturas convencional e alternativa está em Beus, Dunlap (1990) e Queda, Kageyama, Santos (2009).

Foram utilizadas opiniões de autores publicadas em artigos, depoimentos e entrevistas, na imprensa, notadamente a paulista, empregando argumentos dos mais variados para defender a desnecessidade de atualizar os citados índices, além de autores que estiveram preocupados em sustentar que não há oposição entre o agronegócio e a agricultura familiar. Isto porque esses autores defendem uma agricultura que desrespeita o cumprimento das funções sociais da propriedade rural, citadas logo acima. Assim procedendo, rejeitam sequer discutir a possibilidade de outro padrão de agricultura.

Ao mesmo tempo, foram utilizados os pronunciamentos de autores em artigos, entrevistas e depoimentos, notadamente também na imprensa paulista, que defendem a atualização dos índices de produtividade agrícola, como principal justificativa para facilitar e apressar a reforma agrária.

A cobrança pela atualização dos índices de produtividade agrícola tem sido a manifestação mais constante nos pronunciamentos da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Em entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo de (30.08.2009), João Paulo Rodrigues, da Coordenação Nacional do MST, quando indagado sobre a real importância da atualização dos índices de produtividade agrícola responde: "a atualização dos índices vai dar mais agilidade e condições para o governo cumprir a lei e desapropriar as fazendas que são improdutivas, mas que se escondem atrás dos números de 1975. Mesmo assim, serão usados dados de 1996 para a realização, ou seja, ainda de anos atrasados". (Entrevista reproduzida em <imprensa@mst.org.br em 02.09.09). Mais adiante, quando solicitado a responder se concordava com as exigências dos "ruralistas" de que os mesmos índices deveriam ser aplicados nos assentamentos, ele responde: "Ótimo. É isso mesmo o que queremos: que a sociedade compare a produtividade por hectare de um assentamento e da agricultura familiar, com as fazendas acima de 2000 ha".

Finalmente, ao responder "sobre o peso do quesito improdutividade na arrecadação de terras para a reforma agrária" o coordenador nacional do MST responde: "o peso é muito pequeno, porque a lei determina que o governo desaproprie todas as fazendas que não cumprem a função social. Não há função social nas fazendas que têm trabalho escravo, desrespeitam o ambiente ou são utilizadas pelo narcotráfico".

Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário do governo passado, em entrevista dada ao jornalista João Domingues, do jornal O Estado de S.

Paulo, diz que "os índices de produtividade agrícola (atuais) são inaceitáveis premiariam a improdutividade e impediriam o andamento mais rápido da Reforma Agrária".

Quanto à segurança que os produtores teriam de que suas terras não seriam facilmente desapropriadas, o então ministro responde: "Todas". Nosso trabalho é técnico, completo, dá muita segurança a quem produz. Ninguém precisa ter medo. Será feito porque o índice de produtividade não é reajustado há 35 anos. E o Estado tem de fazê-lo. Mais adiante, afirma: "a intenção é proteger a produtividade" (sic).

O jornalista Rolf Kuntz, em matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo (22.02.2006, p.B6), relata que "o ministro Roberto Rodrigues se opõe à fixação de novos níveis mínimos de produtividade para identificação de terras passíveis de desapropriação para a reforma agrária." O jornalista afirma, ainda, segundo Roberto Rodrigues, que a definição de padrões mínimos de produtividade perdeu o sentido com a abertura da economia brasileira. "Há 40 anos, o mercado nacional era fechado e a eficiência era baixa. Hoje, a produtividade é uma exigência da globalização e a agropecuária brasileira é considerada uma das mais competitivas do mundo". Na mesma matéria o ministro lembrou que a "produção de grãos e oleaginosas mais que dobrou desde o começo dos anos 90 e deve chegar neste ano [2006] a 124 milhões de toneladas" enquanto "a área plantada cresceu apenas 28,9%". Roberto Rodrigues relata ao jornalista que o aumento de produtividade "permitiu derrubar os preços ao consumidor e impulsionar as exportações".

Roberto Rodrigues, agora na condição de ex-ministro do governo Lula, faz de conta que desconhece que a terra é um bem natural, quando produz outros argumentos contrários à atualização dos índices. Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo (04.08.2007, p.B2), ele faz a pergunta: "É preciso rever índices de produtividade?". É taxativo ao afirmar que o "agronegócio brasileiro hoje é extremamente eficiente e competitivo, a produtividade aumentou espetacularmente e os índices ficaram desatualizados. Mas, então por que corrigi-los agora? Por que aumentá-los? Só para ampliar o número de hectares para a reforma agrária? Por que só no campo se exige uma produtividade mínima? Essa exigência, para o ex-ministro, é injusta, pois "afinal os agricultores investiram em tecnologia, e, com isso, a produtividade cresceu. "Aumentar os índices seria um castigo para quem investiu e melhorou as coisas para o País".

A contradição é aberrante: como entender a ênfase e a exigência de reconhecimento de que o agronegócio brasileiro é hoje extremamente, competitivo

e que a produtividade agrícola aumentou espetacularmente e ao mesmo tempo recusa a proposta de alterar os índices de produtividade? Índices que levaram em conta o "progresso científico e tecnológico" tão alardeado? É falso concluir que "Hoje, o produtor rural que não for produtivo também quebra".

Guilherme Cassel, então ministro do governo Lula, em resposta ao artigo de Roberto Rodrigues, é polido demais ao afirmar que "segundo a proposta elaborada em conjunto pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quem produz não é atingido" (Folha de S. Paulo, 03.09.2007, p.A3). Guilherme Cassel procurava aquietar os ruralistas, ao salientar que "Os índices que estão sendo propostos são inferiores aos praticados pela grande maioria dos produtores, atingindo apenas os 10% menos produtivos do País".

A repórter Beth Melo em sua reportagem "Produtor debate nova proposta" (O Estado de S. Paulo, AGRÍCOLA, 02.08.2006, p. G3) relata: "Representantes da cadeia produtiva do agronegócio reúnem-se hoje, em Brasília (DF), para discutir a proposta do deputado Xico Graziano (PSDB/SP), que sugere nova sistemática para definir o conceito de produtividade rural." Segundo a jornalista, para o citado deputado, "A questão mais importante não é simplesmente aumentar o índice de produtividade, que é o que o governo propõe, mas garantir, em contrapartida, a compra da safra a preços acima do custo de produção". E acrescenta: "No caso da próxima safra de soja, por exemplo, não é razoável exigir que o produtor aumente a produtividade porque o preço está ruim". Generoso, o deputado sugere que o laudo de avaliação da propriedade leve em conta a qualidade do solo, e a condição climática da região, considerando os três últimos anos para grãos e para a pecuária e cinco anos para culturas permanentes.

Ainda segundo a mesma reportagem, a preocupação dos produtores é "com risco de desapropriação de muitas propriedades produtivas" (Idem). No mesmo relato da jornalista, para Anaximandro Deudement Almeida, assessor técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários, da Comissão Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), os índices do governo não correspondem à realidade porque leva em conta apenas o índice de produtividade física da terra em relação à capacidade de produção, isto é, "Não considera a tecnologia, crise e investimentos". Criticando o estudo realizado por professores da Universidade de Campinas, o assessor declara: "Foram anos sem adversidades climáticas, além de preços e taxas de câmbio favoráveis que permitiram ao produtor ter alto rendimento".

Em outra reportagem, o jornalista José Maria Tomazella (O ESTADO DE SÃO PAULO, "Produzir mais, às vezes, é ter prejuízo", 30.08.2009, p. A13) ouviu de Frederico D'Avila, dono da fazenda Jequitibá do Alto, em Buriti, sudoeste paulista, o seguinte comentário: "A gente investe na alta produtividade para ganhar no volume, mas produzir mais, às vezes, significa ter prejuízo".

João Paulo Rodrigues, da Coordenação Nacional do MST, avisou que "Aqueles que estiverem produzindo, nada precisam temer". Isto porque, como já foi registrado neste trabalho, os dados utilizados para a atualização dos índices são de 1996. O mesmo já havia sido afirmado por Guilherme Cassel em reportagem de José Maria Tomazella (O ESTADO DE SÃO PAULO, "Revisão de índices trará escalada de invasões, alertam produtores", 29.08.2009). O ministro da época declara que: "quando o proprietário, por questões econômicas, deixou de plantar, ele pode justificar. Se resolver que, naquele ano, vai fazer um melhoramento no solo, não corre o risco de ser desapropriado".

Nesta mesma reportagem, a senadora Kátia Abreu considera os novos índices "desonestos", pois só levam em conta o tamanho da terra e a quantidade de produção. Para a senadora, "Outros fatores importantes como o crédito, os juros, a mão de obra, o mercado e a renda não foram considerados" (Idem).

Para a senadora a "livre iniciativa [é] consagrada pelas leis brasileiras e regida pelo mercado". Deste modo, "nenhuma atividade pode ficar impedida de recuar na produção, se as pessoas não tiverem necessidade daquilo que está sendo produzido" (Idem). E para finalizar, os novos índices vão "forjar" latifúndios improdutivos, pois a "mudança ocorre num momento em que os produtores estão sendo compelidos a transformar áreas de produção (sic) em reserva legal. É como tirar o tubo e deixar o produtor sem oxigênio" (Idem).

Pois é, a senadora Kátia Abreu ao ensinar "Um princípio do capitalismo" (FOLHA DE SÃO PAULO, 13.10.2011, p.B) escreve: "Capitalismo implica que cidadãos e as empresas se responsabilizem por suas ações. Lucros e prejuízos são igualmente assumidos por aqueles que realizam seus empreendimentos, fazendo determinada escolhas".

A esses argumentos utilizados por aqueles que se expressam pessoalmente, ou como porta vozes de variadas associações e entidades sindicais, deve-se acrescentar o pedido de "socorro urgente para o campo – mais dinheiro, para sustentar os preços na safra, prorrogação de vencimentos, caso a caso, (sic) mais recursos para a temporada 2006-2007 e uma série de medidas para redução de custo, enfeixadas numa 'MP do Bem' para o setor rural", contido na reportagem de Rolf Kuntz (O ESTADO DE SÃO PAULO, "Agricultura pede

uma MP do Bem", 22.02. 2006, p. B6), já citada.

A polêmica sobre os índices de produtividade rural pode ganhar maior contorno se prestarmos atenção à outra polêmica, mas ligada à ela: é a que se refere ao "agronegócio" e a agricultura familiar, dentro e fora dos assentamentos rurais.

Para aqueles contrários à atualização desses índices, tornou-se um lugar comum afirmar que todos os produtores rurais pertencem ao chamado agronegócio. Nem mesmo o tamanho da propriedade se configura como diferença. E, por fim, que todos querem a mesma coisa: o Brasil como celeiro do mundo. Mas isso é falso, pois os grandes produtores rurais de *commodities* não querem a mesma coisa que aqueles que dependem de salários para sustentar suas famílias.

Vejamos como se expressam alguns dos donos do agronegócio, bem como de alguns daqueles que se expressem em nome dele.

Roberto Rodrigues, ex-ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do governo de Luis Ignácio Lula da Silva, negou existir dicotomia entre grandes e pequenos. Entrevistado pela revista Carta Capital (01.09.2004, p. 45), ele afirma: "Há uma falsa dicotomia do processo agronegócio *vis-à-vis* a agricultura familiar. Agronegócio são todas as formas de agricultura. Começa na prancheta de um pesquisador e termina na gôndola do supermercado. **A economia globalizada exige padrões tecnológicos que garantam a competitividade, se não, não se consegue avançar sobre os mercados, além de se transformar em importante importador de produtos agrícolas de países mais eficientes.** (Grifos nossos). Os processos de modernização são irrecorríveis. Temos de fazer com que esses processos não destruam a sustentabilidade no seu conceito lato, que implica tudo: garantias de preservação ambiental, de renda, de função social da terra etc". Porém, quando indagado se "O Brasil dá munição para os países que impõem barreiras não tarifárias?" o então ministro responde: "Eu acho que realmente a gente, às vezes, dá um pouco de munição para o adversário. Mas, enfim, isso faz parte da vida".

Para Guilherme Delgado, "O agronegócio é a associação do grande capital com a grande propriedade: todos ganham" (CARTA CAPITAL, 01.09.2004, p.43). De acordo com o economista os mesmos proprietários que têm fazendas-modelos na produção agrícola detêm latifúndios improdutivos, áreas vazias à espera de especulação. Ao mesmo tempo que valorizam os altos índices de produtividade agrícola de suas fazendas-modelos, mas rejeitam a sua atualização para defender seus latifúndios.

Sergio Abranches ("Agronegócio brasileiro: uma estratégia autodestrutiva", originalmente publicado no sítio Ecopolítica e reproduzido em EcoDebate, 02.06.2010) não partilha dessa crença manifestada pelo ex-ministro e faz um alerta: "Agronegócio brasileiro adota as piores práticas sócio-ambientais. Despreza a tendência do mercado global de adotar práticas de sustentabilidade em toda a cadeia de suprimentos. Um projeto economicamente suicida. O Brasil é o maior importador de agrotóxicos banidos no EUA e na União Europeia, por razões sanitárias. Esses produtos, muito tóxicos, são muito nocivos à saúde humana e ao ambiente". Por isso mesmo, a pergunta: "Qual o projeto do agronegócio brasileiro? Adotar as piores práticas e enfrentar barreiras comerciais crescentes?"

Os avanços científicos e tecnológicos permitiram ao agronegócio consolidar um padrão de agricultura, onde práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, não foram consideradas até o presente. Por isso, Sérgio Abranches adverte: "O agronegócio brasileiro desmata, convive com práticas ilegais, como trabalho escravo, trabalho degradante, não assume responsabilidade pela cadeia de suprimentos (supply chain). Ao adotar más práticas de trabalho e trabalhistas, carimba os produtos como de má qualidade".

Em suplemento Especial, o jornal O Estado de S. Paulo (27.09.2009, p.H7) entrevistou dois pesquisadores da EMBRAPA. Vale registrar o entendimento que ambos expressaram sobre os desdobramentos das atividades desenvolvidas por aquela empresa. Para Eliseu Alves, "a criação da Embrapa (1973) significou uma economia de recursos naturais enorme para o País. A única forma de aumentar a produção sem derrubar mais florestas é aumentar a produtividade, e isto se faz com tecnologia. O resto é conversa fiada. Comida tem prioridade sobre meio ambiente. É muito fácil falar de preservação ambiental quando se tem comida sobrando. Se faltasse alimento, a conversa dos ambientalistas seria outra". Ele mesmo, mais tarde, receberá elogios do presidente da Sociedade Rural Brasileira, por causa do seu inovador trabalho de "atualização" dos índices de produtividade agrícola, realizado na EMBRAPA. Por sua vez, Plínio Souza, da Embrapa Cerrado, contrapõe de forma serena e não destemperada, como a expressa por Eliseu Alves, "que a preocupação com o meio é um fenômeno recente, não existia nas décadas de 70, 80, quando as fronteiras avançaram sobre o cerrado. A sociedade não cobrava o governo não cobrava, o Código Florestal era uma letra morta. Quando a preocupação chegou, boa parte do cerrado já tinha ido embora".

"Quem também discorda que "os processos de modernização são irrecorríveis" é Rubens Ricupero ao afirmar: "As entidades do agro protestam

que suas intenções são progressistas. Contudo o comportamento de parte de considerável de seus representados desmente as proclamações...Sem compatibilização entre produção e ambiente , o destino da agricultura será o do suicídio dos fazendeiros fluminenses e do Rio Doce"(FOLHA DE SÃO PAULO, "Suicídio da Agricultura", 26.06.2011, p.A16).

Guilherme Delgado ao fazer o balanço de perdas e ganhos do agronegócio brasileiro afirma que ele é negativo à nossa sociedade, pois reforça a estrutura de dominação das elites brasileiras. Nas suas palavras: "O agronegócio brasileiro mistura a modernidade técnica com o atraso das relações sociais. A sociedade brasileira está acostumada a crescer sem assimilar o pessoal de baixo". (CARTA CAPITAL, 01.09.2004, p.42). Para ele "o agronegócio não é solução, é parte do problema, pois resolve a vulnerabilidade externa do País, aumentando a interna".

Por estar muito exposto à competição internacional, o agronegócio brasileiro abre um flanco para a criação de barreiras não tarifárias, segundo Marco Antonio Figihara (Carta Capital, 01.09.2004, p.45). Sustenta também que o "agronegócio brasileiro está dando munição ao bandido quando, por exemplo, emprega trabalho escravo e não respeita reserva legal".

Outro que endossa as mesmas proclamações de Robert Rodrigues é o professor Marcos Fava Neves. Ao querer compartilhar o seu conhecimento com o leitor da Folha de S. Paulo, escreve: "Por interesses distintos e por falta de conhecimento, insiste-se em contrapor no Brasil três coisas (sic) que não são contrapostas e que atrapalham nosso planejamento e nosso desenvolvimento". (FOLHA DE SÃO. PAULO, 25. 09. 2010 p. B4). Essas "coisas" seriam: "agricultura contra o ambiente"; "agricultura familiar contra agricultura empresarial" e a terceira é a "ignorância em relação ao conceito de agronegócio".

Com grande empáfia afirma ser importante que aqueles que "criticam o agronegócio entendam que esse conceito foi criado em 1957 nos Estados Unidos (apenas em 1990 no Brasil) para dar o caráter de integração à agricultura. Agricultura integrada com o comércio, com a indústria, com os serviços, com a pesquisa, com os insumos e com os produtores". (Não teria sido um conselho inútil a leitura de SZMRECSÁNYI, 1979). Não satisfeito, ele adiciona: "na definição, não existe qualquer palavra 'tamanho', é preciso entender que agronegócio não significa algo grande e sim integrado". Ficam explicitados quais os "interesses distintos" em jogo, quando afirma: "Neste ano, [2010] que será desastroso para as contas externas, o país pode ser salvo pelo agronegócio. A cana trará US\$12 bilhões, a laranja US\$2 bilhões, a carne bovina US\$ 5 bilhões,

o café US\$ 5 bilhões, etc. É provável que entrem mais de US\$70 bilhões".

Quanto à falta de conhecimento, ela deve ser debitada a todos aqueles que discordam da opinião do professor.

Antonio Márcio Buainain expressa a opinião de que "Os dólares recebidos pelos agricultores – pequenos, médios e grandes – movem cidades. Onde há agrobusiness, há dinamização. A única salvação para a agricultura familiar é transformar-se em agronegócio". (CARTA CAPITAL. 01.09.2010, p. 43).

Roberto Rodrigues, pretendendo ser jocoso, mas sendo na verdade irresponsável, responde a pergunta, feita por Carta Capital (01.09.2004, p.45) de se o "Brasil não dá munição para os países que impõem barreiras não tarifárias?" Sua resposta é: "Eu acho que realmente a gente, às vezes, dá um pouco de munição para o adversário. Mas, enfim, isso faz parte da vida". Mas, como diria o cronista: vida de quem, cara pálida?

Zander Navarro, no seu "O mundo rural brasileiro" (FOLHA DE SÃO PAULO, 14.11.2009, p.A3), referindo-se ao lançamento do Censo Demográfico de 2006, também defende não haver oposição entre agronegócio e agricultura familiar. Raivoso, ele escreve: "O outro foco repetido, incensado sob espantosa ingenuidade, refere-se à agricultura familiar, agrupamento que seria oposto a um indefinido agronegócio. Resultado de uma sociologia indigente e de um primário marxismo caiopradista, a noção é igualmente um delírio ideológico, pois seria segmentação que, assim se diz, estimularia a luta de classe no campo".

Depois de afirmar que há uma crescente especialização e profissionalização dos produtores rurais, o que passa a vigorar agora é o "princípio férreo de produtividade": "Goste, ou não, é a consagração definitiva de uma sociabilidade capitalista que passou a comandar o cotidiano rural" (Idem).

Ao mesmo tempo em que não reconhece haver oposição entre o agronegócio e a agricultura familiar reafirma que "O futuro é inescapável: manteremos no campo uma conformação heterogênea e dual, sem ser dualista, com propriedades em grande escala convivendo com propriedades de menor porte. Houvesse racionalidade, a principal diretriz governamental deveria inspirar-se na ciência e na difusão de seus produtos tecnológicos para todos os produtores, fiscalizando particularmente os marcos impositivos das leis trabalhistas e ambientais" (Idem). Que produtos tecnológicos são esses, derivados da ciência e da sua difusão, que necessitam de fiscalização, em particular, "os marcos impositivos das leis trabalhistas e ambientais"? Que sociologia é esta preconizada pelo Autor?

Para Denis Lerrer Rosenfield, em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo (12. 10. 2009 p. A2), "A agricultura familiar, baseada no direito de

propriedade, é a que se desenvolve, por estar integrada a uma economia de mercado. Há cadeias produtivas bem-sucedidas, como as de fumo, aves, suínos, que exibem, precisamente, essa integração, fundada na defesa da propriedade privada, na segurança jurídica e no direito de cada um dispor do seu trabalho e de seus investimentos, sem a tutela de uma organização política".

O mesmo Autor afirma que o País não tem mais "nenhum passivo histórico", que pertence ao passado a ideia de "latifúndios improdutivos" e nem um "passivo fundiário propriamente dito, mas um passivo social, que deve ser resolvido com trabalho, renda, emprego e investimentos, tanto no campo quanto nas cidades". Mas, com um grande cinismo, alerta: "Não esqueçamos que boa parte dos 'sem-terra' é recrutada entre os desempregados e subempregados dos centros urbanos".

Chico Graziano, em artigo para o jornal o Estado de S. Paulo (20.10.2009, p. A2), sugere que a agricultura familiar se fortalece juntamente com a grande empresa rural. Porém, assinala que "curiosamente, o discurso atrasado contra o agronegócio teima em persistir, como se mentira repetida se transformasse em verdade".

Chico Graziano repete Zander Navarro ao perguntar de onde surge tal "delírio ideológico"? Ele próprio responde: "Certamente do equívoco, elementar, que distingue 'agricultura familiar' do 'agronegócio', como se ambas as categorias fossem opostas, e não complementares".

Para Chico Graziano, ao investir em tecnologia e ganhar produtividade, "o pequeno produtor se qualifica para participar do mundo do agronegócio". É deste modo que "Milhões de excelentes produtores de café, soja, feijão, arroz, leite, carne, mandioca, frutas, verduras dependem do agronegócio para viver".

Esperamos que com todas as citações, de diferentes autores, tenha ficado claro que para eles não há oposição entre agronegócio e agricultura familiar. Que o agronegócio são todas as formas de agricultura. Formas de agriculturas, que não custa repetir, marcadas pelo uso intensivo de capital, de fertilizantes artificiais, herbicidas, pesticidas, criação intensiva de aves, suínos e bovinos, de larga escala, mecanizada, etc.

Kageyama e Bergamasco (1989) realizaram um trabalho sobre a estrutura de produção no campo, com ênfase na produção familiar, tentando quantificar e analisar sua participação na agricultura, e sua heterogeneidade interna, por meio de indicadores obtidos por tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1980. As Autoras sugeriram uma tipologia de unidades de produtivas, baseadas no critério de importância do trabalho assalariado. Seriam elas: (a) unidades puramente familiares; (b) unidades que combinam trabalho familiar com

assalariados temporários; (c) empresas familiares e empresas capitalistas.

Os estabelecimentos agropecuários foram separados em dois grandes grupos: o conjunto de unidades familiares e o das empresas capitalistas. O critério de identificação do conjunto familiar foi a utilização de membros não remunerados da família entre o pessoal ocupado.

O conjunto unidade familiar era bastante heterogêneo. Assim, as unidades puramente familiares, onde se concentravam quase 40% das pessoas ocupadas na agricultura, caracterizavam-se pela pequena área média, baixo grau de uso de insumos e de mecanização, grau de autoconsumo relativamente importante (25,2% do valor da produção) e baixíssima produtividade do trabalho. A quase totalidade dos produtores e do pessoal ocupado residia no local do estabelecimento.

As empresas familiares e as empresas capitalistas possuíam grandes áreas médias, alto grau de tecnificação, baixo autoconsumo, e alta produtividade. O local de residência dos produtores capitalistas era, no geral, na zona urbana. Do pessoal ocupado nesses estabelecimentos, apenas 44,5% residiam no local.

Ainda segundo as Autoras, as unidades mistas (familiar com temporários) situavam-se em posição intermediárias quanto aos indicadores utilizados.

O que se pode afirmar é que, já na década de 1980, havia estudo que sinalizava que as unidades produtivas familiares eram heterogêneas. E, desta forma, a oposição só não teria sentido entre empresas familiares e empresas capitalistas. Isto porque elas já se identificavam quanto ao grau de tecnificação e a alta produtividade como quer os autores citados acima.

O estudo sugere, também, que o senhor Zander Navarro deveria tomar mais cuidado ao afirmar que agricultura familiar, agrupamento que seria oposto a um indefinido agronegócio, é resultado de uma sociologia indigente e de um primário marxismo caiopradista.

Deve ser ressaltado que o trabalho de Kageyama e Bergamasco (1989) não estava preocupado em "quantificar e analisar" os efeitos perversos sobre o meio ambiente, que essa agricultura já estava a provocar. Mas, é disto que se trata hoje. Quanto aos efeitos sociais perversos, a bibliografia é numerosa aos relatórios. Mas, Denis Lerrer Rosenfield, na citada passagem do seu artigo, já nos prestou esse serviço.

Em um evento durante a campanha eleitoral, a "Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) entrega hoje um plano de diretrizes para a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, cobrando, especialmente, a implantação do índice de produtividade para a reforma agrária." O relato é de

Paulo de Tarso Lyra ("Contag cobra de petista índice de produtividade" (VALOR ECONÔMICO, 13.07.2010, p.A6). Em continuidade, o jornalista acrescenta que " O presidente da Contag, Alberto Brock, reconhece o bom diálogo com a União... Nosso relacionamento com o presidente Lula não foi 100%. Temos pendência, como o índice de produtividade."

Um dia depois, segundo a reportagem dos jornalistas Paulo de Tarso Lyra e Fernando Taquari ("Dilma esquiva-se de compromisso com índice de produtividade", VALOR ECONÔMICO, 14.07.2010, p. A6), "A candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, prometeu ontem dobrar o número de agricultores incluídos no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). (...) Mas calou-se diante da principal reivindicação dos trabalhadores filiados à Contag: implantação do índice de produtividade." Na interpretação dos citados jornalistas: " O silêncio da petista tem uma explicação: apesar de incentivar os pequenos agricultores e até posar para a foto com boné da Contag, ela não quer comprar uma briga desnecessária com o agronegócio – contrário ao índice – em pleno processo eleitoral".

Já eleita presidente, em 2010, Dilma Rousseff afirma ao repórter Roldão Arruda (O ESTADO DE SÃO PAULO, "Dilma afirma que vai rever o índice de produtividade rural", 04.11.2010, p.A7) que "No nosso governo, o presidente Lula pediu para a EMBRAPA fazer uma avaliação e definir o que a EMBRAPA, considerava tecnicamente correto. Vou avaliar esses dados". Segundo o repórter, "a declaração de Dilma foi bem recebida pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva". Agora, nas palavras do presidente da SRB: "Temos acompanhado o trabalho de Eliseu Alves, da EMBRAPA, que considera as mudanças técnicas de produção, encara a propriedade rural como unidade de negócios, avalia o mercado, em vez de utilizar apenas os conceitos de terra e trabalho como vem sendo feito". Na mesma reportagem, o presidente da SRB aconselha que o "melhor que Dilma pode fazer é investir nos assentamentos existentes. Se um dia ela me perguntar, vou dizer que essa é a maneira de não se perder o que o País já investiu em assentamentos, que são deficientes e improdutivos". Pelo andar da carruagem, o leitor tem condições de avaliar se a presidente está seguindo o conselho do presidente da SRB.

Na mesma reportagem, a presidente eleita declarou: "Sempre me neguei a tratar o MST como caso de polícia". Mas também afirmou: "não compactuo com ilegalidades, nem com invasão de prédios públicos nem com invasão de propriedades que estão sendo produtivamente administradas". E poderíamos

acrescentar: mesmo que estejam violando outras funções sociais da propriedade rural.

O repórter declara que consultado pelo jornal O Estado de S. Paulo, o MST não se manifestou. Mas, Bruno Maranhão, líder do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), ao prestigiar a posse do novo presidente do INCRA, Celso Lacerda, afirma estar "entusiasmado com o momento. É preciso atualizar os índices de produtividade, baratear os alimentos".

Enfim, foram trocados o presidente da república, os responsáveis pela direção de órgãos públicos, os pesquisadores responsáveis pela elaboração dos índices, o porta voz dos trabalhadores sem terra... O Ministério do Desenvolvimento Agrário já trocou o seu ministro. O atual, tão logo assumiu o cargo, prometeu que também iria atualizar os índices de produtividade agrícola.

Razão parece ter Vladimir Saflate ("Lula venceu", FOLHA DE SÃO PAULO, 01.11.2010, especial, 4): "Lula conseguiu, de certa forma, transplantar os conflitos sociais para dentro do Estado. O conflito entre o agronegócio e a reforma agrária virou um embate entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Reforma Agrária".

Indagado pelo repórter João Domingos (ISTO É DINHEIRO, 29.03.2011) sobre sua posição a respeito da atualização dos índices de produtividade das propriedades, Afonso Florense foi taxativo: "A presidente Dilma determinou que a EMBRAPA faça esse índice. E a EMBRAPA é subordinada ao Ministério da Agricultura e não ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portanto não cabe a mim ficar falando qual deve ser o índice. Eu sou funcionário do Governo e devo obediência ao que a presidente determinar. Cumpro o que o governo decidir". Quem viver, verá!

Referências

BEUS, C.E.; DUNLAP, R.E. Conventional versus Alternative Agriculture: the paradigmatic roots of the debate. **Rural Sociology**, Provo (Utah), v.25, n. 4, p.361-371, 2005.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Novos Dados Sobre a Produção Familiar no Campo**. mimeo, IE/UUNICAMP, 1989, 23p.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. Assentamentos Rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**.

Araraquara-SP, n.12, p. 47-68, 2009.

RAMOS, P. A questão dos índices de rendimento da agropecuária brasileira: uma história de desrespeito à constituição. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.32, n.01, p. 49-65, 2005.

TEIXEIRA, G. **Os índices de Produtividade Agropecuária para a Reforma Agrária**. (Colaborador do mandato da Deputada Federal Luci Choinacki – PT/SC. (Em 03.04.2005)

SZMRECSÁNYI, T. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC-UNICAMP, 1979.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- b) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- d) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- e) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque:** subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.
- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. **Título**

do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) DOCUMENTO ELETRÔNICO

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>.

Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail retratosdeassentamentos@uniara.com.br. Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. www.uniara.com.br/nupedor

